

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXI • PORTO • 2011

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

DIRECTOR:

João Teixeira Lopes, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CONSELHO EDITORIAL:

Anália Torres, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL);

António Firmino da Costa, Departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL);

Carlos Manuel da Silva Gonçalves, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Cristina Parente, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Fernando Luís Machado, Departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL);

Isabel Dias, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Luís Vicente Baptista, Departamento de Sociologia e Centro de Estudos de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em *Latindex*.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO ANUAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - Tipografia Nunes Lda
Rua Novo Horizonte, 313
4475-839 Maia

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

ÍNDICE

EDITORIAL	7
<i>ARTIGOS</i>	
A transmissão familiar da ordem desigual das coisas Bernard Lahire	13
Alta Fidelidade: um roteiro com paragens pelas lojas de discos independentes em Portugal na última década (1998-2010) Paula Guerra	23
Oferta Cultural em Espaço Rural: Públicos do Festival BONS SONS'10 Daniela Craveiro e Jorge Silva	49
Estratégias Recentes de Organização Urbana Comercial – O “SoHo do Porto” e a Territorialização de Actividades Culturais/Criativas Sara Joana Dias	69
Museus e Museologia: desafios para a construção de territórios colaborativos Alice Semedo e Inês Ferreira	97
Para uma teoria da socialização Pedro Abrantes	121
Os TEIP pela perspectiva de pais e de alunos Luísa Quaresma e João Teixeira Lopes	141
Contributos para a compreensão do «Efeito Professor TEIP»: Proposta de um programa de pesquisa Maria Benedita Portugal e Melo	159

No mundo da notícia: análise comparativa dos noticiários televisivos do horário nobre da RTP1 e TVI	
Marta Lima	171
Rupturas entre o Presente e o Passado: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt	
José D' Assunção Barros	195
A confiança em questão. Raias de confiança, confiança das raias nas sociedades modernas	
Maria Engrácia Leandro, Ana Sofia Leandro e Fernanda Nogueira	215
A empresarialização da sociedade sob a influência da racionalidade da gestão	
Ricardo Fabrício Rodrigues	233
ENTREVISTA	
Entrevista a Judith Butler	
Por Charlotte Hess e Valentin Schaepelynck	257
NORMAS	273

EDITORIAL

A partir desta edição a revista *Sociologia* passa a ter uma periodicidade semestral de modo a apresentarmos números mais ágeis e actualizados.

Nesta publicação, gostaria de salientar a diversidade e qualidade de artigos, indicador da efervescência que anima o trabalho científico em sociologia. De igual modo, apraz-me sobremaneira evidenciar o cruzamento de várias gerações de investigadores, bem como a panóplia de temas abordados: não há qualquer razão epistemológica, na verdade, para que o ponto de vista do conhecimento sociológico se iniba em limites pré-definidos.

Permitam-me, ainda assim, dois destaques: por um lado, o artigo de Bernard Lahire (traduzido por Pascoal Carvalho), Director do grupo de pesquisa do CNRS sobre a socialização e seguidor crítico de Pierre Bourdieu. Este artigo, incidindo no quadro familiar como “horizonte íntimo de interacção e acção”, mostra como este, longe de se constituir enquanto universo homogéneo e coerente, é palco de potenciais tensões entre elementos com propriedades sociais distintas.

Por outro lado, gostaria igualmente de chamar a atenção do leitor para a entrevista com Judith Butler (realizada por Charlotte Hess e Valentin Schaepelynck ao microfone da Rádio Libertaire e traduzida por Pascoal Carvalho e Ana Filipa Rodrigues). A autora de *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (Routledge, 1990), leva-nos pelos meandros do pensamento crítico feminista, na subversão radical de todos os essencialismos.

Boas leituras!

João Teixeira Lopes

ERRATA

Na edição número XX da revista *Sociologia* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, publicada em Maio de 2011:

1. Foram trocados, por lapso, os apelidos de Isabel Silva Cruz, autora do artigo “Entre constrangimento e criatividade: práticas de consumo em Portugal Continental”.

Assim, onde se lê:

“Isabel Cruz Silva”

Deve ler-se:

“Isabel Silva Cruz”

2. Foi ocultada, por erro gráfico, a proveniência institucional de Pedro dos Santos Boia, autor do artigo “Construção social, materialidade e identidade na relação instrumento-instrumentista: explorando novos caminhos na Sociologia da Música”.

Assim, onde se lê:

“Todas as traduções aqui apresentadas são da responsabilidade do autor do presente artigo.”

Deve ler-se:

“Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP). Doutorando em Sociologia na Universidade de Exeter (UK), onde tem colaborado na leccionação da disciplina Sociologia da Música, e visiting scholar na Universidade de Cambridge. É bolseiro da FCT/MCTES.”

A revista *Sociologia* pede desculpa aos lesados, Isabel Silva Cruz e Pedro dos Santos Boia.

A Direcção

ARTIGOS

A transmissão familiar da ordem desigual das coisas

Bernard Lahire¹

Tradução: Pascoal Carvalho²

Resumo:

Primeira instância de socialização, a família – a constelação de pessoas que realmente formam uma família e estão em interacção frequente com as crianças – tem o monopólio da formação precoce de disposições mentais e comportamentais das crianças, sendo o primeiro espaço (primário) que tende a estabelecer objectivamente – sem o saber ou pretender – os limites do possível e do desejável. No entanto, a família nunca é este organismo coerente, homogéneo e harmonioso como nas visões encantadas, ou tão simplesmente em sobrevoo, como muitas visões macrosociológicas do “meio familiar”, enquanto meio definido por algumas grandes propriedades sintéticas sociais, podem incitar. Não só as pessoas que formam entre eles a configuração familiar são portadores de diferentes propriedades sociais, mas as tensões potenciais múltiplas entre todos os envolvidos, as competições possíveis entre irmãos, as relações de força entre os pais ou, mais amplamente, entre os ramos paterno e materno, as relações de dominação que se desenvolvem entre pais e filhos, entre irmãos, etc. fazem com que a criança possa ser o produto de uma espécie de “banho socializador” contínuo, indiferenciado, fluido e harmonioso.

Palavras-chave: Transmissão familiar; Herança; Criança; Família.

1. Aprender a realidade pelos seus desejos

A ordem desigual das coisas nas sociedades contemporâneas, aquela que se estabelece estruturalmente, nomeadamente entre as classes sociais, pode contar com a inércia do passado, pesando sobre o presente e fixando os limites do possível, para se reproduzir. Uma condição desigual impõe-se, antes de mais, às novas gerações, pela sua evidência objectiva. Nascemos num mundo estruturado por diferenças de riquezas económicas e culturais que, embora seja o produto da história, tem tudo da paisagem natural. Quanto mais a ordem desigual das coisas é o produto de uma história de longa

¹ Professor de Sociologia, Escola Normal Superior de Lyon. Director do Grupo de Pesquisa sobre a Socialização (UMR 5040 CNRS). França.

² Doutorando em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

duração e está solidamente estabelecida, mais se torna necessário tempo, energia e esforços para tomar consciência disso e a colocar em questão. Independentemente do que possa sugerir a ideia de “construção social da realidade”, é necessário muito mais tempo (e energia colectiva) para poder transformar o modo de produção capitalista do que para mudar as leis de imigração ou os elementos de uma política escolar (Lahire, 2005). O carácter historicamente construído das desigualdades não implica que a sua desconstrução seja uma operação fácil.

A família, através da qual cada indivíduo aprende a descobrir o mundo social e a encontrar o seu lugar, é o primeiro espaço (primário) que tende a estabelecer objectivamente – sem o saber ou pretender – os limites do possível e do desejável. A avaliação subjectiva das perspectivas de alcançar esta ou aquela posição social, estes ou aqueles recursos materiais ou simbólicos, nada tem de cálculo consciente, e não se apresenta também de forma clara, como a resolução de um problema de probabilidade. De facto, as possibilidades objectivas, estatisticamente mensuráveis pelos investigadores, manifestam-se na vida quotidiana de muitas maneiras e geram nos actores das instituições um conjunto de práticas sobre o que lhes parece normal ou anormal, possível ou impossível, razoável ou não de fazer, de visar ou de esperar.

Como diziam P. Bourdieu e J.-C Passeron, no início dos anos 1970: “conforme o acesso ao ensino superior é colectivamente sentido, mesmo de maneira difusa, como um futuro impossível, possível, provável, normal ou banal, é toda a conduta das famílias e dos filhos (e em particular a sua conduta e o seu sucesso na escola) que varia, porque tende a regular-se pelo que é ‘razoavelmente’ permitido esperar.” (Bourdieu e Passeron, 1971: 262). Quando os avós, pais, tios e tias, primos e primas, por vezes irmãos e irmãs, já passaram pelo ensino superior ou, ao contrário, quando nunca atingiram um tal nível escolar, quando a criança ouviu falar com entusiasmo do sucesso no BEP³ em mecânica do primo direito ou quando ele percebe a desilusão dos seus pais perante o ingresso do irmão mais velho na universidade, em vez das aulas preparatórias, gradualmente interioriza as expectativas subjectivas dos seus pais ou dos adultos mais importantes com quem convive, esperanças que dependem da sua própria posição objectiva na hierarquia das habilitações literárias e da sua relação com o sistema de ensino: Percebido a partir de um certificado de estudos primários, o *baccalauréat* reveste-se de algum valor, mas visto de um percurso de politécnico, a entrada numa faculdade de letras e de ciências humanas é um verdadeiro “fracasso”, etc.

Os actores são assim muitas vezes socialmente mais “razoáveis” sem terem necessidade de implementar uma razão de tipo lógico ou calculista. Eles convencem-se mais do que raciocinam. Nos inquiridos por entrevista, é comum os sociólogos ouvirem os entrevistados usarem expressões como: “Isto não é para nós.” Este tipo de formulação que se deve, principalmente, a limites culturais (“não nos sentimos confortáveis”) mostra a interiorização, por parte dos inquiridos, de limitações

³ Certificado profissional de estudos (escola de formação profissional de curta duração).

objectivas: o que não é objectivamente acessível não passa a ser subjectivamente desejável e acabamos por gostar apenas do que a situação objectiva nos permite gostar, ou seja, não tomar os seus desejos por realidade, mas a realidade dos possíveis pelos seus desejos mais pessoais. É também através de mecanismos de manutenção da dignidade (“eu não posso – sem decepcionar todos os que estão à minha volta – visar menos do que...”) ou de antecipação da possível denúncia das pretensões (“eles vão perguntar por quem eu me julgo”), que as expectativas subjectivas se estabilizam, ao mesmo tempo que as desigualdades se perpetuam.

2. Notas sobre o “mundo primitivo” da configuração familiar

Primeira instância de socialização, a família – a constelação de pessoas que realmente formam uma família e estão em interacção frequente com as crianças – tem o monopólio da formação precoce de disposições mentais e comportamentais das crianças. Os seus hábitos de acção e as suas reacções só podem ser entendidas neste quadro restritivo que impõe a sua evidência, pelo simples facto de existir tal como ela existe e de não se apresentar como um quadro, entre outros, mas como o horizonte da acção e de interacção natural, e logo, pelo facto de se fazer esquecer como tal. A força deste enquadramento reside no facto de que a criança não pode ao mesmo tempo interiorizar uma visão do mundo (uma maneira de ver, de sentir, apreciar, julgar e interagir com ele) e estar ciente desta perspectiva particular a partir do qual ela descobre o mundo. O mais íntimo, mais particular ou mais singular dos traços da “personalidade” e da “psicologia” ou do comportamento de uma pessoa só pode ser compreendida se reconstituirmos “o tecido de imbricações sociais com os outros” (Elias, 1991: 15) que se forma logo na infância e continua a deformar-se e a reformar-se ao longo da sua existência.

No entanto, a família nunca é este organismo coerente, homogéneo e harmonioso como nas visões encantadas, ou tão simplesmente em sobrevoo, como muitas visões macrossociológicas do “meio familiar”, enquanto meio definido por algumas grandes propriedades sintéticas sociais, podem incitar. Não só as pessoas que formam entre eles a configuração familiar – pai, mãe, irmãos, avós, tios e tias, primos, sobrinhos e sobrinhas, mas também, nas famílias burguesas, babysitters, cozinheiras, domésticos, tutores vários – são portadores de diferentes propriedades sociais⁴, mas as tensões potenciais múltiplas entre todos os envolvidos, as competições possíveis entre irmãos, as relações de força entre os pais ou, mais amplamente, entre os ramos paterno e materno, as relações de dominação que se desenvolvem entre pais e filhos, entre irmãos, etc. fazem com que a criança não possa ser o produto de uma espécie de “banho socializador” contínuo, indiferenciado, fluido e harmonioso.

Além disso, a criança aprende gradualmente a encontrar o seu lugar no seio

⁴ Pai e mãe são frequentemente distinguidos entre si pelas suas diferentes trajectórias, pelas diferentes formações escolares ou religiosas e pelas diferentes actividades sociais, culturais ou profissionais (Lahire, 2004: 411-496).

da configuração familiar, e depois, nos outros grupos (na escola, entre colegas) e até mesmo na sociedade como um todo. Um lugar é uma maneira de ser no mundo e de estar no mundo, uma série de coisas pensáveis, possíveis ou autorizadas (e ao mesmo tempo, um quadro que fixa os limites do pensável, do possível e do que é permitido) como também de altas expectativas sociais. Independentemente da sua subjectividade e da sua singularidade, a criança nasce numa família já para missões ou funções às quais será difícil escapar: seja menino ou menina, primogénito ou não, os pais aguardam um herdeiro de certa forma em função do que eles são. Ele aprende também rapidamente – e a sua configuração familiar é também o espaço onde começa a fazer esse tipo de aprendizagem – que é judeu, muçulmano ou católico, anglófono, lusófono ou francófono, de condições modestas ou privilegiadas, etc., e que isto tem implicações para o seu presente e futuro.

Tal como ela existe, como lugar e mundo primeiro ou primitivo na ordem biográfica, a configuração familiar pode ser também o local de manifestação e realização preferencial de si – com os pais omnipresentes e em harmonia⁵, concedendo gratificações, incentivos, apoios, ajudas, que são tanto referências invisíveis, de autorização para existir, desenvolver, crescer e ter confiança em si – como o lugar de todos os sofrimentos e de todos os males de: crianças estigmatizadas, física ou simbolicamente maltratadas, rebaixadas, inferiorizadas, marginalizadas, perseguidas, caluniadas, etc. E, na maioria das vezes, é uma mistura subtil de todas estas coisas. Sabendo que a ligação ao mundo social global ou, mais especificamente, aos distintos outros mundos sociais frequentados, passa sempre pela mediação desta primeira matriz de formação de disposições mentais e comportamentais, de distribuição de pontos bons e maus e de atribuição de espaços e funções, e até de missões, entende-se que a separação entre a sociologia e a psicanálise, sociologia da socialização e psicologia da infância é fatal para a compreensão pouco precisa das lógicas mentais e comportamentais, individuais como colectivas.

3. As modalidades de transmissão da herança cultural no seio da família: o exemplo da cultura escrita

Presentimos desde os anos de 1920 (Goblot [1925] 2010) e sabemos com certeza desde os anos 1970 em França, que a escola desempenha um papel crucial na reprodução das desigualdades sociais, especialmente em sociedades onde o acesso ao mercado de trabalho é filtrado pela instituição escolar (Bourdieu & Passeron, 1964 e 1971; Lahire, 2009). Também sabemos agora que a apropriação da cultura escrita escolar está no cerne dos primeiros problemas encontrados e dos processos de fracasso escolar (Lahire, 1993a e 2008). No entanto, as famílias com recursos culturais cedem à escola crianças já portadoras de formas bem constituídas de habilidade linguística,

⁵ Dito isto, a pesquisa conformista da harmonia, da negação de problemas e da observação dos conflitos ou simples disputas, pode conduzir assim às piores neuroses, como deixa entrever o romance auto-analítico de Fritz Zorn (1982).

de conhecimentos culturais diversos e até mesmo de competências escolares significativas. Por exemplo, hoje muitas crianças aprendem a escrever tanto em casa como na escola; podemos dizer que aprendem “no biberão”, nas interações precoces, comuns e frequentes em torno da escrita – produzida ou lida – que exige a sua presença e a sua evidência cultural em casa. Para eles, o ensino elementar tem algo de “familiar”. Eles respiram aí um ar a que estão habituados desde o seu nascimento.

Em contrapartida, para as famílias com menos recursos e experiências escolares, só a escola é capaz de fazer o que parcial ou totalmente foi feito na intimidade do lar. A escola tem assim uma responsabilidade pedagógica e política considerável perante estas crianças que muitas vezes só têm o tempo gasto dentro dos muros da escola para entrar na cultura escolar e apropriá-la. No entanto, é preciso muito tempo – milhares de interações ao invés de algumas dezenas – para adquirir certos hábitos corporais ou linguísticos, certos modos de raciocínio ou certas técnicas manuais ou intelectuais. Tratar de forma perfeitamente igual crianças desigualmente dotadas culturalmente devido aos processos de socialização familiar socialmente diferenciados, é contribuir em definitivo para reproduzir a ordem desigual das coisas.

Quanto às funções e às representações sociais ligadas às diversas práticas da escrita, as crianças podem interiorizar cedo – antes ou até mesmo fora de qualquer acto de escrever ou de ler – as “razões” ou “contextos” de recurso à escrita. Elas entram familiarmente na escrita de diferentes maneiras, as quais produzem efeitos poderosos de socialização, quando combinadas entre si.

Pode significar, antes de mais, incitações e solicitações parentais expressas e pedagógicas: o ensino quase escolar da leitura e escrita (por vezes munido de manuais escolares), aprendizagem explícita de técnicas ou estratégias intelectuais (por exemplo, fazer um rascunho, quando queremos redigir uma carta, reler a sua carta para corrigir erros de ortografia, copiar a lição para aprendê-la, usar o dicionário, etc.), convites para enviar textos durante as férias para ter o hábito de relatar a sua própria experiência, solicitar expressamente para registar por escrito os recados, quando atender o telefone, explicações verbais para entender os benefícios do uso da agenda ou o calendário para preparação das suas actividades e para não esquecer coisas importantes para fazer, ou ainda solicitações permanentes à leitura (oferecer livros como presentes, fazer a criança assinante de uma revista, levá-la regularmente até à biblioteca, ler-lhe histórias, fazer perguntas sobre o que leu, pedir para ler um texto em voz alta, elogiando-a, etc.).

A introdução na escrita efectua-se por várias colaborações-participações directas em práticas de escrita e de leitura, às quais são convidadas (e às vezes forçadas) as crianças. Estas últimas podem contribuir para construir listas de compras ou listas de coisas para levar nas viagens, anotando elas próprias, pedindo aos adultos para o fazerem, ou escrevendo sob o ditado dos seus pais; eles podem estar na posse da lista na loja para fazer um balanço do que ainda é preciso comprar; entrar progressivamente numa cultura de troca de cartas (a entrada nesta cultura pode passar por acrescentarem algumas palavras na carta dos pais), participação na constituição de um roteiro de férias, ajudar os pais a classificar e rotular as fotografias de família, etc. Em relação

às práticas de leitura, as crianças podem cozinhar com os pais seguindo com eles as instruções de uma receita escrita, ler com eles histórias, procurar com eles elementos que constituam uma futura apresentação escolar, consultar com eles revistas sobre um tema relacionado com férias ou saídas culturais, etc. Em muitos casos, eles participam também em actividades de leitura e escrita parentais, inserem-se no modo de “ajuda” ou de participação de “igual para igual”, mas, sem dúvida, aprendem mais sobre a actividade, suas funções e o seu contexto como um todo do que se o fizessem isoladamente. Antes de serem capazes de “fazer sozinho”, as crianças aprendem a mover-se nas actividades e situações que envolvem o uso da escrita, abraçando-as. Através destas colaborações múltiplas, elas podem controlar as suas funções e os contextos de uso muito antes de serem capazes de os assumir pessoalmente.

As crianças também podem tentar “perspectivar”, isto é, serem já “grandes”, imitando os papéis, atitudes e práticas características dos seus pais. E como as práticas de leitura e escrita familiares são muito claramente articulados sobre a divisão sexual de gostos, hábitos, papéis e tarefas, associando de forma particularmente forte as mulheres na escrita (Albert, 1993; Lahire, 1993b e 1997), essas imitações de comportamentos parentais comuns são indissociáveis da identificação dos papéis dos adultos por género (fazer – isto é, às vezes, não fazer – como a mamã ou como o papá). Os pais descrevem assim as múltiplas situações de imitação normal das suas próprias acções, seus próprios modos e hábitos enquanto leitor ou escritor.

Finalmente, as crianças incorporam as funções, as representações e certos efeitos cognitivos e organizacionais específicos da escrita por impregnação indirecta e difusa, isto é, através de todo um ambiente familiar e não através de actos directos de escrita e leitura (solicitados ou explicados, efectuadas como colaborador, observados e imitados). Quer use estilos de fala explícitos, lexicalmente e sintacticamente articulados a hábitos de discursos escritos, tipos de discussões semânticas (sobre o significado das palavras), gramaticais (sobre a correcção de sintaxe), literários ou filosóficos (que habituem aqueles que as ouvem a modos hermenêuticos de leitura), estilos de raciocínio lógicos ou matemáticos (evocações comuns das noções de proporções, probabilidades, etc.) ou estilos de organização doméstica, de ligações ao tempo ou de ligações à ordem (relacionadas com a utilização de escritas organizadoras, planificadoras, etc.) a escrita impõe muito indirectamente a sua presença subliminar através de diversas práticas e atitudes dos adultos.

Quando o universo familiar constitui um universo ao mesmo tempo pedagogicamente instigador, envolvendo a criança em actividades que exigem leitura ou escrita, fornecendo modelos de identificação prática cómodos, para transmitir o desejo de imitar, “fazer como”, e globalmente “promotor” de efeitos cognitivos ou organizacionais relacionados com a incorporação pelos pais de uma cultura de escrita, então as crianças estão em condições ideais para a formação de competências, representações ou gostos pela escrita e pela leitura, que se revelem no final escolarmente lucrativas. A combinação desses ingredientes só se encontra em famílias onde o nível de antiguidade no acesso à escolarização e alfabetização é particularmente elevado.

Na verdade, tudo opõe as crianças com avós e/ou pais quase analfabetos ou com dificuldades com a escrita, das crianças cujos pais, avós, e às vezes várias gerações anteriores, não só são ou foram alfabetizadas, como conheceram longos percursos escolares. Os primeiros descobrem o universo escolar como um mundo relativamente novo e estranho e dependem completamente dele para apropriarem os elementos de uma cultura escrita. Os segundos fazem parte das famílias com habilitações ao nível secundário ou superior há várias gerações, que incorporaram totalmente a cultura escolar, que se apropriaram dela e podem assim permitir-se de viver uma ligação mais relaxada com o universo do ensino elementar. Famílias onde as leituras parentais são diversas e variadas (dos jornais aos livros passando por revistas e bandas desenhadas⁶), onde leituras mais legítimas foram seleccionadas e outras rejeitadas, onde os pais conversam sobre os seus livros e às vezes, participam em comunidades livrescas (bibliotecas rotativas, clubes de leitura) e onde, finalmente, a leitura ultrapassa largamente o quadro escolar para se integrar com os momentos mais comuns da vida do grupo. Famílias que permitem aos seus filhos assistir a prática de escrita frequentes, mais pragmáticas e outras mais formais, a das mais utilitárias às mais estéticas. Para as crianças que vivem em tais universos familiares, a escrita e a leitura são realidades da família antes de serem reconhecidas como realidades escolares. O “desvio” ou a “antecipação” joga-se lá, no primeiro quadro de socialização, onde são transmitidos numerosos recursos culturais e morais indispensáveis no percurso de conquista de uma posição social pessoal.

4. A dimensão imaterial de qualquer herança

Em geral, os fenómenos de herança contribuem para fazer de cada recém-nascido um ser desigualmente dotado e imediatamente apreendido pelas propriedades do seu meio social-familiar. Herdeiro de uma fortuna, uma empresa, uma casa, um terreno, de bens diversos e variados, cujo valor tanto económico como cultural pode ser muito elevado (quadros de pintores famosos, vasta biblioteca, móveis valiosos, jóias, etc.), aquele que nasceu num ambiente ricamente dotado (seja qual for o grau e a natureza da riqueza em questão), tem geralmente à sua disposição os produtos acumulados por muitas gerações, que imediatamente o distinguem de todas aquelas e aqueles que, ao mesmo tempo, são agarrados, pelo contrário, pela pobreza, precariedade, incerteza e o horizonte social limitado do seu ambiente familiar.

Mas a herança material, seja de natureza mais económica (bens materiais ou volume financeiro), ou mais cultural (bens simbólicos, tais como livros, pinturas, esculturas, etc.) comporta sempre uma dimensão imaterial. E quando as condições de

⁶ Quanto às condições familiares de acesso à leitura, as principais investigações mostram que os maiores leitores encontram-se entre aqueles que beneficiaram de uma história contada pelas suas mães em cada dia, do que entre aqueles que não as ouviam (ou ouviam raramente), e o peso dos grandes leitores é mais importante dentro daqueles que tinham uma biblioteca no seu quarto do que entre aqueles que a não tinham. (Singly, 1993).

existência são favoráveis desde a infância, como no caso das crianças aristocráticas, eles inscrevem-se ao longo do tempo nas formas de ser incorporadas:

“A grandiosidade dos castelos e dos palácios aristocráticos, o luxo de seus detalhes, a sumptuosidade constante do mobiliário, o espaço no qual se move sem constrangimento, e sem experimentar atritos, o feliz proprietário, rico antes de nascer; em seguida o hábito de nunca descer ao cálculo dos interesses diários e mesquinhos da existência, o tempo de que dispõe, a instrução superior que pode prematuramente adquirir; finalmente as tradições patricianas que lhe dão a força social que os seus adversários apenas compensam através dos estudos, por uma vontade, por uma vocação tenazes; tudo deveria elevar a alma do homem que, desde tenra idade, possui tais privilégios, impregnar-lhe este alto respeito de si mesmo, cuja menor consequência é uma nobreza de coração em harmonia com a nobreza do nome.” (Balzac, [1834] 1976: 76-77).

Na verdade, o legado não pode nunca ser reduzido a um processo de transmissão material, mas é sempre acompanhado pela “transmissão” (o termo torna-se mais metafórico [Lahire, 2006]) de tudo o que é necessário para se apropriar adequadamente ao legado material em questão: os gostos, as competências e disposições para agir, compreender ou julgar. Caso contrário, o legado continuará a estar, como dizem, “*no estado de letra morta*” (o que faz sentido quando a herança é constituída de livros), isto é, não encontraria as condições da sua utilização e, a fortiori, a sua fruição. Heranças sem herdeiros em condições – tanto em termos das competências como do desejo – para as retomar à sua conta e de as apropriar, heranças abandonadas delapidadas ou liquidadas (Gotman, 1988 e 1994)⁷: os “falhanços” ou os “fracassos” da transmissão intergeracional fazem lembrar, por defeito, todo o trabalho de socialização (ou seja, de educação difusa ou explícita) que deve ser feito para que cada nova geração retome as heranças do passado e façam desta apropriação uma questão existencial “pessoal”.

Referências Bibliográficas

ALBERT J.-P. (1993), “Écritures domestiques”, in D. Fabre (sous la dir.), *Écritures ordinaires*, Paris, POL/Centre Georges Pompidou-BPI, pp. 37-94.

BALZAC H. de ([1834] 1976), *La Duchesse de Langeais, La Fille aux yeux d’or*, édition de Rose Fortassier, Paris, Gallimard, Folio classique.

BOURDIEU P. et PASSERON J.-C. (1964), *Les Héritiers, les étudiants et la culture*, Paris, Minuit.

– (1971), *La Reproduction. Éléments pour une théorie du système d’enseignement*, Paris, Minuit.

⁷ Veja-se também o caso da ficção de Moscardi Vitangelo (filho de banqueiro inactivo, depois gastador), dirigido por Luigi Pirandello em *Un, personne et cent mille* ([1926] 1982) e que analiso em *L’Esprit sociologique* (2005) ou o caso bem real de um herdeiro não colocado em boas condições para herdar a herança paterna analisado em *Franz Kafka. Elementos para uma teoria da criação literária* (2010)

ELIAS N. (1991), *Mozart. Sociologie d'un génie*, traduit de l'allemand par Jeanne Étoré et Bernard Lortholary, Paris, Seuil.

GOBLOT E. ([1925] 2010), *La Barrière et le Niveau. Étude sociologique sur la bourgeoisie française moderne*, Paris, PUF, Coll. " Le Lien social ".

GOTMAN A. (1988), *Hériter*, Paris, PUF.

– (1994), "Déshéritage, dilapidation et filiation. Wittgenstein est-il un moderne?", *Communications*, n° 59, 149-176.

LAHIRE B. (1993a), *Culture écrite et inégalités scolaires. Sociologie de l' " échec scolaire " à l'école primaire*, Lyon, PUL.

– (1993b), "La division sexuelle du travail d'écriture domestique", *Ethnologie française*, XXIII, 4, 504-516.

– (1997), "Masculin-féminin. L'écriture domestique", in D. Fabre (éd.), *Par écrit. Ethnologie des écritures quotidiennes*, Paris, MSH, Coll. «Ethnologie de la France», pp. 145-161.

– (2004), *La Culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris, La Découverte, Laboratoire des sciences sociales.

– (2005), "Chapitre 4 : Splendeurs et misères d'une métaphore : 'La construction sociale de la réalité' ", *L'Esprit sociologique*, Paris, La Découverte, Coll. «Laboratoire des sciences sociales», 94-111.

– ([1998] 2006), *L'Homme pluriel. Les ressorts de l'action*, Paris, Hachette Littératures, Coll. «Pluriel».

– (2008), *La Raison scolaire. École et pratiques d'écriture, entre savoir et pouvoir*, Rennes, PUR, Paideia.

– (2009), "Inégalités, dispositifs scolaires et dispositions sociales", in J.-L. Derouet et M.-C. Derouet Besson (sous la dir.) *Repenser la justice dans le domaine de l'éducation et de la formation*, Bern, Berlin, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Wien, Peter Lang, Exploration, Collection de la Société Suisse pour la Recherche en Education, Vol. 146, pp. 105-116.

– (2010), *Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire*, Paris, La Découverte, Coll. «Laboratoire des sciences sociales».

PIRANDELLO L. ([1926] 1982), *Un, personne et cent mille*, Paris, Gallimard, L'Imaginaire.

SINGLY F. de (1993), *Les Jeunes et la lecture*, Paris, Ministère de l'Éducation nationale et de la culture, Les Dossiers Éducation & formations, n° 24.

ZORN F. de (1982), *Mars*, Paris, Gallimard, Folio.

RÉSUMÉ/ABSTRACT

Résumé:

Première instance de socialisation, la famille – la constellation de gens qui forment une famille et sont en interaction fréquente avec les enfants – a un monopole sur la formation précoce des dispositions mentales et comportementales des enfants, étant le premier espace (primaire) qui tend à établir objectivement – sans le savoir ni le vouloir – les limites du possible et souhaitable. Cependant, la famille n'est jamais cet organisme cohérente, homogène et lisse comme enchanté par des visions, ou tout simplement en survol macrosociologique comment

de nombreuses visions de «l'environnement familial » comme un moyen défini par quelques grandes propriétés sociales de synthèse, ils peuvent inciter. Non seulement les gens qui les placent parmi les configurations familiales sont porteurs de différentes propriétés sociales, mais de multiples tensions potentielles entre tous les acteurs, la concurrence possible entre frères et sœurs, l'équilibre du pouvoir entre les parents ou, plus largement, entre les branches paternelle et les relations de domination de la mère qui se développent entre parents et enfants, frères, etc. dire que l'enfant peut être le produit d'une sorte de «socialisation de bain» en continu, indifférenciée, harmonieuse et fluide.

Mots-clés: Transmission familiale; Héritage; Enfants; Famille.

Abstract:

First instance of socialization, the family – the constellation of people who actually make up a family and are in frequent interaction with children – has a monopoly on the early formation of mental and behavioral dispositions of children, being the first place (primary) that tends to establish objectively – without knowing or intending it – the limits of the possible and desirable. However, the family is never this organism consistent, uniform and smooth as enchanted by visions, or simply in flyover macrosociological how many visions of the “family environment” as a means defined by a few large social synthetic properties, they can incite. Not only the people that make them among the family configuration are carriers of different social properties, but multiple potential tensions between everyone involved, the possible competition between siblings, the balance of power between the parents or, more broadly, between the branches paternal and maternal relations of domination that develop between parents and children, brothers, etc.. mean that the child can be the product of a kind of “socializing bath” continuous, undifferentiated, harmonious and fluid.

Keywords: Familial transmission; Inheritance; Child; Family.

*Alta Fidelidade*¹: um roteiro com paragens pelas lojas de discos independentes em Portugal na última década (1998-2010)

Paula Guerra²

Resumo:

Este artigo centra-se na análise e na compreensão das sociabilidades e ambiências existentes nas lojas de discos independentes das cidades de Lisboa e do Porto na última década (1998-2010). Partimos do pressuposto que situam e congregam muita da chamada oferta musical no âmbito do *rock* alternativo, pois, no imaginário, não existe *rock* sem uma loja de discos por perto... E este enfoque revela-se pertinente não só numa lógica de contextualização no quadro da oferta e recepção musical no segmento do *rock* alternativo em Portugal, mas também porque actualmente assistimos a verdadeiras «revoluções» no que respeita à forma como a música chega às pessoas. Aos formatos «clássicos» acrescentaram-se outros, os meios de acesso mudaram e, nas palavras de muitos, democratizaram-se, deixando também um maior espaço para os *downloads* legais e ilegais (*desmaterialização da música*). Se atendermos ao significado de loja de discos independente, este poderá ser tripló, uma vez que corporizam uma resistência à dominação por parte de superfícies comerciais mais massivas e alargadas, contextualizam nas cidades novas tendências em termos de negócios culturais protagonizadas por intermediários culturais, geralmente participantes sob diversas modalidades nos sectores diferenciados da música alternativa e, também, materializam alguns chamados redutos do *indie rock* e expressões mais alternativas e especializadas dos diferentes géneros musicais.

Palavras-chave: lojas de discos independentes; *rock* alternativo; *indie rock*; sociologia da cultura; sociologia da música; mercados culturais; sociabilidades urbanas.

¹ Este artigo resulta de uma abordagem feita pela autora no desenvolvimento da sua Tese de Doutoramento em Sociologia / Ph.D Thesis in Sociology - *A instável leveza do rock. Gênese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal (1980-2010)/ The unstable lightness of rock. Genesis, dynamics and consolidation of alternative rock in Portugal (1980-2010)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Esta Tese de Doutoramento foi desenvolvida com a orientação do Professor Doutor Augusto Santos Silva e defendida em 28 de Janeiro de 2011.

² Socióloga. Docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pguerra@letras.up.pt.

1. Uma persistência inesperada

Estudos recentes acerca das dimensões espaciais da música popular (Baxter-Moore, 2004) colocam a tónica na importância da existência de estruturas locais de base à difusão da música que se congregam como agentes de suporte e sustentação de uma cena musical ou comunidade (Bennett & Peterson, 2004). No cômputo dos recursos mais referidos, relevam as salas de espectáculos ao vivo, as rádios e jornais/blogues temáticos e locais, os estúdios de gravação local, as lojas de instrumentos e serviços de apoio ao espectáculo musical, as *netlabels* ou as pequenas editoras locais, assim como, as lojas de discos. O trabalho de Sara Cohen acerca de Liverpool já tinha patentado, no início de 1990, a importância destas estruturas locais para a constituição de uma cena musical (Cohen, 1991). Ora, o nosso objectivo foi o de abordar a importância das pequenas e “independentes” lojas de discos locais, colmatando desta forma uma intensa lacuna dos estudos de música popular, demonstrando a sua importância enquanto catalisadores de cenas e de ambiências musicais específicas à escala portuguesa, concretamente nas cidades de Lisboa e do Porto³. O mote principal não foi o de saber onde as pessoas compram música, mas o de explicar e compreender os múltiplos papéis das lojas de discos na dinâmica e evolução do *rock* alternativo em Portugal na última década. Como bem observou Gracon, o significado das lojas de discos independentes transcende o de um simples lugar onde se pode comprar música (2008; 2010), “a loja tem uma relevância histórica e social profunda para os que nela estão envolvidos” (Gracon, 2008: 1).

A espacialização das lojas de discos será o primeiro dos eixos de análise e compreensão da importância das lojas de discos independentes através de um exercício de geo-referenciação das mesmas e do recurso ao discurso dos responsáveis por algumas das lojas. Não poderemos deixar de registar que a localização das lojas de discos independentes assume uma distribuição muito pouco amplificada em território nacional: existem lojas sobretudo nas cidades de Lisboa e do Porto e algumas lojas em Braga, em Coimbra e na Amadora. Quer no caso de Lisboa, quer no caso do Porto, se atendermos ao número de lojas existentes em 1998 e compararmos com as existentes em 2009 não notaremos grandes diferenças em termos quantitativos (Figura 1). No entanto, apercebemo-nos de dois detalhes analíticos interessantes: por um lado, do conjunto de lojas actualmente em funcionamento, é maior o número de lojas abertas depois de 1998, o ano de abertura da primeira loja da multinacional francesa Fnac; por outro, é igualmente percebida uma progressiva deslocalização das mesmas para o centro das duas cidades ou, como comumente se designa, para as suas «baixas»⁴,

³ A incidência analítica recobriu as seguintes lojas: no caso lisboeta, a Louie Louie, a Flur, a Carbone, a AnAnAnA, a Matéria Prima e a Discocoleção; do lado portuense, a Jo-Jo's, a Louie Louie, a Muzak, a Matéria Prima e a Compact Records (distribuidora).

⁴ Esta tendência de localização opõe-se à constatada por Graham Jones (2009) no caso do Reino Unido, uma vez que nas cidades deste país, as lojas tendem a localizar-se fora das zonas centrais da cidade, o que demonstra hipoteticamente a existência de fases diferenciadas de desenvolvimento urbano e cultural insitas às cidades portuguesas e inglesas.

seguindo uma lógica que facilmente associa um estilo de vida pautado pela vivência do urbano a uma maior apetência para a fruição musical, dentro das manifestações de novas dinâmicas urbanas.

De facto, num percurso rápido pelo centro de Lisboa e do Porto, facilmente nos deparamos com um número significativo de lojas de discos independentes com histórias e configurações distintas entre si que, no entanto, partilham um mesmo cenário urbano: com maiores ou menores dificuldades, existem para além das grandes lojas de discos, algumas das quais já encerradas; existem em paralelo com a venda de música na FNAC e nas grandes superfícies comerciais; e existem num contexto de queda das vendas de música no seu formato físico, em prol das facilidades de acesso à mesma, através do formato digital, revelando uma *persistência inesperada*.

Como se explica a emergência e a sustentabilidade das lojas de discos independentes? Certamente pelas especificidades que encerram e que as diferenciam dos restantes locais de venda de música, como sejam a sua oferta mais especializada, o atendimento personalizado ao público e feito por conhecedores que, muitas vezes, conhecem já as preferências dos seus clientes. Isto sem esquecer também o fenómeno de proliferação das pequenas editoras que, frequentemente, surgem associadas às lojas de discos independentes, locais onde as primeiras têm oportunidade de escoar as suas produções (Pettit, 2008). Assim, a conjugação destes e de outros factores faz com que a área de actuação destas lojas independentes não seja a mesma, por exemplo da Fnac, fazendo com que não haja uma verdadeira concorrência entre elas. Na verdade, ao circular pelos corredores de uma qualquer loja desta multinacional francesa, facilmente nos apercebemos de uma redução da sua variedade de oferta de títulos e formatos e, conseqüentemente, de uma possibilidade infinita explorada pelas lojas de discos independentes, mostrando que “mais do que uma banda particular, um género música, ou uma cena local, as lojas de discos oferecem um vasto potencial para histórias pessoais, exploração de comunidades, *insights* nas cidades e regiões e na forma como se experiencia e partilha música” (*Idem*: 8⁵).

⁵ Relembre-se a este respeito, a obra *Old Rare New The Independent Record Shop* (2008) cujo intento foi o de abordar as lojas de discos independentes dos E.U.A e de Inglaterra enquanto baluartes que desafiam as lógicas recentes do mercado musical, mostrando que apesar das rupturas, algumas lojas de discos ainda fazem sentido.

Figura 1: Evolução da distribuição de lojas de discos «independentes» no Porto e em Lisboa entre 1998 e 2010



2. Uma aposta na «independência» e a defesa do «amor pela música»

Entre os lojistas de Lisboa e Porto com que contactámos, é unânime o reconhecimento de que as lojas pelas quais são responsáveis ou com as quais estão envolvidos surgiram com o claro intuito de preencher lacunas existentes no mercado, quer ao nível dos géneros musicais oferecidos, quer relativas aos formatos vendidos, por exemplo, vinil e/ou CD e vinis usados. Paralelamente, esse reconhecimento e a tomada de iniciativa para a abertura da loja assentam num forte gosto e conhecimento musical, mais ou menos maturados ou ainda numa inserção mais ou menos intensa em determinadas esferas do campo musical. Assim, a criação da loja acaba por ser a consequência mais concreta e visível da sua forte ligação à música, assim como a profissionalização dessa ligação já há muito mantida pelo estatuto de *music lovers*.

“A especialização foi desde sempre a nossa bandeira, e graças a ela sobrevivemos”.

Delfim, Loja 5, 50 anos, Sócio-Gerente, 9.º Ano de Escolaridade, Porto

“O objectivo é sempre o mesmo: trazer tudo o que seja estranho. (...) Nós tentamos ir buscar coisas que pensamos que são melhores, que são menos conhecidas e mostrá-las ao público, que são coisas que não têm a mesma expressão na imprensa, que não têm a mesma expressão na rádio”.

Bartolomeu, Loja 7, 30 anos, Gerente, Licenciatura, Porto

Em termos de organização, as lojas aqui consideradas possuem estruturas pequenas e flexíveis onde, por norma, a polivalência é palavra-chave, na medida em que as pessoas envolvidas no projecto são confrontadas com a necessidade de se responsabilizarem por qualquer tarefa. Em comum, as lojas que constituem o nosso *corpus* analítico, têm o facto de todas as pessoas com elas relacionadas manifestarem uma identificação significativa com o projecto, bem como, um gosto enraizado pela música que, em alguns casos, se expressa mesmo em ligações que ultrapassam a esfera da loja (DJ, músicos, realizadores de rádio, etc.). Além disso, nos projectos de maior dimensão aqui considerados, a selecção dos recursos humanos a integrar passa necessariamente por critérios como a familiaridade com o meio musical, o «amor pela música» e pelos discos, os hábitos de trabalho em equipa e conhecimentos musicais detidos, testemunhando existir uma proximidade inelutável às redes de sociabilidade da música e uma postura de *music lover* reconhecida.

“Acho que sou um *dandy* da música, acho que estou cheio de manias adquiridas ao longo dos anos, de tanta música ouvir acho que estou um bocado snob, mas acho que faz parte da evolução de alguém que consome muito certo tipo de coisa começa a ficar exigente”.

Lourenço, Loja 6, 39 anos, Sócio-Gerente, Licenciatura, Porto

Parece-nos a este propósito muito esclarecedora a perspectiva de Hennion acerca deste «amor pela música» que pauta e mobiliza os recursos humanos das lojas de discos. Numa perspectiva crítica à de Walter Benjamin (2006; 1992), Antoine

Hennion (1999) apresenta uma proposta de análise que associa a indústria musical com os amantes da música através da abordagem do retorno da figura do amador. Benjamin (2006) defendia que a indústria discográfica destruiu a aura da *performance* musical, porque derrubava a essência da originalidade, neste sentido, o amador era assumido como um sobrevivente do passado. Contrariamente, Hennion considera que as actividades musicais passaram a ser uma parte cada vez mais significativa do lazer assistindo-se, a partir dos anos 1960, a uma intensificação das práticas amadoras, situação aparentemente contraditória face ao desenvolvimento do mercado discográfico (Hennion, 1999). Assim, o amador pode ser mais do que “o colecionador das velhas capas e dos discos de vinil, meticulosamente ordenados, hostil aos CD e a outros processos de gravação” (*Idem*: 2). Neste sentido, o acto de escuta e os gostos musicais não são necessariamente marcados pela passividade, funcionando antes como demonstração de “formas de construir o mundo” (*Ibidem*: 2). É possível observar que as práticas amadoras na música são amplificadas no tempo, pois constatamos uma relação entre as mesmas e a idade, sendo elas mais frequentes nos jovens, embora não exclusivas. De facto, é no quadro do desenvolvimento adolescente e juvenil que muitos destes agentes sociais incrementam um vínculo crucial à música que prefigura as suas opções profissionais futuras. Os amadores enquanto usuários e não apenas amantes de música têm ao seu dispor múltiplas combinações que não se opõem mas se complementam, no sentido em que a paixão pelos discos se conjuga com a actividade como músico numa banda e o acesso à música nos seus múltiplos suportes não inviabiliza o gosto por tocar um instrumento, ou ainda, o trabalho enquanto vendedor de discos não é impeditivo de uma assunção enquanto DJ, etc. As reactualizações do *music lover* são inúmeras, mas a posse de uma loja independente de discos assume uma importância crucial.

Figuras 2: Perspectivas do interior da Flur



Fonte: MUSICULT_2005 | 2009

Figura 3: Pormenor do interior da Muzak



Fonte: MUSICULT_2005 | 2009

Com percursos mais ou menos longos, as lojas de discos do Porto e de Lisboa apresentam como principais marcos de evolução, a sua ampliação, quer no que respeita ao aumento do espaço físico inicial, quer no que concerne à expansão do projecto para outras cidades do país. Mais ainda, no caso de muitas delas, a noção de ampliação estende-se também às suas formas de actuação, verificando-se o alargamento da principal actividade comercial a outras, como sejam a edição, a distribuição, a organização de eventos e a venda *online*. Dentro da cidade, a própria mudança de localização para áreas com maior visibilidade e centralidade e, portanto, com maior capacidade de atracção de públicos, é igualmente assinalada como um ponto de referência na evolução destes projectos, assim como a maior visibilidade mediática que alguns deles vêm conseguindo junto da imprensa, sem esquecer também a procura e a criação de formas de sustentabilidade das iniciativas. Porém, em algumas delas, não é perspectivado um crescimento muito maior do que aquele até agora conseguido, e que inicialmente nem sequer estava pensado. Neste caso, um maior crescimento apresenta-se inviável pela inexistência de mais pessoas ligadas aos nichos de mercado explorados e, simultaneamente, não se revela desejado, já que é visto como desvirtuando o conceito inicial subjacente ao projecto, «*small is beautiful*».

Estes posicionamentos não obstam a que não tenhamos em consideração as ambiguidades acerca do carácter «independente» destas lojas, pois se é assumido um grande controlo acerca do tipo de música comercializada, da ambiência e *design* das lojas numa óptica não corporativista, não é possível negar a sua necessidade de vinculação a processos de mercantilização mais vastos e dependentes de uma estrutura económica musical global (Straw, 2000; 2002), que conduz inclusive à

procura constante de diversificação de modalidades de negócio numa estratégia mais ou menos deliberada de capitalismo avançado (Gracon, 2010), evidenciando de forma mais ou menos clara os imperativos de negócio de formas e artefactos de *rebelia* musical (Hebdige, 2004).

“Se crescer muito mais vamos começar a perder valor e isso não nos fascina minimamente...”

Bartolomeu, Loja 7, 30 anos, Gerente, Licenciatura, Porto

Dadas as configurações que assumem e as, mais ou menos evidentes, provas de sustentabilidade dadas, qualquer uma das lojas de discos independentes com as quais contactámos tem noção do lugar de destaque que ocupam, numa lógica mais abrangente, no campo musical português do *rock* alternativo e no mercado das lojas e, numa óptica mais restrita, mas não menos importante, na cidade onde se situam. É importante frisar que além das limitações com que estes agentes se deparam do ponto de vista da rentabilidade económica, existe todo um conjunto de outras gratificações incomensuráveis no desempenho de uma actividade (que é também um modo de vida) assumida por «gosto» ou por «amor». Na discursividade destes agentes é frequente uma denegação económica dos proventos contrária à assunção reiterada de uma realização pessoal. E convoquemos Bourdieu (1996), pois estes posicionamentos têm uma hierarquia social incorporada que valoriza e consagra a «arte pela arte», ou neste caso, «a música pela música». Não deixará de ser importante relevar que pelas especificidades das suas linhas de oferta (géneros e/ou formatos em que apostam), de um modo geral inseridas num segmento alternativo e/ou pela antiguidade, estas lojas podem mesmo funcionar como referência para outras ou para outros projectos semelhantes, como que constituindo o adágio de que é possível «sobreviver».

“Acho que o vasto número acumulado de CD usados constitui, no entanto, o ponto mais forte na capacidade de oferta da Louie Louie, tratando-se de uma das mais completas fontes de recurso sedeada no Porto para aquisição de material em segunda mão”.

Lourenço, Loja 6, 39 anos, Sócio-Gerente, Licenciatura, Porto

“Eu acho que no Porto, o lugar da Matéria Prima é importante. Primeiro porque é a única loja que oferece este tipo de música e nos eventos eu acho que trazemos coisas que são relativamente boas, que são surpreendentes e que as pessoas gostam...”

Bartolomeu, Loja 7, 30 anos, Gerente, Licenciatura, Porto

Figura 4: Pormenor da entrada da Louie Louie



Fonte: MUSICULT_2005 | 2009

Figuras 5: Pormenores do interior da Carbono



Fonte: MUSICULT_2005 | 2009

Paralelamente, e sobretudo quando falamos de lojas já com alguma história e sedimentação, como é o caso da Jo-Jo's, no Porto, a importância do papel que representam passa igualmente por aspectos relativos ao seu modo de actuação. Pense-se, por exemplo, e ainda no caso da Jo-Jo's, na sua capacidade de antecipação no mercado musical, através da aposta em importações personalizadas e no lançamento

de nomes sem etiqueta editorial ou na eficiência e rapidez na resposta aos pedidos dos clientes. Estas são características importantes que, simultaneamente, resultam da experiência acumulada ao longo do percurso destes projectos e permitem a sua continuidade. Assim, as lojas de discos em causa são dotadas de uma elevada importância para a sua comunidade envolvente, o subcampo musical em causa, dado que tudo nelas contribui para uma atitude de «resistência à dominação» (Straw, 2002). Em primeiro lugar, a própria independência dos estabelecimentos assim o pressupõe, bem como o facto de apoiarem músicos independentes vendendo álbuns que não são distribuídos nas lojas convencionais. Gracon explica esta lógica recorrendo à teoria da *mcdonaldização* de Ritzer (1993), pois num mundo onde predomina a estandardização e o consumo musical massificado, estas lojas promovem a diversidade e a autenticidade musical não acumulando os seus produtos em *stock* como se apenas de uma mercadoria se tratassem: funcionam como um campo de batalha de resistência à dominação e sua tentativa de imposição de uma cultura de massas, de luta contra as forças hegemónicas de dominação como define Gramsci (Gracon, 2008). De uma forma geral, é reconhecida pelos responsáveis de todas as lojas incluídas no nosso tabuleiro investigativo, a marca de qualidade das mesmas e o seu contributo para a dinamização e enriquecimento da cidade em que se localizam. Pela variedade e qualidade do que oferecem e pelo próprio facto de existirem e permanecerem, contribuem para o alargar dos horizontes do espectro da fruição musical.

“Eu acho que a Flur é extremamente relevante e importante no mercado discográfico nacional porque cumprimos a nossa parte, nós não temos nenhum segredo apenas cumprimos a nossa parte. Há editoras que não têm distribuição, há umas que, se calhar, poderão ter outras pessoas a distribuir mas há outras que provavelmente não teriam ninguém a distribuir e, se calhar, por nós acreditarmos, por carolice ou porque achamos que somos as melhores pessoas para o fazer conseguimos inverter algumas coisas”.

Anselmo, Loja 4, 38 anos, Gestor de Distribuição, Licenciatura, Lisboa

“Podemos não ficar milionários, mas ajudamos a que o Porto seja uma cidade mais rica e mais variada e que tenha uma loja como deve ser, e isso já é bom!”

Raul, Loja 8, 49 anos, Sócio-Gerente, Licenciatura, Porto

No que respeita àqueles que são os principais géneros musicais representados pelas lojas de discos independentes aqui consideradas e as suas principais linhas de estruturação musical, podemos considerar a existência de três perfis principais de oferta. Um primeiro protagonizado pela Discoleção e pela Muzak, que estruturam a sua oferta em termos de uma perspectiva histórica da música, sendo as décadas de 1960, 1970 e 1980 marcantes nos produtos que oferecem. No caso da Muzak, a influência desse período temporal faz-se sentir numa pluralidade de géneros musicais que fazem parte do seu catálogo onde pontua o *rock* mas também o *soul*, o *funk* e o *disco*. Já na Discoleção, o período temporal considerado está presente através do *rock* (nas suas diferentes correntes: psicadélico, *hard*, progressivo e pós-*rock*) e do

punk. Uma marca distintiva nestas lojas para além da sua colocação específica na história do *rock*, é a disponibilização de «raridades». Um segundo perfil é formado pelas lisboetas AnAnAnA e Flur e pela portuense Matéria Prima, onde a aposta recai na música contemporânea e sobretudo nas suas vertentes electrónica e experimental, portanto uma aposta em nichos de mercado específicos (Gracon, 2010). Ainda assim, no caso da AnAnAnA, apesar desta ser a principal linha de oferta, não deixa também de haver lugar para propostas inseridas na cena do *rock* alternativo. Finalmente, um terceiro perfil é composto pela Carbono, a Jo-Jo's e a Louie Louie. Tratam-se de lojas que se estruturam, essencialmente, em torno do *rock* de cariz mais alternativo, ou o dito *indie rock* sem, no entanto, descurem, como por exemplo acontece na Jo-Jo's, as novas tendências da música electrónica e do *jazz* ou, no caso da Louie Louie, uma pluralidade de géneros musicais que vão desde o *ska* ao metal, passando pelo *soul*, *funk*, *garage*, *pop* e *rock*. Estas lojas situam-se numa vertente generalista no entender de Gracon (2010).

“Foi isso que marcou sempre esta loja, a razão desta longevidade toda é apostar em ter, para além daquilo que todos têm, ter aquilo que ninguém tem, adiantarmo-nos em relação aos grandes espaços e até mesmo às editoras, ter o que as pessoas querem ouvir e que têm dificuldade em encontrar”.

Delfim, Loja 5, 50 anos, Sócio-Gerente, 9.º Ano de Escolaridade, Porto

“O carácter eclético está bem presente na distribuição de todos os artigos pelo espaço da Louie Louie, desde o *rock* ao *metal*, do *pop* ao *soul*, e do *funk* ao *ska*. O *indie rock* é, porventura, o estilo que recolhe maior procura dos clientes habituais da loja”.

Lourenço, Loja 6, 39 anos, Sócio-Gerente, Licenciatura, Porto

Figura 6: Pormenor do interior da Musak



Fonte: MUSICULT_2005 | 2009

Um dado importante advém do facto de que em qualquer um dos casos parece buscar-se um equilíbrio entre os gostos musicais daqueles que estão à frente destes projectos e os géneros musicais mais procurados pelos seus públicos. E a busca deste equilíbrio, em alguns casos mais do que noutros, faz-se também procurando concretizar uma certa antecipação relativamente às apostas das grandes superfícies e até das editoras, tentando responder às lacunas detectadas no mercado, sempre numa «oposição» mais ou menos forte face ao *mainstream*. Nestas lojas, é visível a preocupação com a estruturação de linhas de oferta coesas mas, ao mesmo tempo, suficientemente flexíveis, de modo a permitir uma constante adaptação às mutações não só do próprio campo da música, mas também do gosto dos públicos. Para tal e também como forma de assegurar a especificidade e qualidade da sua oferta, em todas as lojas e, obviamente sobretudo naquelas que apostam em projectos mais actuais, a selecção dos conteúdos que compõem o seu catálogo resulta de uma constante pesquisa e actualização, nomeadamente a partir da imprensa internacional especializada e de uma intensa procura na Internet.

“É um jogo de adaptação, nunca é um jogo deliberado, planeado com muita antecedência é um bocado ao sabor do nosso gosto e do gosto das pessoas”.

Anselmo, Loja 4, 38 anos, Gestor de Distribuição, Licenciatura, Lisboa

“Acho que estamos numa altura em que há tanta informação que é difícil uma pessoa fechar-se só num círculo. Dantes havia isso porque havia falta de opções, se calhar não consegui ter acesso a um décimo do que tenho acesso hoje, ou um milésimo...”

Lourenço, Loja 6, 39 anos, Sócio-Gerente, Licenciatura, Porto

Com excepção da Discoleção e da Musak (as duas lojas que se pautam por um enfoque numa perspectiva diacrónica da música), cuja actividade se restringe apenas à venda «física» em loja, nas restantes, à comercialização na loja e por venda postal acrescentam-se outras, como sejam a promoção/organização de eventos (essencialmente de artistas por elas vendidos e/ou distribuídos) e a distribuição, esta última apenas no caso da AnAnAnA e da Flur. Convém ainda realçar o caso da Flur que, na sua vertente de promoção de eventos, chega mesmo a assumir contactos com a imprensa e órgãos de comunicação, bem como parcerias com entidades dominantes na área da organização de eventos⁶. Também a Matéria Prima não se abstém da realização de parcerias com diferentes associações e entidades, como a Fundação de Serralves ou o Passos Manuel. Na verdade, considerando que os eventos promovidos se direccionam para nichos específicos, transformando-se numa promoção de risco, as referidas parcerias podem ser assumidas como mais-valias no sentido da minimização desse mesmo risco. Todas estas iniciativas revelam que a “actual loja de discos é [tem de ser] um lugar de maravilha e de descoberta” (Sinclair, 2010:s/p.).

⁶ Como acontece com a promotora Filho Único e o Teatro Maria Matos. Iniciativa mensal da Flur no Teatro Maria Matos em Lisboa, “Super Disco w/ ... at Maria Matos”.

“Promover os artistas que vendemos cá. Se há um artista que nos entusiasma, nós arranjamos um espaço para ele tocar cá”.

Bartolomeu, Loja 7, 30 anos, Gerente, Licenciatura, Porto

3. Ambiências conviviais e «comunidades de interesse»

Face ao cenário de diminuição das vendas de discos, quem são hoje afinal os públicos das lojas de discos independentes? De uma forma geral, estamos a falar de um público esmagadoramente masculino, entre os 20 e os 50 anos, escolarizado e, sobretudo, vindo das grandes áreas metropolitanas, para além dos clientes internacionais, relevantes em algumas das lojas. Paralelamente, falamos de um público altamente conhecedor e amante de música (os *aficionados* dos discos), com um gosto já bem definido, maturado e específico. Ou seja, falamos de pessoas muito informadas, actualizadas e envolvidas na cena musical, sendo que alguns deles chegam mesmo a desenvolver actividade enquanto DJ, tornando-se dos principais clientes de algumas destas lojas. Falamos, portanto, daqueles que, resistindo às «tentações» do *download*, gostam de retribuir aos artistas o prazer que tiram de um disco pela sua posse física. Esta concepção prende-se com o assumir da música enquanto «cerimónia de prazer», o que implica “uma série de pequenos hábitos e formas de fazer a coisas na vida real, (...) um conjunto de rotinas, acordos e surpresas” (Hennion, 1999: 5). Uma das formas colectivas de audição musical que estes frequentadores preferem ainda se localiza na loja sob o ouvido atento dos conhecedores, por isso, podemos dizer que a sua avaliação dos diferentes projectos musicais está conexas aos seus pontos de ancoragem.

“O público de música, actualmente, anda muito bem informado, anda muito em cima. Se nós não conseguimos ter o disco disponível na primeira ou na segunda semana em que o disco sai, já não vale a pena tê-lo. (...) Estão sempre sedentos de informação, querem saber o que é que vai sair, quando é que vai sair e vão aos concertos”.

Martinho, Loja 1, 42 anos, Sócio-Gerente, 12.º Ano de Escolaridade, Sintra

“Pessoas que têm, de acordo com as suas capacidades económicas têm um instinto de consumismo mais frenético ou menos frenético e obviamente há muitos clientes que vêm cá todas as semanas porque há coisas novas que ou precisam porque a função deles é passar música seja numa cave ou seja num bar qualquer ou simplesmente porque vão saindo discos que as pessoas querem comprar porque gostam muito daquele género de música, daquele artista e gostam de ouvir novidades ou simplesmente porque gostam muito de música e querem continuar a ouvir coisas que gostem e porque consomem muito”.

Anselmo, Loja 4, 38 anos, Gestor de Distribuição, Licenciatura, Lisboa

De uma forma geral, e sem esquecer a importância dos novos clientes, também essenciais à sustentabilidade destes projectos, qualquer um dos lojistas não hesita em falar da relevância dos clientes fiéis, daqueles que são já presença habitual nas lojas e com quem, não raras vezes, acabam por desenvolver relações de maior proximidade convivial. Nestes casos, faz mesmo sentido falar de uma influência mútua entre lojistas

e clientes, no que aos gostos musicais diz respeito, o que frequentemente culmina em sugestões dos últimos que, desta forma, acabam por estar presentes no processo de selecção dos conteúdos das lojas. No sentido inverso, estes clientes fiéis recorrem ao aconselhamento dos colaboradores das lojas e, sempre que necessário, não hesitam em fazer pedidos especiais de importação, como referem alguns dos lojistas (Young, 2007). Gracon acrescenta ainda que a comunidade de frequentadores destes locais forma uma subcultura específica ligada aos mesmos, pois ao manifestar uma partilha de gostos e de consumos musicais e uma aproximação a indivíduos que manifestam o mesmo tipo de preferências, os clientes da loja formam assim uma espécie subcultura (Gracon, 2008, 2010).

“A própria equipa que estava atrás do balcão, o Nuno Rosa, a Yen Sung, o Zé Pedro Moura, o Johnny, o Tiago, era uma espécie de *dream team*... A loja funcionava como tertúlia, era uma espécie de escola desde o *drum 'n' bass*, ao *soul*, ao *funk*, etc. Aquele espaço, apesar de exíguo estava carregado de história. Os dias mais excitantes da loja eram quando chegava material”.

Tiago, Jornalista 22, 41 anos, Frequência Universitária, Jornalista, Editor, Produtor, DJ, Expo, Lisboa

Por outro lado, a sua não conformidade e resistência às instâncias dominantes aproxima estes frequentadores do local em termos das suas convicções e atitudes face à cultura musical. Entre clientes e funcionários observou-se uma relação de abertura, de amizade e cumplicidade numa interacção de carácter directo que incluía brincadeiras e discussões, trocas de informações e de conselhos a nível musical. Também foi possível, como para Gracon, observar que, para muitos dos clientes, as lojas funcionam como uma central de informações: “vários empregados referem-se ao espaço como uma biblioteca, e não uma loja, que implica uma relação diferente com os objectos e o espaço um local que implica aprendizagem e congregação, por oposição ao mero consumo” (Gracon, 2008: 13). Gracon defende, no quadro da sua análise das lojas de discos independentes no Oregon e na Califórnia, que a natureza comunitária das lojas *indie* origina subculturas que desempenham um papel importante na socialização, pois propõem visões do mundo alternativas e formas de expressão independentes do poder dominante. No nosso espectro empírico, não iríamos tão longe, mas defendemos que a permanência nestas lojas indicia uma ritualização importante de interacções sociais não só em torno da compra de discos, mas da aprendizagem acerca de música, da divulgação e debate de concertos, no conhecimento de pares, na discussão acerca da evolução e emergência de projectos musicais, etc. A distribuição (e venda) de fanzines, *flyers*, revistas, posters, livros potencia e amplifica as vivências e interacções musicais, podendo mesmo delinear estas lojas como uma espécie de conectores culturais (Gracon, 2010).

“Os nossos clientes são fiéis. Há uma fidelização muito grande. Vêm cá, compram discos há muitos anos... (...) A própria oferta encarrega-se de escolher o público. Gostávamos

que aparecesse mais gente. Mas eu acho que já sei quais são as 50 pessoas que vão aparecer [referindo-se aos eventos organizados]”.

Bartolomeu, Loja 7, 30 anos, Gerente, Licenciatura, Porto

“Esse *feedback* dos clientes também é importante. Às vezes também há clientes que nos ensinam coisas... e nós vamos ver e realmente vale a pena”.

Bartolomeu, Loja 7, 30 anos, Gerente, Licenciatura, Porto

Não é possível ignorar a importância dos colecionadores, nomeadamente aqueles que desde jovens compram vinil e que, muitas vezes depois de um período de interregno na altura do *boom* do CD, retornam ao primeiro formato. Esta é uma realidade sobretudo presente, em Lisboa, na AnAnAnA e na Discoleção e, no Porto, na Matéria Prima e na Louie Louie, lojas em que o mercado do colecionismo constitui a grande parte dos clientes ou em que, pelo menos, a venda de vinis surge equiparada à venda de CD. Há, por isso, o reconhecimento de que os colecionadores constituem um segmento essencial, que aposta na especialização e que faz com que a procura por música não passe apenas pelos seus formatos usuais, mas por todo o tipo de edições especiais⁷. O colecionismo de discos é uma actividade fundamental, ainda que completamente descurada no consumo de música popular. O colecionismo orienta-se para os lançamentos oficiais, em vários formatos, as gravações piratas (principalmente de concertos), as transmissões de concertos com som e imagem – vídeos de música ou DVD (Lomba, 2008). Geralmente, também acompanham essas colecções privadas uma vasta panóplia de literatura relacionada (livros de música e revistas) e lembranças relacionadas com a *music memorabilia* (por exemplo, bilhetes de concertos e programas, posters, baquetas, *line ups*, *set lists*, *t-shirt's*, fotos). O segmento do colecionismo envolve uma diferenciação entre valor de uso e valor de troca. Nas representações destes agentes sociais, o que move os colecionadores é o seu «amor pela música» ou «amor por uma banda» numa lógica próxima da apontada por Shuker quando lembra que coleccionar discos tanto “é uma tentativa para preservar o passado e memórias do passado” como “uma prática dotada de nostalgia” (Shuker, 2004: 325).

“Sou um colecionador, nunca me desfiz de um único disco que tenha comparado. Antes gravava muita música na rádio e não comprava música e nunca tive o hábito de comprar singles. Sou um adepto de vinis, nunca criei uma relação com CD, só compro em últimos casos. Compro música na Flur e na Internet e em lojas e sempre que viajo compro também; já fui a Nova Iorque ou a Londres pela música. É sempre um factor a ter em linha de conta na escolha das viagens”.

Rafael, Músico 48, 42 anos, DJ, Produtor e Programador,
Frequência Universitária, Lisboa

⁷ Os principais sítios para o desenvolvimento do colecionismo são as feiras de discos, as lojas de discos em segunda mão e as especializadas, o eBay e os leilões.

“Há pelo menos 25 anos que procuro discos. Em lojas de móveis em segunda mão, em armazéns, casas de particulares, garagens, lojas de electrodomésticos, antigos estúdios de rádio e até em lojas de discos. Na sua origem, a palavra inglesa *diggin'* significa ‘procurar’, ‘cavar’, e dá nome a toda uma cultura que se formou em volta da procura dessas rodelas de plástico negro”.

Tiago, Jornalista 22, 41 anos, Frequência Universitária, Jornalista,
Editor, Produtor, DJ, Expo, Lisboa

“A grande maioria dos nossos clientes é colecionador de música e eu acho que as lojas especializadas funcionam cada vez mais com esse tipo de clientes”.

Martinho, Loja 1, 42 anos, Sócio-Gerente, 12.º Ano de Escolaridade, Sintra

“Primeiro, porque o colecionador é um amante de música. Depois, porque não se fica por um único artigo, se sair uma capa diferente, uma edição mais XPTO, com DVD extra, com um livrete mais fora do vulgar, eles querem e gostam de ter tudo”.

Delfim, Loja 5, 50 anos, Sócio-Gerente, 9.º Ano de Escolaridade, Porto

“No vinil há três vertentes, há uma de pessoas que são realmente interessadas, profissionais do ramo, a maioria delas DJ e existem os *connoisseurs* que são os gajos que têm aparelhagens de seis milhões de contos em casa e que sabem que o vinil tem melhor som que o CD... e que o CD foi feito para enganar a malta. E existem ainda os «gola» que compram discos e quando chegas a casa deles nem gira-discos têm...”

Jacinto, Músico 21, 35 anos, DJ e Produtor, 12º Ano de Escolaridade, Lisboa

Assim, podemos arriscar a dizer que os públicos das lojas de discos independentes são sobretudo os ditos melómanos, bem como, os próprios músicos e DJ, isto é, públicos que se agregam num interesse específico. E é precisamente nestes públicos específicos, amantes e altamente conhecedores de música e nas relações que se estabelecem, que reside a relevância e uma certa «aura» detida hoje pelas lojas de discos independentes. Desta forma, podemos dizer que, não obstante a quebra nas vendas tradicionais de discos, as lojas podem ser vistas e apropriadas, sobretudo pelos músicos e melómanos, como um ponto de encontro, um local onde podem buscar informação, trocar ideias e experiências com semelhantes. Ou seja, facilmente a loja deixa de ser um simples posto de venda, de comercialização da música, para se tornar num espaço bem mais amplo (a ambiência para além do espaço físico; a música muito mais para além da sua comercialização), um *locus* de sociabilidade musical onde são desenvolvidos verdadeiros rituais e cultos em torno da música, permitindo uma ligação a ela muito mais forte do que alguma vez o descarregar da Internet poderá permitir (Gracon, 2010).

Efectivamente, outro dos eixos que caracteriza estas lojas está situado na historicidade do espaço e o sentimento de nostalgia e tradição lá vivenciado. Também por isso, os frequentadores habituais destes estabelecimentos, quer clientes quer empregados, manifestam o seu agrado em estar no local pelo seu ambiente acolhedor, «como se estivessem em casa». A identidade grupal destes indivíduos é ainda reforçada pelo facto de não só o conceito da loja em si espelhar uma luta contra

a homogeneização, mas a própria música que lá se vende e que é consumida pelos seus frequentadores ter subjacente uma mensagem de oposição à cultura de massas e para distribuição massificada nas lojas comuns. É ainda de salientar que entre os discursos dos entrevistados se destacava a sua preocupação com a desumanização da música pelo seu consumo e armazenamento digital, sendo que para eles visitar este tipo de local é vivenciar uma verdadeira troca de experiências humanas ligadas à música: “apesar de discos obscuros poderem também ser encontrados e comprados pela Internet, tais mediações e trocas não têm o mesmo senso de interacção humana, autenticidade e comunidade” (Gracon, 2008: 24). Ora, estas lojas são mais do que simples lojas de discos, são espaços de troca de experiências e de sociabilidades entre uma comunidade que se une tendo como ponto de encontro a cultura musical.

Louie Louie, Rua do Almada, Porto, 7 de Outubro de 2006

15:00. Quando entramos na loja não existiam clientes. Somente o dono e o empregado que meticulosamente etiquetavam discos. A ideia de fazer um registo de observação na Louie Louie surgiu de um diálogo com o responsável e dono da loja. Quando lhe perguntei pelo perfil de públicos, sugeriu que melhor do que palavras ou descrições subjectivas, seria a possibilidade de visualizar o movimento *in loco*. E num Sábado, o dia de maior dinamismo da loja, sobretudo da parte da manhã. Mas este estava a ser um Sábado de menor movimento.

Por esta altura, o que centralizou a nossa atenção foi o lugar, a ambiência da loja. Assim, estávamos num espaço rectangular (aproximadamente 60 metros quadrados) tendencialmente amarelo e preto, completamente pejado de expositores de discos, muitos discos (vinil e CD). Essa experiência sensorial é marcante para quem se interessa e vive a música de forma intensa, sendo que a sucessão estonteante de capas de grafismos e tipografias diversas se assume como um caleidoscópio de emoções e sons. A loja, como todas as lojas de discos, tinha uma música de fundo, mas essa era a menos importante, o marcante eram mesmo os discos e as sensações que desencadeavam. Impossível não associar os discos a memórias passadas, passadas próximas e actuais, levando-nos a acreditar que as vidas têm bandas sonoras de facto. A Louie Louie apresenta os discos por estilos específicos, com tabuletas identificadoras que vão do *rock* ao *pop*, do *metal* ao *hip-hop*, do *dark goth* à dança... Mas a ambiência geral é de *rock 'n' roll*, essa é a imagem visual da loja. Um aprofundamento do olhar levou-nos ao resto das paredes, e a toda uma *memorabilia* de *posters* e fotos relevantes. The Cramps, Ramones, Da Vinci, Amália, Motornoise... tudo misturado nas paredes anunciando concertos e veiculando imagens. E servindo de prolongamento aos expositores de discos: estas imagens prolongam os discos... Servem para quê? Para tornar mais apetecível o espaço? Para corporizar a música? Para obedecer aos gostos estéticos e decorativos dos responsáveis? Uma outra sensação experimentada foi a da proximidade com os objectos e a correspondente impressão de que estávamos num espaço «conhecido», familiar e próximo.

Por volta das 15:35 entram na loja duas raparigas. Procuram discos dos Cure. Duas questões se colocam: afinal as lojas de discos são frequentadas por mulheres,

sim. Algumas, os cerca de dois por cento que ficam dos esmagadores 98 por cento de homens. Os The Cure? Certamente que podemos situar esta procura no presente revivalismo face ao *pós-punk* dos anos 1980. A loja parece adquirir movimento, pois chega entretanto um homem com CD nas mãos que se dirige ao balcão e os oferece para venda. Pelas interações desenvolvidas, reconhecemo-lo por um *habitué* da loja no que diz respeito ao segmento de mercado de venda de discos em segunda mão por parte da Louie Louie. O preço é ajustado sem discussão e o negócio concretiza-se. Passado pouco tempo, entra um cliente, que percebemos como habitual dos Sábados, pois é feita a verbalização desse facto, assim como também, a sua condição de comprador fiel e hipoteticamente colecionador, compra sem ouvir e sem ver. Outro cliente, agora. Este conversa com os presentes acerca de música, ouve alguns discos novos e permanece cerca de 20 minutos na loja deambulando pelo «artigo» e em conversa com os presentes. Conversa-se sobre discos, mas também concertos que se viram e que se querem ver. Entra mais um, que cumprimenta os demais, demonstrando conhecer os lojistas mas também o cliente: *proxémia* do *rock*. A catalogação de discos processa-se a todo o ritmo. Mais tarde, prepara-se uma encomenda a enviar por correio Segunda-feira e aí nos é referida a importância da venda postal para a loja. É também oportunidade de fazer um balanço, hoje não é um «bom Sábado», pois as pessoas «ainda não receberam» ou «estão fora» do Porto, Mas uma certeza se consolida, a clientela da loja é masculina e «conhecida».

Diário de Campo MUSICULT_2005 | 2009

E é neste cenário que parece ocorrer uma espécie de regresso à memória e ao papel-chave deste tipo de lojistas no meio musical de pendor mais alternativo, que tão facilmente nos transporta para o imaginário da “Alta Fidelidade” que dá nome a este artigo. Talvez faça mesmo sentido falar de um fenómeno de «moda» deste tipo de lojas. Este não afecta os já referidos clientes fiéis e/ou melómanos, mas poderá influenciar os hábitos e formas de consumo de uma franja mais jovem, levada por um certo *hype* em torno deste tipo de lojas. Neste sentido, a Recording Industry Association of America, concentrando-se no período de 1999 a 2008 e reportando-se apenas aos E.U.A., demonstra que apesar de se verificar um decréscimo da sua importância (a perda faz-se sobretudo para a Internet e para os *downloads* digitais), as lojas de discos permanecem locais de referência para a compra de música.

Esta importância traduz-se, ente outros aspectos, na criação do “Record Store Day” (<http://recordstoreday.com>), um dia em que os responsáveis por lojas de discos independentes de todo o mundo se juntam aos próprios artistas para celebrar a música. Concebido por Chris Brown, um empregado de uma destas lojas nos EUA, foi fundado em 2007, congregando mais de 700 lojas do território americano e centenas, internacionalmente. Desta feita, Canadá, Estados Unidos, Austrália, França, Brasil, Japão, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Irlanda, Israel, Itália, Holanda, Nova Zelândia, Suécia e Reino Unido, Hong Kong e Portugal são os países que aderiram ao Record Store Day, que anualmente celebra a cultura do disco e das lojas de música independentes e de pequena escala (Lopes, 2009). A concretização deste evento passa a

nível mundial pelo lançamento de edições especiais, descontos e promoções, concertos e as mais diversas actividades em torno da valorização e visibilidade dos discos como suportes físicos num contexto de crescente desmaterialização (Cfr. <http://www.facebook.com/RecordStoreDay>). Em Portugal, a Flur, a Carbone e a Trem Azul, em Lisboa, a Jo-Jo's Music/CDGO, no Porto, e as três lojas da Louie Louie (em Lisboa, Porto e Braga) aderiram a esta iniciativa⁸.

Figuras 7: *Flyers de eventos complementares da Louie Louie*



Fonte: <http://www.louielouie.biz> segundo licença CC-BY-NC-ND 2.0

Para além dos vários factores já referenciados como explicativos da relevância do conceito e a sustentabilidade dos projectos das lojas de discos independentes, seria uma omissão ignorar o contributo da crescente visibilidade e ênfase social (e musical) do vinil. Efectivamente, não obstante o momento de queda nas vendas de música nos seus formatos físicos, parece estar a haver um retorno ao «velho formato» em vinil.

⁸ A celebração é também realizada em Portugal. Se nos reportarmos ao ano de 2010, verificamos que em Lisboa, a Flur dinamizou o dia com actuações de DJ, com uma exposição de capas de discos, com promoções especiais e com um atendimento feito por DJ e músicos no balcão. A Louie Louie promoveu uma campanha de desconto de 20% nas lojas de Lisboa, Porto e Braga, uma exposição de capas da Factory na loja de Lisboa, uma festa no LEFT em Lisboa e uma actuação de DJ na loja do Porto. A Carbone em Lisboa ofereceu *packs* surpresa com *t-shirts* e CD. No Porto, a CD-GO/Jo-Jo's teve uma agenda marcada por concertos (Cfr. <http://opontoalternativo.wordpress.com/2010/04/17/record-store-day/>).

Nos últimos anos, tem-se vindo a assistir a um aumento das vendas. Por exemplo, nos EUA e Canadá, segundo a Nielsen Soundscan⁹, até ao final de Novembro de 2009 foram vendidos mais de 2,1 milhões de vinis, o que representa um aumento de 35% face a igual período de 2008, ano em que as vendas de vinil atingiram os 1,88 milhões, mais 89% do que em 2007. Também em Portugal a tendência é a mesma. De acordo com a AFP, no primeiro semestre de 2008, as vendas de álbuns em vinil aumentaram 54 250%, enquanto as vendas de *singles* também em vinil aumentaram 1 009%. De um modo mais concreto, a AFP tem registado, no primeiro semestre de 2007, apenas 4 pedidos de discos de vinil por parte das lojas às editoras, enquanto no mesmo período de 2008 esse número subiu para 2 174 pedidos.

“Há editoras nos Estados Unidos que estão a fazer uma coisa muito inteligente, como por exemplo a Sub Pop. Na compra de um vinil novo de uma banda, dão os códigos para descarregar mp3 de borla. Isto já é uma forma de tentarem controlar as coisas, de dizerem: ok, queres ter o disco em vinil para tocar na tua aparelhagem, mas quando andas na rua queres ter o mp3 para ouvir no i-Pod, nós damos-te o mp3”.

Tiago, Jornalista 22, 41 anos, Frequência Universitária, Jornalista,
Editor, Produtor, DJ, Expo, Lisboa

Qualquer um dos responsáveis pelas lojas de discos independentes reconhece, de imediato, a relevância deste fenómeno que vem já acontecendo desde o início dos anos de 1990 e tem tendência para continuar, já que é um formato em que as linhas editoriais independentes têm vindo a apostar. E nesta sequência também facilmente são apontadas razões que justificam este visível retorno àquele que é o formato mais resistente à passagem do tempo. Desde logo, referem um verdadeiro culto que é feito em torno do objecto, numa espécie de celebração de uma materialidade da música. O vinil pode ser visto, sobretudo pelos melómanos/coleccionadores, como representando a concretização de algo transcendente – a música – que só assim parece adquirir a total legitimidade da sua existência enquanto uma realidade indiscutível. Falamos, por isso, no culto ao objecto físico que não só é uma verdadeira prova da história da música (arquivo musical), como também encerra em si toda uma qualidade sonora e estética (a importância das capas, por exemplo), não proporcionadas por outro formato físico e muito menos pelo *download* a partir da Internet. Está aqui intrínseco o ritual de «tocar no vinil», ver se não está riscado, *ter na mão* um verdadeiro objecto artístico (Androutsopoulos, 2004). Ao mesmo tempo, para além deste valor simbólico e mesmo nostálgico do vinil, o seu ressurgimento acontece também em virtude da banalização, e conseqüente desvalorização, de outros formatos, nomeadamente o CD, sem esquecer, igualmente, todos os impactos da Internet. Neste sentido, o vinil adquire um carácter único e irreproduzível, o que lhe confere um estatuto de distintividade em tudo oposto à facilidade (desprestigiante) com que se copia um CD ou que, com um simples clique, se descarrega um ficheiro.

⁹ Cfr. http://en-us.nielsen.com/content/nielsen/en_us/industries/media/entertainment.html.

“Os discos de vinil, para além de mais bonitos, são muito mais mitificáveis. Parecem absorver o tempo de uma forma mais profunda. O papel tem um cheiro que o plástico não tem, tem um envelhecer muito particular. As capas e toda a ritualização de o tocar, o pegar no disco para ver se não tem ‘pelinhos’, se não está riscado, o saber que são objectos artísticos que foram criados para ser ouvidos daquela maneira, tudo isso me agrada”. (Pedro Gomes *In* Lopes, 2008d).

“Existe esta ideia de que é *cool* ter uma cena impressa em vinil. O vinil terá ganho essa aura, mas eu não iria ao ponto, com muita pena minha, de achar que está revalorizado, e que vai ocupar o espaço que o CD está a deixar. Admito, claro, o pensamento inerente a quem olha para o vinil como o suporte de excelência para a música (e, principalmente, para a música de dança) em tudo aquilo que penso em relação a isto. Como facilmente admito toda a comodidade que o digital traz a quem é DJ. Olhando para um e outro, a verdade é que, por todo o processo que um e outro passa na sua criação e na maneira como é vendido, o vinil será, cada vez mais no futuro, um produto premium”.

Tiago, Jornalista 22, 41 anos, Frequência Universitária, Jornalista,
Editor, Produtor, DJ, Expo, Lisboa

“A banalização, também associada à pirataria e ao *download*, criou uma de voltar ao objecto inicial, ao formato maior, de tocar no objecto”.

Delfim, Loja 5, 50 anos, Sócio-Gerente, 9.º Ano de Escolaridade, Porto

“E não se pense que o vinil está velho e ultrapassado. O pessoal novo começa a comprar o gira-discos e prefere o vinil. Estamos perante a banalização do CD, enquanto o vinil é único”.

Lourenço, Loja 6, 39 anos, Sócio-Gerente, Licenciatura, Porto

“Em alguns circuitos localizados, agora que somos todos muito originais, muito diferentes e muito belos, neste preciso momento em que a diferença é uma comodidade que podes consumir, também o vinil é mitificado. Dá um ar intelectual, artístico e misterioso, mas isso, como em qualquer ‘modinha’, há-de passar”. (Pedro Gomes *In* Lopes, 2008d).

Para além dos factores enunciados, seria desacertado não considerar neste actual destaque do vinil, a importância da figura do DJ, uma personagem cada vez mais presente na cultura urbana e que representa uma parte significativa dos públicos das lojas de discos independentes. Se não é um requisito absoluto um bom DJ apenas passar música em vinil, é inquestionável o seu papel no ressurgimento deste formato (Pires, 2009). O «regresso ao vinil» faz com que, inevitavelmente, se assista também ao regresso aos gira-discos que, cada vez mais frequentemente, podemos encontrar nas lojas de discos independentes¹⁰. Pense-se, por exemplo, no caso da Jo-Jo’s que

¹⁰ Segundo a Nielsen SoundScan, o cenário dos gira-discos também é positivo: quase meio milhão foi vendido em 2007, em comparação com 275 mil no ano anterior (Sousa, 2008).

desde cedo apostou em proporcionar gira-discos para audição dos vinis em catálogo e que agora apresenta modelos originais, verdadeiros objectos *design*, para venda. Não ignorando a dimensão de moda que este regresso ao vinil pode representar¹¹, sobretudo para os ouvintes mais jovens, o certo é que o interesse destes pelo vinil parece estar a convencer também as grandes editoras a apostar num formato que, tudo indica, terá vindo para ficar.

4. Sementes para o futuro da *alta fidelidade*

Se partimos da constatação da sua existência algo paradoxal no seio da cultura urbana, importa agora tentar perceber quais são os principais projectos das lojas de discos independentes. Assim, existem lojas (Carbono e Matéria Prima) onde se denota a aposta numa lógica de continuidade, procurando assegurar a estabilidade e, se possível, o crescimento das lojas já existentes, assim como uma contínua conquista de públicos para os eventos por elas organizados. Tal linha de orientação, num cenário não muito favorável como aquele que vigora nos dias de hoje, é já perspectivada como um importante desafio. Numa óptica que vai para além da continuidade, lojas como a AnAnAnA, a Flur e a Jo-Jo's, contemplam nos seus projectos futuros, o alargamento ou incremento das suas actividades e/ou locais e formas de actuação. Assim, tanto a AnAnAnA como a Flur planeiam a inclusão nas suas linhas de oferta da organização de eventos, enquanto oportunidade de rentabilizar os contactos possuídos no meio e de divulgar nomes, sobretudo internacionais, que já fazem parte dos seus catálogos mas que ainda são pouco conhecidos dos públicos nacionais. Além disso, a organização de eventos pode constituir-se uma tentativa de suplantar a crise das vendas de discos. Na mesma linha, a Flur e a Jo-Jo's fazem passar os seus projectos pelo incremento do papel da Internet na estratégia de actuação da loja. Qualquer um destes projectos não deixa de ser pensado tendo em conta, por um lado, a consciência que cada um dos lojistas possui acerca daquelas que são as potencialidades das lojas pelas quais são responsáveis, designadamente, a qualidade, a diversidade e especialização da oferta, o atendimento personalizado e por conhecedores, a existência de clientes fiéis e os preços convidativos.

Este posicionamento face ao futuro e à viabilidade destes projectos, não descarta a enunciação de estrangulamentos, relacionados sobretudo com a actual situação do mercado de lojas de discos independentes. Referem-se, assim, as debilidades de sustentabilidade dos projectos; a concorrência desleal protagonizada pelos *downloads* ilegais; a prática de um IVA elevado e desadequado às margens de lucro das lojas

¹¹ Um exemplo claro do que aqui se expõe é o fenómeno *sleeveface* ("cara de capa", numa tradução adaptada), que consiste em pegar em capas de vinil, colocá-las à frente da cara, assim emprestando o corpo ao artista da capa. A ideia partiu do DJ Carl Morris, que tinha este hábito enquanto passava música, e dos seus amigos John Rostron, da promotora Plug Two, e Huw Stephens, da BBC Rádio, que decidiram fotografar um desses momentos. Foi apenas a primeira de várias fotografias, que culminaram na criação de espaços na Internet, como forma de chegar a mais pessoas (Facebook, Flickr, You Tube).

(para além de ser igualmente revelador da desvalorização da música enquanto bem cultural, nomeadamente em comparação com os livros); e o próprio panorama musical português entendido como sendo dominado por uma «preguiça cultural», isto é, pela reduzida capacidade de risco e de inovação dos actores-chave, nomeadamente promotores e imprensa. De uma forma mais abrangente, todos os lojistas demonstram ter consciência das configurações, em mutação, assumidas pelo mercado. Assim, reconhece-se que a crise discográfica a que se assiste contribui para que haja uma redução da oferta das lojas de discos que, no caso das grandes cadeias de lojas, pode mesmo culminar na extinção das secções.

Neste cenário, surge uma oportunidade para as lojas de discos independentes que, pela sua especialização, podem marcar a diferença em relação às grandes lojas. Atente-se ao facto de hoje em dia a concorrência se processar a nível global e não local, o que vem dificultar os mecanismos de sobrevivência das lojas. Resultante de tal facto, o mercado de lojas é hoje muito mais reduzido e o nicho de mercado que estas cobrem não é abrangido pelas grandes cadeias de lojas, gerando assim dificuldades de distribuição de música de segmentos mais independentes. Face a este contexto, alguns dos agentes sociais em análise demonstram uma clara consciência de que, hoje em dia, ter uma loja de discos implica um envolvimento muito mais significativo e um «trabalho de bastidores» acentuado, que passa necessariamente por um uso intensivo da Internet, enquanto canal de divulgação e de venda para o qual importa criar conteúdos cuidados. Não obstante as suas configurações específicas, as diferenças Lisboa/Porto, a crise discográfica e todas as dificuldades vivenciadas, as lojas aqui consideradas parecem ser bons exemplos de persistência. Parecem ser a prova de que é possível manter o «amor à música» e o «espírito de aventura» lançando as sementes futuras de uma *alta fidelidade*.

Referências Bibliográficas

ANDROUTSOULOS, Jannis (2004), “Typography as a resource of media style: cases from music youth culture”, in Klimis Mastoridis (ed.), *Proceedings of the 1st International Conference on Typography and Visual Communication* [Em linha], 381-392, Thessaloniki, University of Macedonia Press. [Consult. a 12 de Março de 2008]. Disponível em: <http://www.archetype.de/texte/2003/Typography-as-Style-Resource.pdf>

BAXTER-MOORE, Nick (2004), “ ‘So You Want To Be A Rock’n’Roll Star’: The Music Store As A Local Resource”, in *Communications, Popular Culture & Film*, Ontario, Brock University, Revised draft of a paper presented to the Annual Conference of the Mid-Atlantic Popular and American Culture Association, Hyatt Regency Hotel, Buffalo, NY, November 5-7. [Consult. a 10 de Fevereiro de 2010]. Disponível em:

<http://www.pcn.brocku.ca/SoundsAndScenes/pdfs/BaxterMooreRockStar.html>

BENJAMIN, Walter (1992), *Sobre a arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa, Relógio d’Água Editores.

– (2006), *A modernidade*, Lisboa, Assírio & Alvim.

BENNETT, Andy; PETERSON, Richard A. (eds.) (2004), *Music scenes: local, translocal and virtual*, Nashville, Vanderbilt University Press.

BOURDIEU, Pierre (1996), *As regras da arte*, Lisboa, Editorial Presença.

COHEN, Sara (1991), *Rock culture in Liverpool: popular music in the making*, New York, Oxford University Press.

FREARS, Stephen (dir.) (2000), *High Fidelity*, DVD, Touchstone/Disney.

GRACON, David (2008), “Music subcultures, community, and cultural resistance: a case study of independent record-store culture at the house of records”, in *Annual meeting of the International Communication Association*, TBA [Em linha], Montreal e Quebec. [Consult. a 10 de Maio de 2010]. Disponível em: http://www.allacademic.com/meta/p233899_index.html

– (2010), *Exiled records and over-the-counterculture: a cultural political economic analysis of the independent record store*, A dissertation presented to the School of Journalism and Communication and the Graduate School of the University of Oregon, Oregon, University of Oregon Libraries.

GRAZIAN, David (2004), “Opportunities for ethnography in the sociology of music”, in *Poetics*, 32, 197 – 210.

HEBDIGE, Dick (2004), *Subcultura. El significado del estilo*, Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.

HENNION, Antoine (1993), *La passion musicale. Une sociologie de la médiation*, Paris, Édition Métailié.

– (1999), “Music industry and music lovers, beyond Benjamin: the return of the amateur”, in *Soundscapes* [Em linha], Volume 2, 1 - 7. [Consult. a 12 de Março de 2008]. Disponível em:

http://www.icce.rug.nl/~soundscapes/DATABASES/MIE/Part2_chapter06.shtml

HORNBY, Nick (1995), *High fidelity*, New York, Penguin.

JONES, Graham (2009), *Last Shop Standing: Whatever Happened to Record Shops?*, London, Proper Music Publishing.

KIM, Paul (2006), *Exploring Rock Music Influence Between and Among Independent and Major Record Label Bands*, Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, Montreal, Montreal Convention Center, Aug 10, 2006. [Consult. a 10 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p105088>

LOMBA, Cláudia (2008), “Dar o corpo ao vinil”, in *Ípsilon. Suplemento do Jornal Público* [Em linha], 28 Novembro. [Consult. a 17 de Outubro de 2009]. Disponível em: <http://www.publico.clix.pt/>

LOPES, Mário (2009), “Cavaleiros do vinil na era do MP3”, in *Ípsilon. Suplemento do Jornal Público* [Em linha], 22 Agosto. [Consult. a 30 de Abril de 2010]. Disponível em: <http://www.publico.clix.pt/>

MOIST, Kevin (2008), “‘To Renew the Old World’: Record Collecting as Cultural Production”, in *Studies in Popular Culture*, 31, 1 Fall, 99-122.

NEEDHAM, Alex (2010), “In praise of independent record stores”, in *The Guardian* [Em linha], Friday 16 April. [Consult. a 20 de Abril de 2010]. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/music/2010/apr/16/independent-music-stores-musicians-favourites>

PETTIT, Emma (2008), *Old rare new. The independent record shop*, London, Black Dog Publishing.

PIRES, João Pedro Gaspar da Silva (2009), “Vinil. Uma Indústria de Guerrilha. Plus24H.”, in *Rua de Baixo* [Em linha], N° 48, Setembro. [Consult. a 10 de Fevereiro de 2010]. Disponível

em: <http://www.ruadebaixo.com/uma-industria-de-guerrilha.html>.

RITZER, George (1993), *The mcdonaldization of society: an investigation into the changing character of contemporary social life*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.

SHUKER, Roy (2004), “Beyond the ‘high fidelity’ stereotype: defining the (contemporary) record collector”, in *Popular Music* [Em linha], Volume 23/3, doi: 10.1017/S0261143004000224, 311 – 330. [Consult. a 3 de Janeiro de 2010]. Disponível em: <http://uk.cambridge.org/journals/pmu/>

SINCLAIR, David (2010), “Record shops get back into the groove”, in *The Sunday Times* [Em linha], April 11. [Consult. a 10 de Julho de 2010]. Disponível em: http://entertainment.timesonline.co.uk/tol/arts_and_entertainment/music/article7091707.ece

STRAW, Will (2000), “Exhausted Commodities: The Material Culture of Music”, in *Canadian Journal of Communication*, Vol. 25, 1, Millennium Issue. [Consult. a 9 de Março de 2010]. Disponível em: <http://www.cjc-online.ca/index.php/journal/article/viewArticle/1148/1067>

– (2002), “Music as Commodity and Material Culture”, in *Repercussions*, vol. 7-8 (Spring-Fall, 1999-2000), 147-172. [Consult. a 9 de Março de 2010]. Disponível em: <http://strawresearch.mcgill.ca/strawrepercussions.pdf>

YOUNG, Rob (2007), *Rough Trade. Labels unlimited*, London, Black Dog Publishing.

Sites consultados [2008-2010]

http://en-us.nielsen.com/content/nielsen/en_us/industries/media/entertainment.html

<http://www.facebook.com/RecordStoreDay>

<http://www.louielouie.biz/>

<http://www.recordstoreday.com>

ABSTRACT/RÉSUMÉ

***High Fidelity*¹²:**

an itinerary with stops on the independent record stores in Portugal on the last decade (1998-2010)

This article focuses on the analysis and understanding of the ambiances and sociabilities present in the independent record stores of Lisbon and Porto in the last decade (1998-2010). We've started our work based on the assumption that these places both locate and congregate a lot of the musical offer of alternative rock, since, on a reminiscent level, there is no rock without a nearby record store... This focus finds its pertinency not only as a contextualization basis on the scope of musical offer and reception of the alternative rock in Portugal, but also because today we can witness true 'revolutions' regarding the way music gets to people. To the 'classic' formats others were added, the media of access also changed and, in the words of many, were democratized, leaving a greater space for legal and illegal downloads (the dematerialization of music). If we attend to the meaning of 'independent record store', we can

¹² This is the title of a novel by Nick Hornby, “High Fidelity” published in 1995, which subsequently led to a movie, with the same title, directed by Stephen Frears (2000) which depict some of the experiences inherent to independent record stores, record collectors and music lovers.

find it divided in three: they embody the resistance against the domination imposed by bigger and more massive commercial surfaces; they are the context for new cultural business trends held by cultural intermediaries on the city, generally participating under the guise of different modalities on plural sectors of the alternative music; and, also, they materialize some of the so called stronghold for the indie rock and other alternative and more specific expressions of the different musical genres.

Keywords: Independent record stores; Alternative rock; Indie rock; Sociology of culture; Sociology of music; Cultural markets; Urban sociabilities.

High Fidelity¹³:

un guide avec des arrêts par les magasins de disques indépendants au Portugal dans la dernière décennie (1998-2010)

Cet article se concentre sur l'analyse et la compréhension des magasins de disques indépendants existants au sein des villes de Lisbonne et du Porto dans la dernière décennie (1998-2010). Nous croyons que c'est ici qu'on peut trouver plupart de la dite offre musical dans le cadre du *rock* alternative, car il n'existe pas du *rock* sans un magasin de disques aux alentours... Et cette approche semble être pertinente non seulement dans le contexte d'un cadre logique de l'offre et de la réception musical dans le segment du *rock* alternatif au Portugal, mais aussi parce que nous assistons actuellement à des véritables «révolutions» en ce qui concerne la façon dont la musique touche les gens. Aux formats «classiques», ils se sont ajoutés d'autres, les moyens d'accès ont changé et, selon l'opinion de beaucoup de gens, ils se sont démocratisés, en laissant plus de place pour les *downloads* légaux et illégaux (dématérialisation de la musique). Si nous considérons le significat d'un magasin de disques indépendant, il peut être triple, une fois qu'ils incarnent une résistance à la domination par les grands centres commerciaux plus massives et prolongées, conceptualisent des nouvelles tendances dans les villes en matière d'affaires culturelles représentées par des intermédiaires culturels, en générale, participants sous différents modalités dans les secteurs différenciés de la musique alternative, et incarnent également une certaine fief appelé de l'*indie rock* et des expressions plus alternatives et spécialisés des différents genres musicaux.

Mots-clés: Magasins de disques indépendants; *Rock* alternatif; *Indie rock*; Sociologie de la culture; Sociologie de la musique; Marchés culturels; Sociabilités urbaines.

¹³ Tel est le titre du roman de Nick Hornby, *High Fidelity* (1995) qui a abouti à un film éponyme de Stephen Frears (2000) qui décrivent certaines des expériences dans les magasins de disques indépendantes pour part des collectionneurs, d'amateurs et de *music lovers*.

Oferta Cultural em Espaço Rural: Públicos do Festival BONS SONS'10

Daniela Craveiro¹

Jorge Rodrigues Silva²

Resumo:

O festival BONS SONS'10 é um evento de música bienal organizado na aldeia de Cem soldos (concelho de Tomar, distrito de Santarém) pela sua associação local (SCOCS). A presente abordagem, inscrita no âmbito do estudo de públicos, propõe a caracterização dos visitantes do festival BONS SONS'10 em função da identificação de diferentes perfis de visitantes. Os dados reunidos através da aplicação de um questionário, confirmam a heterogeneidade do público do festival, distinguindo dois perfis: (1) um público jovem conhecedor, de âmbito nacional e consumidor habitual de eventos do mesmo formato, e (2) um público local, tendencialmente mais velho que, contrariando de alguma forma os seus hábitos de consumidor cultural, adere à iniciativa. Cruzando os resultados do questionário com depoimentos de comerciantes da cidade vizinha analisa-se as trajectórias dos visitantes além do recinto. Para além da caracterização dos públicos do evento, a análise permite equacionar uma reflexão sobre o papel da dinamização cultural enquanto factor promotor de desenvolvimento e da identidade rural.

Palavras-chave: Estudo de públicos; Desenvolvimento rural; Festival BONS SONS'10.

Introdução

São incontestáveis as transformações que se observam nos territórios rurais, especialmente nas últimas décadas. A sua especificidade não se resume à oposição aos espaços urbanos e deve ser equacionada em função dos seus recursos próprios e da relação que estabelece com o exterior (Carmo, 2009). Neste enquadramento, a oferta cultural posiciona-se como um recurso estratégico relevante para a distinção territorial e, por essa via, para o desenvolvimento local (Costa, 1999).

¹ Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa. Endereço electrónico: daniela.craveiro@gmail.com.

² Centro de Investigação e Intervenção Social, Instituto Universitário de Lisboa. Endereço electrónico: jmr.dasilva@gmail.com.

A presente proposta tem como objectivo principal perceber a capacidade mobilizadora do festival BONS SONS'10, através da caracterização dos seus públicos. Esta abordagem está na base na aplicação de um questionário nos três dias do festival e nos depoimentos posteriormente recolhidos junto de comerciantes da cidade vizinha (Tomar). Os dados foram analisados de forma a serem identificadas tendências ao nível das variáveis sócio-demográficas, da recepção das acções de comunicação, dos motivos que levaram a aderir à iniciativa, da vivência do evento e das práticas culturais dos visitantes do festival. A abordagem descritiva foi complementada por uma abordagem mais estrutural aos dados (análise multivariada) que permitiu identificar dois perfis distintos de visitantes.

Na secção seguinte são apresentados alguns conceitos para enquadrar a temática a um nível teórico e a um nível contextual, este último assegurado com a apresentação do Festival BONS SONS'10 e da caracterização contexto em que se insere. A segunda secção é dedicada à apresentação da metodologia aplicada. Posteriormente, são apresentadas as evidências empíricas e, na última secção, apresentam-se as reflexões conclusivas sobre a análise realizada.

1. Enquadramento teórico e contextual

1.1 Bens, produtos e práticas culturais

De acordo com a lei do património cultural (Lei n.º 107/2001), um bem cultural é um bem que transporta um interesse cultural na medida em que é testemunha material de civilização ou de cultura. Possui, deste modo, uma dimensão material e uma dimensão imaterial, ou simbólica, sendo que a este nível mostra características semelhantes aos bens públicos, como a não-rivalidade e a não-exclusão no seu consumo/fruição (Mateus, 2010). Associados aos bens culturais podemos considerar as actividades da cultura. Estas dizem respeito aos sectores económicos que têm na sua base conteúdos criativos e artísticos, e que têm como principal função a expressão de informação e criação de significados (Costa, 1999).

As actividades da cultura podem ser situadas no âmbito da produção e do consumo cultural sendo que, em cada um dos níveis, coexistem e interrelacionam-se diferentes actividades e agentes culturais, que contribuem para a criação de valor e para a produção de produtos culturais. Costa (2002) distingue 4 categorias de produtos culturais: os produtos das indústrias culturais ou criativas (produção, distribuição e recepção de produtos relacionados com o audiovisual, media, cinema, livros, etc.); os produtos da cultura “cultivada”, “institucional” ou “legitimada” (produtos relacionados com as artes performativas e as artes visuais, como teatro, opera, museus, etc.); os produtos relacionados com cultura popular e com práticas de sociabilidade (expressões de culturais minorias ou de movimentos independentes das indústrias culturais, que se traduzem em eventos de diversos sectores criativos, dança, música, artes plásticas, etc.); e os produtos relacionados com a preservação e valorização de uma herança cultural ou identitária (actividades que visam preservar uma memória material e simbólica de um local ou cultura).

Em cada uma das categorias identificam-se actualmente no território nacional tendências de crescimento, de diversificação e, em maior ou menor nível, de descentralização da oferta cultural no território nacional (Mateus, 2010). Mas apesar da crescente descentralização da oferta e procura de bens culturais, a sua produção e consumo surge associada às zonas metropolitanas do país (Costa, 2002). Esta tendência foi igualmente observada no estudo sobre as práticas culturais dos portugueses de Conde (1997). A autora toma como objecto de análise o consumo de bens culturais ao nível do “ter”, do “fruir”, do “fazer” e do “assistir”. A esse nível, identificou grandes diferenças geracionais e territoriais. O consumo de bens culturais (especialmente no que concerne às “saídas culturais”) surge fortemente associado às habilitações literárias e aos processos de socialização. Destaca-se a concentração de práticas culturais exodomiliárias, da posse e utilização de equipamentos e suportes menos generalizados em segmentos mais jovens, mais escolarizados e mais urbanos (residentes em zonas metropolitanas).

1.2 Cultura, economia e território

É incontestável a crescente importância da cultura para as economias contemporâneas. Mateus (2010) e colaboradores, definindo o sector cultural em função de três sectores³ e realizado o mapeamento das actividades económicas correspondentes, apresentam uma conclusão semelhante para o caso de Portugal. De acordo com a sua abordagem, o sector cultural e criativo originou, no ano de 2006, um valor acrescentado bruto de 3.690,679 milhares de euros, que se traduz em 2.8% de toda a riqueza criada em Portugal no ano em análise. Esta contribuição está a par de sectores tão relevantes para a economia nacional como é o sector do têxtil e do vestuário ou o sector da alimentação e bebidas (que originaram 1.9% e 2.2% da valor acrescentado, respectivamente). A este nível, destaca-se o contributo das indústrias criativas que contribuíram para 80% desse valor acrescentado, tendo as actividades criativas e actividades culturais nucleares um contributo secundário, 14% e 8% respectivamente. A contribuição do sector cultural e criativo é igualmente relevante se se considerar o emprego gerado. Em 2006, o sector dependeu de cerca de 127 mil postos de trabalho, o que corresponde a cerca de 2.6% do emprego nacional total. Uma vez mais, as indústrias criativas têm um papel indiscutível, alocando cerca de 79.2% dos postos de trabalho do sector (Mateus, 2010).

Torna-se evidente a relevância do sector cultural na economia portuguesa. Em contrapartida, observa-se uma clara desigualdade territorial neste domínio (Conde, 1997). Afastando-se da assunção da neutralidade dos territórios, Costa (2002) vem apresentar as actividades culturais como um recurso estratégico para o desenvolvimento local e para a competitividade ou distinção territorial. Note-se que esta competição

³ Três sectores do Sector Cultural e Criativo de acordo com Mateus (2010): (1) actividades do sector cultural (produtos culturais relacionados com artes performativas, artes visuais, criação literária, ou património histórico e cultural); (2) as indústrias culturais (produtos culturais relacionados com cinema, vídeo, edição, música, rádio e televisão, software educativo e de lazer) e (3) as actividades criativas (arquitectura, design, publicidade, serviços de software, componentes criativas em outras actividades).

não se inscreve apenas a um nível económico, sendo particularmente relevante a um nível simbólico. Possibilita a afirmação de identidades territoriais e a promoção de mecanismos de preservação e valorização da memória colectiva e enquanto forma de expressão de significados (Costa, 2002).

De facto, o território não pode ser entendido como passivo ou neutro, mas também não pode ser concebido como uma estrutura que determina a actuação dos agentes sociais, sendo necessária uma apreciação rigorosa das especificidades territoriais (Domingues, Silva, Lopes & Semedo, 2003).

A especificidade do espaço rural tem sido equacionada em função de diferentes perspectivas ao longo dos tempos. Essas perspectivas procuram descrever as alterações que se vivem nesses territórios, à medida que a sua representação tradicional, enquanto espaço com a principal função a produção de alimentos, deixa de fazer sentido (Ferrão, 2000). As transformações do meio rural têm sido concebidas em função de pressões urbanas. Mas se inicialmente eram representadas numa lógica de dominância do urbano, em que o espaço rural estaria a ser colonizado pela cidade, actualmente são entendidas em função das especificidades do território rural. Actualmente (a partir dos anos 90), as mutações do espaço rural são equacionadas considerando as influências e condicionantes externas, a par das suas capacidades internas de dinamizar factores de modernidade a partir dos seus recursos locais (Carmo, 2009). De facto, assiste-se a uma valorização crescente da conservação do património natural, histórico e cultural e do tempo atribuído a actividades de turismo e de lazer (Ferrão, 2000). Estes elementos são distintivos do território rural, e podem ser usados como forças de atracção e como áreas de investimento (Carmo, 2009). Em contrapartida, estes espaços não podem ser reduzidos à sua dimensão patrimonial, sendo igualmente pertinente promover e desenvolver a sua dimensão produtiva (Ferrão, 2000).

É neste enquadramento que a dimensão estratégica das actividades culturais para o desenvolvimento local, referida anteriormente, parece ser particularmente pertinente. O Festival BONS SONS'10 enquanto produto cultural que está na base nos recursos humanos e patrimoniais da aldeia de Cem Soldos, enquanto espaço de encontro linguagens e recursos urbanos e rurais, contemporâneos e tradicionais, pode ter um papel relevante a esse nível.

1.3 Festival Bons Sons

O festival BONS SONS é um festival de música bienal, realizado no terceiro fim-de-semana de Agosto, na aldeia de Cem Soldos, no concelho de Tomar. A organização descreve-o como uma plataforma de divulgação de música portuguesa, e aponta como aspectos distintivos do evento o envolvimento da população residente e as escolhas criteriosas dos seus espectáculos (que articula valores emergentes e artistas consagrados). Na última edição foram apresentados 21 espectáculos de música, a par de exposições de artes gráficas, espectáculos de artes performativas e uma feira de marroquinarias. Todas as actividades decorrem dentro do perímetro da aldeia, e a equipa organizativa do festival é totalmente voluntária e essencialmente composta por cem soldenses. O festival foi criado no âmbito das actividades da associação

SCOCS⁴ (em actividade desde o ano de 1981) e actualmente é posicionado como um elemento estratégico para o desenvolvimento local, através da fixação dos mais jovens e da valorização da economia local, ao mesmo tempo que consolida acções para a formação de públicos para a cultura.

A aldeia de Cem Soldos faz parte da freguesia rural Madalena do concelho de Tomar. O concelho localiza-se na região Centro (sub-região Meio Tejo) e ocupa uma área de 351,2km². Em 2009 contabilizava-se 41689 habitantes, 44.86% com mais de 65 anos (Quadro 1). Relativamente às habilitações literárias, 28.30% da população residente possui o primeiro ciclo do ensino básico e 14.87% não sabe ler nem escrever, sendo estes os níveis de formação mais expressivos (Quadro 2) no ano de 2001. Em 2001, a população activa empregada no concelho traduz numa percentagem de 38.92% da população residente, estando essencialmente concentrada no sector terciário (34.91%) (Quadro 3).

Quadro 1 – População residente no concelho de Tomar por faixa etária (2009)

Faixa etária	N	%
0 - 14 anos	5242	12,57
15 - 24 anos	4535	10,88
25 - 64 anos	22561	54,12
65 e mais anos	9351	22,43
65 - 74 anos	4596	11,02
75 e mais anos	4755	11,41
Total	41689	100,00

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos.

Fonte: INE. Estatísticas do território (www.ine.pt).

Quadro 2 – População residente no concelho de Tomar por habilitações literárias (2001)

Nível de habilitações literárias	N	%
Não sabe ler nem escrever	6393	14,87
Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau	5163	12,01
Ensino Básico - 1º Ciclo	12169	28,3
Ensino Básico - 2º Ciclo	5402	12,56
Ensino Básico - 3º Ciclo	6343	14,75
Ensino Secundário	4950	11,51
Ensino Médio	295	0,69
Bacharelato	706	1,64
Licenciatura	1493	3,47
Mestrado	76	0,18
Doutoramento	16	0,04
Total	43006	100,00

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos.

Fonte: INE. Estatísticas do território (www.ine.pt).

⁴ Sport Club Operário de Cem Soldos. Largo de S. Pedro, 58 A/B Cem Soldos. 2305 - 417 Madalena Tomar.

Quadro 3 – População empregada no concelho de Tomar por sector de actividade (2001)

Sector de actividade	N	%
Sector primário	641	3,83
Sector secundário	5110	30,53
Sector terciário (social)	5142	30,72
Sector terciário (económico)	5843	34,91
Total	16736	100,00

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos.

Fonte: INE. Estatísticas do território (www.ine.pt).

A região Centro é muitas vezes apontada como uma região tendencialmente menosprezada em termos de oferta cultural. De facto, observando alguns indicadores estatísticos que descrevem esse panorama é possível identificar algumas desigualdades territoriais, em que se destaca uma clara concentração desse tipo de oferta ao nível na região de Lisboa (Quadro 4). A região Centro, a par das regiões do Alentejo e do Algarve, associa-se a menores despesas dos municípios em cultura e desportos, número de obras expostas nos espaços de exposição temporária, número de publicações e edições de publicações periódicas. Em contrapartida, a região Centro é uma das regiões com maior número de imóveis culturais, e de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários (juntamente com a região Norte) e de número de recintos culturais (juntamente com a região Lisboa).

Quadro 4 – Indicadores de Cultura e Lazer por região (2009)

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Portugal continental
Despesas em cultura e desporto (€) dos municípios	263546	201875	314799	106414	73319	959954
Número de bens imóveis culturais	1171	968	517	551	111	3318
Número de obras expostas nas galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias	92500	75288	68622	25085	9819	271314
Número de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias	258	190	279	89	29	845
Número de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários	101	91	81	45	17	335
Número de publicações periódicas	436	333	934	82	41	1826
Número de edições de publicações periódicas	8078	6520	12451	1683	759	29491
Número de recintos culturais	89	114	141	85	19	448

Nota: (N) Frequência (%) Percentagem dos casos.

Fonte: INE. Estatísticas do território (www.ine.pt).

2. Método

Com base em estudos sobre a caracterização de públicos desenvolvidos em Portugal (Gomes, Lourenço & Neves, 2000; Santos, Nunes, Cruz & Lourenço, 2001; Lopes, 2000; Domingues, Silva, Lopes & Semedo, 2003; Costa & Cabral, 2006) foi desenvolvido e aplicado um questionário aos visitantes do festival.

Foram consideradas quatro dimensões: as características sociodemográficas (1), as formas de contacto e participação do festival (2), o consumo de bens culturais (3), e a relação estabelecida com a cidade de Tomar no decorrer do evento (4). Os questionários foram aplicados por uma equipa de 6 entrevistadores, nos três dias do festival (20, 21 e 22 de Agosto de 2010)⁵. De forma a assegurar o máximo de variabilidade dos inquiridos, os questionários foram aplicados no parque de campismo e nas três entradas do recinto.

Os dados foram inseridos numa base de dados e tratados com o software estatístico SPSS15. Para identificar os perfis de visitantes foi realizada uma análise multivariada (Análise de Correspondências Múltiplas) considerando as variáveis sócio-demográficas e a forma de participação em festivais de música. O procedimento, seguido de uma análise de clusters, permitiu a identificação dos participantes relativamente a um dos dois tipos de públicos, posteriormente caracterizados através de estudos de associação com as restantes variáveis em análise.

Para caracterizar o impacto do festival ao nível da cidade vizinha, realizou-se uma segunda recolha de informação ao nível dos espaços comerciais de Tomar. Neste sentido, foi conduzido um conjunto de entrevistas directivas e de curta duração (Ouviu falar do festival BONS SONS'10? Sentiu impacto do festival BONS SONS'10 ao nível do movimento comercial do seu estabelecimento? Concorda com a realização de eventos deste tipo?) direccionados aos estabelecimentos que comercializam bens não duráveis (cafés, pastelarias, restaurantes, minimercados, quiosques e tabacarias), na área delimitada pelo centro histórico da cidade e nas duas ruas paralelas a esta área que, por se aproximarem do centro de camionagem e da estação de comboios que tiveram particular visibilidade, num momento após a realização do festival (Outubro, 2010). Os dados das entrevistas conduzidas aos comerciantes de Tomar foram analisadas através de medidas descritivas.

3. Evidências empíricas

3.1 Amostra

O questionário foi respondido por 305 visitantes, 148 do género feminino e 154 do género masculino, com idades compreendidas entre os 14 e os 84 anos. Apesar da amostra se distribuir pelas diferentes faixas etárias, prevalecem os visitantes mais

⁵ Nos dois primeiros dias o questionário foi aplicado no horário compreendido entre as 18h às 22h, e no último dia, no horário compreendido entre as 16h à 20h, uma vez que os espectáculos começaram e terminaram mais cedo nesse dia

novos. A grande maioria dos sujeitos é solteira (69.05%), tendo sido registado visitantes casados (26.87%) e divorciados (4.08%). No que se prende com as habilitações literárias, 61.40% dos inquiridos têm o ensino superior enquanto que 31.99% já completou o ensino secundário e 6.62% possui o ensino básico. Na amostra contabiliza-se visitantes de 6 regiões nacionais, Alentejo, Beira litoral, Beira interior, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Minho e Trás-os-Montes. Diferenciando a residência dos visitantes em função das categorias regional (região de Santarém), nacional (indivíduos com residência fora da região de Santarém) e internacional, destaca-se a frequência do público nacional. Em contrapartida os visitantes estrangeiros são residuais.

Quadro 5 – Caracterização da amostra

		N	%
Género	Masculino	154	50,99
	Feminino	148	49,01
	NR	3	
Idade	Até 25 anos	66	31,28
	Entre 26 a 35 anos	70	33,18
	Entre 36 a 45 anos	36	17,06
	Mais de 45 anos	39	18,48
	NR	94	
Estado civil	Solteiro	203	69,05
	Casado	79	26,87
	Divorciado	12	4,08
	NR	11	
Habilitações literárias	Ensino básico	18	6,62
	Ensino secundário	87	31,99
	Ensino superior	167	61,40
	NR	33	
Região	Alentejo	9	3,06
	Beira litoral	49	16,67
	Beira interior	3	1,02
	Estremadura e Ribatejo	109	37,07
	Lisboa	93	31,63
	Minho e Trás-os-Montes	31	10,54
	NR	11	
Tipo de região	Regional	69	22,92
	Nacional	228	75,75
	Internacional	4	1,33
	NR	4	
Total		305	100

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos, (NR) Não resposta.

3.2 Visitantes atentos às diferentes modalidades de comunicação do festival

A grande maioria dos inquiridos teve o primeiro contacto com o festival através de amigos (69%), sendo as restantes opções muito menos prevalentes, tal como se pode observar na tabela seguinte. A nível de publicidade, verifica-se que o *site* BONS SONS'10 (45%), os cartazes, *flyers* e outros materiais gráficos (41%), e novamente os amigos e familiares (39%) são os meios que parecem terem dado maior visibilidade ao festival. As redes sociais (20%), a TV generalista (21%), os jornais e revistas (20%) e a rádio (20%) também parecem ter tido um papel importante na divulgação do festival. Os meios de comunicação menos referidos são a agenda cultural (3%), os *sites* de música e cultura (14%) e a TV cabo (2%), que no fundo são meios direccionados para públicos mais específicos.

Quadro 6 – Escuta das vias de comunicação do festival

	Como tomou conhecimento?		Onde viu referência?*	
	N	%	N	%
Jornais/Revistas	14	4,61%	56	19,51%
Rádio	12	3,95%	50	17,42%
TV generalista	11	3,62%	59	20,56%
TV não generalista	1	0,33%	6	2,09%
Sites	19	6,25%	40	13,94%
<i>Flyers</i> , cartazes ou <i>mupis</i>	28	9,21%	115	40,07%
Redes sociais	14	4,61%	58	20,21%
<i>Site</i> Bons Sons	16	5,26%	129	44,95%
Agenda cultural de Tomar	5	1,64%	10	3,48%
Através de amigos	210	69,08%	112	39,02%

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos, (NR) Não resposta.

* Escolha múltipla.

3.3 Pela música e pelo convívio

A música parece ser o grande atractivo do festival BONS SONS'10, na medida em que 67.57% dos visitantes assinalaram a opção “Pelo tipo de música e actividades do festival” e 47.64% participam para ouvir alguns artistas em particular. A convivialidade também mobiliza os participantes para o evento: cerca de 30% vêm encontrar-se com amigos, 27% estão no festival pela sugestão de amigos ou colegas e 14.53% gosta de participar em festivais (Quadro 7).

Quadro 7 – Motivos para aderir ao festival

Motivos*	N	%
Pelo tipo de música e actividades do festival	200	67,60%
A sugestão de amigos/colegas	79	26,70%
Gosta de participar em festival de Verão	43	14,50%
Veio encontrar-se com amigos	88	29,70%
Quer ouvir alguns das bandas/músicas	141	47,60%

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos, (NR) Não resposta.

* Escolha múltipla.

3.4 Para além do recinto

A grande maioria dos visitantes já conhecia a cidade de Tomar antes do festival (78%), e visita a cidade durante o evento (61%). O centro histórico e o Convento de Cristo são as atracções tomarenses mais conhecidas pelos inquiridos. Nos dias do festival, os inquiridos visitam a cidade essencialmente para conhecer a cidade em geral (67%) e visitar os monumentos históricos (34%), bem como frequentar restaurantes ou bares característicos (24%), para se hospedarem (10%), ou conhecer o comércio tradicional (5%).

Os visitantes tendem em usar o parque de campismo do festival (65%), sendo contabilizados participantes que ficam em casa de amigos ou familiares ou em casa própria. Ainda assim, mais de 9% da amostra optou por escolher por outras ofertas, como residenciais ou pensões em Tomar, parque de campismo em Tomar, unidades de turismo rural das proximidades, ou mesmo o aluguer de uma casa em Cem Soldos.

Entre as 41 entrevistas válidas realizadas junto dos comerciantes de Tomar (72% do universo do estudo), conta-se apenas 1 caso que não conhecia o festival BONS SONS'10. Os restantes entrevistados estavam informados sobre a existência e o âmbito do evento. No que diz respeito ao impacto na actividade comercial na cidade, a maioria dos comerciantes sentiram um aumento considerável no volume de negócios (62%), 15% sentiram alteração nos dias do festival mas não de forma significativa e 22% (9 casos) declaram não ter sentido qualquer alteração a esse nível. Note-se que nem todos os estabelecimentos entrevistados estão abertos aos fins-de-semana. É importante sublinhar que entre os comerciantes que sentiram impacto no seu negócio, muitos sublinham o movimento nos dias do festival, mas também na segunda e na terça-feira seguintes. A resposta dos comerciantes relativamente à questão relativa à organização de eventos como o festival é praticamente unânime. Todos os entrevistados, com apenas duas excepções defendem o desenvolvimento deste tipo de iniciativa. O argumento mais frequente diz respeito à necessidade de animar a cidade e o concelho, com a atracção de público de outras partes do país.

Quadro 8 – Relação estabelecida com a cidade de Tomar nos dias do festival

		N	%
Onde ficou hospedado?	Campismo em Cem Soldos	190	65,07
	Casa própria	39	13,36
	Casas de amigos/familiares	36	12,33
	Casa alugada em Cem Soldos	1	0,34
	Residência ou pensão em Tomar	13	4,45
	Campismo em Tomar	8	2,74
	Unidade de turismo rural	5	1,71
	Total	292	100,00
Conhece Tomar?	Conhece	238	78,03
	Não conhece	67	21,97
	Total	305	
Vai visitar Tomar?	Sim	184	60,53
	Não	120	39,47
	NR	1	
	Total	305	
Monumentos/locais que conhece de Tomar*	Convento de Cristo	178	75,11
	Centro de histórico	194	81,86
	Mata dos setes montes	101	42,62
	Roda do Mouchão	98	41,35
	Outro	61	25,74
Porque visita Tomar durante o festival?*	Monumentos históricos	65	34,39
	Comércio tradicional	10	5,29
	Cidade em geral	126	66,67
	Espaços verdes	37	19,58
	Residência/hotel ou pensão em Tomar	18	9,52
	Restaurantes/bares característicos	46	24,34

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos, (NR) Não resposta.

* Escolha múltipla.

3.5 Os diferentes públicos do festival

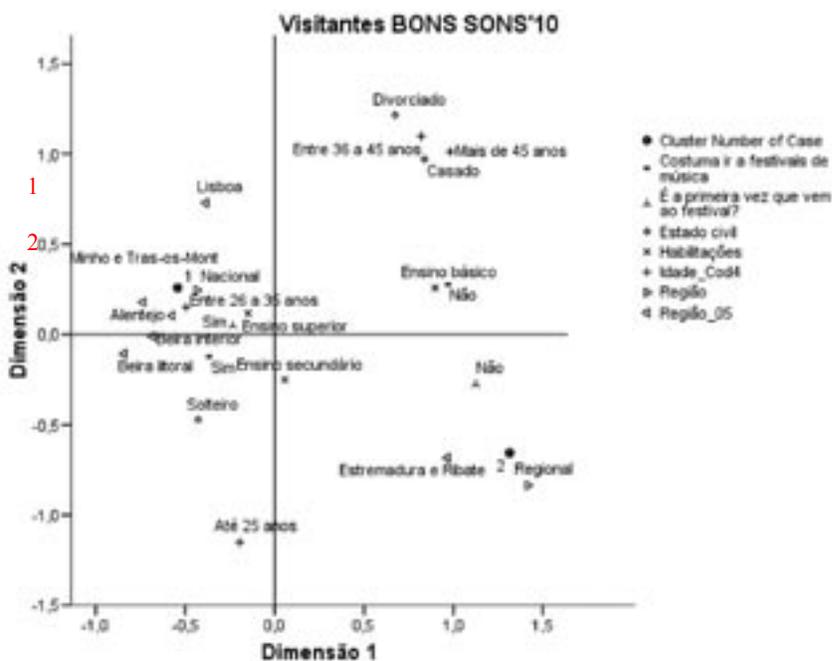
Para identificar os diferentes perfis de públicos do festival BONS SONS'10 foram seleccionadas as variáveis sociodemográficas a par das duas questões que descrevem a relação com festivais de música. De forma a otimizar a solução final, optou-se por eliminar os participantes estrangeiros da amostra, por distorcerem o plano, e eliminar a variável género, que se revelou com pouco poder discriminatório. A análise final permitiu chegar a duas dimensões para a definição de um plano em que é possível distinguir duas configurações de categorias. A primeira dimensão é descrita pela região, pelo tipo de região, pela relação estabelecida com os festivais de verão (em geral e o BONS SONS, em particular), que parece resumir alguns aspectos quanto à territorialidade. A segunda dimensão diz respeito ao ciclo de vida dos participantes, aqui descrito através da idade e do estado civil.

Quadro 9 – Medidas de discriminação

	1	2
Estado civil	0,323	0,449
Habilitações literárias	0,057	0,029
Região	0,577	0,344
É a primeira vez que vem ao festival?	0,259	0,015
Costuma ir a festivais de música?	0,352	0,032
Idade	0,268	0,568
Tipo de região	0,612	0,208
Inércia	0,350	0,275

Em função das duas dimensões (territorialidade e ciclo de vida), foram identificadas duas configurações de categorias as quais reflectem diferentes perfis de públicos, como se sistematiza na Figura 1. De forma a classificar as diferentes escolas em função dos dois perfis, realizou-se uma Análise de Clusters, introduzindo como variáveis as duas dimensões definidas via ACM. Para além da construção de uma tipologia por via da Análise de Clusters, o procedimento permitiu descrever, com maior especificidade, as principais características das duas configurações identificadas, permitindo analisar que dimensões distinguem os dois grupos (Quadro 10).

Figura 1- Perfis de públicos



O primeiro perfil reúne maioritariamente indivíduos solteiros (74%), com idades compreendidas entre os 26 e 35 anos (39%), com ensino superior (65%) residentes em diferentes regiões. Este grupo é um público de âmbito nacional (100%), que vem pela primeira vez ao festival BONS SONS'10 (93%), mas que costuma frequentar festivais de música (83%). O perfil descreve um *público jovem conhecedor*.

O segundo perfil distingue-se do primeiro na medida em que revela proporcionalmente mais casos de indivíduos casados (40%) e divorciados (5%), de faixas etárias mais elevadas (entre 36 a 45 anos: 22% e mais de 45 anos: 25%), e de níveis de habilitações literárias mais baixos (ensino básico: 12%, ensino secundário: 35%). A grande maioria é da região da Estremadura e Ribatejo (97%), sendo maioritariamente um público de âmbito regional (80%). No que diz respeito à relação com os festivais de verão, este grupo posiciona-se de forma totalmente oposta que o anterior. A maioria dos visitantes não costuma frequentar festivais de música (41%), mas não é a primeira vez que participa no festival BONS SONS'10 (52%). O perfil descreve um *público local emergente*.

Quadro 10 – Descrição dos perfis de públicos

			Perfil 1	Perfil 2	Total
Estado civil	Solteiro	N	154	43	197
		%	74.4	54.4	68.9
	Casado	N	46	32	78
		%	22.2	40.5	27.3
	Divorciado	N	7	4	11
		%	3.4	5.1	3.8
Idade	Até 25 anos	N	42	22	64
		%	29.2	36.7	31.4
	Entre 26 a 35 anos	N	56	10	66
		%	38.9	16.7	32.4
	Entre 36 a 45 anos	N	23	13	36
		%	16.0	21.7	17.6
	Mais de 45 anos	N	23	15	38
		%	16.0	25.0	18.6
Habilitações literárias	Ensino básico	N	7	9	16
		%	3.7	12.0	6.0
	Ensino secundário	N	59	26	85
		%	31.1	34.7	32.1
	Ensino superior	N	124	40	164
		%	65.3	53.3	61.9
Região	Alentejo	N	9	0	9
		%	4.3	0.0	3.1
	Beira litoral	N	49	0	49
		%	23.6	0.0	16.7
	Beira interior	N	3	0	3
		%	1.4	0.0	1.0
	Estremadura e Ribatejo	N	26	83	109
		%	12.5	96.5	37.1
	Lisboa	N	90	3	93
		%	43.3	3.5	31.6
	Minho e Trás-os-Montes	N	31	0	31
		%	14.9	0.0	10.5

Tipo de Região	Regional	N	0	69	69
		%	0.0	80.2	23.2
	Nacional	N	211	17	228
		%	100.0	19.8	76.8
É a primeira vez que vem ao festival?	Sim	N	196	51	247
		%	92.9	59.3	83.2
	Não	N	15	35	50
		%	7.1	40.7	16.8
Costuma ir a festivais de música?	Sim	N	172	41	213
		%	82.7	47.7	72.4
	Não	N	36	45	81
		%	17.3	52.3	27.6

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos, (NR) Não resposta.

Os perfis identificados foram comparados em função da exposição dos meios de divulgação do festival, os motivos para visitar o festival, os dias que participam no festival e o consumo de bens culturais (Teste de independência do Qui-Quadrado). Os aspectos que distinguem os dois perfis de público são sublinhados a negrito no quadro seguinte. Seguidamente daremos conta da distribuição de ambos os grupos em função das variáveis que distinguem os dois perfis.

Quadro 11 – Comparação entre os dois perfis de público (χ^2)

Variável	χ^2	p
(Como ouviu falar do festival pela primeira vez?)		
Jornais/Revistas	3.163	0.075
Rádio	0.645	0.422
TV generalista	0.016	0.900
TV não generalista	0.409	0.522
Sites sobre música e/ou cultura	6.893	0.009
<i>Flyers, cartazes ou mupis</i>	2.904	0.088
Redes sociais	0.405	0.525
Site BONS SONS'10	0.326	0.568
Agenda cultural de Tomar	10.330	0.006
Através de amigos	1.527	0.217
(Onde viu referência ao festival?)		
Jornais/Revistas	0.463	0.496
Rádio	0.961	0.327
TV generalista	22.402	0.000
TV não generalista	4.061	0.044
Sites sobre música e/ou cultura	4.736	0.030
<i>Flyers, cartazes ou mupis</i>	5.673	0.017
Redes sociais	0.031	0.859
Site BONSONS'10	5.002	0.025
Agenda de Tomar	12.687	0.000
Amigos, conhecidos, familiares	0.234	0.628

(Que motivos o levou a visitar o festival?)		
Tipo de música	0.020	0.887
Sugestão de amigos	0.252	0.615
Gosta de participar em festivais	0.458	0.499
Encontro de amigos	0.024	0.876
Ver alguns músicos/bandas, em particular	1.065	0.302
Quantos dias fica no festival?	10.172	0.006
(Consumo de bens culturais)		
TV	16.090	0.001
Cinema	13.515	0.004
Música	3.601	0.165
Jornais	4.063	0.255
Livros	5.791	0.122
Museu	7.297	0.063
Galeria	15.132	0.002
Concerto	29.880	0.000
Teatro	2.442	0.486
Festivais de música	14.931	0.002

No que diz respeito ao primeiro contacto com o festival, é possível verificar que praticamente todos os visitantes que tiveram esse primeiro contacto através de sites de música e/ou cultura são parte do *público jovem conhecedor*. Em contrapartida, todos os visitantes que tiveram o primeiro contacto com o festival através da agenda cultural de Tomar pertencem ao *público local emergente*. Note-se que ambos estes meios são de fraca expressão em ambos os perfis, na medida em que são dirigidos a públicos específicos.

Quadro 12 – Comparação entre os dois perfis de público: Como ouviram falar do festival pela primeira vez?

	Público jovem conhecedor		Público local emergente	
	N	%	N	%
Site Bons Sons				
Sim	9	4.3	5	5.8
Não	202	95.7	81	94.2
Total	211		86	
Agenda cultural de Tomar				
Sim	0	0	4	4.7
Não	211	100.0	82	95.3
Total	211		82	

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos, (NR) Não resposta.

No que diz respeito à identificação de publicidade e outros conteúdos relativos ao festival, verifica-se ainda que o *público jovem conhecedor*, teve mais contacto com o festival através do material gráfico (como os cartazes, *flyers* e *mupis*), e através do site do festival. O *público local emergente* é o grupo que foi mais exposto às referências sobre o festival na televisão generalista e não generalista, bem como ao conteúdo da Agenda cultural de Tomar.

Quadro 13 – Comparação entre os dois perfis de público: Onde viu referência ao festival?

	Público jovem conhecedor		Público local emergente	
	N	%	N	%
TV generalista				
Sim	25	12.6	31	37.3
Não	173	87.4	52	62.7
NR	13		3	
Total	211		86	
TV não generalista				
Sim	2	1.0	4	4.8
Não	196	99.0	79	95.2
NR	13		3	
Total	211		86	
Sites de música e cultura				
Sim	34	17.2	6	7.2
Não	164	82.8	77	92.8
NR	13		3	
Total	211		86	
Flyers, cartazes ou mupis				
Sim	70	35.4	42	50.6
Não	128	64.6	41	49.4
NR	13		3	
Total	211		86	
Site Bons Sons				
Sim	98	49.5	29	34.9
Não	100	50.5	54	65.1
NR	13		3	
Total	211		86	
Agenda cultural de Tomar				
Sim	2	1.0	8	9.6
Não	196	99.0	75	90.4
NR	13		3	
Total	211		86	

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos, (NR) Não resposta.

Relativamente ao consumo de bens culturais os perfis distinguem-se ao nível do consumo da TV, do cinema, das visitas a galerias, e da participação em concertos e festivais de música. Os visitantes com o perfil do *público local emergente* destacam-se, na medida em que se associam a consumos mais frequentes de televisão, e visitas menos frequentes a galerias, concertos e festivais de música. Em oposição o *público jovem conhecedor* associa-se a consumos menos frequentes de televisão e a visitas mais frequentes a galerias, concertos e festivais de música.

Quadro 14 – Comparação entre os dois perfis de público: Consumo de bens culturais?

	Público jovem conhecedor		Público local emergente	
	N	%	N	%
TV				
Nunca	17	8.2	16	19.0
Raramente	70	33.7	29	34.5
Às vezes	49	23.6	39	46.4
Regularmente	72	34.6	84	100.0
NR	3		86	
Total	211			
Cinema				
Nunca	6	2.9	10	11.9
Raramente	73	35.1	34	40.5
Às vezes	73	35.1	28	33.3
Regularmente	56	26.9	12	14.3
NR	3		2	
Total	211		86	
Galeria				
Nunca	96	45.7	60	69.8
Raramente	66	31.4	15	17.4
Às vezes	36	17.1	10	11.6
Regularmente	12	5.7	1	1.2
NR	1			
Total	211			
Concerto				
Nunca	24	11.4	13	15.1
Raramente	28	13.3	33	38.4
Às vezes	87	41.4	29	33.7
Regularmente	71	33.8	11	12.8
NR	1			
Total	211			
Festival				
Nunca	71	34.0	48	57.1
Raramente	62	29.7	20	23.8
Às vezes	65	31.1	15	17.9
Regularmente	11	5.3	1	1.2
NR	2		2	
Total	211		86	

Nota: (N) Frequência, (%) Percentagem dos casos, (NR) Não resposta.

Reflexões finais

O questionário construído permitiu analisar as características dos visitantes do festival BONS SONS'10. De forma geral, é a música e a convivialidade que mobiliza os visitantes, mas o poder de captação do festival atende a diferentes perfis de audiências. Considerando o perfil sociodemográfico e a forma de relacionamento com os festivais de música (e com o BONS SONS'10 em particular), foi possível distinguir dois perfis de público. Identifica-se um primeiro grupo que reúne visitantes habitualmente frequentadores de festivais de música, tendencialmente mais novos, solteiros e com maiores níveis de habilitação literária e com residência fora da área de Santarém. Em contrapartida, foi identificado um segundo grupo composto pelos visitantes da região da Estremadura e Ribatejo, em que se regista mais casos de participantes das faixas etárias mais elevadas, tendencialmente casado ou divorciado, e associado a níveis de habilitações literárias mais baixas. Apesar de se destacar em relação ao primeiro grupo quanto à participação anterior no festival BONS SONS'10, este grupo de visitantes não costuma participar neste tipo de evento.

O consumo de bens culturais, e consequentemente a exposição às vias de comunicação do festival, distinguem os dois perfis identificados. O público jovem conhecedor associa-se a um consumo cultural mais frequente em todas os aspectos destacados, com excepção do consumo televisivo. Este perfil parece ser mais exposto às acções desenvolvidas ao nível das acções on-line, com o *site* oficial e noutras plataformas on-line, bem como a campanhas com os materiais gráficos. Relativamente ao último ponto é importante ter em conta as acções de marketing directo desenvolvidas em vários festivais de música, espaços particularmente frequentados por estes visitantes.

O público local emergente, por sua vez, destaca-se por revelar um consumo mais intenso da televisão, estando por esse motivo mais exposto a referências e conteúdos sobre o festival comunicados por esta via. A proximidade geográfica com o evento justifica, igualmente, a maior identificação da agenda de Tomar enquanto veículo de promoção do festival. É igualmente importante sublinhar a distância entre as actividades oferecidas pelo festival com as actividades culturais mais frequentes deste grupo.

Articulando os dados do questionário com os depoimentos recolhidos juntos de comerciantes tomarenses verificou-se que a maioria dos visitantes foi à cidade durante o evento. Esta movimentação teve impacto nos negócios dos comerciantes entrevistados, que apoiam este tipo de iniciativas. O festival não restringe a sua área de influência à aldeia de Cem Soldos. Numa zona do país que carece de dinâmicas económicas próprias, um produto cultural como o festival BONS SONS'10 foi capaz de gerar um aumento da actividade económica em diferentes valências, contribuindo ainda para a visibilidade da própria cidade.

Com base na realização do presente estudo foi possível verificar o carácter plural do público do festival BONS SONS'10. O evento revela um poder de captação plural e heterogéneo que atrai um público jovem conhecedor, de âmbito nacional e consumidor habitual de eventos do mesmo formato, a par de um público local, residente na região,

que apesar de não se aproximar de um perfil de consumidor cultural, participa no festival. O estudo permitiu ainda verificar que as diferentes estratégias de divulgação do festival têm um impacto diferenciado de acordo com o perfil dos visitantes, tal como originalmente definido no plano de comunicação.

De acordo com a tipologia de Costa (2002), o Festival BONS SONS pode ser classificado como um produto da cultura popular baseada em formas de sociabilidade. É um festival de música que nasce dos recursos humanos de uma aldeia da região Centro do país. Ainda que, com esta análise, não seja possível avaliar a extensão do seu papel para o desenvolvimento local, o festival pode ser identificado como uma manifestação das transformações que se assistem nos espaços rurais, e como uma testemunha das novas formas de relacionamento entre estes territórios com os públicos e territórios urbanos, reinventando e reatualizando a sua identidade.

Referências Bibliográficas

CARMO, R. (2009), “A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação”, in *Sociologias*, 11, 21, 252-280.

CONDE, I. (1997), “Cenários de práticas culturais em Portugal” (1979-1995), in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 23, 117-188.

COSTA, D. S. & CABRAL, J. (2006), *Cultura: política e prática. Os públicos da cultura em Matosinhos*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Matosinhos e Edições Afrontamento.

– (2002), “The cultural activities cluster in Portugal. Trends and perspectives”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38, 99-114.

COSTA, P. (1999), “Efeito de ‘meio’ e desenvolvimento urbano: o caso da fileira da cultura”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, 127-149.

DOMINGUES, A.; SILVA, I.; LOPES, J. T. & SEMEDO (org). (2003), *A cultura em acção. Impactos sociais e território*, Porto, Afrontamento.

FERRÃO, J. (2000), “Relações entre o mundo rural e o mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45-54.

GOMES, R. T. (coord.); LOURENÇO, V. & NEVES, J. G. (2000), *Públicos do Festival de Almada*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

LOPES, J. T. (2000), *A cidade e cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*, Porto, Afrontamento.

MATEUS, A. (coord.) (2010), *O sector cultural e criativo em Portugal. Estudo para o Ministério da Cultura (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais)*, Augusto Mateus & Associados (consultores). Disponível no site do portal da Cultura em: <http://www.portaldacultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/Imprensa/SCC.pdf>.

SANTOS, M. L. L. (coord.); NUNES, J. S.; CRUZ, S. A. & LOURENÇO, V. (2001), *Públicos do Teatro S. João*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Outros recursos:

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Diário da República, I Série – A, n.º 209, 5808-5829.

Site do Festival BONS SONS'10. Festival Bons Sons'10. Disponível em : <http://www.bonssons.com>.

Site do Instituto Nacional de Estatística (INE). Estatísticas territoriais. Disponível em: <http://www.ine.pt>.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

BONS SONS'10 is a biannual music event organized in the village of Cem Soldos (Tomar, Santarém) by their local association (SCOCS). This article's analytical perspective is included in the audience study approach, as we propose a description of the festival's visitors through the identification of different types of audience profiles. The results of a questionnaire confirmed the audience heterogeneity and distinguished two different profiles: (1) a national and knowledgeable young audience, frequent consumer of similar music events; and (2) a local and older audience which, contradicting its' habits of cultural consumption, adhered to the event. Linking the questionnaire results with businessmen' testimonies from the town nearby, it was possible to analyze the visitors' trajectories beyond the festival limits. Besides the characterization of the cultural event, our analysis considers a reflection on the role of cultural dynamics as an important/relevant factor in promoting development and rural identity.

Keywords: Audience study; Rural development; BONS SONS'10 Festival.

Résumé:

BONS SONS'10 c'est un événement de musique biennal, organisé dans le village de Cem Soldos (Tomar, Santarém) par l'association locale (SCOCS). Cet article, inséré dans l'approche de l'étude des publics, propose la description des visiteurs du festival par l'identification de différents types de public. L'administration d'un questionnaire a confirmé l'hétérogénéité du public et nous a permis de distinguer deux profils de visiteurs: (1) un public national, jeune et consommateur fréquente d'événements similaires, et (2) un public local plus âgée qui, en contradisant ses habitudes comme consommateurs de culture, a rejoint l'initiative. On a analysé les résultats du questionnaire ensemble aux témoignages de quelques hommes d'affaires, habitants de la ville plus proche de Cem Soldos, et on a pu analyser les trajectoires des visiteurs au-delà du circuit du festival. L'analyse permet aussi une réflexion sur le rôle de la dynamique culturelle comme facteur de promotion du développement et de l'identité rurale.

Mots-clés: Étude de publics ; Développement rural; BONS SONS'10 Festival.

Estratégias Recentes de Organização Urbana Comercial – O “SoHo do Porto” e a Territorialização de Actividades Culturais/Criativas¹

Sara Joana Dias²

Resumo:

O presente artigo tem como finalidade enunciar os principais resultados alcançados no decurso de uma pesquisa empírica centrada na espacialização selectiva de oferta comercial cultural/criativa localizada na Baixa da cidade do Porto, mais concretamente, no *Quartirão Miguel Bombarda*. Concretizando melhor, pretendemos discutir como a *clusterização* de nichos de mercado, geralmente impulsionada pelos “novos intermediários culturais”, favorecem a reconfiguração física, socioeconómica e identitária do espaço, originando em última instância, processos de *gentrificação* comercial e *estetização* do contexto urbano.

Palavras-Chave: Comércio especializado; Novos intermediários culturais; *Gentrificação* comercial.

“(…) Portanto este SoHo que aqui foi criado, e que apelidam de SoHo, é um SoHozinho, não é?! É um SoHozinho, com mentalidades diferentes (...)”.

(Fernando Santos, galerista)

Considerações Iniciais

As profundas mudanças que se processaram nas sociedades contemporâneas referentes ao mundo do trabalho, estilos de vida, padrões de consumo, tempos livres e a tantos outros domínios da esfera social, evidenciam a necessidade de reequacionar hipóteses explicativas para a compreensão da paisagem urbana e as suas recentes metamorfoses. Num período em que predominam aspectos que concernem

¹ Este artigo reproduz parcialmente a Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Dezembro de 2009. A referida dissertação, intitulada *Uma viagem ao «SoHo do Porto» – Processos de Construção Identitária e Gentrificação do Comércio Urbano em Miguel Bombarda*, foi desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Natália Azevedo.

² Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Endereço electrónico: sarajoanadias@hotmail.com

à aspiração de qualidade de vida, multiplicam-se as dinâmicas territoriais ancoradas nas actividades culturais/criativas. Essa manifesta valorização da urbanidade segundo moldes culturais deriva da crescente importância atribuída ao consumo e fruição de lazer. Tem sido claro o frenesim em torno destas valências, que se traduz numa intensificação da análise teórica e empírica deste campo (Featherstone, 2007), mas sobretudo na preocupação dos poderes públicos, nas mais diversas escalas, com o papel que podem desempenhar na promoção de desenvolvimento e competitividade territorial. Este interesse encontra-se em estrita conexão com a emergência de uma *cultura de consumo* (Baudrillard, 1970) e o conseqüente incremento de actividades de produção/distribuição simbólica e estetização da vida social. A afirmação destas áreas encontra-se igualmente associada à passagem para uma economia capitalista alicerçada no indivíduo e nos seus recursos intelectuais, na capacidade de formação de redes sociais e na troca de conhecimentos (Harvey, 1992; Beck, Giddens e Lash, 1995; Beck e Lau, 2005; Castells, 2006). Essa transformação articula-se a uma nova retórica que destaca os imperativos da originalidade e criatividade, e celebra o culto da inovação (Howkins, 2001). A importância económica das indústrias criativas é crescente, e surge em consonância com outras grandes tendências de mercantilização e territorialização das formas culturais frequentemente enquadradas como estratégias de desenvolvimento urbano. Muito facilmente será possível enumerar uma série de iniciativas patrocinadas por poderes públicos que têm vindo a ser criticamente debatidas no meio científico: a promoção de eventos e festivais (por exemplo, a realização de grandes exposições, ciclos temáticos, festivais de música ou cinema, a participação em projectos internacionais como capitais culturais, etc.) (Costa, 2000; Ferreira, 2002; Peixoto, 2003); o desenvolvimento de grandes equipamentos e espaços culturais; a aposta em parcerias institucionais (como agências de desenvolvimento local/regional para a promoção da cultura, criatividade e desenvolvimento urbano); operações de renovação, regeneração ou revitalização urbana de zonas degradadas/abandonadas ou centros históricos tradicionais das cidades (Babo e Costa, 2007; Ferreira, 2002). A par destas dinâmicas concertadas pelos poderes públicos (nas suas diferentes valências), surgem outras iniciativas que se manifestam independentemente da existência de uma actuação pública manifesta. Neste domínio encontramos como situações ilustrativas os complexos territorializados de produção e consumo cultural, dinâmicas de localização intraurbana ou intra-metropolitana das actividades culturais: organização de *clusters*, de sistemas regionais de inovação baseados em actividades culturais, como por exemplo os famosos *bairros* ou *distritos culturais*, ou os “*SoHo’s*” (Zukin, 1982; O’Conner e Wynne, 2001). Não obstante a sua diversidade e, obviamente, a especificidade das condições particulares que as contextualizam, estas realidades têm sido apontadas, como modelos de sucesso. Algumas críticas resultam da excessiva “dramatização” e “exacerbação” destes mecanismos (Peixoto, 2003), ou os efeitos segmentários que tais arranjos podem desencadear (Zukin, 1982; O’Conner e Wynne, 2001). Ainda assim, estes casos são comumente tidos como bons exemplos de criação de oportunidades para o desenvolvimento local. Apresentam-se como soluções ao nível da actuação local que permitem a construção de dinâmicas

económicas auto-sustentadas, ao aproveitar o potencial das actividades culturais e lúdicas para a promoção de valor económico (também através da criação de emprego), contribuindo para a reabilitação urbana e para a melhoria da qualidade de vida das populações urbanas.

Este artigo pretende precisamente elencar os principais resultados alcançados numa pesquisa desenvolvida neste âmbito. Na supramencionada investigação procuraram-se apurar algumas pistas orientadoras que nos possibilitassem discutir que contornos poderiam assumir espaços multidisciplinares emergentes (com conceitos distintivos de vivenciar cultura), no sentido de revitalização comercial, reabilitação urbana e criação identitária de um local. Ao estudar esta temática, escolheu-se como objecto de estudo a cidade do Porto, mais concretamente a oferta comercial especializada existente na área de Miguel Bombarda, uma zona que tem vindo a ser identificada como o “SoHo do Porto”, o “Bairro das Artes” ou a “Rua das Galerias”. Pelo carácter exploratório que um estudo de caso deste tipo exigia a pesquisa caracterizou-se pelo seu cariz intensivo e qualitativo, focando em particular o discurso dos representantes dos estabelecimentos seleccionados para observação.³ De forma a ter uma visão menos redutora da realidade em questão, o trabalho empreendido considerou duas dimensões fundamentais: uma mais abrangente, em que as preocupações se desenvolveram na contextualização socioeconómica e comercial da cidade do Porto; e uma escala micro, onde se tentou compreender o ambiente comercial vivido em Miguel Bombarda. Para aceder a este ambiente comercial recorreu-se às representações do que consideramos serem os mais recentes impulsionadores de estratégias de revitalização comercial nos centros das cidades – “os novos intermediários culturais” –, à observação de iniciativas de animação dinamizadas neste *cluster* comercial e ao levantamento da oferta de estabelecimentos disponível no quarteirão Miguel Bombarda. A intenção não seria caracterizar na sua exaustividade todas as lojas incaracterísticas da área, mas empreender uma selecção de espaços que permitissem obter uma perspectiva alargada do comércio disponibilizado neste quarteirão. Obviamente que subjectivos, os critérios subjacentes a esta triagem recaíram em elementos como: conceito do espaço, originalidade, popularidade, longevidade do estabelecimento em causa, ou importância do seu responsável para a dinamização da área estudada. Assim, e tendo em atenção que o objectivo central incidia sobre lojas com um conceito especializado em temáticas culturais e/ou nas suas múltiplas manifestações criativas, e que

³ Os dados recolhidos reportam-se ao período entre 2008-2009. Para a realização desta investigação utilizaram-se as seguintes ferramentas: entrevistas semi-directivas (no total 14 entrevistas, a 15 responsáveis pelos estabelecimentos escolhidos); observação directa; análise documental e estatística. Importa tecer algumas considerações acerca da observação directa encetada, (1) esta foi utilizada num primeiro momento para a delimitação do objecto de estudo (através de uma visita de terreno aprofundada), (2) mais tarde e com o recurso da fotografia social foi observado o quarteirão em causa e algumas das actividades desenvolvidas nesta área, nomeadamente as animações de rua dinamizadas, possibilitando a percepção da realidade circundante e a delimitação de espaços de análise, (3) posteriormente e ainda com o recurso da fotografia social foram observados os estabelecimentos seleccionados. (4) Simultaneamente foi empreendida uma exaustiva recolha de toda a oferta habitacional e comercial de 5 grandes áreas no Quarteirão de Miguel Bombarda: a rua de Miguel Bombarda, a rua do Rosário, a rua Adolfo Casais Monteiro, a rua do Breyner e por fim a rua da Maternidade Júlio Dinis.

preferencialmente disponibilizassem um amplo conjunto de opções no seu interior, i.e., multidisciplinaridade e multidimensionalidade, para uma análise mais intensiva foram escolhidos estabelecimentos como *Gato Vadio*, *Quintal Bioshop* ou *Muuda*. Alguns locais foram selecionados não só pela sua multidimensionalidade mas também por terem como representantes agentes privilegiados de dinâmicas inerentes a este quarteirão, como a responsável pelo *Artes em Partes* e *Centro Comercial Miguel Bombarda (CCB)* ou o primeiro galerista de Miguel Bombarda. Outros foram eleitos pelo carácter emblemático na área como *Rota do Chá*, *CocktailMolotof*, *King Kong*, *Matéria Prima* ou *Mundano*. Projectos como o restaurante *Pimenta Rosa*, a loja de artigos cinematográficos e memorabilia *Vertigo Store* e o jardim *Arbole Bonsai*, foram escolhidos para ilustrar o que poderia ser oferecido no peculiar CCB. Seleccionaram-se também projectos recentes para tentar descortinar as actuais motivações para a implementação nesta zona como, por exemplo, *Miau Frou Frou* ou *Pedaços de Arte*. Sem pretensões de esgotar a sua totalidade, através deste processo tentou-se apreender a diversidade de oferta e as características invulgares que supostamente esta área disponibilizava em termos de estabelecimentos direccionados ou influenciados pela temática artística ou cultural.

Apresentado em breves traços o raciocínio metodológico subjacente à investigação, importa expor sumariamente as suas principais conclusões, ainda que tendo sempre presente o carácter provisório que adquirem, decorrente das características que esta realidade apresenta: permanente mudança e reconfiguração. Através de todo este percurso procuramos compreender um pouco melhor as recomposições do comércio urbano na cidade do Porto.

1. A cidade do Porto e o seu Comércio

1.1 Retrato Demográfico e Socioeconómico

Ao longo dos anos muitos foram os estudos que tiveram como pano de fundo a caracterização da cidade do Porto, destas investigações podemos encontrar quatro grandes tendências que marcam a situação demográfica desta região: o *declínio demográfico*, a *repulsão populacional*, e o consequente *isolamento e envelhecimento* dos seus habitantes. O declínio populacional visível nesta região deve-se bastante ao gradual abrandamento do crescimento natural que se instala nos anos 60/70, em paralelo com uma diminuição das taxas de fecundidade. A partir da década de 90 observa-se uma redução assinalável do número de nascimentos, muito mais acentuada do que em relação aos óbitos, resultando num crescimento natural negativo da população com repercussões sobre a vitalidade demográfica da região. Uma análise intra-urbana permite aferir discrepâncias entre a zona ocidental da cidade (com taxas de crescimento natural positivas ainda que baixas) e a zona central (com um crescimento natural acentuadamente negativo). Paralelamente, nos anos mais recentes, entre 2000 e 2005, apesar da diminuição do número de nados vivos na cidade do Porto, tem-se assistido à estabilização da taxa de fecundidade,

sendo que a quebra da natalidade resulta mais da redução da população feminina em idade fértil, cujo peso diminui de 46,6% em 2000 para 44,1% em 2005, sinal de um envelhecimento populacional marcante. Tais características afectam profundamente a estrutura familiar dos habitantes da cidade. A partir de 1960, comparativamente aos restantes concelhos da AMP o Porto é o que regista um maior número de presenças relativamente a *famílias reduzidas* e um menor número de *famílias medianas* (abaixo dos 20%) e *numerosas* (9%), apresentando ainda o maior número de *isolados* (13,3%). Nos anos 90 esta tendência prevalece e acentua-se, aumentando o número de *famílias reduzidas* (72%), diminuindo também as percentagens das *famílias medianas* (14,3%) e *numerosas* (3,2%), registando-se em simultâneo um decréscimo moderado de *isolados* (11,1%). Assim, analisando os dados dos censos, é possível registar que nas últimas décadas tem vindo a evidenciar-se a importância das *famílias reduzidas* na AMP, e em particular no concelho do Porto. De assinalar ainda, a importância acrescida das famílias nucleares sem filhos, mas principalmente o relevo dos isolados e das *famílias monoparentais*, tendências que se acentuam ao longo das décadas. Neste contexto, a cidade do Porto evidencia desde 1981, uma perda progressiva da sua população residente, situação que se revela mais preocupante quando se tem em atenção que no espaço de duas décadas (1981-2001) o Porto perde mais de 60.000 habitantes. Cenário que se complexifica quando se considera a estimativa projectada pelo INE, que aponta para um total de 227.790 habitantes, e sublinha a tendência de perda da ordem dos 35.000 residentes, entre 2001 e 2006. Analisando à escala intraurbana, a evolução da população residente no período intercensitário 1991-2001, constata-se que esta diminuição foi particularmente marcada nas freguesias mais centrais e na zona oriental da cidade. Se a freguesia de Campanhã registou a quebra demográfica mais relevante em termos absolutos, superior a 10.000 habitantes, os maiores decréscimos relativos ocorreram nas freguesias de Miragaia (-41%), Vitória (-36%), Sé (-35%) e Santo Ildefonso (-30%). Esta situação é intensificada pela presença de um saldo migratório negativo na cidade do Porto, iniciado desde os anos 60. Mas contrariamente ao que acontecia nesta década a repulsão populacional já não é direccionada para o estrangeiro. A partir dos anos 90 assiste-se à deslocação populacional para os concelhos mais próximos da AMP, sobretudo os de Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia e Gondomar. Os censos de 91 indicam que essa repulsão populacional se faz sentir agudamente no interior da cidade, sendo as freguesias do centro histórico e da área central da cidade as mais afectadas: observando-se variações negativas na ordem dos 30% para freguesias como a Sé e a Vitória e sempre muito negativas para Miragaia, Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim. De acordo com as estimativas pós censitárias publicadas pelo INE, esta tendência ter-se-á agravado nos últimos anos atingindo como saldo migratório anual um valor negativo da ordem dos 2%. Esta conjuntura de diminuição populacional tem contribuído para uma distribuição heterogénea de densidade populacional nas diferentes freguesias que compõem este concelho, já não se verificando as pressões demográficas que anteriormente registava. Outro elemento chave para a análise demográfica do Porto remete-nos para a faixa etária. A população residente neste concelho é das mais envelhecidas do país apresentando actualmente

um índice de envelhecimento de 158,90. Em 2001, a população com menos de 15 anos representa cerca de 13,1% da população residente no Porto, ao passo que em 1991 atingia os 16,9%. A população idosa (65 anos ou mais) passou entre 1991 e 2001, de 14,8% para 19,4% do total de residentes. No que concerne ao interior do concelho é possível verificar que são sobretudo as freguesias do núcleo central que apresentam uma população com menos jovens, Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim, e em particular Paranhos.

Tabela 1 – População residente nas freguesias da cidade do Porto segundo o grupo etário - Variação entre 1991 e 2001 (%)

População Residente - Variação entre 1991 e 2001 (%)					
	Var. Total	Grupos Etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Porto	-13	-32,5	-26,1	-10,1	13,9
Aldoar	-7,4	-29,7	-17,9	-3,6	31,8
Bonfim	-17,2	-36,6	-32	-16,2	9,3
Campanhã	-21,1	-41,1	-33	-18,2	14,1
Cedofeita	-22,7	-46	-32,2	-21,7	5,1
Foz do Douro	-	-6,7	-35,3	7,3	28,7
Lordelo do Ouro	-0,9	-22,8	-18	5	32,3
Massarelos	-16,9	-39,1	-27,2	-14,6	10,8
Miragaia	-41,1	-60,6	-49,4	-39,6	-17,3
Nevogilde	-8,7	-18,8	-29,3	-5,7	23,7
Paranhos	-4,4	-26,4	-11,4	-2,8	21,3
Ramalde	3,7	-11,8	-17,4	9,4	26,6
Santo Ildefonso	-30,4	-53,9	-38,1	-31,3	-6,8
São Nicolau	-25,8	-48,5	-23,8	-24,9	-0,6
Sé	-35,3	-52,9	-45	-32,9	-14,4
Vitória	-36,3	-54,6	-46,9	-37	-13,4

Fonte: INE, Censos de 2001.

Muito sinteticamente é possível concluir que a cidade do Porto é assinalada por um forte declínio demográfico, registado em especial nas freguesias antigas e na área central. Esta conjuntura coloca em destaque a problemática da desertificação do

núcleo histórico e da área central da cidade, fomentados tanto pela diminuição da natalidade como pela transferência sistemática de habitantes para outros concelhos da AMP, processos que influenciam profundamente os contextos de crise residencial e da actividade comercial tradicional, incentivados igualmente pelo aumento da importância dos mais velhos na estrutura etária da cidade e pela fuga dos mais jovens da cidade para a fixação nos concelhos limítrofes.

O retrato económico da cidade do Porto é marcado por algumas tendências chave, em particular fenómenos como a *terciarização*, a *desindustrialização* e o *desemprego*. O concelho do Porto apresenta um acentuado peso do sector terciário na actividade económica. Circunscrito numa envolvente ainda muito assinalada pelo peso do sector industrial (mais especificamente a região norte e a AMP) destaca-se por ser bastante marcado pelos serviços. Mais concretamente, os censos de 91 dizem-nos que 70,4% da população activa da cidade exerce uma profissão nesta área, número que evolui em 2001 para 78%. Tal peso da actividade terciária ainda é mais relevante quando se tem em consideração que a indústria de construção foi dominante ao longo dos séculos XIX e XX nesta cidade. Ou seja, a importância hoje dada ao sector dos serviços foi acompanhada por um processo de desindustrialização que se acentuou nas últimas décadas. Essa realidade ainda é bem visível através da panorâmica citadina, basta uma pequena visita à cidade para vislumbrar os grandes armazéns operários de séculos anteriores e as habitações construídas propositadamente para acolher esta classe social (na sua maioria “ilhas”), que conferem um ar ex-industrializado, se assim se poderá denominar, à cidade. A par destas duas grandes tendências distingue-se no campo económico portuense, outra grande variável: o desemprego. A análise dos valores de desemprego na cidade do Porto (censos de 91) revela a importância desta variável neste concelho. Comparativamente à região Norte (5%) e à AMP (6%) observa-se uma elevada percentagem de desemprego na cidade do Porto (6,9%). O progressivo agravamento do desemprego é assinalado a partir da década de 90, tendo uma distribuição heterogénea no concelho. Este cenário agrava-se com o passar dos anos, sendo possível registar em 2001 uma taxa de desemprego na ordem dos 10%. Ao nível das freguesias, verifica-se uma situação semelhante de heterogeneidade. De acordo com os dados de 2001, S. Nicolau (17,4%) e a Sé (17,2%) correspondiam às situações mais graves, seguindo-se as restantes freguesias do centro histórico (Vitória e Miragaia) e Campanhã com valores na ordem dos 13%. A menor expressão do fenómeno do desemprego passa a verificar-se em Nevogilde (5,4%) e Foz do Douro (6,3%).

Após este breve enquadramento demográfico e económico da cidade do Porto, e tendo em conta a finalidade deste trabalho, importa agora pensar nas transformações que esta cidade tem vindo a sofrer em relação ao seu urbanismo comercial.

1.2 Evolução do Urbanismo Comercial

Ao abordar a evolução do urbanismo comercial na cidade do Porto é possível ter como ponto de partida os detalhados trabalhos de José Rio Fernandes (1997, 2003) sobre estas questões. Este autor propõe-nos uma análise do comércio e dos seus diferentes ciclos focando três momentos chave, mais concretamente: o *comércio*

pré-industrial, o *comércio industrial* e o *comércio pós-industrial* (Fernandes, 2003:2-4). Por esta ordem de ideias, num primeiro momento assiste-se à implementação na cidade de formas de *comércio pré-industrial*. Este surge em promíscua associação com o fabrico, o que é fácil de explicar tendo em conta as características da época (fraca mobilidade da população, comercialização de artigos artesanais e principalmente alimentos). De sublinhar é o papel fundamental que o comércio ambulante assume. Realizado de forma isolada e itinerante, ou, na forma de feira (diária, semanal, mensal ou anual) em praças e largos situados em zonas como a Sé e a Ribeira. Esta actividade comercial assegurou durante um tempo parte considerável das trocas comerciais efectuadas na cidade. A partir do século XIX começa a processar-se uma alteração na ocupação do espaço urbano, passando a observar-se uma estrutura marcada por uma concentração sobretudo económica, em oposição à populacional até à data registada. Progressivamente, o comércio autónomo, fixo, afirma-se na cidade industrial. Com a implementação do *comércio industrial*, começa a sentir-se uma regressão da comercialização artesanal, e novas preocupações higiénicas em relação à transacção de produtos alimentares desencadeiam um combate à venda ambulante, através da implementação de mercados públicos. A expansão do comércio retalhista é fomentada pela separação entre o fabrico e a venda dos produtos. Surge um novo espaço de concentração, a “Baixa” que verá a sua importância e significado aumentar face a uma periferia onde as habitações e unidades fabris eram as ocupações quase exclusivas do espaço construído. Gradualmente, nas mais amplas e movimentadas ruas do Porto começa-se a observar a proximidade de estabelecimentos de um mesmo tipo de produtos, a concentração de sapatarias na Rua 31 de Janeiro, de ourivesarias na Rua das Flores, de tecidos e vestuário na Rua das Carmelitas e Santa Catarina ou de mobiliário na Rua da Picaria são exemplo dessa realidade. Inicia a especialização das ruas por actividades, o que facilita a comparação dos preços por parte do cliente. Factores como a melhoria de mobilidade auxiliaram esta afirmação do centro de comércio e entre 1938 a 1972 verifica-se uma extensão do centro. Nesta altura o comércio associa-se ao sector financeiro e hoteleiro de forma a criar as condições necessárias para o aparecimento de uma importante concentração de actividades económicas em espaço pericentral, um “segundo centro” localizado na área da Boavista. Paralelamente é a partir dos anos 60/70, que surgem novas galerias comerciais e pequenos centros comerciais. Desta forma, num período de comércio *pós-industrial*, o comércio expande-se para o sector dos serviços e para outras áreas geográficas. Numa dramática transformação do modelo comercial do Porto, a partir dos anos 70 assiste-se a uma importante diversificação das formas de compra, fomentada pela implementação e rápida multiplicação de grandes superfícies alimentares e especializadas, centros comerciais de grande dimensão e sofisticação e ainda pelo considerável alargamento da “*franchise*”. Estas transformações foram facilitadas por fenómenos como o aumento da mobilidade, mas principalmente pelo já conhecido processo de suburbanização, que contribuiu para a constituição de um território urbano mais fragmentado, descontínuo, mas fortemente expandido (Fernandes, 2003). Como vimos no caso do Porto será evidente considerar que o seu centro tradicional

“encolheu” e que muitos dos estabelecimentos que se concentravam nesta zona “fugiram” para a periferia. Mas nos anos recentes podemos encontrar o esboço de uma contra tendência particularmente interessante. Assistimos à dinamização do território urbano através da optimização das chamadas “indústrias criativas”, i.e., tem-se vindo a apostar na cultura e nas suas diferentes expressões criativas como negócio. Através desta dinâmica, têm emergido também situações territoriais onde é possível observar uma aproximação de actividades semelhantes no domínio cultural, denominado por alguns autores como *clusters*. Se assim é o caso, talvez o quarteirão Miguel Bombarda seja o local ideal para observar estas estratégias de revitalização comercial, particularmente incentivadas por iniciativa privada, mas vejamos mais atentamente.

2. O Quarteirão Miguel Bombarda – Algumas Conclusões

2.1 A zona de Miguel Bombarda e o “Circuito Cultural”

Para analisar o processo que se tem vindo a desenrolar no quarteirão Miguel Bombarda, importa num primeiro momento analisar a principal artéria comercial deste *cluster*: a rua Miguel Bombarda.⁴ Constatou-se que a inicial concentração de galerias na rua Miguel Bombarda, iniciada em 1996 (um movimento influenciado talvez pela quantidade de oferta de espaços vazios, abandonados e rendas acessíveis da altura), fomentou uma centralização de projectos com algumas características similares de comércio especializado no domínio das artes.

“Não é que a rua tenha alguma coisa de especial, porque não tem a rua Miguel Bombarda! Até é uma rua estreita e é difícil parar o carro (...) Não é por ser uma rua bonita que as galerias estão aqui (...) agora tornou-se interessante por ter tanta coisa, tanta oferta...”

(Ana Rita, responsável do *Muuda*)

Posteriormente à implementação da *Galeria Fernando Santos* (e a consequente abertura de outras tantas galerias nesta zona) começou a incentivar-se a procura por parte de outro tipo de lojas para esta área. Este cenário intensifica-se após a inserção

⁴ A denominação Miguel Bombarda é relativamente recente, até 1910 esta era conhecida como a rua do Príncipe. Com a implantação da República em 1910, a rua foi rebaptizada com o seu nome actual, em honra do ilustre médico e precursor do regime republicano em Portugal, Miguel Bombarda. Territorialmente inicia-se na rua de Cedofeita e termina na rua da Boa Nova, já em Massarelos. Tem um comprimento total de 650 metros. Esta rua inscreve-se numa freguesia com algumas particularidades. A freguesia de Cedofeita até ao século XVIII manteve um carácter sobretudo rural, sendo só a partir dos finais do século XIX que se começa a implementar a indústria – têxtil, ourivesaria, laminagem e estampagem de metais preciosos. Actualmente mais de 50% dos activos trabalham no sector terciário. Esta freguesia é ainda marcada pela presença de algumas ilhas decorrentes do processo de industrialização, pela significativa percentagem de idosos e uma tendência para diminuição dos efectivos populacionais. Apresenta-se como uma freguesia com características sobretudo urbanas mas com algumas particularidades, nomeadamente a preponderância de diplomas de ensino secundário e superior, o baixo nível de desemprego e número considerável de profissionais qualificados (Pereira, 2005).

do edifício *Artes em Partes*, chegando a processar-se um *boom* de atracção com a instalação do Centro Comercial Miguel Bombarda (CCB). Actualmente, assiste-se nesta zona a uma crescente procura por parte de investidores através de projectos ao nível da restauração, do lazer, arte, moda, design, projectos de autor, entre outras dimensões nas áreas criativas.

“(…) no início era basicamente galerias e o Artes em Partes (…);“(…) a partir do momento que abriu o Artes em Partes e que começou a haver um núcleo específico de comércio aqui (….) as pessoas começaram a vir para cá, a ver que isto era diferente, que era engraçado, que era (….) outra linguagem a nível de lojas e começaram a vir. Por exemplo, com a abertura do CCB então é que foi uma explosão”

(Marina, responsável pelo *Artes em Partes* e CCB)

“(…) começa-se a criar (….) [u]m movimento (….) basta virem os primeiros... e depois havia espaços disponíveis se calhar as rendas não eram tão caras assim no princípio e alguma apetência para as pessoas se juntarem. Eu acho que isto é como acontecia antes que era a rua dos caldeireiros, a rua dos sapateiros (….) o mercado é puxado por vários pólos. Eu fico contente quando vejo um espaço novo a abrir (….) Porque é mais gente a chamar para aqui para zona.”

(Ana Rita, responsável do *Muuda*)

Assim, poderá afirmar-se com propriedade que esta concentração territorial de uma área de actividade fomentou a atracção de outras iniciativas empresariais e potencializou dinâmicas associativas, na esfera da criação cultural. Será sempre possível discutir se esta concentração comercial em Miguel Bombarda terá sido espontânea ou inicialmente concertada através da iniciativa privada. Se assumirmos os discursos dos entrevistados podemos afirmar que se assistiu a um movimento espontâneo, porém na prática esta espontaneidade levanta algumas dúvidas, em particular se considerarmos a crescente atracção de lojas, influenciada pela identificação deste local como o “Bairro das Artes”.

“Acho que ao início deve ter sido um acaso, escolheram esta rua como podia ter sido outra qualquer, até porque não é particularmente bonita, eh... criando as galerias a partir daí as coisas foram andando, pronto. E depois o facto de haver cá galerias de arte acaba por trazer mais projectos artísticos ou relacionados com arte ou... Acho que deve-se um bocado ao acaso e depois bola de neve.”

(Paulo, responsável do *Arbole Bonsai*)

“Eu acho que é mais pelo conceito que ficou agarrado a Miguel Bombarda que é uma zona de artes (….) temos as galerias de arte, é a rua das galerias... Há as, as inaugurações conjuntas, há isso tudo. Penso que isso aí chama um bocado mais (….) de público aqui! Apesar da rua ser uma rua bastante incaracterística...”

(Luís, responsável do *Mundano*)

Esta frequente caracterização do quarteirão como o “SoHo do Porto”, o “Quarteirão das Artes” ou a “Rua das Galerias”, representação divulgada principalmente pelos meios de comunicação social, não é pacífica. Neste ponto, e tendo em consideração o discurso dos entrevistados, podemos concluir que existem algumas nuances em relação a esta imagem, em especial relativamente à existência de uma identificação por parte da população estudada com este conceito ou a sua aplicabilidade. A verdade é que estas dinâmicas de concentração de estabelecimentos relacionados com actividades culturais se estenderam a outras áreas do quarteirão, causando o que podemos denominar de “efeito Miguel Bombarda”. Assim, neste contexto e de forma genérica, poderemos considerar que encontra-se a ser esboçada uma identidade (re)construída de Miguel Bombarda.

“(…) Portanto, isto cada vez começa a crescer mais, há empenho por parte das pessoas, estão a surgir espaços ao nível da restauração, ao nível do...do lazer, (...) dos bares, os estilistas já estão a concentrar-se aqui, portanto, há uma dinâmica muito interessante, que as pessoas já entenderam que realmente a Miguel Bombarda e as ruas adjacentes as tornaram apetecíveis. Mas isto são coisas perfeitamente naturais, não foi nada pensado, as pessoas vão entendendo isto (...) como um interesse em estar aqui na zona, porque isto já não é novidade, porque isto já se passa nos outros países não é?! (...)”

(Fernando Santos, galerista).

Para além da extensa oferta de lojas especializadas em torno das diversas artes e a concentração de galerias nesta área, Miguel Bombarda distingue-se pelas iniciativas de animação e as inaugurações de exposições concertadas que dinamiza. O *Circuito Cultural Miguel Bombarda*, denominação que adquiriu após a parceria com a Câmara do Porto, apresenta-se como um *cluster* comercial dedicado às diferentes artes e como tal as animações que são dinamizadas, cada vez com maior frequência, espelham precisamente essa ligação à cultura. As dramatizações, os concertos, as intervenções e as exposições patentes nas diversas galerias permitem dinamizar e divulgar os projectos existentes na área e principalmente animar a cidade, proporcionando uma experiência diferente do comércio massificado habitual nos dias de hoje. Intitulados como “happenings”, as inaugurações em simultâneo de exposições das diversas galerias inseridas na zona de Miguel Bombarda surgiram inicialmente como uma iniciativa espontânea elaborada pelos empresários desta área comercial. Sensivelmente de 2 em 2 meses eram inauguradas as exposições, iniciativa que atraía uma movimentação bastante considerável para esta zona. A partir de 2007 com a parceria elaborada com a Câmara do Porto, (sob a alçada da empresa *Porto Lazer*) este projecto adquiriu uma nova estrutura e uma nova projecção. As mais-valias desta associação divergem, as galerias por exemplo, têm convites gratuitos e bandeirolas isentas de licenciamento. As lojas ganham com a animação, a publicidade protagonizada pelos *mupis* e um anúncio no jornal na altura das inaugurações. A rua em si ganha com a animação patrocinada pela *Famous Grouse*. A aposta na divulgação e na publicitação do

evento atraiu um novo público e uma nova dinâmica para este espaço, e as parcerias possibilitadas pela Câmara do Porto (em particular com a marca de whisky *Famous Grouse*) permitiram uma animação diferente da rua. Quem visita Miguel Bombarda nos Sábados de inauguração surpreende-se com as animações que são optimizadas nesta rua, proporcionando uma experiência diferente do comércio massificado habitual nos dias de hoje. Assim, o associativismo local, enquanto quadro institucional de animação e interacção pode funcionar, simultaneamente, como interlocutor e intermediário privilegiado entre a oferta e a procura cultural. As compras, nesta zona, são assim enfatizadas pela sua qualidade festiva. Fazer compras transforma-se também numa actividade de entretenimento. Não admira que os visitantes se sintam atraídos por estes locais, numa manifestação secular da tradicional visita de peregrinação:

“(…) o *Circuito* (...) aquilo que é mais visível tem a ver com... as inaugurações colectivas (...) obviamente, as pessoas juntam-se para beber um pouco de whisky à borla, portanto o *Famous Grouse* (...) o lado mais visível dessas iniciativas (...) passa por uma espécie (...) de ritual de as pessoas se juntarem e se unirem... eh... à volta mais uma vez, não da arte, mas à volta daquilo que floresce à volta da arte, não é? (...)”

(Júlio, responsável do *Gato Vadio*).

Como já podemos antecipar, nem todas as visões acerca da actual animação inerente a esta zona são pacíficas. Antes de mais torna-se crucial fazer uma distinção entre o *Circuito Cultural Miguel Bombarda* e o *Círculo Cultural Miguel Bombarda*. O *Círculo Cultural de Miguel Bombarda* é uma instituição oficializada, já o *Circuito* não existe como instituição, mas sim como o percurso que se processa para a visita dos espaços comerciais do quarteirão, trata-se portanto da circulação das pessoas. O *Círculo Cultural de Miguel Bombarda* caracteriza-se como uma associação dos diferentes galeristas da zona, formada por Fernando Santos em 1999. Uma instituição que ainda não se encontra em funcionamento total. Terá sido criado para despoletar sinergias, para a criação de actividades e como estrutura de comunicação junto a instituições. Contudo, existem sempre problemas inerentes a este tipo de associativismo. Na prática esta iniciativa é vítima de muitas quezílias internas entre os galeristas, o que impede o avanço das propostas:

“(…) as pessoas não se entendem! Os galeristas não se entendem entre eles, há muitas quezílias, há muito diz que disse, há muita chatice (...) ‘vamos fazer, vamos fazer’ e não se faz nada! (...)”

(Marina Costa, responsável pelo *Artes em Partes e CCB*).

Também a animação de rua patrocinada pelas parcerias camarárias, não é recebida por todos os comerciantes da mesma forma:

“(…) Existe público, porque vêm milhares de pessoas às inaugurações em Miguel Bombarda. Eu acho que já é um movimento cultural e social. Há pessoas que vêm já porque acham graça, encontram gente, umas comprarão, outras não. Mas vem muita, muita gente”

(Ana Rita, responsável do *Muuda*);

“(…) Eu acho que hoje as inaugurações é um acontecimento que já toda a gente conhece. Por exemplo, nós quando abrimos ninguém conhecia as inaugurações (…) As inaugurações hoje, é uma coisa que já trás muita gente (…)”

(Rui, responsável do *Cocktail Molotof e King Kong*).

Claro que existem perspectivas um pouco menos favoráveis, alguns entrevistados acreditam que esta participação da Câmara é acessória, uma vez que as inaugurações em simultâneo já aconteciam antes. Agora existe animação de rua, decorações e foguetes, tornando o momento que já acontecia antes num circo supérfluo. Essa inquietação é partilhada por outros:

“Eu acho que sim, que é importante, mas é preciso ter cuidado às vezes... não tornar as coisas se calhar tão... tão... tão festivas porque se calhar as pessoas não as querem tão festivas. (...) Era o que eu estava a dizer logo de início (...) nós neste momento estamos (...) numa fase, penso eu, de muita transição aqui. Vamos ver se isto... se mantêm, se, se sobe mais um bocadinho ou ande por aí aos trambolhões. Eh, já há pessoas satisfeitas, pessoas insatisfeitas com este alarido todo das festas, portanto, vamos ver...”

(Luís, responsável do *Mundano*).

Apesar destas divergências de opinião, ou da (in)sustentabilidade deste tipo de iniciativas, torna-se inquestionável que este tipo de parceria permite a dinamização da cidade. Contudo, existe uma tendência para os entrevistados concluírem que existem aspectos mais prementes a serem tratados, numa zona ainda muito habitada, com prédios degradados deixados ao abandono e comércio a precisar de ser reabilitado (cf. figura 1).⁵

⁵ Em Miguel Bombarda existem 82 espaços ocupados por habitações, 13 abandonados e 4 a serem remodelados ou para aluguer; 10 locais de comércio abandonado e 6 a serem remodelados para venda ou aluguer. Na rua do Rosário observam-se 78 espaços ocupados por habitações, 13 abandonados e 3 a serem remodelados ou para aluguer, 12 locais de comércio abandonado. Na rua Adolfo Casais Monteiro temos 65 espaços ocupados por habitações, 2 abandonados e 2 a serem remodelados ou para aluguer, 1 local de comércio abandonado. Na rua do Breyner temos 25 espaços ocupados por habitações, 4 abandonados e 4 a serem remodelados ou para aluguer, 1 local de comércio abandonado e 6 a serem remodelados ou para venda ou aluguer. Já na rua da Maternidade encontramos 25 espaços habitados e 2 locais de comércio abandonado. Esta área reveste-se como sendo essencialmente comercial, tendo ainda uma forte componente na área da prestação de serviços tanto privados como do Estado. Observa-se igualmente uma permanência de algumas características de comércio dito tradicional, como mercearias, talhos, floristas, etc., em contacto com a crescente disponibilidade de comércio dedicado ao sector criativo.

Figura 1: Situação habitacional e comercial de Miguel Bombarda, 2008



Fonte: Dados recolhidos no terreno em 2008.

2.2 Os espaços e os “novos intermediários culturais”

Na investigação efectuada verificamos que os espaços estudados se revestem por diferentes conceitos, no entanto todos eles apresentam uma característica em comum: a disponibilização de serviços nas diferentes formas que a cultura pode ser apresentada e consumida. O conceito criativo encontra-se subjacente a cada um destes locais, apostando-se na criação de uma “experiência única” dirigida a quem consome este comércio especializado. Para uma análise mais atenta dos espaços escolhidos optou-se por esquematizar as informações recolhidas num quadro resumo dos estabelecimentos (cf. tabela 2 em anexo).

Se como vimos, numa primeira fase com a implementação da *Galeria Fernando Santos*, a atracção para esta zona terá sido quase que accidental ou incentivada pela presença de uma quantidade abundante de espaços livres ou abandonados que permitiram a subsequente instalação de galerias, posteriormente a localização das lojas foi incentivada pela dinâmica cultural que este local vinha a desenhar. Constatou-se que a grande centralidade de oferta deste tipo de negócio se encontrava circunscrita a Miguel Bombarda, devido à concentração de galerias nesta zona⁶. Contudo, comprovou-se

⁶ A par da concentração de galerias encontramos em Miguel Bombarda cerca de 40 lojas direccionadas para um comércio especializado em torno da temática cultural.

que este tipo de serviço se tem vindo a disseminar um pouco por todo o quarteirão de Miguel Bombarda. Um marco essencial para o estímulo de lojas com um carácter especializado se reunirem nesta área, terá sido a implementação do emblemático *Artes em Partes*. Projectos mais recentes não experienciaram dificuldades tão prementes como as descritas pela responsável pelo *Artes em Partes* que se deparou com a dispendiosa realidade de recuperar uma casa antiga abandonada. Os estabelecimentos posteriores caracterizam-se como sendo projectos sobretudo de iniciativa privada⁷, que apenas experienciaram algumas dificuldades a nível burocrático, em particular nos ainda demorados processos de licenciamento. Posteriormente à abertura do *Artes em Partes* o principal motivo que aliciou as lojas estudadas a abrirem os seus projectos neste local foi a identificação com o carácter associado às mais diversas artes que esta zona vinha a desenvolver, mas principalmente pelas características particulares de cada edifício ocupado por estes espaços.⁸ Nos casos mais recentes, a valorização destas características são enfatizadas pelas dinâmicas de animação de rua que se têm vindo a desenvolver, em particular pelas inaugurações em simultâneo das galerias de arte. A movimentação de público que estes eventos atraem e a divulgação mediática que se tem disponibilizado em torno deste fenómeno atrai novos investidores que valorizam essas dimensões. Todas estas especificidades transformam este quarteirão num diversificado ambiente comercial. Aqui convivem par a par elementos do comércio tradicional, galerias e lojas especializadas. Se analisarmos o discurso dos “novos intermediários culturais” podemos compreender que essa convivência actualmente processa-se de forma pacífica, e que progressivamente também os habitantes locais foram-se adaptando ao tipo de comércio disponibilizado e ao tipo de visitante que estes espaços atraem:

“(...) este bairro é muito engraçado, porque tanto tem espaços como o Muuda, como as galerias de arte, como uns cafés, assim mais modernos com um conceito, ou uma loja só de objectos de design mas, mas mantém-se uma parte, muito tradicional, que tem muita graça. Tem a drogaria antiga em que o senhor anda na rua, com aqueles manguitos, tem o sapateiro típico de bairro, tem o estofador, que é o pai e o filho que se vêem que são assim uns senhores à antiga e tem, o restaurante antigo. Tem um bocadinho esta coexistência de um mundo muito para a frente e de um outro muito tradicional, e eu acho que isso tem muita graça e, eu acho que nós encaixamos muito bem nisso.”

(Ana Rita, responsável do *Muuda*)

⁷ Alguns contaram com a ajuda de algum tipo de subsídio estatal, em particular nos protocolos de criação do próprio emprego (como foi o caso do *Pedaços de Arte*).

⁸ Neste ponto temos de ter em atenção as características da própria rua, senão vejamos, esta área encontrava-se abandonada, repleta de edifícios para efeitos habitacionais que se encontravam degradados, grande parte destas actividades comerciais utilizam estes edifícios, que foram sendo recuperados pelos próprios ou mais recentemente por senhorios que investiram nessa reabilitação. Assim, encontramos as mais variadíssimas justificações para o espaço ter sido escolhido pelos proprietários, desde a amplitude do local, as características vernáculas que estes edifícios possuem, os jardins, etc. Poderá fazer-se um pequeno parêntese também em relação aos estabelecimentos do CCB, tendo sido a implementação neste centro comercial em alguns casos incentivada por um convite dos responsáveis deste espaço.

“(…) No início, curiosos, um bocadinho receosos. Mas depois eu convidava: vão lá espreitar, vão lá espreitar! (…);“(…) a vizinhança adaptou-se até às pessoas que vinham para cá.”

(Marina, responsável do *Artes em Partes*)

De acordo com os entrevistados, parece viver-se um ambiente comercial harmonioso, e de modo geral é essa a sensação que o visitante tem quando se desloca a este quarteirão, um espírito de bairro onde todos se conhecem. Porém, convém não ser totalmente irrealista, apesar desta aparente harmonia, existem inevitavelmente quezílias internas entre os diferentes comerciantes:

“(…) à partida, perante os olhos das pessoas, enfim, e publicamente a gente dá-se muito bem... mas... eh... nos bastidores a gente pouco se entende. Infelizmente o associativismo não funciona, mas isto não é novidade! (...) Portanto, hoje o comércio parece que muitas vezes funciona bem, mas há sempre disputas, há... há sempre rivalidades (...).”

(Fernando Santos, galerista).

Ao visitar este quarteirão é possível indagar como este tipo de comércio sobrevive. Mesmo tendo em consideração o horário vocacionado para o período da tarde, a primeira impressão que se constrói é a ausência de movimento de massas no seu quotidiano. Este tipo de negócio não sobrevive das massas, mas sim da especificidade do público que esta zona atrai, ou seja, indivíduos que procuram arte, artigos diferentes, peças de autor e que possuem um elevado poder de compra. Talvez por isso grande parte dos entrevistados considere que os seus negócios se caracterizem como lucrativos, fruto do empenho e da criatividade (através da dinamização de outras actividades), mas também da aposta num atendimento personalizado. Contudo nem todas as lojas conseguem sobreviver, simplesmente porque não se adaptam ao mercado em que estão inseridos:

“(…) as pessoas estão um bocadinho iludidas neste momento com Miguel Bombarda (...) pensam que se abrirem um espaço em Miguel Bombarda que esse espaço vai ser um máximo. Que têm imensas pessoas e que as pessoas comprem imenso de tudo e que gastam muito dinheiro! Não, isso é um erro! (...) Porque é difícil ter um negócio em Miguel Bombarda, tal e qual como é difícil ter uma porta aberta para a rua noutra sitio qualquer do Porto, porque se a população não tem dinheiro, ou se anda triste, ou se não há maneira de esticar mais... portanto é difícil (...).”

(Luís, responsável do *Mundano*).

Ao direcionar a nossa observação para os “novos intermediários culturais”, os responsáveis por estes projectos, verificamos que se caracterizam primordialmente como jovens adultos, com elevado grau de escolaridade e com um percurso profissional invariavelmente relacionado com as indústrias culturais. Neste contexto poderemos sugerir que se observou neste quarteirão uma *gentrificação* do comércio da zona. Ou

seja, os novos comerciantes já não se assemelham aos tradicionais, e impulsionam um novo tipo de comércio que permite uma dinamização diferente desta área. São atraídos para esta zona da Baixa da cidade uma nova espécie de empresários, uma “massa crítica” que comercializa não só produtos mas formas de pensar e entender a cultura. Num contexto de abandono da cidade, de envelhecimento populacional crescente, assiste-se a uma inversão do processo de repulsão comercial, centralizando as suas actividades numa zona temática. Na própria zona parece começar-se a assistir a uma recomposição dos habitantes:

“(…) estudantes, a pessoas com negócio na Baixa, arquitectos, gente também que tem a ver com o nosso público que gosta do centro.”

(Marina, responsável do *Artes em Partes*)

Esta zona tradicionalmente habitada por uma população envelhecida (embora com elevado capital cultural) encontra-se agora, aos poucos, a ser reabitada por elementos da classe média, com elevado capital cultural, mas neste caso bastante mais jovem. Assiste-se também à concentração temporária de jovens estudantes face à proximidade desta área dos pólos académicos, mas também pela característica cultural que esta zona tem vindo a desenvolver. Porém não podemos afirmar com propriedade que este movimento esteja a ser processado de forma massiva nem tão pouco continuamente. Tendo em conta as representações da nossa amostra esta tendência tem vindo a ser observada, porém será excessivo apresentar esta realidade como consumada.

Ao longo do tempo os estabelecimentos especializados que existiam no Porto, foram desaparecendo criando um vazio no interior da cidade, tanto de fornecimento de produtos como de movimentação de pessoas. Em substituição destas lojas características foi-se criando uma oferta massificada de empresas multinacionais. Face a este panorama os intermediários culturais inquiridos acreditam que a criação de nichos de mercado por parte de iniciativas privadas permite a reabilitação urbana. Genericamente existe a noção que o comércio especializado e a sua concentração em locais degradados permitem a reabilitação desse mesmo espaço, face às dinâmicas de solidariedade criadas. Aliás os entrevistados acreditam que foi precisamente essa reabilitação que se procedeu na zona de Miguel Bombarda:

“(…) Por exemplo, há uns anos, se calhar ninguém pensava na rua Miguel Bombarda para acontecer o que está a acontecer actualmente (...) mas de facto (...) ter-se construído aqui um pólo acho que foi importantíssimo para que esta rua se afirmasse nesse sentido, e pronto, e ser chamado como disse há bocado o SoHo do Porto, não é?!”

(Miguel, responsável da *Rota do Chá*)

Se atendermos às representações da massa crítica entrevistada é de facto possível operar uma reabilitação da realidade urbana utilizando como instrumento a implementação e a centralização de actividades culturais. Neste sentido, a crescente procura do consumo cultural e de lazer, possibilita uma reorganização do comércio,

uma melhoria do parque habitacional da cidade, contribuindo também para um incremento da qualidade de vida das populações locais:

“(...) Eu nunca pensei (...) que este bairro se transformasse (...) num grande centro de cultura, activa. Nunca imaginaria! Mas o que é certo é que também... eh... depende muito da iniciativa privada em apostar num local e criar as suas próprias sinergias.”

(Fernando Santos, galerista).

Considerações Finais

A recente reconfiguração do espaço ancorado na concentração territorial de comércio especializado em indústrias culturais/criativas apresenta uma contratendência especialmente interessante num Porto tradicionalmente envelhecido, desertificado, onde o comércio “foge” para a periferia ou se reproduzem simulacros de grandes superfícies comerciais no centro da cidade. Os estudos desenvolvidos nesta área têm demonstrado o papel crucial dos “novos intermediários culturais” nesses processos (Bovone, 2001; Florida, 2005; Ferreira, 2002). Como vimos, a fixação de comércio criativo germinou da iniciativa particular, incentivada por empresários que souberam tirar partido dos efeitos multiplicadores que a economia da experiência cultural pode trazer a uma cidade. A concentração, aparentemente espontânea, de um conjunto de galerias de arte num ponto incaracterístico da cidade, a Rua Miguel Bombarda, fomentou a atracção de outras iniciativas empresariais e potencializou dinâmicas associativas, na esfera da criação cultural. Nestes rearranjos observou-se uma espécie de *gentrificação* do urbanismo comercial na área. Enaltecem-se as qualidades únicas de um comércio especializado que se concentra na criação de uma experiência única ao seu consumidor, apostando na criatividade, num conceito original do espaço, na sua multidisciplinaridade e multidimensionalidade, numa informação criteriosa dos produtos que vendem, num atendimento personalizado, na dinamização de actividades paralelas como workshops, festas, saraus, exposições, instalações, etc. Mas simultaneamente, celebraram-se as qualidades festivas que este tipo de comércio pode organizar, como são as animações que se tornaram imagem de marca deste local, em particular as inaugurações simultâneas de exposições nas várias galerias, que surgem num primeiro momento fomentadas pelos empresários deste centro comercial. A aposta nesta animação da cidade, na criação de uma verdadeira “experiência”, acabaria também por beneficiar a divulgação e a intensificação deste espaço pela visibilidade pública que estimulou. Mais recentemente o próprio município percebeu, e mais uma vez pela orientação desta “massa crítica”, a importância dessa visibilidade, juntando o seu contributo logístico ao clima de “festa urbana” crescente naquela artéria. A disseminação de espaços de comércio especializado um pouco por todo o quarteirão, o aqui designado “efeito Miguel Bombarda”, vem sustentando uma agregação que se processa de modo informal e independente dos poderes públicos. O que vem tornando este tecido criativo mais consciente do seu papel crítico e da sua capacidade de intervenção nas questões urbanas. Em suma, parece ser possível

afirmar com alguma propriedade que a criação deste nicho de comércio centrado nas indústrias criativas permitiu o desenvolvimento de uma reconfiguração física da cidade, otimizada pelos processos de recuperação do parque habitacional que estas dinâmicas requerem, através de procedimentos como a reconvertibilidade de espaços habitacionais em espaços comerciais. Conjuntamente, todo este rearranjo, permitiu uma reconfiguração económica deste local, que aparentemente não tinha grandes tradições comerciais e se encontrava abandonado. Paralelamente, e intrínseco a estas dinâmicas, começa a esboçar-se de um novo processo de (re)construção identitária deste território, multiplicando-se denominações características como o “Bairro das Artes”, ou o “SoHo do Porto”, correspondentes ou não com a realidade vivida, mas que reconstróem a imagem desta zona urbana. Visto isto, é possível sugerir que esta concentração comercial permitiu uma revitalização socioeconómica de Miguel Bombarda, e potencializou processos de reabilitação do espaço urbano.

Sem querer aqui antever a sustentabilidade ou a continuidade deste projecto, nem defender a implementação incriteriosa deste tipo de modelos, é inegável concluir que estas dinâmicas têm contribuído para a sustentabilidade da cidade do Porto, e observar algo que há muito não era possível na Baixa do Porto: movimentação, animação... pessoas. Fica claro, pela multiplicidade e complexidade que estes fenómenos acarretam, que esta é uma investigação que se encontra em aberto. Aqui foram apenas esboçadas algumas hipóteses que permitem visualizar as características multiformes que podem assumir as reconfigurações urbanas recentes. Importa estudar outros aspectos que a cidade do Porto tem vindo a assumir na actualidade. Em particular, que outros nichos temáticos comerciais se têm vindo a construir, quais as formas que assumem e qual o papel dos diferentes agentes envolvidos nestas dinâmicas. Urge visitar a cidade do Porto e descobrir a sua poliforme paisagem comercial.

Referências Bibliográficas

BABO, Elisa Pérez e COSTA, Pedro (2007), “As indústrias culturais e criativas: novos desafios para as políticas municipais”, in José Portugal e Susana Marques (coord.), *Gestão Cultural do Território*, nº 4, Porto, Sete Pés, pp. 51-87.

BAUDRILLARD (1970), *La Société de Consommation*, Paris, Gallimard.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASCH, Scott (1995), *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*, São Paulo, UNESP.

BECK, Ulrich e LAU Christoph (2005), “Second modernity as a research agenda: theoretical and empirical explorations in the ‘meta-change’ of modern society”, in *The British Journal of Sociology*, Volume 56, Issue 4, 525-557.

BOVONE, Laura (2001), “Os novos intermediários culturais – considerações sobre a cultura pós-moderna”, in Carlos Fortuna (org.) (2001), *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaio de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora.

CASTELLS, Manuel (2006), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I: A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

COSTA, Pedro (2000), “Centros e margens: produção e práticas culturais na Área Metropolitana de Lisboa”, in *Análise Social*, vol. XXXIV, nº 154, 2000, 957-983.

DIAS, Sara Joana (2009), *Uma Viagem ao “SoHo do Porto” – Processos de Criação Identitária e Gentrificação do Comércio Urbano em Miguel Bombarda*, Tese de Dissertação

de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FEATHERSTONE, Mike (2007), *Cultura de Consumo e Pós-modernismo*, São Paulo, StudioNobel.

FERNANDES, José Alberto Rio (1997), *Porto Cidade e Comércio*, Porto, Arquivo Histórico.

– (2003), *A reestruturação comercial e os tempos da cidade*, Lille, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERREIRA, Claudino (2002), “Intermediação cultural e grandes eventos. Notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas”, in *Oficina do CES*, 2000, nº 167, 2-37.

FLORIDA, Richard (2005), *Cities and the Creative Class* (1st ed.), New York and London, Routledge.

HARVEY, David (1992), *Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Loyola.

HOWKINS, John (2001), *The Creative Economy: How People Make Money From Ideas*, London, Allen Lane.

O’CONNOR, Justin & WYNNE, Derek (2001), “Das margens para a cidade. Produção e consumo de cultura em Manchester”, in Carlos Fortuna (org.) (2001), *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora.

PEIXOTO, Paulo (2003), “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. XIII, 211-226.

PEREIRA, Virgílio Borges (2005), *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses. Classes Sociais e «Modalidades de Estilização da Vida», na cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.

ZUKIN, Sharon (1982), *Loft Living – Culture and Capital in Urban Change*, Baltimore, Rutgers University Press.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

This article aims to outline the main results achieved in an ongoing empirical research focused on the spatial distribution of selective cultural/creative commercial offering located in downtown of Porto, more concretely, the *Miguel Bombarda Quarter*. Specifying better, we intend to discuss how the clustering of market niches, often driven by “new cultural intermediaries” can promote physical, socio-economic reconfiguration and change the identity of space, leading ultimately to processes of *commercial gentrification* and aesthetics of the urban context.

Keywords: Specialized trade; New cultural intermediaries; *Commercial gentrification*.

Résumé:

Cet article vise à présenter les principaux résultats obtenus dans la recherche empirique en cours concentré sur la distribution spatiale sélective de l’offre commerciale culturelles et/ou créative situé au centre-ville de Porto, plus spécifiquement, le *Quartier Miguel Bombarda*. Précisant meilleur, nous avons l’intention de discuter comment le clustérisations des niches de marché, souvent dictées par de «nouveaux intermédiaires culturels» visant à promouvoir la reconfiguration physique, et de l’identité socio-économique de l’espace, ce qui, conduisent finalement, des processus de *gentrification commerciale* et de l’esthétique du contexte urbain.

Mots-clés: Commerce spécialisé; Nouveaux intermédiaires culturels; *Gentrification commerciale*.

Anexos

Tabela 1: Quadro Resumo dos Estabelecimentos

Estabelecimentos	Localização	Data de Abertura	Horário de Funcionamento	Atendimento	Públicos
Galeria Fernando Santos	Rua Miguel Bombarda	1996	Terça a Sexta das 10:30 às 19:30h; Segunda e Sábados das 15:30 às 19:30h.	Personalizado com a ajuda de dois outros colaboradores.	Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de idade e sexo, mas predominantemente classe média alta; Características-chave: investidores privados; colecionadores de arte; elevado capital cultural e económico.
Artes Em Partes	Rua Miguel Bombarda	1998	Segunda a Sábado das 14:30h às 20:00h	Personalizado, efectuado pelos proprietários dos estabelecimentos e colaboradores.	Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe, sexo e idade (oscila entre os 16-60 anos); Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido; interesse por arte, artigos diferentes, peças de autor; ausência da procura em massa; elevado poder de compra.
Matéria Prima	Rua Miguel Bombarda (Edifício Artes em Partes)	1998	Segunda a Sábado das 14:30h às 20:00h	Atendimento personalizado realizado pelos proprietários do estabelecimento.	Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe e sexo, mas predominantemente jovem (entre os 20-40 anos); Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido; informados no domínio da música e arte; círculo restrito de pessoas que frequentam a loja e os concertos.

<p>Rota Do Chá</p>	<p>Rua Miguel Bombarda (Edifício Artes em Partes)</p>	<p>2003</p>	<p>Segunda a Quinta das 12:00h às 20:00h; Sextas e Sábados das 12:00h às 00:00h</p>	<p>Atendimento personalizado, efectuado pelo proprietário da Rota do Chá e mais 2 colaboradores.</p>	<p>Público-alvo esperado inicialmente: pessoas de faixas etárias mais elevadas; Público eclético e variado tanto a nível de classe e sexo, mas predominantemente jovem (entre os 20-30 anos); Características-chave: variações de público entre o fim-de-semana e a semana: (durante a semana atraí pessoas mais novas que muito provavelmente serão estudantes, no fim-de-semana acaba por concentrar pessoas que por trabalharem à semana apenas consomem este local nessa altura).</p>
<p>Cocktail Molotof</p>	<p>Rua Miguel Bombarda (Edifício Artes em Partes)</p>	<p>2004</p>	<p>Segunda a Sábado das 15:00h às 20:00h</p>	<p>Atendimento personalizado e informativo, efectuado pelo proprietário do estabelecimento, pela sócia e mais 4 colaboradores quando o movimento assim o justifica.</p>	<p>Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe e sexo, mas predominantemente jovem; Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido; informados no domínio de tendências de moda.</p>
<p>Mundano Objectos</p>	<p>Rua Miguel Bombarda</p>	<p>2004</p>	<p>Sextas e Sábados das 15:00h às 20:00h</p>	<p>Personalizado, atendimento efectuado pelos 4 sócios da empresa.</p>	<p>Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe, sexo e idade; Características-chave: certa especificidade do público (algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido); informados no domínio das artes mas não exclusivamente composto por indivíduos ligados ao design ou arquitectura).</p>

Muuda	Rua do Rosário	2006	Segunda a Sábado das 11:00h às 20:00h.	Personalizado e informativo, efectuado pelas 3 sócias do espaço e outros colaboradores.	Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe e sexo, mas predominantemente jovem/adulto (30-45 anos); Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido; informados no domínio de tendências de moda; não apreciem produtos em massa; com algum poder económico e cultura de gosto, que se encontrem acostumados a apreciar artigos com características especiais.
Quintal	Rua do Rosário	2006	Segunda a Sexta das 10:30h às 20:00h; Sábados das 15:00 às 20:00h	Atendimento personalizado, informativo e familiar, facultado pelos 2 sócios do espaço e mais um colaborador.	Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe, idade e sexo, mas predominantemente jovem; Características-chave: grande diversificação de frequentadores deste local (mulheres com uma faixa etária mais elevada que procuram o chá e a ervanária que oferecem, simples curiosos ou vegetarianos).
King Kong	Rua Miguel Bombarda	2007	Segunda a Sábado das 15:00h às 20:00h	Atendimento personalizado e informativo, efectuado pelos 2 sócios do estabelecimento, e quando o movimento assim o justifica, mais 4 colaboradores.	Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe e sexo, mas predominantemente jovem; Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido; informados no domínio de tendências de moda.

CCB	Rua Miguel Bombarda	2007	Segunda a Sábado das 12:00h às 20:00h (1 hora de almoço).	Atendimento personalizado realizado pelos diferentes proprietários das lojas e respectivos colaboradores.	Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe, sexo e idade (oscila entre os 16-60 anos); Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido; interesse por arte, artigos diferentes, peças de autor; ausência da procura em massa; elevado poder de compra.
Arbole Bonsai	Rua Miguel Bombarda (CCB)	2007	Segunda a Sábado das 12:00h às 20:00h	Atendimento personalizado efectuado pelo proprietário do espaço, não trabalhando ninguém consigo a tempo inteiro, apenas temporariamente e sem um número fixo.	Público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe e sexo, mas predominantemente jovens adultos e faixas etárias mais elevadas; Características-chave: público com exigências estéticas mais refinadas e particulares e com alguma capacidade económica.
Vertigo Store	Rua Miguel Bombarda (CCB)	2007	Segunda a Sábado das 12:00h às 20:00h	Atendimento personalizado, efectuado pelo proprietário e ocasionalmente também por um colaborador.	Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público eclético tanto a nível de classe, idade e sexo; Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido; informados no domínio do cinema, arte, música, design, literatura e fotografia; coleccionadores deste tipo de artigos ou apenas curiosos.

<p>Pimenta Rosa</p> <p>Rua Miguel Bombarda (CCB)</p> <p>2007</p>	<p>Segunda a Sábado das 12:00h às 20:00h</p> <p>Atendimento personalizado, com serviço de tabuleiro, efectuado pela proprietária do restaurante com a ajuda de 3 colaboradores.</p>	<p>Público-alvo predefinido inicialmente; Público ecléctico tanto a nível de idade, classe e sexo;</p> <p>Características-chave: público-alvo na sua maioria composto por trabalhadores que exercem a sua profissão perto do CCB, ou seja, indivíduos que trabalham no Hospital de Santo António, em escritórios (como advogados ou juizes), mas também estudantes; público diferente ao fim-de-semana, ou seja, pessoas que se deslocam a este espaço para passear com as respectivas famílias, com uma disponibilidade de horário maior.</p> <p>Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público ecléctico tanto a nível de classe, sexo e idade;</p> <p>Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido em termos de literatura e arte; informados no domínio das artes; aceitação do espírito de criatividade criadora e de genuinidade que este espaço tem subjacente.</p>
<p>Gato Vadio</p> <p>Rua do Rosário</p> <p>2007</p>	<p>Quinta a Domingo das 15:00h às 19:30h Noite: Terça a Domingo das 21:00h às 00:59h</p> <p>Personalizado, efectuado pelos 4 sócios do estabelecimento.</p>	<p>Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público ecléctico tanto a nível de classe, sexo e idade;</p> <p>Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido em termos de literatura e arte; informados no domínio das artes; aceitação do espírito de criatividade criadora e de genuinidade que este espaço tem subjacente.</p>

<p>Miau Frou Frou</p>	<p>Rua Miguel Bombarda</p>	<p>2008</p>	<p>Segunda a Sábado das 14:30h às 20:30h</p>	<p>Atendimento personalizado, realizado pela proprietária do estabelecimento.</p>	<p>Sem público-alvo predefinido inicialmente; Público ainda não muito estruturado, alterando muito tanto a nível de classe, sexo e idade (variando dos 15 aos 80 anos); Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de artigo que é vendido; informados no domínio de tendências de moda; público das mais diversas áreas (desde indivíduos que pertencem ao mundo da moda, das artes, ou que apenas passam por coincidência pela loja e resolvem entrar, ou que foram informados que a loja estava a ficar na “moda”).</p> <p>Público-alvo esperado inicialmente: pessoas de classe média;</p> <p>Público eclético tanto a nível de classe, sexo e idade (jovens e faixas etárias mais elevadas); pessoas que procuram objectos decorativos diferentes, alternativos ao mobiliário contemporâneo.</p> <p>Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido; em termos de literatura e arte;</p>
<p>Pedaços de Arte</p>	<p>Rua do Rosário</p>	<p>2008</p>	<p>Segunda a Sábado das 11:00h às 20:00h</p>	<p>Atendimento personalizado, realizado pela proprietária do estabelecimento.</p>	<p>Público-alvo esperado inicialmente: pessoas de classe média;</p> <p>Público eclético tanto a nível de classe, sexo e idade (jovens e faixas etárias mais elevadas); pessoas que procuram objectos decorativos diferentes, alternativos ao mobiliário contemporâneo.</p> <p>Características-chave: algum grau de abertura para o tipo de produto que é vendido; em termos de literatura e arte;</p>

Fonte: Dados recolhidos no terreno, 2008-2009

Museus e Museologia: desafios para a construção de territórios colaborativos¹

Alice Semedo²

Inês Ferreira³

Resumo:

Este artigo apresenta as principais orientações e contextos de um projecto de investigação em curso, projecto que se refere à natureza do impacto social e funções museológicas num contexto profundamente colaborativo. Começa por apresentar os contextos e os desafios do projecto, considerando, igualmente, as suas opções metodológicas e propondo uma discussão dos conceitos principais implicados. Partindo das tradições da investigação-acção e participação interactiva, este projecto tem como campo de acção os museus da cidade do Porto e como actores centrais, particularmente, os profissionais vocacionados para o trabalho de mediação com os públicos. Propõe-se promover a colaboração sustentável entre profissionais dos museus; ou seja, a proposta implica, sobretudo, o desenvolvimento de um espaço colaborativo e de uma comunidade de prática que potencie mudanças a partir de reflexões críticas e criativas.

Palavras-chave: Museu; Mediação; Públicos; Colaboração; Impactos sociais.

Introdução

O título deste artigo reflecte, desde logo, a nossa convicção de que os museus vivem uma *revolução* conceptual (Hein, 2000: *viii*), revolução que questiona as premissas fundamentais nas quais o museu (*e o nosso trabalho enquanto profissionais e com os profissionais de museus e em museus*) se alicerça e que se relaciona com

¹ Este projecto foi já tema de várias comunicações e artigos: II Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola (Buenos Aires, 27-30 de Setembro 2010), organizado pelo ICOFOM-ICOM, onde se enunciavam os princípios do projecto de investigação, apresentando-o brevemente e de duas outras apresentações que se baseiam neste artigo, uma na *ACSIS Conference 2011: Current Issues in European Cultural Studies*, organizada pela Advanced Cultural Studies Institute of Sweden (ACSIS), na Linköping University, 15-17 Junho 2011, the Louis de Geer Hall, Norrköping, Suécia, e uma segunda apresentação na CECA Annual Conference 2011, International Council of Museums, Zagreb, Croácia.

² Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

³ Câmara Municipal do Porto, Portugal.

o seu valor intrínseco e indiscutível. Metamorfoses em estruturas sociais, alianças culturais e identidades pessoais aliam-se a mudanças na natureza, controle e funções do conhecimento; transformações que têm apoiado a investigação sobre as missões dos museus e dos lugares que, quer os seus fazedores, quer objectos e públicos, ocupam enquanto elementos discursivos.

Iniciaremos este artigo com uma incursão pelos contextos e valores que condicionaram a razão de ser do projecto de investigação em construção a que aqui nos referiremos. Mais do que descrever metodologias de trabalho, o que agora se procura partilhar são, sobretudo, alguns dos contextos que têm orientado este momento de reflexão e desenvolvimento do projecto. Resta dizer, que este trabalho é, assumidamente traçado a várias mãos e que as inquietações de que aqui falaremos nos têm, igualmente, remetido constantemente, quer para questões da própria identidade profissional e museológica / revisões curriculares, quer para os próprios fundamentos conceptuais que se encontram permanentemente em discussão no *campo* dos estudos sobre museus e da museologia. Iniciaremos, pois, a nossa incursão por esses mesmos contextos / inquietações, esboçando, num segundo momento, os objectivos e directrizes do projecto em apresentação.

1. Dias extraordinários: reposicionamentos

Em termos internacionais, e no contexto de uma *explosão de museus*, temos vivido *dias extraordinários*. No início dos anos 90 do século passado vivíamos (*e temos vivido*) um momento de reflexão particular que conduziu ao próprio questionamento da natureza do museu. Se já nos anos 60-70 tínhamos assistido a uma *primeira* fase de auto-avaliação (*e forte crítica externa*) no mundo dos museus – essencialmente relacionada com o activismo político e social –, o final dos anos 80 – mas sobretudo os anos 90 – foram essenciais para este reposicionamento dos museus em relação à sociedade (ver, por exemplo, os excelentes volumes de: Karp e Lavine, 1991; Karp, Kreamer e Lavine, 1992). Esta é uma reinvenção *em curso* e que deve ser, ainda, compreendida em relação à crescente exigência por parte de diferentes sectores em participar activamente na *reconstrução / reprodução* destas práticas de significação. *Reinvenção* que tem pressionando os museus para se responsabilizarem não só pelos recursos à sua guarda, mas também pelos resultados conseguidos através desses recursos. Os museus deixaram de ser meramente avaliados pelos seus recursos (ex. colecções, investigação sobre as colecções) para serem cada vez mais avaliados pela sua utilização programática, capacidade de captação e fidelização de públicos e diversificação dos seus *produtos*; pelos seus serviços e qualidade destes serviços. Embora o estudo, documentação e preservação sejam – mais do que nunca – uma preocupação fundamental e condição básica para o desenvolvimento de qualquer projecto museológico, a atenção concentra-se mais noutros aspectos, expressando a sua ansiedade em demonstrar uma consciência social e talvez mesmo a amadurecimento da profissão (ver, por exemplo: Weil, 1995; Department of Culture Media and Sport,

2000). Por outro lado, os papéis que os museus desempenham no desenvolvimento da sociedade (ver, por exemplo, Gurian, 2006) e a relação, mais ou menos óbvia, com o desempenho do seu papel educacional e de aprendizagem em museus, tem sido um dos temas dominantes desta reflexão (Falk e Dierking, 1995, 2000; Falk *et al*, 2006; Hein, 1998, 2000; Hooper-Greenhill, 1992, 1996).

A visão do museu enquanto lugar de aprendizagem é descrita, frequentemente, enquanto *ambiente de aprendizagem de livre escolha* utilizado por públicos diversificados (Falk e Dierking, 2000). Através dos objectos e do conhecimento os visitantes criam novas relações, significados e aprendem (Hein, 1998). Os museus competem, porém, com outras experiências de aprendizagem e formas de lazer (Falk e Dierking, 2000; Kelly, 2004) no que tem sido denominado de *economia da experiência*, na qual as pessoas se envolvem em experiências valiosas em contextos diversificados (Pines e Gilmore, 1999). Os museus sempre reivindicaram para si mesmos um papel vincadamente educacional e desde o seu início que se fundaram tendo em conta essas premissas. Actualmente, os investigadores apontam a necessidade tendencial de uma mudança conceptual dos museus que se transformam de *lugares de educação* em *lugares de aprendizagem* respondendo, assim, às necessidades e interesses daqueles que os visitam e utilizam os seus serviços (Weil, 1995; Bradburne, 1998; Falk e Dierking, 2000). Os museus aspiram a deixar de ser repositórios de conhecimento e de objectos para serem lugares de maravilhamento, de encontro, de reflexão, de criatividade e de aprendizagem fazendo, simultaneamente, parte de outras formas de aprendizagem e promovendo-se enquanto parte integral das infra-estruturas de aprendizagem.

Porém, ao abrir-se às *políticas da experiência*, os museus afastam-se gradualmente de outras instituições com quem partilham paradigmas de conhecimento e reencontrado outras, que não só os complementam mas criam, eventualmente, novos tipos de museus. Assim, os museus da nossa contemporaneidade tentam abrir-se ao incorporado e vivencial, reconhecendo o valor do conhecimento incorporado (memória e experiência) próprio de um modelo que, seguindo os conceitos de pedagogia e performatividade de Homi Bhabha (2004), tem sido apelidado de *democracia performativa*, em contraposição a uma versão mais pedagógica que privilegia outro tipo de abordagens e conceptualizações (Chakrabarty, 2002). Na verdade, este tipo de abordagem promove quer experiência, quer conhecimento abstracto e é exactamente este tipo de abordagens museológicas que, provavelmente, melhor reequilibra o debate sobre as funções e missões destas instituições.

Se é verdade que nos dias de hoje os museus estão sujeitos a muitas exigências que os obrigam a desempenhar outras funções, também será verdade que estes mesmos desafios lhes permitem actuar em novos mundos. Estes são, contudo, mundos onde os valores *indiscutíveis* anteriores são permanentemente questionados e nos quais os museus, ao procurarem demonstrar a sua visibilidade e assumir a democracia, encontram tensões profundas internas que têm conduzido a um apaixonado debate quer no meio profissional, quer nos media. De qualquer forma, acredita-se que esta reinvenção tem tido consequências significativas. Especialmente em relação ao distanciamento da centralidade dos objectos em direcção a uma ênfase na promoção

da experiência, conduzindo, por vezes, a uma desvalorização das colecções do museu como fonte de verdadeiro significado e valor e a uma subordinação em torno da *experiência museológica* (Hein, 2000: viii); ênfase que revela novos horizontes éticos, epistemológicos e estéticos. Todavia é também evidente no mundo dos museus um retorno ao mundo das colecções e do papel central da investigação das colecções, produzindo materializações museológicas que, de qualquer forma, não se centram apenas na experiência cognitiva mas favorecem, identicamente, a experiência vivencial e sensível dos visitantes e dos próprios curadores / investigadores / *connaisseurs* falando, abertamente, sobre e discutindo; abrindo espaços de visibilidade no discurso, por exemplo, aos processos *situados* de investigação e de coleccionar enquanto experiência e história. Desta forma, a procura de relevância fora dos seus contextos habituais é um dos eixos centrais desta transformação museológica, confirmando a investigação museológica como espaço de questionamento não delimitador mas de contornos cada vez mais *de fronteira* no qual – e de acordo com a preposição de Corynne McSherry – um objecto de fronteira “tem significados diferentes em diferentes mundos sociais e no entanto está impregnado de significado partilhado suficiente para facilitar a sua tradução entre esses mundos” (trad. A.S., McSherry, 2001: 69, citada em Strathern, 2004: 45; cf. com Message, 2009)

Esta relevância é procurada nos diversos níveis da esfera pública: ou seja no macro-meso espaço e no micro-espaço público; espaço que provavelmente mais aqui nos interessa pois é, sobretudo, neste nível que melhor podemos apreciar o envolvimento da coordenação de comunicação e de espaços de participação cívica. Por outro lado, esta demanda de relevância em museus associa-se à construção de novas formas de diálogo público e participação cívica, exigindo não só reciprocidade, mas também continuidade e é ao nível local que, provavelmente, estas parcerias com a comunidade melhor funcionam e se tornam sustentáveis. Já não se trata agora de fazer museus e comunidade só entre os museus. Trata-se de criar relevância através da constituição de redes que funcionem como recursos críticos dos lugares que os museus querem habitar; disponibilizando não só os seus recursos (colecções, espaços, investigação...) mas actuando também como fóruns e, eventualmente, desenvolvendo formas inovadoras de endereçar questões características do espaço público e da contemporaneidade. Questões, nem sempre fáceis como, de resto, o debate recente tem demonstrado (ver, por exemplo: Knell *et al.*, 2007; Cameron e Kelly, 2010). Falamos de actores do terceiro espaço (Soja, 2000) que participam activamente nas políticas urbanas e que intervêm na construção do espaço público e da democracia (Kirchberg, 2003); falamos, pois, de “lugares performativos”; lugares de “acção comunicativa” que, de alguma forma, materializam os valores da “utopia racionalizada” de que fala Bourdieu (1998: 128); lugares assumidamente políticos e de acção, portanto.

Estas reflexões não são, porém, novidade alguma e têm sido profusamente divulgadas em cursos universitários, conferências e na bibliografia assinada por muitos autores geralmente associados quer à nova museologia, quer à museologia crítica e fazem, agora, parte dos conhecimentos *a adquirir* pelos *profissionais aspirantes*. Na verdade, a produção de um importante corpo de bibliografia relacionado com os estudos

de museus, bem como o desenvolvimento de uma série de programas de acreditação e avaliação de museus constituem-se como elementos vitais do aprofundamento desta reflexão. Estes estudos aceitaram os desafios propostos pela *nova museologia e pela museologia crítica*⁴ para, neste *segundo* momento de avaliação, alargarem o âmbito das suas questões, expandindo e aprofundando as suas abordagens metodológicas e base empírica. Eileen Hooper-Greenhill escrevia no início dos anos 90 do século passado que o museu, enquanto objecto de estudo, continuava praticamente invisível e que para a grande maioria dos investigadores se mantinha como que coberto por um “manto de silêncio crítico” (Hooper-Greenhill, 1992: 3). A leitura rápida de qualquer listagem de uma editora internacional como a Routledge, por exemplo, demonstra que decorridos vinte anos os museus se tornaram *sexys*⁵ e que um grupo cada vez maior de investigadores de diversos *campos* investiga e escreve sobre este artefacto social. No entanto, a dissonância entre estas discussões e o desenvolvimento de práticas reflexivas e colaborativas continua – pelo menos em Portugal – a ser evidente.

O Curso de Museologia da Universidade do Porto iniciou a sua *viagem* justamente numa altura em que se assistia a um crescimento editorial sem precedentes sobre este tema. Livros sobre os mais diversos assuntos, antologias, actas de conferências acerca de museus, proliferam desde então no contexto do “fenómeno museológico”, como lhe chamou Gordon Fyfe (2006: 40), e que podemos relacionar com os processos que têm sido caracterizados como pós-industriais, pós-capitalistas, modernidade tardia ou pós-modernos a que normalmente se aliam, entre outras, motivações e ansiedades relacionadas com a amnésia social; procura de autenticidade e antídotos em relação à sociedade de consumo; tentativas de lidar com a fragmentação da identidade e individualização; desejos de aprendizagem ao longo da vida e de aprendizagem vivencial. Mas como já tem sido referido, este era e tem sido um momento de particular fragmentação e profundo questionamento deste mundo. Diferentes estudos em Portugal, França, Estados Unidos e Reino Unido referem, por exemplo, tensões e crises de identidade no modelo profissional dos *conservadores* (por exemplo: Octubre, 2001; Semedo, 2003; Zolberg, 1986). Com base no modelo *tradicional* de museus, a profissão de *conservador* surge dividida entre a lealdade para com as funções em torno do estudo e preservação das colecções e as transformações em relação à sua missão e valores públicos de acessibilidade e democracia. Fragmentação que evoca a revolução conceptual de que vêm falando vários autores (ver, por exemplo, Hein, 2000).

Assim, o enquadramento teórico da museologia pós-crítica parece-nos aqui fundamental enquanto modelo conceptual e teórico deste projecto de investigação que procura, essencialmente, construir com o grupo de profissionais dos museus do Porto uma cultura de reflexividade, de acção colaborativa e profundamente crítica. Uma museologia plural, sem manifestos exclusivos mas que assume o museu enquanto espaço profundamente democrático e que propõe, por exemplo, a imaginação crítica

⁴ Para uma discussão dos termos ver, por exemplo: Davis, 1999; Martínez, 2006; Lorente, 2003.

⁵ Como afirmou Scott Lash durante a sua intervenção no Porto, no Colóquio “Museus, Discursos e Representações” em 2004.

e o reconhecimento dos visitantes e dos *fazedores de museus*, enquanto comunidades interpretativas, como condições fundamentais da pesquisa.

2. Outros encadeamentos: a cidade, os museus e o Curso de Museologia

A década de 90 do século passado foi também para Portugal de verdadeira *explosão museológica*, assumindo os museus e o património, no seu sentido mais lato, uma visibilidade extraordinária nos meios de comunicação. No caso dos museus portugueses, no seu todo, viviam-se problemas essenciais por resolver e lutava-se com dificuldades e constrangimentos diversos, nomeadamente os relacionados com a qualificação e incremento do número de técnicos especializados, em particular em áreas como a conservação e restauro. Ao sector faltava ainda um trabalho de interpretação / mediação dos espaços mais intenso e generalizado, considerado como factor essencial de captação e fidelização de públicos; programas educacionais inclusivos; a publicação de material informativo de qualidade promovendo a disseminação generalizada e acesso ao conhecimento; a investigação generalizada quer sobre as colecções, quer sobre todas as outras funções do museu. Apesar dos desenvolvimentos e melhoramentos que todos reconhecemos no sector, muitos destes problemas ainda estão por resolver. A cidade do Porto e os seus museus não fogem a esta realidade: salvo, uma ou outra excepção, a maior parte dos museus da cidade necessita de um investimento urgente e sustentado nas suas políticas de comunicação / interpretação e de repensar a relação que tem construído com os públicos, particularmente em termos de *comunidades próximas*. Por outro lado, a dissonância entre as discussões e reflexões sobre o lugar museu promovidas pela *nova museologia* e o desenvolvimento de práticas reflexivas e colaborativas continua – pelo menos em Portugal – a ser evidente. Ainda que todos os museus reconheçam o valor das suas colecções para a educação e aprendizagem e a sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade e se comprometam a cumprir este mandato público, poucos são os que demonstram ter capacidades e competências para (*se*) *expor / narrar / avaliar* o seu trabalho publicamente (*account-ability*).

O campo de acção deste projecto de investigação será pois o dos museus da cidade do Porto. A tese de mestrado de Ana Bárbara Barros apresentada recentemente e que estudou as narrativas dos profissionais de educação em museus da cidade (2008) reforça o facto de o Porto ter um número significativo de museus, com características bem diferenciadas, tais como a natureza das colecções, o tipo de tutela e os seus estatutos jurídicos, empregando um grupo heterogéneo de pessoas que, embora de forma plural, partilham não só espaços mas também algumas representações e valores. No âmbito desta dissertação foram considerados vinte e quatro os museus existentes no Porto (ver *Anexo 1*), sendo catorze os que pertencem à Rede Portuguesa de Museus. Há porém, um número importante de registos a considerar e que se auto-representam enquanto museus ou núcleos museológicos, reforçando o número elevado deste tipo de organizações no Porto, constatação que, aliás, corresponde aos dados do relatório

Inquérito aos Museus em Portugal (Instituto Português dos Museus, 2000) que refere que o Norte do país apresenta uma grande concentração de museus. Relativamente às colecções, destaca-se o número de museus com colecções de artes decorativas, ciência e tecnologia, arte sacra e história social e a maior parte destes museus – distinguindo-se, claramente, o Museu Nacional Soares dos Reis e o Museu de Arte Contemporânea de Serralves – são de dimensão local e assumidamente territoriais. Este estudo aponta para o facto de os públicos nos museus do Porto serem maioritariamente escolares (90%) e essencialmente dos 1º, 2º, 3º ciclos do ensino básico e secundário. Ainda que o Porto seja um destino turístico reconhecido (Instituto de Turismo, 2007; Pent, 2007), o número de visitantes estrangeiros não é muito representativo e são cada vez mais os programas e os estudos que visam integrar *públicos periféricos* (Costa, 2006; Marques, 2005). Os profissionais de educação do sector apontam como públicos com necessidades especiais, os portadores de deficiência, imigrantes, toxicodependentes, reclusos, crianças e jovens institucionalizados, vítimas de maus-tratos e, ainda, como um público especial os seniores (Barros, 2008).

Nesta pesquisa, Ana Bárbara Barros (2008) trabalhou com catorze profissionais de educação que representam bem a diversidade museológica da cidade. Esta investigadora plenamente implicada (a investigação partiu das suas próprias narrativas / identidade feminina enquanto profissional de educação em museus), para além de analisar as clivagens existentes (relacionadas, por exemplo, com a natureza das colecções e da própria tutela), acentua a dedicação destes profissionais ao trabalho na expressão que abre a sua dissertação – “alma e coração” – e que expressa bem algumas das representações nodais deste grupo de profissionais em relação, por exemplo, à *vocação*, formas de trabalhar e de *compensação*, aos papéis (profissionais / museus) que desempenham em relação à sociedade. São quatro as funções que consideram ter em comum: concepção de projectos e actividades interpretativas (executadas ou não pelo próprio); divulgação; estudo e pesquisa de colecções; captação de parcerias. A transdisciplinaridade e a cooperação são *palavras de ordem* deste vocabulário partilhado e apesar das dificuldades a experiência já demonstrou que os profissionais dos museus do Porto, quando desafiados a trabalhar em cooperação, trabalhar juntos produzindo trabalho relevante (ver, por exemplo, Ferreira, 2003).

Por outro lado, apesar de existirem alguns projectos de grande interesse social no âmbito do trabalho com comunidades (Costa, 2006), a verdade é que não tem sido desenvolvido um trabalho sistemático e estruturado de avaliação do impacto destas práticas, que possa apoiar futuras políticas de actuação e programação, orientar decisões, e abrir caminho a outras práticas e investigação que possam verdadeiramente integrar as políticas urbanas e afirmar estes espaços enquanto democráticos, criativos, colaborativos (representações que encontramos amiúde no *grupo*). Ana Bárbara Barros (2008) relata, por exemplo, que os estudos qualitativos são práticas quase inexistentes nestes museus, enumerando como factores determinantes para este problema: a ausência de formação sobre os processos de investigação e avaliação, a falta de tempo para os profissionais se dedicarem a esta tarefa morosa e, enfim, pela falta de investimento das instituições na contratação de técnicos específicos para realizar

avaliação. Acrescentamos a estas suposições, a ausência quase total de uma cultura de avaliação no sector cultural em geral em Portugal – e nos museus especificamente –, constituindo-se como uma das marcas da dissonância que antes referimos. Por outro lado, pouco tem sido feito para divulgar junto destes profissionais os próprios projectos desenvolvidos, partilhando e celebrando sucessos e reflectindo sobre as suas estratégias e metodologias de acção⁶.

Se o Curso de Museologia da Universidade do Porto tem vivido a sua viagem nestes contextos de profunda transformação do tecido museológico também é verdade que tem sido visivelmente influenciado por outros contextos mais amplos do foro académico e profissional, tais como, a visão da Universidade enquanto rede colaborativa ao serviço da sociedade, a relação entre esta visão e a noção de *profissionalismo activo* e *agência crítica*, a compreensão do valor das *organizações / comunidades de aprendizagem em museus*, a noção de *objecto discursivo*, os próprios *contextos contemporâneos*, entre outros. E é precisamente neste contexto que tem proposto e desenvolvido alguns trabalhos de investigação em colaboração com alguns museus da cidade. O Curso (e claro que aqui quando falamos, quer nos museus, quer no Curso, não estamos a pensar em nenhuma *entidade abstracta* mas sim no grupo dos seus profissionais) para além de estabelecer parcerias de trabalho e investigação com universidades e outras instituições de ensino e investigação nacionais e estrangeiras, revê-se no seu *território próximo* com tudo o que isso implica em termos de *profissionalismo activo* e de *agência crítica*. Este conceito de *profissionalismo activo* e que interessa aqui introduzir porque se tem constituído como valor essencial de trabalho, reformula os papéis políticos e profissionais também dos docentes-investigadores, reconhecendo as responsabilidades específicas destes membros do *grupo* e apelando para o seu envolvimento e, fundamentalmente, para uma responsabilidade colectiva. Por outro lado, esta abordagem de ensino tem também procurado ter em conta as contingências das práticas museológicas do dia-a-dia, tentando ultrapassar a produção de lugares de tensão entre universidade e os museus (teoria e prática) e, ao mesmo tempo, assumir um lugar enquanto protagonista essencial do círculo de cultura (Hall, 1997) do grupo. Judyth Sachs (2000), invocando o trabalho de Giddens, aplica a noção de *confiança activa* ao trabalho partilhado pelo *grupo*, noção que aqui também se aplica. Esta *confiança activa* não é incondicional mas uma característica de relações profissionais negociadas nas quais um grupo partilhado de valores, princípios e estratégias é debatido e negociado. Um segundo conceito fundamental de Giddens relevante para este contexto – adoptado por esta investigadora no desenvolvimento dos seus pontos de vista acerca do *professional activista* – é o de uma *política produtiva / geradora* que intervém no domínio público no qual opera. Desta *política produtiva* espera-se que seja *orgânica*; ou seja, que se

⁶ Embora muitas Conferências e Colóquios apresentem muitos casos de sucesso (que funcionam no grupo de profissionais como *boas-práticas*) na maior parte destes eventos o tempo de reflexão, debate e aprendizagem é extremamente limitado e só excepcionalmente oferecem espaços mais individualizados e acolhedores que favoreçam o exercício da imaginação crítica dos membros do grupo.

desenvolva directamente a partir das necessidades locais e globais. É pois, e como se disse anteriormente, a partir destas necessidades globais e locais e deste entendimento *produtivo e implicado* da investigação que surge este projecto.

3. Visões, objectivos e metodologias de trabalho

O desafio reside na construção de *zonas de contacto* entre a produção do conhecimento sobre museus e os diferentes actores que trabalham no terreno. As teorias e metodologias interactivas de investigação-acção desenvolvidas nos países nórdicos sobre o envolvimento em termos mais igualitários de participantes e outros actores fora dos circuitos tradicionais de investigação são um potencial inexplorado (Ghaye, 2008) para esta construção. Na investigação-acção interactiva, o papel dos *profissionais praticantes* e dos *profissionais académicos* é partilhado entre todos os participantes (e mesmo outros actores considerados relevantes para o processo de investigação conjunta). Esta abordagem é compreendida como um meio para atingir um maior “vigor social da ciência” (Novotny e Gibbons, 2001). Por outro lado, a tradição da abordagem da investigação-acção participante resulta de situações onde as pessoas querem fazer mudanças a partir de reflexões, ou seja, após uma reflexão crítica que surge quando os participantes querem pensar sobre os seus posicionamentos, estratégias, caminhos percorridos e – a partir destas reflexões – pensar em como poderão transformar as suas práticas (Denzin e Lincoln, 2000).

Assim, o projecto aqui apresentado centra-se no desenvolvimento de processos de trabalho e de métodos inovadores, a partir das tradições de investigação-acção e participação interactiva, promovendo a colaboração sustentável e aspirando a participar na construção de culturas inovadoras com potencial de mudança em museus. O projecto inspira-se nas orientações de investigação PAAR / *Participatory Appreciative Action Research* (Ghaye, 2008). Orientação que nos parece interessante neste contexto, tendo em conta algumas das suas premissas fundamentais⁷. Pretendemos, pois, começar por um *reenquadramento* dos contextos de trabalho a partir de questões positivas promovendo processos de reflexão que partem de experiências que são caracterizadoras de uma cultura de trabalho apreciativa. Esta abordagem metodológica tem demonstrado ser fértil, quer ao nível individual, quer de grupos e mesmo organizacional (Ghaye, 2008).

Por outro lado, o projecto visa enfatizar a participação e influência de não-académicos no processo de criação de conhecimento (Israel *et al.*, 1998), posicionando-os como co-investigadores, alicerçando-se na comunidade de prática, apoiando os seus interesses e encorajando os membros do grupo a participarem em diferentes níveis da pesquisa. Assim, o envolvimento activo dos membros do grupo e a sua influência em alguns aspectos da investigação é considerado essencial. Envolvimento que implica

⁷ PAAR – Esta abordagem parte do que *funciona* e não os seus pontos negativos, centrando-se, por isso mesmo, mais nos *sucessos* do grupo que nos seus problemas.

participação e que assenta quer na construção de relações de confiança, quer no diálogo e na capacidade do grupo construir um espaço colaborativo com vista à mudança social (Stoecker, 2005). A pesquisa colaborativa é um processo de investigação no qual os participantes têm uma voz activa e estão incluídos em todas as suas fases, afastando-se da perspectiva tradicional no que diz respeito à sua participação. Tendo em conta a experiência de todos os envolvidos neste processo, qualquer um dos participantes é considerado especialista pois é a diversidade dos seus conhecimentos e dos seus pontos de vista que dará uma maior profundidade à investigação. Esta abordagem tem sido também descrita como sendo colaborativa, participativa, *empowering* e constituindo-se enquanto processo transformador do próprio grupo/ comunidade / espaços públicos (Hills e Mullett, 2000). Na perspectiva da investigação-acção, o argumento é que as relações de igualdade entre participantes e investigadores podem, através de uma articulação entre a aprendizagem e práticas, gerar conhecimentos qualitativamente diferentes e mais democráticos que, idealmente, promovem processos de *empowerment* das pessoas envolvidas e colaborações sustentáveis no espaço e no tempo. Os conceitos de *empowerment*, justiça social e transformação são, aliás, marcantes neste tipo de investigação – e deste projecto em particular –, sublinhando o facto de que todos têm algo a ganhar ao trabalhar juntos e, como tal, espera-se que as parcerias construídas persistam mesmo após a conclusão formal do trabalho.

Epistemologicamente este tipo de investigação é consistente com paradigmas e teorias críticas construtivistas e enfatiza a natureza socialmente construída do conhecimento (Israel *et al.*, 1998). Reconhece, igualmente, o valor das formas múltiplas de conhecimento e o valor das contribuições individuais. Daí que um princípio claro deste tipo de abordagem seja a sua crítica de abordagens positivistas de recolha de dados que enfatizam a objectividade e tendem a ver os participantes enquanto objectos a serem estudados em vez de actores do processo de investigação. Do ponto de vista teórico compreende a teoria como qualquer coisa desconhecida, como sendo criada através das iterações de acção e reflexão que conduzem à *praxis* e gera evidência para práticas futuras. De facto, ao nível axiológico e em relação à teoria de valor, esta investigação é avaliação em termos da *diferença* que pretende construir na transformação da *comunidade de prática*. Consequentemente concebe a capacidade de construção como valiosa, quer ao nível individual, quer do grupo (Hills e Mullett, 2000). Neste tipo de investigação ressalta também o princípio das parcerias de trabalho que visam integrar o conhecimento e produzir benefícios para todos os participantes envolvidos. Finalmente, apoia-se no princípio de *empowerment* construindo pontos fortes e recursos na *comunidade de prática* e promovendo processos de co-aprendizagem. Hills e Mullett (2000) enunciam seis princípios de aprendizagem no tipo de investigação em comunidade que poderão ser também aqui adoptados. Estes princípios incluem o planeamento sistemático, a relevância para o grupo, o envolvimento do grupo, a resolução de problemas, a mudança social e a sustentabilidade. Israel *et al.* (1998) também discutem alguns princípios deste tipo de investigação, tais como, unidade de identidade, construção de forças na comunidade, promoção de parcerias, integração de conhecimentos valiosos para os envolvidos,

empowerment e disseminação de conhecimentos. Tendo em conta, porém, a perspectiva *Participatory Appreciative Action Research* (Ghaye, 2008) que pretendemos introduzir e que assenta os seus pressupostos numa visão que, embora não se aliene dos problemas, se concentra, sobretudo, nas realizações positivas do grupo, o princípio de *resolução de problemas* só será desenvolvido se o grupo assim o enunciar. O método *PAAR* tem as suas raízes na investigação-acção participativa que também enfatiza a melhoria das práticas através do envolvimento e participação. A contribuição da abordagem do *PAAR* é, como se disse já, a acentuação das características positivas, o que significa, por exemplo, trabalhar juntos e partilhar as melhores práticas, apreciando as competências de cada um. *PAAR* pode ser compreendido como o oposto da resolução de problemas, porque incide sobre o sucesso e no que *funciona*, em vez de se centrar em problemas. Os principais conceitos em *PAAR* são o reenquadramento, as questões positivas, a participação e o presente positivo. *PAAR* oferece uma oportunidade para colocar perguntas positivas e transformá-las em acções positivas. Essa perspectiva pode também ser usada quando pretendemos construir um ambiente de aprendizagem que incentive a cooperação e a partilha e que viabilize uma cultura psicossocial positiva que realce os processos de aprendizagem. Claramente, estes princípios podem ser aplicados a este modelo mas esta lista não será exaustiva e dependerá do contexto de investigação e das organizações envolvidas e a ênfase em acções interactivas faz com que seja fácil combinar esta abordagem com uma perspectiva interactiva da investigação-acção (Aagaard e Svensson, 2006). De igual forma, o conhecimento é aqui entendido como tendo as suas raízes materiais nas práticas quotidianas, quer dos participantes, quer dos investigadores. No que diz respeito às raízes do conhecimento há pois fortes semelhanças entre as duas tradições. Convém ainda sublinhar que este modelo pode ser compreendido, quer como modelo teórico, quer como plataforma conjunta interactiva para os investigadores e actores (os participantes das instituições) para partilharem experiências, conversar e reflectir, actuar como espaço que desenvolva os processos de aprendizagem e transformação. Em termos de metodologia os métodos adoptados fazem parte de qualquer abordagem deste tipo e não são predeterminados mas, em vez disso, emergem dos princípios seleccionados do projecto e das questões de investigação. Os métodos enfatizam a análise, a responsabilização dos actores e os processos de reflexividade e co-aprendizagem. Tendo em conta os contextos deste projecto de investigação e da necessidade de criar um clima de confiança profundamente colaborativo, pareceu-nos que esta seria uma abordagem mais apropriada.

Espera-se que os parceiros envolvidos ganhem conhecimento sobre os próprios processos de investigação desenvolvendo uma apreciação do valor da mesma e que esta participação possa desenvolver novas relações sociais entre os membros, relações de confiança e de *eficácia social* (Schlove *et al.*, 1998). Aspira-se, ainda, a promover o conhecimento destas configurações locais que conduzam a fluxos de informações e colaborações mais significantes. De facto, este tipo de investigação tem sido discutido como levando a melhores práticas de parceria em rede, envolvendo a construção de contactos e, como resultado, a consolidação de redes sociais, enquanto estruturas de

oportunidade que facilitam o acesso a diferentes tipos de recursos e desenvolvem relações, permitindo aos participantes descobrir e aceder a oportunidades positivas. Por outro lado, espera-se que o envolvimento dos membros do grupo quer na construção, quer na disseminação da investigação, promova uma melhor aceitação e utilização dos resultados (Ayers, 1987) pelos participantes e tutelas. A disseminação activa das conclusões e reflexões do projecto é essencial para que a investigação tenha um verdadeiro impacto e precisa circular para que entre no domínio público.

Neste modelo os participantes e co-investigadores aprendem com cada um, ao partilharem histórias pessoais e experiências, reunindo e documentando as suas histórias (Papineau e Kiely, 1996). Esperamos, ainda, que este envolvimento contribua para o seu desenvolvimento pessoal através da aprendizagem de competências específicas, tais como a utilização de novas tecnologias, competências de planeamento, etc. Por outro lado, o envolvimento em processos de investigação desenvolve competências de liderança e líderes potenciais a diferentes níveis, expressando diversas competências e funções. Assim, este projecto pretende criar melhorias sustentáveis nesta comunidade de *corpo e alma*, ao realçar as posições, competências e conhecimentos dos seus membros localizados nos processos de investigação. Logicamente, o projecto centra-se numa *agenda* mais local, reflectindo sobre questões e práticas específicas que envolvem o grupo, promovendo, nomeadamente, a mudança de centralidade da avaliação: centralidade na qualidade e nos impactos em vez de uma centralidade nos produtos e na mera quantificação. Os problemas de desequilíbrios internos de poder no grupo e com os investigadores (Taylor, 2000); o estabelecimento de confiança e a da gestão do tempo são, por exemplo, algumas das áreas que consideraremos com a maior atenção.

Esta perspectiva apoia os métodos a propor e que são essencialmente qualitativos. A recolha de dados ocorrerá durante um período de vinte meses e constituirá, por exemplo, em entrevistas semi-estruturadas com cada participante, *diários-de-campo / bordo*, sessões de workshops / grupos focais, participação em blog / ou wiki / ou rede social, mapas de ideias. Na interacção com os participantes, prevê-se a utilização de diferentes métodos interactivos, por exemplo, a criação de uma página do projecto (em *formato* de wiki, blog ou rede social, essa será uma das decisões a tomar no âmbito dos processos de desenvolvimento do próprio projecto), proporcionando um constante diálogo e interacção entre os envolvidos e que apoiará a construção de um arquivo-recurso comum. A nossa razão para propor os *diários de campo / bordo* como um instrumento central de pesquisa do projecto de investigação, relaciona-se com a experiência de ensino de uma das autoras deste artigo que tem tentado implementar esta metodologia enquanto processo de ensino e forma de avaliação⁸. Esta abordagem pretende incentivar e desenvolver a aprendizagem vivencial como é, aliás, defendido

⁸ Mestrado e Doutoramento em Museologia (2º e 3º Ciclos), Faculdade de Letras da Universidade do Porto (http://sigarra.up.pt/flup/cursos_geral.FormView?P_CUR_SIGLA=MMUS).

por Klob (1984). Ao utilizar os *diários de campo*⁹/*bordo*, por exemplo, esperamos desafiar os participantes a questionar, teorizar e colocar hipóteses sobre as reflexões e trabalhos propostos pelos diferentes *workshops*; e assim – esperamos – desenvolver uma consciência de como o conhecimento é construído, ou seja, o pensamento crítico e uma consciência de si mesmos enquanto profissionais críticos, sujeitos críticos. Por outro lado, os diários podem ser um instrumento precioso para cartografar as experiências e viagens pessoais, acentuando a ênfase que colocamos no processo de identificação e de uma prática reflexiva. A subjectividade, a experiência dos museus e dos contextos históricos será enfatizada através de trabalho em equipas, questões específicas, e escrita reflexiva (nomeadamente os diários). Simultaneamente, pretendemos que a experiência da interação dos *workshops* seja também utilizada para promover a aprendizagem da reflexão, da discussão, da profundidade, da construção colaborativa. A fim de construir uma relação mais inclusiva e, sobretudo, mais participante, reflexiva e de confiança, diferentes actores serão ouvidos durante as diferentes fases do processo de planeamento do projecto, permitindo a sua revisão e assegurando a credibilidade do estudo tendo em conta os parâmetros enunciados anteriormente.

Conclusões

Apesar dos princípios da *nova museologia* enunciados no início deste artigo fazerem desde há anos parte do vocabulário incontestado da maior parte dos profissionais de museus, a verdade é que existe uma dissonância profunda entre o que se diz e o que se faz. Por outro lado, embora não se negue aqui, de forma alguma, que a natureza diferenciada dos museus requer diferentes abordagens – e mesmo definições em termos do que possam ser eventuais impactos sociais ou, indiscutivelmente, da sua missão –, há um vocabulário que seria útil fosse colaborativamente construído. Nessa construção pretendemos envolver não só outras ferramentas mas cumprir outros objectivos *maiores* de que mais adiante falaremos.

Não nos podemos esquecer que os museus também são contextos de aprendizagem para os próprios profissionais e este projecto parte do princípio que só quando as próprias organizações (os seus profissionais) interiorizarem os valores e reposicionamentos a que nos começámos por referir – notoriamente o de procura de relevância, profissionalismo activo, agência crítica, políticas geradoras, etc. – podem, em realidade, as práticas dos museus serem transformadas.

O trabalho de Peter Senge (1990) sobre as organizações de aprendizagem foi já há alguns anos – e de forma bastante interessante – adaptado por Lynne Teather, Peter van Mensch e Sara Faulkner-Fayle (1999) ao mundo dos museus. As práticas que este projecto procurará desenvolver inserem-se, amplamente, neste contexto. Senge apresenta as organizações como sendo lugares “onde as pessoas ampliam

⁹ Talvez de *bordo* porque gostaríamos que se tratasse de uma viagem...

continuamente as suas capacidades para criar os resultados que verdadeiramente desejam, onde novas e formas abertas de pensar são alimentadas, onde a aspiração colectiva é libertada e onde as pessoas estão continuamente a aprender como aprender em conjunto” (Senge, 1990: 484, tradução A.S.).

Ao implementarmos estas parcerias colaborativas entre os museus da cidade do Porto¹⁰ esperamos realçar verdadeiras formas de aprendizagem que enfatizem a natureza dinâmica e dialógica destes processos e, assim, comprometer os parceiros envolvidos na sua própria *governança* e *agência* (Giddens, 1996). Esta abordagem inclui na formação e na discussão destes processos de estudo a própria comunidade de profissionais-praticantes. Desta forma, esta conceptualização do projecto de investigação permitirá integrar as vozes dos diferentes profissionais quer como indivíduos, quer como instituições e não apenas como meras concepções / representações, estabelecendo verdadeiras (*espera-se!*) relações sustentáveis ao longo desta rede / tempo. Por outro lado esperamos também ultrapassar uma série de barreiras e estereótipos que existem e circulam no grupo acerca da forma de trabalhar de cada equipa.

O objectivo principal de uma rede deste tipo é, então, proporcionar valor acrescentado aos diferentes actores envolvidos. A criação de valor assenta, fundamentalmente, nos conhecimentos de todos os actores envolvidos e na forma como associam esses conhecimentos (eventualmente com os próprios processos de aprendizagem mútua, a transformação destes recursos de conhecimento e a criação de novos recursos). Basicamente, a partilha de conhecimentos e o desenvolvimento de recursos constituem-se como o resultado das interações entre os diferentes parceiros. Todas as relações que se estabelecem, formal e informalmente, ensinam-lhe algo e tornam-se parte dele. Consideramos os museus (e a Universidade / o Curso) como fazendo parte de uma densa rede de relações e isso significa que temos em conta outros possíveis actores com os quais os museus (a Universidade / o Curso) e os próprios museus / actores se relacionam permanentemente (ou seja, outros alunos, públicos, etc.). Os museus (Curso) não são compreendidos num mundo atomizado e neutro, mas *professando-em-acção*, intervindo, participando na esfera pública e na arena cultural de que, afinal, fazem parte; no seu território natural que é também a sua região; considerando os seus próprios recursos que se tornam mais ricos com cada parceria. O objectivo é, então, criar espaços, organizações colaborativas / criativas de aprendizagem mútua, espaços de reflexividade no qual se estabeleçam relações de credibilidade e confiança, re-negociando, espaços e operando também a partir do ponto de vista de todos os actores envolvidos e ultrapassando, por vezes, fronteiras pré-estabelecidas (por exemplo, a definição do que é uma colecção). Espera-se que estes espaços colaborativos / criativos (*espaços de co-curadoria universidades-museus-comunidades, porque não? não permitirá esta abordagem, afinal, ultrapassar algumas dicotomias e focos de tensão mais ou menos estéreis ainda existentes no campo?*) funcionem também como espaços reflexivos.

¹⁰ Neste momento o projecto incluirá profissionais da maioria das instituições que constam do quadro em anexo, com características bem diferenciadas, tais como, a natureza de colecções, tutela e localização na cidade.

As visões, valores e práticas dos profissionais do sector serão pois o ponto de partida deste estudo; um ponto de partida que se pretende seja também uma reflexão sobre práticas de programação que tenham em conta objectivos múltiplos; um ponto de partida a partir do interior, do capital cultural já existente, ou seja, dos seus recursos, dos seus actores e das suas próprias representações sobre o que entendem ser não só impactos sociais, mas a própria natureza do museu e do seu trabalho. Reflectindo sobre o seu próprio trabalho, repensando construtivamente, criativamente missões e espaços de acção e proximidade na comunidade. Envolvendo-os, desde logo, na re-definição desta abordagem para o sector e ouvindo as suas próprias expectativas e valores orientadores. Esperamos que este diagnóstico possa actuar como um instrumento fundamental para se pensar de um modo mais estruturado e fundamentado a acção dos museus do Porto com e nas comunidades; criar um enquadramento válido e sustentável para o valor dos impactos sociais dos museus no indivíduo, comunidade e sociedade para este contexto museológico; desenvolver processos de avaliação sobre o valor dos museus enquanto serviço público; promover espaços de debate entre museus e outras instituições / actores culturais / educativos / sociais sobre a sua função social e o seu papel como serviço público; testar opções de um enquadramento de valor e de impactos com profissionais do sector.

Uma das necessidades deste projecto é, por isso mesmo, fazer um levantamento dos projectos existentes, do tipo de impactos que os museus pensam ter (Scott, 2004), definir tipologias de impactos sociais, estruturar as definições para poder, de um modo mais sistemático e integrado, desenvolver a investigação e actuar no território. O diagnóstico feito no final dos vinte meses de duração do projecto possibilitará que, numa segunda fase do projecto, se proponha uma acção concertada a nível de projectos de investigação em museus, de avaliação dos seus impactos sociais e de apoio ao desenvolvimento de uma comunidade de prática. A formação em parceria com as diferentes instituições envolvidas e divulgação dos conteúdos dos relatórios (e sobretudo do relatório final) fará, igualmente, parte de todo este processo construtivo / criativo (e de profunda reflexão).

Este projecto tem, como ponto de partida, o modelo de investigação-acção participativa e interactiva que parte do paradigma qualitativo. A abordagem qualitativa foi eleita tendo em conta que a centralidade deste estudo é a análise de como os profissionais de educação em museus compreendem a natureza destas instituições e do seu trabalho com os públicos, relacionando estas compreensões com *poéticas* e *políticas* incorporadas. Assim, nesta primeira fase do projecto de investigação, pretende-se, sobretudo, iniciar uma discussão alargada junto dos profissionais de museus e de outras instituições culturais da cidade do Porto sobre o papel que desempenham na comunidade enquanto agentes catalisadores de desenvolvimento social. Esperamos que este estudo possa apresentar uma discussão sobre conceitos fundamentais, tais como, os de inclusão, função social, comunidade, e a sua visão sobre o que consideram ser os diversos impactos dos seus programas, identificando, por exemplo, áreas-chave de intervenção. A relação com a natureza do museu e do seu próprio trabalho parece-nos aqui ser evidente. Esperamos, igualmente, poder

identificar contextos e metodologias de trabalho de cada instituição, fase de trabalho que certamente apoiará a auto-reflexão no grupo de profissionais-praticantes e investigadores envolvidos que este projecto pretende imprimir a todo o processo. A definição de indicadores que permitam a sua avaliação poderá, eventualmente, fazer parte integrante deste projecto-piloto.

Este estudo será também, e de certa forma, um *estudo diagnóstico* dos impactos sociais que os profissionais dos museus traçam para os seus projectos, abrindo caminho para uma segunda fase de trabalho / investigação com as próprias comunidades. Os *workshops* desenvolvidos no final da primeira fase serão determinantes para a reflexão comum. Numa segunda fase, tendo desenvolvido visões e valores sobre os impactos sociais, será relevante fazer um levantamento mais exaustivo das necessidades e expectativas das comunidades do Porto, das suas utilizações dos museus e cruzar esse levantamento e o seu próprio desenvolvimento de indicadores de avaliação com a visão mais institucional deste estudo. O desenvolvimento de outros estudos de públicos da cultura e de museus, no âmbito de doutoramentos e mestrados da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, serão, certamente, indispensáveis para apoiar este estudo. Os parceiros envolvidos no projecto não têm qualquer dúvida que qualquer noção de impacto ou qualquer indicador deve muito provavelmente ser negociada com os utilizadores do serviço (neste caso, os públicos destinatários) e que, um segundo andamento do projecto, deverá ter em conta esse desenvolvimento. Este projecto assume, porém, o espaço interno dos *produtores* como um espaço-chave essencial de construção de práticas e, talvez mesmo, de necessidade prioritária e urgente de reflexão e formação e daí ser o *locus* primeiro desta acção de investigação e acção para a transformação e reflexão sobre o espaço-museu.

Referências Bibliográficas

AAGAARD, Nielsen e SVENSSON, L. (eds.) (2006), *Action and Interactive research: Beyond practice and theory*, Shaker Publishing, Amsterdam.

AYERS, T. D. (1987), “Stakeholders as Partners in Evaluation: A Stakeholder–Collaborative Approach”, in *Evaluation and Program Planning*, 10, 263-27.

BARROS, Ana Bárbara (2008), *De Corpo e Alma: Narrativas dos Profissionais da Educação em Museus da Cidade do Porto*, Dissertação de Mestrado não Publicada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BHABHA, Homi (2004), *DissemiNation: Time, narrative and the margins of the modern nation*, in *The Location of Culture*, 2nd ed., London/New York, Routledge, pp. 139-170.

BOURDIEU, Pierre (1998), “A Reasoned Utopia and Economic Fatalism”, in *New Left Review*, 227, 125-130.

BRADBURN, J. (1998), “Dinosaurs and White Elephants: the Science Centre in the 21st Century”, in *Museum Management and Curatorship*, 17 (2), 119-137. [Consult. 30 Nov. 2010]. Disponível em: <http://www.informaworld.com/10.1080/09647779800201702>

CAMERON, Fiona e KELLY, Lynda (2010), *Hot Topics, Public Culture, Museums*, London, Cambridge Scholars Publishing.

CHAKRABARTY, Dipesh (2002), *Museums in Late Democracies*, in *Humanities Research*. X: 1.

COSTA, Suzana F. (2006), *Museus: objectos de desejo? Desafios de comunicação com públicos periféricos*, Dissertação de Doutoramento não Publicada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DAVIS, Peter (1999), *Ecomuseums: a sense of place*, Leicester, Leicester University Press.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y.S. (eds.) (2000), *Handbook of qualitative research*, Thousand Oaks, CA, Sage Publications.

DEPARTMENT of CULTURE, MEDIA and SPORT (2000), *Centers for Social Change; Museums, Galleries and Libraries for All: Policy Guidance on Social Inclusion for DCMS funded and local authority Museums, Galleries and Archives in England*. [Consult. 22 Nov. 2009]. Disponível em: http://www.culture.gov.uk/pdf/social_change_1_11.pdf

FALK, John H. e DIERKING, Lynn D. (ed.) (1995), *Public institutions for Personal Learning. Establishing a Research Agenda*, s/l, American Association of Museums.

– (2000), *Learning from Museums. Visitor Experiences and the Making of Meaning*, s/l, Altamira Press.

FALK, John H.; DIERKING, Lynn D.; ADAMS, Marianna (2006), “Living in a Learning Society: Museums and Free-choice Learning”, in Sharon Macdonald (ed.), *A Companion to Museum Studies*, London, Blackwell Publishing, pp. 323-229.

FERREIRA, Inês (2003), “As Famílias e os Museus, uma Aprendizagem em Conjunto”, in Álvaro Domingues [et al.] (eds.), *A Cultura em Acção, Impactos sociais e Território*, Porto, Edições Afrontamento.

FYFE, Gordon (2006), “Sociology and the social aspects of museums”, in Sharon MacDonald (ed.), *A Companion to Museum Studies*, Blackwell Companions in Cultural Studies, pp. 33-49.

GHAYE, T. (2008), *An Introduction to Participatory and Appreciative Action Research (PAAR)*, Gloucester, New Vista Publications.

GIDDENS, A. (1996), *Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Gradiva.

GURIAN, Elaine Heumann (2006), *Civilizing the Museum: The Collected Writings of Elaine Heumann Gurian*, New York, Routledge.

HALL, Stuart (1997), “Introduction”, in Stuart Hall (ed.), *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*, London/Thousand Oaks/New Delhi, Sage Publications, The Open University, pp. 1-11.

HEIN, George E. (1998), *Learning in the Museum*, s/l, Routledge.

HEIN, Hilde S. (2000), *The Museum in Transition. A Philosophical Perspective*, Washington, Smithsonian Books.

HILLS, M. e Mullett, J. (2000), *Community-Based Research: Creating Evidenced-Based Practice for Health and Social Change*, Comunicação apresentada em Qualitative Evidence-Based Practice Conference, Coventry University, pp. 15-17.

HOOPER-GREENHILL, Eilean (1992), *Museums and the Shapping of Knowledge*, London, Routledge.

– (1996), “Audiences: a curatorial dilemma”, in Eilean Hooper-Greenhill (ed.), *The Educational Role of the Museum*, London, Routledge, 2nd ed., pp. 255-268.

INSTITUTO DE TURISMO (2007), *Perfil dos Visitantes do Porto e das Caves, Estudo não publicado*.

INSTITUTO PORTUGUÊS DOS MUSEUS (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Ministério da Cultura, IPM.

ISRAEL, B.A.; SCHULTZ, A.J. e PARKER, E. A. (1998), “Review of Community Based Research: Assessing Partnership Approaches to Improve Public Health”, in *Annual Review of Public Health*, 19, 172-20.

KARP, I.; KREAMER, C. M. e LAVINE, S. D. (eds.) (1992), *Museums and Communities: The Politics of Public Culture*, Washington, D.C., Smithsonian Institution Press.

KARP, I. e LAVINE, S. D. (eds.) (1991), *Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display*, Washington, Smithsonian.

KELLY, Lynda (2004), “Evaluation, Research and Communities of Practice: Program Evaluation in Museums”, in *Archival – Science*, 4, 45-69.

KIRCHBERG, Volker (2003), “Categorizing Urban Tasks: Functions of Museums in the Post-Industrial City”, in *Curator: The Museum Journal*, Vol. 46, Issue 1, 60-79.

KLOB, D. (1984), *Experiential Learning: Experience as a Source of Learning and Development*, London, Prentice-Hall.

KNELL, S. J.; MACLEOD, S. e WATSON, S. (eds.) (2007), *Museum Revolutions: How Museums Change and are Changed*, London/New York, Routledge.

LORENTE, Jesus Pedro (coord.) (2003), *Museologia Crítica y Arte Contemporáneo*, Zaragoza, University of Zaragoza Press.

MARQUES, Maria Adriana (2005), *Museu dos Transportes e Comunicações – Alfândega Nova do Porto: um novo museu com novos públicos? – Rupturas, continuidades e incertezas*, Dissertação de Mestrado não Publicada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARTINEZ, Javier GOMEZ (2006), *Dos Museologías: Las tradiciones Anglosajona Y Mediterránea: Diferencias Y Contactos*, Gijón, Ed. Trea.

MCSherry, Corynne (2001), *Who Owns Academic Work? Battling for Control of Intellectual Property*, Cambridge, Mass, Harvard University Press.

MESSAGE, Kylie (2009), “Review Article; Museum studies: borderwork, genealogy, revolution”, in *Museum and Society*, 7 (2), 125-132.

NOVOTNY, Scott e GIBBONS, M. (2001), *Re-Thinking Science. Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty*, Oxford, Polity Press.

OCTOBRE, Sylvie (2001), “Construction et conflits de la légitimité professionnelle: qualification et compétence des conservateurs de musée”, in *Sociologies du Travail*, Paris, 43, 1, 91-109.

PAPINEAU, D. e Kiely, M. C. (1996), “Participatory Evaluation in a Community Organization: Fostering Stakeholder Empowerment and Utilization”, in *Evaluation and Program Planning*, 19, 1, 79-93.

PENT (2007), *Plano Estratégico Nacional de Turismo*, Ministério da Economia e Inovação, Turismo de Portugal.

PINES, Joseph B. e GILMORE, James H. (1999), *The Experience Economy*, Boston/Massachusetts, Harvard Business School Press.

SACHS, Judyth (2000), “The activist professional”, in *Journal of Educational Change*, 1:1, 77-94.

SCHLOVE, R. E.; SCAMMELL, M.L. e HOLLAND, B. (1998), *Community-Based Research in the United States*, Massachusetts, The Loka Institut.

SCOTT, C. (2004), “Museums and Impact, Measuring the impact of the Arts”, in *fuel4arts.com*, High Octane Marketing Tools and Ideas, 1-18.

SEMEDO, Alice (2003), “O panorama profissional museológico português. Algumas considerações”, in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, 1ª série, Vol. II, 165-181.

SENGE, Peter M. (1990), *The Fifth Discipline* (used by permission of Doubleday, a division of Random House, Inc. at). [Consult. 5 Maio 2010]. Disponível em: http://warnercnr.colostate.edu/class_info/nr420gimenez/NR420_Sp07/Senge41

SOJA, Edward (2000), *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*, Malden US/Oxford UK, Blackwell Publishers.

STOECKER, Randy (2005), *Research Methods for Community Change: A Project-Based Approach*, Thousand Oaks, Sage Publications.

STRATHERN, M. (2004), *Working Paper Two: Commons and Borderland*, in *Commons and Borderlands: Working Papers on Interdisciplinarity, Accountability and the Flow of Knowledge*, 36-50, Wantage, Oxon, Sean Kingston Publishing.

TAYLOR, M. (2000), “Maintaining Community Involvement in Regeneration: What are the Issues?”, in *Local Economy*, 15, 3, 251-255.

TEATHER, Lynne; Van Mensch, Peter e Faulkner-Fayle, Sara (1999), *Planning for Global Museum Work Shifts. An International Experiment in Career Planning and the Development of a Community of Learners for Museums: the Canadian and the Netherlands Experience. ICTOP 1999 Annual Meeting*, London, England, 1-7 Julho 1999. [Consult. 5 Maio 2010]. Disponível em: <http://www.city.ac.uk/ictop/teather-1999.html>

WEIL, Stephen (1995), *A Cabinet of Curiosities: Inquiries into Museums and their Prospects*, Washington, Smithsonian Institution Press.

ZOLBERG, Vera L. (1986), “Tensions of mission in American art museums”, in Paul J. Dimaggio (ed.), *Nonprofit enterprise in the arts: Studies in mission and constraint*, New York, Oxford University Press, pp. 184-198.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

In this article we present the main structural guidelines and contexts for an ongoing research project being carried out by the authors and which deals with the nature of social impact and museum functions in a collaborative background. We begin by briefly presenting the main contexts and challenges the project attempts to address while also considering methodological options. A discussion of the underlying concepts is also offered at this point. Drawing from the action-research and interactive-participation traditions, the field of action of this research project deals with Porto's museums and, particularly, with professionals, as social actors, devoted to the work of mediation. It aims to promote sustainable collaboration within museum professionals, that is, the proposal involves mainly the development of a collaborative space and a community of practice that supports critical and creative thinking, promoting change.

Keywords: Museum; Mediation; Audiences; Collaboration; Social impacts.

Résumé:

Cet article présente les grandes orientations et les contextes d'un projet de recherche en cours, un projet qui fait référence à la nature de l'impact social et les fonctions du musée dans un contexte profondément de collaboration. Il commence par présenter le contexte et les enjeux du projet, tenant compte également des options méthodologiques et propose une discussion sur les concepts clés. Puisant dans les traditions de recherche-action et de la participation interactive, ce projet a pour champ d'action les musées de Porto et comme des acteurs clés, en particulier, les professionnels qui se consacrent aux travaux de la médiation avec le public. Vise à promouvoir une collaboration durable entre les professionnels de musées; à savoir, la proposition concerne principalement le développement d'un espace collaboratif et une communauté de pratique qui permet des changements de la pensée critique et créative.

Mots-clés: Musée; Médiation; Audiences; Collaboration; Impacts sociaux.

Anexos

Tabela 1 – Museus do Porto. Estatuto Jurídico. Tutela. Coleções

A	B	C	Museu	Estatuto Jurídico/ Tutela	Tipo/Natureza de Coleções
1	1	1	Arqueosítio da Rua D. Hugo	Público/ Câmara Municipal do Porto	Arqueologia
2	2	2	Casa do Infante – Museu	Público/ Câmara Municipal do Porto	Arqueologia
3	3	3	Casa Museu Eng. António de Almeida	Privado/ Fundação	Artes Decorativas
4	4	4	Casa Museu Fernando de Castro	Público/ Museu Nacional Soares dos Reis/ Instituto Museus e Conservação	Artes Decorativas
5	4	3	Casa Museu Guerra Junqueiro	Público/ Câmara Municipal do Porto	Artes Decorativas
6	5	4	Casa Museu Marta Ortigão Sampaio	Público/ Câmara Municipal do Porto	Artes Decorativas
7	6	6	Casa Oficina António Carneiro	Público/ Câmara Municipal do Porto	Arte
8	8	8	Centro Português de Fotografia – Núcleo Museológico António Pedro Vicente	Público/ Direcção Geral de Arquivos	Especializado
9	7	5	Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto de M.C. – Museu	Privado/ Fundação	Artes Decorativas
10	8	6	Gabinete de Numismática	Público/ Câmara Municipal do Porto	Numismática
11	11	11	Instituto Arquitecto José Marques da Silva/ Núcleo Museológico	Público/ Fundação Universidade do Porto	Arquitectura
12	12	12	Jardim Botânico	Público/ Fundação Universidade do Porto	Ciência
13	13	13	Museu da Ciência da Escola Secundária Rodrigues de Freitas	Público/ Ministério da Educação	Ciência
14	9	9	Museu da Faculdade de Engenharia do Porto	Público/ Fundação Universidade do Porto	Ciência
15	10	10	Museu da Indústria	Privado/ Associação	Ciência
16	11	7	Museu de Arte Contemporânea de Serralves	Privado/ Fundação	Arte Contemporânea
17	12	12	Museu de Arte Sacra e Arqueologia	Privado/ Diocese do Porto	Arte Sacra e Arqueologia
18	18	18	Museu de Ciência	Público/ Fundação Universidade do Porto	Ciência

19	Museu de História da Medicina Maximiano Lemos	Público/ Universidade do Porto	História
20	Museu de História Natural da Escola Secundária Alexandre Herculano	Público/ Ministério da Educação	História Natural
21	Museu de História Natural	Público/ Fundação Universidade do Porto	História Natural
22	Museu de S. Francisco de Assis/ Ordem Terceira de S. Francisco	Privado/ Ordem Terceira	Arte Sacra
23	Museu do Carro Eléctrico	Privado/ Sociedade de Transportes e Comunicações do Porto	Especializado
24	Museu do Centro Hospitalar do Porto	Público/ Fundação Universidade do Porto	História da Medicina
25	Museu do ISEP	Público/ Instituto Superior Politécnico do Porto	Ciência
26	Museu do Papel Moeda	Privado/ Fundação	Especializado
27	Museu do Vinho do Porto	Público/ Câmara Municipal do Porto	História
28	Museu dos Transportes e Comunicações	Privado/ Associação Museu Transporte Comunicações	Especializado
29	Museu Militar do Porto	Público/ Ministério da Defesa	Especializado
30	Museu Nacional da Imprensa	Privado/ Associação	Especializado
31	Museu Nacional de Soares dos Reis	Público/ Museu Nacional Soares dos Reis/ Instituto Museus e Conservação	Artes Decorativas
32	Museu Romântico da Quinta da Macieirinha	Público/ Câmara Municipal do Porto	Artes Decorativas
33	Museu das Belas Artes	Público/ Universidade do Porto	Arte
34	Núcleo Museológico da Santa Casa da Misericórdia do Porto	Privado/ Santa Casa da Misericórdia	Arte Sacra
35	Tesouro da Sé	Privado/ Diocese	Arte Sacra
36	Fundação José Rodrigues – Fábrica Social	Privado	Arte

Para uma teoria da socialização

Pedro Abrantes¹

Resumo:

O ensaio discute o conceito da socialização, a partir de teorias clássicas e recentes em ciências sociais, em diálogo com avanços importantes nos campos da psicologia e das neurociências. Baseados em Elias e Bourdieu, chegamos a uma (re)definição de socialização como o *processo de constituição dos indivíduos e das sociedades, através das interações, atividades e práticas sociais, regulado por emoções, relações de poder e projetos identitários-biográficos, numa dialética entre organismos biológicos e contextos socioculturais*. Articulam-se, assim, as dinâmicas de individualização e subjetivação com as relações estruturais de apropriação, dominação e exclusão.

Palavras-chave: Socialização; Disposições; Individualização; Práticas; Identidades.

Depois de ter ocupado um lugar central nas teorias clássicas em ciências sociais, a partir dos anos 70, o conceito de socialização parece ter sido preterido por muitos autores, por não casar bem com o movimento de “retorno” dos atores ao centro da análise social. No entanto, nos últimos anos, temos assistido a um renovado interesse pelo processo, associado a novas definições e metodologias que importa discutir.

Nas áreas da infância, da educação, da família, das profissões, da economia, da comunicação, entre outras, a socialização tem surgido na explicação de diferentes fenómenos e, por vezes, como objeto de estudo. Este tratamento (multi-)temático brinda-nos, hoje, um conhecimento mais detalhado de como a socialização ocorre em diferentes contextos e etapas da vida, ainda que comporte riscos de fragmentação e redução analítica (Scott, 2005).² Entretanto, o conceito tem sido objeto de reflexões, sínteses e propostas teóricas, denotando-se uma tendência para a demarcação das definições estruturalistas e funcionalistas, criando uma noção de socialização

¹ Licenciado e doutorado em Sociologia, investigador do Instituto Universitário de Lisboa (IUL-ISCTE), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, e investigador convidado do *Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social* (México). Endereço electrónico: pedro.abrantes@iscte.pt

² Por exemplo, dispomos de pouca informação sobre como as vivências infantis contribuem para a formação de disposições, identidades e trajetos sociais ao longo da vida. Podemos associar este acantonamento temático e redução da “ambição analítica” às condições de produção social da investigação em ciências sociais e, em particular, a um período em que a competição científica é crescente e a aprovação de pesquisas depende da definição prévia de dispositivos metodológicos de recolha e análise de dados capazes de produzir resultados fiáveis num curto espaço de tempo.

compatível com os quadros teóricos contemporâneos, nos quais assumem particular importância conceitos como agência, identidade e reflexividade, no âmbito da “modernidade tardia” (ou “pós-modernidade”).

Reconhecendo avanços importantes nestes trabalhos, propõe-se uma noção de socialização que equacione a inscrição objetiva deste processo, quer na dialéctica natureza-cultura, na linha de Elias (1983, 1990, 1992 & 1994), quer em trajetórias de vida, marcadas por práticas sociais, relações de poder e condições de existência (Bourdieu, 1979, 1980 & 1987). No primeiro caso, este posicionamento implica um diálogo com outras disciplinas científicas, como a psicologia e as neurociências. No segundo, significa explorar como as dinâmicas atuais de individualização e reflexividade se entrelaçam com relações estruturais de apropriação, dominação e exclusão, alimentando profundas desigualdades à escala global (Castells, 1996; Beck e Beck-Gernsheim, 2003; Reygadas, 2008; Atkinson, 2010).

Partimos da premissa de que todas as experiências do indivíduo, ao longo da vida, contribuem para o processo de socialização, ou seja, para a construção de disposições internas que permitem (e orientam) a participação na vida social. No entanto, sabemos que: (1) a experiência dos indivíduos é apenas uma fração do “todo social”; (2) essa experiência depende da capacidade (e disposição) de interpretar e interpelar o social; (3) a informação resultante das experiências não pode ser armazenada e posteriormente mobilizada, na sua totalidade, o que supõe processos (intersubjetivos) de seleção, generalização e analogia.

Esta reflexão está organizada em cinco campos centrais de produção do processo de socialização: os ciclos de vida; as práticas sociais; as relações de poder; as identidades e biografias; e as emoções.

1. Tornar-se pessoa: a génese das disposições e os ciclos de vida

Um equívoco recorrente é conceber a socialização como imposição da sociedade sobre o indivíduo, no sentido de este assumir determinados conhecimentos, normas e valores. Esta visão de uma sociedade perversa que controla as pessoas através de uma colonização das almas faz pouco sentido.³ Pela sua natureza social, o ser humano apenas pela socialização pode sobreviver, desenvolver-se e tornar-se pessoa. Ao nível das estruturas estritamente genéticas, é dos animais pior preparados para uma vida independente, dependendo de outros durante mais tempo e de forma mais intensa. Se lhe associamos a capacidade de desempenhar funções variadas e complexas, incluindo caminhar, conversar, aprender, pensar, ter consciência de si mesmo, tomar decisões racionais, divertir-se, etc., devemos reconhecer que resultam da interação com outros humanos durante longos períodos de tempo. Socialização e individualização (ou subjetivação) constituem duas faces da mesma moeda (Elias, 1983). Nos mesmos atos e relações, tornamo-nos pessoas e fazemos sociedade.

³ Mais preocupante é que muita gente associa esta ideia à própria sociologia, o que implica que pensemos urgentemente em novas formas de divulgação pública e ensino da disciplina.

É certo que, ao ocorrer sempre num tempo histórico e contexto sociocultural específico, a participação social vai induzindo um certo fechamento, no sentido em que o desenvolvimento de certas disposições, competências e valores inibe a aquisição de outros (Berger e Luckmann, 1998). Além disso, enquanto alguns contextos impõem maiores níveis de conformidade, punindo a diferença, outros recompensam a criatividade e a originalidade, o que impulsiona níveis superiores de subjetivação, mas sempre dentro de certos padrões coletivos.

Em particular, é o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da racionalidade que nos torna pessoas, com capacidade de interpretar e de atuar sobre o meio envolvente (e, mais tarde, sobre o “eu”). Esse desenvolvimento depende da integração, inicialmente periférica e progressivamente mais ativa, em comunidades em que já existem formas de falar, pensar e sentir. Chegamos a um mundo já organizado, com uma materialidade própria (edifícios, equipamentos, instrumentos), entrelaçada com sistemas simbólicos, entre os quais a língua é o mais complexo e integral, mas não o único (Connerton, 1993). A relação entre objetos, palavras e comportamentos constitui, então, um enigma que vamos decifrando e no qual participamos, tornando-nos progressivamente mais conscientes dessa presença. E ao participar, não deixamos de criar interpretações e variações que contribuem para a evolução desse património simbólico (cultura) que, aliás, só existe pela acumulação de experiências de muitas gerações (Elias, 1994).

Mas como se desenrola este processo? Em contraponto com as perspectivas clássicas, psicólogos, sociólogos e antropólogos tendem hoje a enfatizar que se trata de um processo em que os indivíduos adotam um papel ativo, desde a infância, no duplo sentido de interpretação das mensagens e ação sobre o mundo (Lewis e Feinman, 1991; Corsaro, 2005). Mas é um processo que se desenrola em etapas e que, sendo eminentemente social, não se pode desprender das estruturas biológicas que nos dão vida. Nos primeiros meses de vida, os indivíduos permanecem muito vinculados às funções biológicas vitais, relativamente fechados aos estímulos simbólicos. Gradualmente, opera-se uma fantástica abertura ao meio, muito estimulada pela capacidade de manipular objetos, caminhar, comunicar com expressões e, mais tarde, com palavras (Cicourel, 2007; Dimitrova, 2010). Os diferentes ciclos de desenvolvimento do organismo definem limites às formas possíveis de incorporar, interpretar e participar na vida social.

Este carácter gradual conduziu os psicólogos a definir um conjunto de “etapas de desenvolvimento”, cada uma com formas de socialização próprias. Porém, sociólogos e antropólogos têm constatado as variações culturais neste processo (Mead, 1927), pelo que nestas áreas se consolidou apenas uma distinção entre socialização primária e secundária.⁴ Segundo uma definição influente (Berger & Luckmann, 1998), a

⁴ Parsons e Bales (1955) procuraram uma conciliação entre o processo de socialização na sociedade americana contemporânea e as “etapas de desenvolvimento” de Freud, mas que se assemelha a um “modelo ideal” da classe média dos anos 50, não considerando a diversidade de modelos socioculturais na sociedade americana e tornando-se rapidamente desatualizado.

primeira constitui a introdução do indivíduo no mundo social, mediada por “outros significativos” impostos (geralmente a família) e, portanto, indutora de uma identificação ao modo subjetivo como estes interpretam o mundo (dependente do meio social e de idiossincrasias biográficas). Este processo é carregado de emoções e orientado pelo desenvolvimento da linguagem, sendo a experiência (objetiva e subjetiva) incorporada como “a” realidade. Termina quando o ascendente do “outro significativo” é substituído pela figura do “outro generalizado” (a sociedade), permitindo ao indivíduo envolver-se de forma autónoma em interações com desconhecidos. Já a socialização secundária é um processo mais racional, voluntário e circunscrito de interiorização de “submundos institucionais”, sobretudo, no âmbito da divisão social do trabalho. Nas sociedades modernas, esta tende a ocorrer dentro de instituições especializadas, como as escolas, os exércitos e as organizações profissionais.

É verdade que, na infância, desenvolvem-se as estruturas cognitivas e emocionais dos indivíduos – mediadas por quadros de interação social e por configurações culturais do meio envolvente – que irão desempenhar um papel decisivo nos modos de interpretar e de agir no mundo social, condicionando a permeabilidade a processos de socialização posteriores. Porém, em comunidades pequenas e tradicionais, a socialização das crianças baseia-se na observação e participação progressiva em conversas e práticas dos adultos (geralmente família), em parte associadas às suas atividades produtivas (Ochs e Schieffelin, 2010). Algo semelhante ocorreu nas classes desfavorecidas europeias, pelo menos, até ao século XIX (Manacorda, 2009). Ao contrário do que sugere a tipologia primária/secundária, apenas com a modernidade se criou um quadro específico de socialização infantil e (parcialmente) comum aos diferentes grupos sociais, através do afastamento temporário das atividades produtivas (o mundo dos adultos) e criação de técnicas e instituições específicas.

Por seu lado, nas sociedades modernas, várias pesquisas têm colocado em causa o carácter integrado, rígido e reprodutor da socialização familiar, assinalando que: (1) as práticas parentais são observadas, discutidas e orientadas pela ciência, pelos media e por movimentos sociais (Faircloth, 2010); (2) a família apresenta a sociedade presente às novas gerações, a partir das suas vivências, mas também das suas perspectivas de um futuro desejado; e (3) as crianças interpretam a experiência familiar à luz dos seus próprios desafios. Assim, a socialização familiar não é o mero resultado da transmissão dos pais, mas é um produto da interação (implicando conflitos) entre os membros da família, influenciada por diversas instituições (Zuluaga, 2004). Mais, a maioria das crianças é, desde os primeiros anos, integrada em contextos educativos, mediáticos e/ou propriamente infantis (festas, parques, etc.) que transcendem a esfera familiar. A infância torna-se uma experiência institucionalizada (Mollo-Bouvier, 2005). Mesmo considerando o papel da família na interpretação das mensagens e relações de outros contextos, estas não deixam de interpelar as interpretações (e autoridade) familiares, pelo que não podemos negar o carácter difuso da socialização, desde a infância (Barbosa, 2007), diluindo a divisão entre socialização primária e secundária.

Conceitos como “experiência coletiva de infância” (Montandon, 2005) e “trocas intergeracionais” (Gheorghiu, Gruson e Vari, 2008) parecem mais adequados para entender como adultos e crianças vão construindo experiências, pertenças e disposições. Os jogos e brincadeiras desempenham um papel central, pelo modo como as crianças vão elaborando visões (hierárquicas) do mundo, criando fronteiras entre si e desenvolvendo identidades de género (Pinto e Lopes, 2009), étnicas e de classe (Levinson, 2005). Esta faceta geracional da socialização, assente em experiências e desafios parcialmente comuns, não se perde ao longo da vida (Dubar, 2005) e pode acentuar-se em certos momentos, através de ideologias, estilos de vida e movimentos sociais.

Acresce que a socialização é um processo permanente e nunca concluído, implicando esforços contínuos de atualização. O surgimento de interações carregadas de emoção e constitutivas de “outros significativos” propicia processos de (re)socialização (só em parte voluntários e racionais) e que não se podem reduzir a desvios biográficos ou debilidades da socialização primária. Ao invés, essa debilidade consubstancia-se na incapacidade de se envolver em tais processos. Também a mudança social, acelerada em certos períodos, implica processos de (re)socialização mais ou menos abruptos, ao transformar práticas, linguagens, ideologias e estruturas sociais. Pode-se advogar que a intensidade da socialização varia ao longo da vida, com tendência para uma redução gradual, mas o trabalho de (re)construção identitária, induzido por recomposições biográficas e/ou sociais, na modernidade tardia, apontam para algo mais estrutural do que a definição clássica de “socialização secundária” (Hodkinson *et al.*, 2008).

Se a distinção primária/secundária parece pouco operacional, isto não significa que a socialização não adote um carácter singular na infância, numa condição de dependência familiar-institucional e de evidência do mundo (Mollo-Bouvier, 2005; Grigorowitschs, 2008), em comparação com outras etapas da vida, em que, pelo menos na sociedade atual, se desenvolve um trabalho mais reflexivo e autónomo dos sujeitos em torno da sua identidade e biografia. Estes dois terrenos são mediados por um período de “semi-dependência”, mais ou menos tenso e prolongado, que caracteriza hoje as experiências juvenis (Guerreiro e Abrantes, 2004).

2. Práticas e disposições

Embora a socialização inclua todas as experiências no mundo social, a participação regular em práticas sociais constitui um espaço privilegiado para os indivíduos desenvolverem competências, relações, identidades e disposições, assim como incorporarem representações do mundo e de si mesmos (Giddens, 1984; Bourdieu, 1987). Por duas razões: por um lado, com os seus materiais, símbolos e protocolos próprios, as práticas possuem uma “lógica interna”, cimentada ao longo do tempo e que vincula as ações dos sujeitos às estruturas sociais (e às respectivas condições de existência); por outro lado, a participação regular implica aceitar e interiorizar essa lógica, impulsionando o desenvolvimento de disposições corporais,

mentais e emocionais afins, em grande medida inconscientes e performativas, assim como o sentimento de pertença a uma comunidade e o reconhecimento de um papel específico no seu interior.

Inicialmente, os indivíduos incorporam-se em práticas simples, sendo a sua participação periférica e mimética. Progressivamente, através do envolvimento repetido, se vão criando disposições que permitem um maior protagonismo, assim como uma integração em práticas mais complexas, o que torna o indivíduo um exemplo para os recém-ingressados. Veja-se, por exemplo, como o envolvimento intenso e regular dos indivíduos em certas práticas desportivas vai permitindo uma modulação do corpo e do espírito, não apenas no sentido da incorporação das regras, mas também da produção de formas criativas (progressivamente mais sofisticadas) de utilizar essas regras a seu favor, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias dos outros jogadores e, eventualmente, (re)negociação das próprias regras (Elias, 1992). Desta forma, as práticas dos agentes vão gerando evoluções nas estruturas sociais e, em alguns casos, também nos códigos genéticos (Damásio, 2010).

As práticas são, então, sistemas de ação (coletivos) regulados, codificados e significativos, desenvolvidos através do seu acionamento repetido por comunidades específicas e associados às suas condições de existência. O seu caráter performativo, gerado pelo envolvimento de diferentes agentes no seu progressivo aperfeiçoamento (possível pela incorporação de uma parte das suas normas e procedimentos), confere-lhes uma “lógica interna” que escapa parcialmente à consciência dos atores e que vai moldando as suas disposições corporais, mentais e emocionais, tornando-os mais seguros e eficientes. Por seu lado, se existem práticas mais simples, partilhadas pela generalidade dos membros de uma sociedade, observa-se uma tendência para a sua relativa especialização, associada à divisão social do trabalho, à escassez de recursos e a relações de poder (ver tópico seguinte). Desta forma, as práticas organizam (e regulam) a vida social, permitindo uma inscrição social dos sujeitos em quadros coletivos de interdependência e de diferenciação de papéis. As práticas em que o valor emocional e simbólico assume uma importância central denominam-se “rituais”.

Não negamos que as práticas são acompanhadas, legitimadas, interpretadas e transformadas por discursos e representações (regulamentos, manuais, conversas, etc.), também eles intersubjetivos, ou seja, produtos de (e produtores de) ideologias, valores, conhecimentos, etc.⁵ Este controlo consciente e simbólico permite aperfeiçoar e complexificar algumas práticas (e condenar outras ao declínio). Mas as práticas não se reduzem à sua dimensão consciente e discursiva, influenciando-a também de forma decisiva (parte dos discursos legitimam práticas instituídas), pelo que será preferível analisar práticas e discursos em termos de uma relação dialética. Voltando ao caso desportivo, veja-se como os treinadores gerem esta dualidade: passam o tempo a dar ordens e conselhos aos jogadores, mas, desde que marquem golo, está tudo bem.

⁵ A própria utilização quotidiana dos discursos e o desenvolvimento de capacidades nesse domínio devem ser entendidos como resultado de práticas (discursivas) socialmente localizadas, mas isso não invalida que introduzam elementos simbólicos e de reflexividade que interpelam e podem transformar as práticas.

Em suma, contra o idealismo dos atos fundacionais, as ciências sociais enfatizam a construção coletiva, paulatina e apenas parcialmente consciente de “patrimónios disposicionais” que vão definindo os indivíduos. O tempo constitui uma condição fundamental dos processos de socialização, colocando problemas metodológicos que ainda não estão inteiramente resolvidos. Como conclui Kaufmann (1992), ao constatar a importância da socialização familiar prévia (de caráter prático) sobre as narrativas românticas, nos primeiros anos de vida conjugal: “os grandes ideais sucumbem ao peso insustentável dos pequenos gestos”.

Por muito intensa que seja e mantendo sempre algum potencial socializador, é difícil que uma interação esporádica possa transformar os quadros mentais ou corporais dos indivíduos. Mesmo que certos acontecimentos únicos, com grande carga emocional, constituam “marcos” no processo de socialização, a sua importância depende de uma integração (prévia e posterior) em práticas que sublimam esses momentos. Por exemplo, são todos os casamentos anteriores a que assistiu, incluindo os preparativos e as evocações discursivas quotidianas, que tornam o indivíduo consciente da solenidade do “seu” casamento, assim como todas as práticas e registos posteriores que lhe confirmam diariamente a importância do evento. O mesmo se aplica a acontecimentos inesperados: uma etnografia numa empresa de vendas (Scweingruber & Berns, 2005) mostra como os gestores mobilizam, de forma sistemática, episódios insólitos com grande carga dramática ou cômica (“narrativas institucionais”) na socialização (emocional) dos novos “colaboradores”.

Embora o conceito de práticas seja pouco comum, noções semelhantes têm surgido noutras áreas científicas. Em psicologia, a teoria de que o desenvolvimento ocorre através de atividades (e interações) em contexto cultural constitui uma linha forte de investigação, a partir dos estudos de Vygotsky (1962), enquanto a corrente cognitiva reconhece hoje que existe uma aprendizagem “implícita”, resultante da repetição de uma tarefa e distinta quer da memorização simples quer da abstração da regra (Destrebecqz & Cleeremans, 2005). Também na antropologia vinga a ideia de que a aprendizagem resulta da participação periférica legítima em comunidades de práticas (Lave e Wenger, 1995) e que as sociedades “recordam” através de performances, rituais e objetos (Connerton, 1993). E a pesquisa em neurociências confirma que a memória pessoal constitui um registo, não das propriedades de objetos, mas sim das consequências das interações do organismo com esses objetos. As disposições antecedem, em termos da evolução da espécie e de crescimento de cada ser humano, a formação de mapas mentais e da consciência – tendo surgido estes como forma de regulação vital mais eficaz – e continuam a desempenhar um papel fundamental: uma vez que o armazenamento de informação em esquemas mentais é dispendioso, em termos energéticos, os seres humanos conservam uma grande quantidade de informação na forma disposicional, em “hibernação funcional”, associando-a a uma determinada situação e permitindo mobilizá-la mais rapidamente, sempre que essa situação ocorre (Damásio, 2010).⁶ Em síntese, grande parte daquilo que aprendemos,

⁶ Como conclui Damásio (2010: 184), “o nosso conhecimento-base é implícito, velado e inconsciente”. Nem sempre

desenvolve-se no decorrer das atividades no mundo social e interioriza-se num estado não consciente, mas prático, já ajustado às estruturas (do organismo e do meio sociocultural) e, portanto, mobilizável nas interações quotidianas.

3. Relações de poder

Enquanto resultado das sucessivas interações do indivíduo no mundo social, a socialização ocorre sempre no contexto de relações de poder.⁷ No decurso de sucessivas experiências quotidianas resultantes de trajetórias específicas no espaço social, os indivíduos vão construindo e incorporando a estrutura social, bem como a posição e o papel de cada um nessa estrutura, através de um “sentido prático” ajustado ao seu campo objetivo de possibilidades (Bourdieu, 1980 & 1987). Se a “ordem da interação” implica um acordo tácito entre os atores acerca da “definição da situação” (Goffman, 1993), esta negociação ocorre num quadro estrutural em que alguns têm mais recursos do que outros, isto, é maior capacidade de distribuir recompensas e sanções, impondo *os seus* conhecimentos, normas e valores como os mais relevantes (ou os únicos válidos) (Goodwin, 2007). Aliás, os mecanismos de dominação não podem prescindir desta socialização dupla, simultaneamente prática e discursiva, ainda que nem sempre ambos os processos sejam coincidentes, gerando tensões entre crenças e disposições (Lahire, 2002b). Mas os “dominados” não se encontram numa situação passiva ou alienada: podem reconhecer o processo e oferecer-lhe resistência, através da adesão a (e elaboração coletiva de) quadros alternativos de socialização, gerando espaços de inversão simbólica (Pellissery, 2008; Atkinson, 2010).⁸

Assim, uma menina vai interiorizando posturas corporais e morais diferenciadas dos meninos, não apenas pela orientação social para práticas diferenciadas, mas também porque, através de distintas interações, vai incorporando aquilo que é permitido e valorizado no género feminino. Mas esta situação é mediada por estruturas genéticas, condições de existência e quadros de socialização específicos, sendo a correspondência entre disposições e crenças também variável, o que explica que certas raparigas se aproximam mais ao modelo dominante de feminilidade, enquanto outras possam resistir-lhe. Dois filhos de um casal operário podem seguir trajetos de vida distintos, a partir de diferenças de pormenor na infância de cada um, mas que se vão

o autor reconhece a formação de disposições como um processo eminentemente social, isto é, produto da participação continuada dos indivíduos em práticas sociais, assumindo que a influência da sociedade ocorre apenas ao nível da consciência e dos discursos. Isto resulta de uma concepção redutora (formal) de cultura.

⁷ A “relação pura” descrita por Giddens (1992) sugere um ideal de vida íntima em que dois namorados vão incorporando formas de ser e de estar compatíveis, baseadas no amor e respeito pelo outro. Mas trata-se de uma situação utópica: como mostra Kaufmann (1992), a vida conjugal é um campo de lutas de poder, tal como as restantes formas de interação social.

⁸ Alguns estudos educacionais sobre a interação na sala de aula mostram claramente este processo. Embora, numa interação individual entre professor e aluno, o primeiro esteja claramente numa posição dominante, controlando a situação, na relação com a turma, a coesão grupal constitui um poder que permite aos alunos negociar as normas que regulam a prática na sala de aula. Mesmo que, a um nível consciente e discursivo, alunos e professores aceitem a legitimidade da autoridade formal, as disposições que vão incorporando nesta interação são bem mais complexas e ambíguas.

acentuando ao longo do tempo, até à integração em posições sociais e quadros de socialização antagónicos. Existe uma homologia tendencial, mas não perfeita entre o mundo objetivo (sociedade) e o mundo subjetivo (construção de cada indivíduo).

Ao nível macro, os povos, as classes e os grupos mais poderosos procuram dominar os restantes, através da elaboração e difusão de quadros de socialização que legitimam, naturalizam e reforçam o seu poder, ditando as pautas de conhecimento, comportamento e valores. A divisão social das práticas e a sua representação ideológica são decisivas, difundindo a crença de que as práticas das classes dominantes são “nobres”, implicando e produzindo competências superiores. Este processo adota configurações diferentes em cada civilização e vai sofrendo metamorfoses ao longo do tempo. Na Europa, desde a antiguidade clássica que se consolidou um hiato entre a formação para pensar, ler e falar, reservada às classes dominantes, e outra para trabalhar e obedecer, para as classes desfavorecidas (Manacorda, 2009). Na idade média, emergiu uma noção de “civilização” associada a códigos de sensibilidade e de conduta da alta burguesia (permitindo catalogar os outros como “bárbaros” e “ignorantes”) e que, à medida que iam sendo apropriados pelas classes populares, se iam refinando nas elites, de forma a manter o valor distintivo de legitimação da nova condição dominante desta classe (Elias, 1990). E a aliança entre estado e igreja constituiu um poderoso meio pelo qual se susteve um processo de socialização compatível com o sistema de dominação, preservado nos países católicos até um período recente (Aristizábal, 2005).

Nas sociedades modernas, a escola de massas e os *media* constituem instituições fundamentais de socialização, impondo os padrões da “cultura dominante”, ao mesmo tempo que desautorizam e condenam as formas culturais dos grupos dominados (Bourdieu e Passeron, 1970; Bowles e Gintis, 1976). No caso do sistema educativo público, a sua expansão faz parte de um novo contrato social, associado à democracia e ao capitalismo: por um lado, criou uma via mais formalizada e equitativa de acesso a (e certificação de) saberes socialmente valorizados e valorizadores; por outro lado, diluiu as culturas e solidariedades operárias em ascensão, produzindo uma força de trabalho indiferenciada, com competências mais afins ao desenvolvimento económico (Enguita, 2007). Assim, para alguns jovens das classes desfavorecidas, as experiências e os veredictos escolares podem alterar as “fronteiras imaginadas”, inscritas na posição e trajetória do grupo familiar (Duschatzky, 2003; Presto e Almeida, 2008). Simultaneamente, os jovens das classes favorecidas são socializados numa “cultura erudita” que consagra a dominação escolar-profissional destes grupos (Bourdieu, 1979). Note-se como as elites investem nessa estratégia de socialização distintiva, através da aliança entre práticas familiares e colégios de elite (Quaresma, 2010), assegurando uma via exclusiva de reprodução social culturalmente legitimada. Trata-se de um processo que transcende as fronteiras de cada estado-nação e instala-se a nível global: a cultura norte-americana e da Europa central impõe-se, via sistemas educativos e *media*, nos lugares mais remotos do planeta, enquanto desvaloriza os padrões culturais dos imigrantes e induz um mercado de internacionalização da socialização nas classes favorecidas das regiões periféricas (Aguilar, 2009).

Mas, também a nível macro, as relações de poder não são uma mera imposição das classes, grupos ou regiões dominantes. A luta de diversos movimentos sociais tem vindo a introduzir uma consciência coletiva, relativamente às formas mais cruéis de violência física, discriminação racial, desigualdade de género, destruição ambiental, entre outros temas, que não deixa de ter algum efeito nos processos escolares, mediáticos e familiares de socialização e, por conseguinte, nos sistemas de dominação (Reygadas, 2008).

Em suma, o princípio funcionalista (Durkheim, 1973; Parsons & Bales, 1955) de que a socialização corresponde à transmissão de pautas de comportamentos e valores das gerações mais velhas às mais novas corresponde a uma situação típica de sociedades tradicionais, em que a idade é *per se* uma fonte de poder. Na sociedade contemporânea, em que a mudança ocorre a grande velocidade e a infância, a juventude, a democracia e a inovação são valores importantes, estas relações são mais complexas. É certo que as estruturas biológicas contribuem para a dominação (física e simbólica) sobre as crianças, mas as fontes de poder diversificam-se. Este reconhecimento de múltiplos pólos de socialização legítimos tem conduzido os principais agentes de socialização (pais, professores, padres, etc.) a uma mudança de estratégias, no sentido da negociação das normas e sanções, assim como aceitação do papel dos mais novos na sua própria socialização. Isto não significa necessariamente uma perda de autoridade dos adultos, mas a busca por um novo compromisso de socialização (Montandon, 2005).

4. Identidades e biografias

A última década foi marcada por novas propostas teóricas que têm como denominador comum o reconhecimento do papel ativo dos sujeitos, na interpretação e orientação dos processos de socialização. Como nota Dubet (1994), a pluralidade de instituições e “lógicas de ação” que compõe as sociedades modernas confere à socialização um carácter sempre inacabado, ampliando os espaços de reflexividade e subjetividade, isto é, o trabalho dos atores sobre si mesmos. Desde uma idade precoce, a criança integra-se em múltiplos contextos de vida (escola, família, televisão/internet, espaços lúdicos-infantis, etc.), o que traz ganhos cognitivos e relacionais, ainda que seja também um processo doloroso e problemático para muitas crianças (Clarke-Stewart, 1991; Tomasini, 2008). Esta “multi-participação” tende a alargar-se, ao longo da vida.

Lahire (2002a, 2002b e 2005) desenvolveu o conceito bourdiano de disposição, enquanto gerador de ações e resultado incorporado da repetição de experiências relativamente similares no mundo social. Visto que, hoje, estas experiências ocorrem em contextos (familiar, escolar, laboral, de sociabilidade, etc.) e tempos diferenciados, as disposições do indivíduo podem variar de forma significativa, quer entre contextos quer ao longo do percurso biográfico, produzindo “atores plurais”. Se Bourdieu defendia o desenvolvimento de um “sistema de disposições” (*habitus*)

associado à trajetória no espaço social (ainda que a noção de campo tenha relativizado esta unidade), para Lahire, a “transferibilidade” das disposições e a organização do “património individual de disposições” variam notavelmente, tornando-se um objeto central do trabalho reflexivo, para os atores, assim como de pesquisa empírica, para os sociólogos. O autor diferencia três processos de socialização: (1) treino ou prática direta; (2) organização social das situações; (3) inculcação ideológico-simbólica de crenças. Estes processos nem sempre são coerentes, podendo gerar tensões entre disposições, identidades e crenças, motivo de ilusões e frustrações. Por seu lado, reconhece-se a capacidade dos atores inibirem ou reforçarem as disposições, através de “técnicas de auto-controlo” e do envolvimento voluntário em práticas específicas.

Porém, importa explorar os elos e regularidades entre os contextos e entre as etapas de vida. A partir de um conjunto de etnografias urbanas, Magnani (2005) desenvolve o conceito de “circuitos juvenis” para mostrar como os jovens, movendo-se entre diferentes instituições, agentes e espaços da cidade, não o fazem de forma aleatória ou fragmentada, mas em grupos de sociabilidade que se orientam por (e assim reproduzem) padrões geracionais, de classe e de orientação cultural-ideológica. Note-se como certos meios privilegiam sistematicamente a família, o trabalho escolar-profissional ou o lazer e a sociabilidade sobre os restantes espaços de vida (e socialização). É também possível que esta hierarquia varie em função dos ciclos de vida (ex. jovem-sociabilidade e adulto-trabalho/família) e das identidades de género (ex. mulheres-família e homens-trabalho). O trabalho etnográfico permite assim ampliar o trabalho de Lahire, assente sobretudo em entrevistas, o que resulta limitador, perante o objetivo expresso pelo autor de identificar a génese das disposições e não as reduzir a representações discursivas.

Uma proposta concorrente é a de Dubar (2005), associando a socialização à construção das identidades sociais e profissionais. Segundo o autor, a identidade é o produto de sucessivas socializações, entendida na sua dupla vertente: objetiva ou para o outro (resultado das interações); e subjetiva ou para si mesmo (gerada através de narrativas biográficas). Estas duas dimensões não são necessariamente coerentes, o que permite diferenciar uma existência mais prática e relacional (tradição materialista) e outra mais reflexiva e consciente (tradição idealista). Esta abordagem é compatível com outras teorias influentes na sociologia que têm estudado os processos de reflexividade e individualização, enquanto orientação dos indivíduos para a construção de “vidas autênticas” e identidades singulares, não através da fuga às instituições, mas através da reivindicação à sua interpretação das mesmas (Beck & Beck-Gernsheim, 2003). Em vez de reduzir as desigualdades, este processo parece acentuar a polarização social: a expansão e a democratização do mundo subjetivo coexistem com a exploração e a exclusão no mundo objetivo.

Focar a relação entre socialização e identidade é pertinente: em grande medida, cada indivíduo interioriza disposições, competências e valores, na medida em que as associa a uma identidade específica, resultante de uma negociação entre papéis atribuídos e intenções próprias. Acrescenta-se, assim, uma dimensão de intencionalidade e de reflexividade a um processo que decorre ao longo de toda a

vida e que, noutras abordagens, surge como demasiado “mecânico”. A construção de uma narrativa autobiográfica surge como processo de interpretação e unificação das experiências de socialização, assim como guião para a ação.⁹ Aliás, este princípio estava já presente em conceitos como o de “socialização antecipatória” de Merton (1987), mas foi notavelmente aprofundado nas últimas duas décadas. Noções como projeto e metamorfose (Velho, 1994) são úteis para entender como, dentro de um campo objetivo de possibilidades, os indivíduos vão exercendo uma crescente orientação sobre os processos de socialização e reconstrução do *self*, inclusive através de um trabalho de reinterpretação das experiências de infância e adolescência, impulsionado pela literatura de auto-ajuda, narrativas biográficas, terapia psicológica, romances, filmes, etc. (Giddens, 1994). A vida deixa de ser um facto consumado (resultado de uma condição), tornando-se um foco de problemas, reflexões, decisões, criações, projetos, intervenções.

Porém, esta perspectiva corre o risco de desvirtuar o conceito de socialização, através de um duplo reducionismo: nem a socialização é apenas construção das identidades, implicando o desenvolvimento de disposições, linguagens, competências (ver tópicos anteriores); nem as identidades são apenas o produto de sucessivas socializações (incluindo também fatores genéticos e condições materiais).¹⁰ Esta dupla redução está vinculada a um aparelho metodológico de recolha de dados, baseado em entrevistas biográficas a adultos, geralmente em países ou classes socialmente favorecidos. Além disso, ao atender às narrativas biográficas, não se deve olvidar que os indivíduos percorrerem trajetos objetivos no espaço social. Assim, defendemos que a construção identitária é uma dimensão importante do processo de socialização, sobretudo nas sociedades modernas, mas não a única.

5. As emoções

Por fim, equacionamos como o enfoque recente da pesquisa científica sobre as emoções pode enriquecer o conceito de socialização. Teorias recentes no campo das neurociências e da psicologia educativa apontam para que a emoção constitui um elemento fundamental para orientar a atenção imediata dos sujeitos, a seleção e integração da informação a armazenar, passível de ser mobilizada em futuras situações, e o processo de tomada de decisão (Versace & Rose, 2007; Cagnin, 2008; Zhang e Lu,

⁹ A relação entre socialização e identidade foi estudada a partir da análise de biografias de três figuras históricas, evidenciando como a socialização em múltiplos contextos sociais, desde uma idade precoce, posteriormente reforçada por um trabalho estratégico dos atores, permitiu-lhes desenvolver uma “identidade de fusão”, passível de personificar e promover a união entre distintas forças sociais (Abrantes, no prelo).

¹⁰ Aceitar esta perspectiva implicaria alargar a noção de identidade, desde o seu sentido restrito (representação social do indivíduo), de modo a incluir o organismo, a posição social, a trajetória, a experiência e projeto de vida, a cultura, o *habitus*, o “eu”, os papéis, a biografia, etc. Existe uma relação entre estes elementos e importa estudá-la, mas subsumir tudo no mesmo conceito conduz a um certo empobrecimento analítico que dificulta precisamente esse estudo.

2009). Como nota Damásio, “*desde que uma cena tenha algum valor, desde que na altura houvesse suficiente emoção, o cérebro apreende imagens, sons, odores e sabores, num registo multimídia, e irá recuperá-los na altura própria*” (Damásio, 2010: 168). Dá o exemplo de um estudo contundente: os indivíduos que apoiam a escolha da casa em critérios emocionais fazem melhores decisões objetivas do que aqueles que seguem uma via racional. Baseando-se em Freud, Ferrés i Prats (2008) compara os processos escolares e mediáticos, argumentando que todas as aprendizagens, inclusive as mais formais, abstratas e racionais, assentam em dois pólos emocionais: o medo e/ou o desejo. Neste sentido, podemos supor que experiências com maior carga emocional têm maior potencial de socialização.

Esta abordagem não representa necessariamente uma revolução nas ciências sociais. Basta lembrar, entre outros: os estudos de Durkheim (1965) sobre os rituais, capazes de gerar estados de “*efervescência coletiva*” com grande carga emocional e, por conseguinte, representações partilhadas e sentimentos de filiação ao grupo; as teorias de Goffman (1983) sobre o modo como os atores representam nas interações quotidianas, gerindo as suas emoções de acordo com “*guiões culturais*” interiorizados; a produção social de códigos de sensibilidade e de auto-controlo que orientam os sentimentos de paixão, gosto, aversão, repugnância (Elias, 1990; Bourdieu, 1979); os valores e ideologias que dominam as transformações da intimidade (Giddens, 1992).

De notar que os estados emocionais estão muito vinculados a relações sociais. Parsons e Bales (1955) ou Berger e Luckman (1998) já haviam notado a centralidade do “*outro significativo*” enquanto *pivot* do processo de socialização. Se os pais constituem agentes fundamentais, durante a infância, devemos considerar que as emoções sentidas relativamente a outras pessoas, ao longo da vida (inclusive figuras mediáticas), são igualmente relevantes para os processos de socialização e individualização, sendo as emoções positivas indutoras de uma socialização por identificação, enquanto as negativas produzem uma socialização por distinção.

Na verdade, a sociologia das emoções constitui hoje uma das áreas mais promissoras da investigação nesta disciplina, demonstrando, por exemplo, a ligação das emoções positivas (confiança, segurança, satisfação) quer à confirmação da identidade na interação quer à mobilidade social ascendente (Turner e Stets, 2006). De forma inversa, a negação da identidade e a mobilidade social descendente parecem suscitar emoções negativas, gerando ciclos de depressão, variáveis consoante se atribui a culpa a si próprio (vergonha, embaraço) ou aos outros (agressividade, raiva). Destaque-se, a este propósito, o trabalho de Barbalet (1998) sobre a relação entre as emoções e as estruturas sociais, diferenciando o medo e o ressentimento das classes dominadas da confiança e (auto-)controlo das classes dominantes.

Um exemplo: é sistemático os jovens afirmarem que abandonaram a escola porque “*não gostavam de estudar*” ou porque “*as aulas eram uma seca*” e, anos mais tarde, lamentarem amargamente essa decisão (Guerreiro e Abrantes, 2004). Podemos explicar estes sentimentos de forma estrutural: por um lado, o facto de a escola ter proporcionado emoções negativas – geralmente, associadas a sentimentos de

incompreensão, estigmatização, interiorização do fracasso – constitui uma experiência provocada por hiatos entre a realidade escolar e outros quadros de socialização; por outro, o arrependimento é resultado das experiências (emocionais) posteriores no mercado de trabalho, assim como um tipo de racionalidade que se associa geralmente à idade adulta (e privilegiado numa situação de entrevista com um estranho letrado, numa posição socialmente mais favorecida). Podemos igualmente enfatizar o pólo da ação, argumentando que as referidas emoções constituem construções coletivas, a primeira realizada em grupos de socialização juvenil, a segunda em esferas como a família e o meio laboral. Mas importa não esquecer que os vínculos afetivos (e inesperados) com profissionais escolares e/ou colegas de outros meios sociais permitem a alguns destes jovens criar outros sentidos para a escola (Abrantes, 2003).

Ao longo da vida, outros vínculos vão constituindo fontes (emocionais) decisivas para a reconstrução dos processos de socialização-individualização, como é o caso da relação conjugal (Dun, 2008). É também aqui que entra o conceito de socialização em voga no senso comum, enquanto intenção emocionalmente orientada de interação com certas pessoas com quem se mantém laços de amizade e identificação, em espaços-tempos específicos, cuja importância socializante e identitária não é negligenciável. Veja-se, por exemplo, como “estar” no centro comercial representa uma forma específica – hoje muito difundida em certas classes – de viver e construir a (e ser construído pela) cidade (Cornejo, 2006). Em suma, como mostra um estudo catalão sobre crenças religiosas (Collet i Sabé, 2005), dimensões afetivas e relacionais parecem alargar e complexificar o nosso conceito de socialização.

Também a perspectiva das práticas não é contraditória com um enfoque nas emoções. A interiorização de certos procedimentos pela rotina inibe certas emoções negativas, contribuindo para a segurança e bem-estar do indivíduo. Além disso, tal economia emocional e cognitiva permite ao indivíduo aperfeiçoar continuamente a prática (e os sistemas cognitivos e corporais associados), tecendo elementos que haviam ficado fragmentados nas primeiras experiências, ensaiando variações originais e resolvendo problemas. Desta forma, desenvolve-se uma identidade, associada muitas vezes a benefícios simbólicos e/ou materiais. Ao gerar espaços de ação criativa, aperfeiçoamento técnico e reconhecimento social, a participação em práticas diferencia-se da mera repetição rotineira de atividades, constituindo uma fonte de emoções positivas.

Resta-nos mencionar que os estudos anteriores, tanto os clássicos como os mais recentes, tendem a enfatizar a importância do social (seja a interação face-a-face, seja a estrutura social) no emocional. Este é um importante argumento para o diálogo com os neurocientistas: voltando à citação de Damásio, podemos acrescentar que tanto a atribuição de “valor” a uma “cena” como a emoção sentida e a forma de interpretá-la (sentimento) dependem da apropriação prévia de códigos propriamente sociais. Mas convém reconhecer que as emoções não são inteiramente redutíveis ao social: existe uma predisposição no genoma humano e que se alinha em combinações ligeiramente diferentes em cada indivíduo. Tal como a própria omeostase do organismo, a constituição corporal ou os mecanismos cognitivos, as emoções são

socialmente produzidas, mas têm algum poder de produção da sociedade.¹¹ Esta dialética é mais clara em contextos como o desporto, a arte e a relação amorosa, mas não será de excluir o seu papel noutras dimensões da vida. Este é um campo ainda por desbravar e a possibilidade de fazê-lo passa, necessariamente, por um maior diálogo interdisciplinar.

Notas finais

As reflexões incluídas no artigo permitem-nos sustentar uma definição de socialização enquanto *processo de constituição dos indivíduos e das sociedades, através das interações, atividades e práticas sociais, regulado por emoções, relações de poder e projetos identitários-biográficos, numa dialética entre organismos biológicos e contextos socioculturais*. Desta forma, os indivíduos vão produzindo a sociedade e sendo produzidos por ela.

Esta definição resulta do cruzamento (crítico) de várias tradições importantes nas ciências sociais, equacionado à luz de estudos recentes, no campo da sociologia, antropologia, ciências da educação, psicologia e neurociências. Não ignoramos que esta heterodoxia gera limitações ao nível do aprofundamento de cada uma das teorias, mas confiamos que o esforço de comparação e síntese é importante para o desenvolvimento das ciências, potenciando efeitos de cumulatividade e combatendo o referido perigo de fragmentação. Além disso, a revisão da literatura permitiu identificar áreas em que o conhecimento ainda é escasso, pelo que poderão ser filões de pesquisa a explorar nos próximos anos, como o papel da primeira infância, das emoções e das narrativas biográficas no processo de socialização.

Utilizando uma expressão popular, a “escola da vida” – incluindo a vida da escola, mas também a que decorre em muitos outros lugares – constitui um objeto fundamental para conhecer os indivíduos e as sociedades, bem como para transformá-los. Tal como outras escolas, é um espaço cheio de repressões, mas também de liberdades.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola: Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade*, Oeiras, Celta.

– (2011), “Bolívar, Juárez y Guevara: apuntes sobre socialización e identidad”, in *Convergencia – Revista de Ciencias Sociales*, vol. 18, n.º 57, 165-183.

AGUILAR, Andréa (2009), “Estratégias educativas de internacionalização: uma revisão da literatura sociológica”, in *Educação & Pesquisa*, 35 (1), 67-79.

¹¹ Veja-se como a inteligência emocional é um fator decisivo para ganhar ascendente nos grupos de sociabilidades e, desta forma, impor padrões culturais e relacionais (Zavala *et al.*, 2008).

ARISTIZÁBAL, Magnolia (2005), “La iglesia y la familia: espacios significativos de educación de la mujeres en el siglo XIX”, in *Convergencia*, 12 (37), 169-216.

ATKINSON, Will (2010), “Class, individualisation and perceived (dis)advantages: not either/or but both/and?”, in *Sociological Research Online*, 15 (4). Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/15/4/7.html>

BARBALET, Jack (1998), *Emotion, Social Theory, and Social Structure: A Macroscopic Approach*, Cambridge (RU), Cambridge University Press.

BARBOSA, Maria Carmen (2007), “Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas”, in *Educação & Sociedade*, 28 (100), 1059-1083.

BECK, Ulrich e BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2003), *La Individualización: El Individualismo Institucionalizado y sus Consecuencias Sociales y Políticas*, Barcelona, Paidós.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas (1998), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Social du Judgement*, Paris, Minuit.

– (1980), *Le sens pratique*, Paris, Minuit.

– (1987), *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genebra, Droz.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude (1970), *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*, Lisboa, Vega.

BOWLES, Samuel e GINTIS, Herbert (1976), *Schooling in Capitalist America: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life*, London, Routledge & Kegan Paul.

CAGNIN, Simone (2008), “Algumas contribuições das neurociências para o estudo da relação entre afeto e cognição”, in *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 8 (2), 473-504.

CASTELLS, Manuel (1996), *The Rise of Network Society*, (Information Age: Economy, Society and Culture, vol. I), Blackwell.

CICOUREL, Aaron (2007), “As manifestações institucionais e cotidianas do *habitus*”, in *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 19 (1), 169-188.

CLARKE-STEWART, Alison (1991), “A home is not a school: The effects of environments on development”, in Michael Lewis e Saul Feinman (orgs.), *Social Influences and Socialization in Infancy*, New York, Plenum Press, pp. 41-61.

COLLET I SABÉ, Jordi (2005), “De la transmissió de continguts a la socialització complexa”, in *Papers*, 78, 111-131.

CONNERTON, Paul (1993), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta.

CORNEJO, Inés (2006), “El centro comercial desde la comunicación y la cultura: um modelo analítico para su estudio”, in *Convergencia*, 40, 13-37.

CORSARO, William (2005), *The Sociology of Childhood: Second Edition*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.

DAMÁSIO, António (2010), *O Livro da Consciência: A Construção do Cérebro Consciente*, Lisboa, Temas & Debates.

DESTREBECQZ, Arnaud e CLEEREMANS, Axel (2005), “Implicit learning in a prediction task: neither abstract nor based in exemplars”, in *Current Psychology Letters*, 17 (3). Disponível em: <http://cpl.revues.org/index470.html>

DIMITROVA, Nevena (2010), “Culture in infancy: An account of a way the object ‘sculpts’ early development”, in *Psychology & Society*, 3 (1), 77-91.

DUBAR, Claude (2005), *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, São Paulo, Martins Fontes.

DUBET, François (1994), *Sociologia da Experiência*, Lisboa, Instituto Piaget.

DUN, Tim (2008), “Communication and self-expansion: Perception of changes in the self due to a close relationship”, in *Interpersona*, 2 (1), 103-126.

DURKHEIM, Emile (1965), *The Elementary Forms of the Religion Life*, Nova Iorque, Free Press.

– (1973), *Education et Sociologie*, Paris, PUF.

DUSCHATZKY, Silvia (2003), *La Escuela como Frontera: Reflexiones sobre la Experiencia Escolar de Jóvenes de Sectores Populares*, Buenos Aires, Paidós.

ELIAS, Norbert (1983), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, D. Quixote.

– (1990), *O Processo Civilizacional*, Lisboa, D. Quixote.

– (1992), “Ensaio sobre o desporto e a violência”, in Norbert Elias e Eric Dunning, *A Busca da Excitação*, cap. 4, Lisboa, Difel, pp. 223-256.

– (1994), *Teoria Simbólica*, Oeiras, Celta.

ENGUIA, Mariano (2007), *Educação e Transformação Social*, Mangualde, Edições Pedago.

FAIRCLOTH, Charlotte (2010), “‘What science says is best’: Parenting practices, scientific authority and maternal identity”, in *Sociological Research Online*, 15 (4). Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/15/4/4.html>

FERRÉS I PRATS, Joan (2008), *La Educación como Industria del Deseo: Un Nuevo Estilo Comunicativo*, Barcelona, Gedisa.

GHEORGHIU, Mihai; GRUSON, Pascal e VARI, Judit (2008), “Trocas intergeracionais e construção de fronteiras nas experiências educativas das classes médias”, in *Educação & Sociedade*, 29 (103), 377-399.

GIDDENS, Anthony (1984) *The Constitution of Society: Outline of a Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.

– (1992), *Transformações da Intimidade*, Oeiras, Celta.

– (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.

GOFFMAN, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio d’Água.

GOODWIN, Marjorie (2007), “La vida oculta de las niñas: un estudio etnográfico sobre la exclusión social”, in *Papeles de Trabajo sobre Cultura, Educación y Desarrollo Humano*, 3 (2). Disponível em: <http://www.uam.es/ptcedh>

GRIGOROWITSCHS, Tamara (2008), “O conceito ‘socialização’ caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead”, in *Educação & Sociedade*, 29 (102), 33-54.

GUERREIRO, Maria das Dores e ABRANTES, Pedro (2004), *Transições Incertas: Os Jovens face ao Trabalho e à Família*, Lisboa, CITE.

HODKINSON, Phil; HODKINSON, Heather e HAWTHORN, Ruth (2008), “Learning through life”. in *Learning Lives WP 1*. Disponível em: <http://www.learninglives.org/>

KAUFMANN, Jean-Claude (1992), *La Trame Conjugale: Analyse du Couple par son Linge*, Paris, Nathan.

LAHIRE, Bernard (2002a), *Homem Plural: os Determinantes da Acção*, Petrópolis, Vozes.

– (2002b), *Portraits Sociologiques: Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.

– (2005), “Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 11-42.

LAVE, Jean e WENGER, Etienne (1995), *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*, Cambridge (EUA), CUP.

LEVINSON, Martin (2005), “The role of play in the formation and maintenance of cultural identity”, in *Journal of Contemporary Ethnography*, 34 (5), 499-532.

LEWIS, Michael e FEINMAN, Saul (1991), “Influence lost, influence regained”, in Michael Lewis e Saul Feinman (orgs.), *Social Influences and Socialization in Infancy*, New York, Plenum Press, pp. 1-19.

MAGNANI, José (2005), “Os circuitos dos jovens urbanos”, in *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 17 (2), 173-205.

MANACORDA, Mario (2009), *Historia de la Educación*, México, Siglo XXI.

MEAD, Margaret (1927), *Coming of Age in Samoa*, Nova Iorque, Blue Ribbon Books.

MERTON, Robert (1987), *Teoría y Estructura Sociales*, Mexico, Fondo de Cultura Económica.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne (2005), “Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica”, in *Educação & Sociedade*, 26 (91), 391-403.

MONTANDON, Cléopâtre (2005), “As práticas educativas parentais e a experiência das crianças”, in *Educação & Sociedade*, 26 (91), 485-507.

OCHS, Elinor e SCHIEFFELIN, Bambi (2010), “Adquisición del lenguaje y socialización: tres historias de desarrollo y sus implicaciones”, in Lourdes de León Pasquel (org.), *Socialización, Lenguajes y Culturas Infantiles: Estudios Interdisciplinarios*, México DF, CIESAS.

PARSONS, Talcott e BALES, Robert (1955), *Family, Socialization and Interaction Process*, The Free Press of Glencoe.

PELLISSERY, Sony (2008), “Social hierarchies, economic inequalities and interpersonal relationships: an overview from India”, in *Interpersona*, 2 (2), 243-259.

PINTO, Tatiane e LOPES, M^a Fátima (2009), “Brincadeira no espaço da rua e a demarcação dos gêneros na infância”, in *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Adolescencia*, 7 (2), 861-885.

PRESTO, Sueli e ALMEIDA, Ana Maria (2008), “Fronteiras imaginadas: experiências educativas e construção das disposições quanto ao futuro por jovens dos grupos populares e médios”, in *Educação & Sociedade*, 29 (103), 401-424.

QUARESMA, Luísa (2010), “Da escola pública ao colégio privado: da homogeneidade perdida à homogeneidade reivindicada”, in *Sociologia da Educação, Revista Luso-Brasileira*, 2, 72-101.

REYGADAS, Luis (2008), *La Apropiación: Destejiendo las Redes de la Desigualdad*, Mexico DF, Anthropos/UAM.

SCHWEINGRUBER, David e BERNS, Nancy (2005), “Shaping the selves of young salespeople through emotion management”, in *Journal of Contemporary Ethnography*, 34 (6), 679-706.

SCOTT, John (2005), “Sociology and its others: Reflections on disciplinary specialisation

and fragmentation”, in *Sociological Research Online*, 10 (1). Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/10/1/scott.html>

TOMASINI, Marina (2008), “La escolaridad inicial como contexto socializador”, in *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 13 (36), 7-34.

TURNER, Jonathan e STETS, Jan (2006), “Sociological theories of human emotions”, in *Annual Review of Sociology*, 32, 25-52.

VELHO, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

VERSACE, Rémi e ROSE, Marylène (2007), “The role of emotion in multimodal integration”, in *Current Psychology Letters*, 21 (1). Disponível em: <http://cpl.revues.org/index1402.html>

VYGOTSKY, Lev (1962), *Thought and Language*, Cambridge (EUA), MIT Press.

ZAVALA, María Alicia; VALADEZ, María de los Dolores e VARGAS, María del Carmen (2008), “Inteligencia emocional y habilidades sociales en adolescentes con alta aceptación social”, in *Revista Electrónica de Investigación Psicoeducativa*, 6 (2), 319-338.

ZHANG, Wenhai e LU, Jiamei (2009), “The practice of affective teaching: a view from brain science”, in *International Journal of Psychological Studies*, 1 (1), 35-41.

ZULUAGA, Juan (2004), “La familia como escenario para la construcción de la ciudadanía: una perspectiva desde la socialización de la niñez”, in *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Adolescencia*, 2 (1). Disponível em : <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=77320104>.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

Our essay discusses the concept of socialization, based on classic and recent theories in social sciences, in dialogue with important improvements in psychology and neuron-sciences. Inspired by Elias and Bourdieu, socialization is (re)defined as a process of constitution both of societies and individuals, through social interactions, activities and practices, regulated by emotions, power relations and identity-biographical projects, in a dialectic relation between biological organisms and socio-cultural contexts. Doing so, the dynamics of individualization and subjectivity are bridged with structural relations of appropriation, domination and exclusion.

Keywords: Socialization; Dispositions; Individualization; Practices; Identity.

Résumé:

Cet article examine le concept de socialisation, à partir des théories classiques et récentes en sciences sociales, en dialogue avec d'importants progrès dans les domaines de la psychologie et les neurosciences. Basé sur Elias et Bourdieu, on arrive à une (re)définition de la socialisation comme le processus de constitution des individus et des sociétés, à travers des interactions, les activités et les pratiques sociales, régies par les émotions, les relations de pouvoir et des projets d'identité-biographique, dans une dialectique entre les organismes biologiques et des contextes socioculturels. On articule, ainsi, les dynamiques de l'individualisation et de subjectivité avec les relations structurelles de appropriation, de domination et d'exclusion.

Mots-clés: Socialisation; Dispositions; Individualisation; Pratiques; Identité.

Os TEIP pela perspectiva de pais e alunos¹

Lúisa Quaresma²

João Teixeira Lopes³

Resumo:

Partindo dos resultados de um estudo recente sobre os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária efectuado em quatro agrupamentos de escolas (dois na Área Metropolitana de Lisboa e outros dois na do Porto), discutem-se as representações cruzadas de pais e alunos sobre esta realidade escolar, evidenciando factores de satisfação e dimensões de rejeição, tantas vezes cristalizados em torno de estereótipos resultantes de uma pluralidade de projectos e de modos de relação com a escola. Ganha visibilidade uma apropriação convivial e divertida dos espaços-tempos escolares por parte dos alunos, a crescente importância da dimensão afectiva da aprendizagem e da relação pedagógica, cada vez mais perpassada por profissionais da mediação, a par de notórias clivagens sociais e simbólicas nas atitudes e opiniões dos pais.

Palavras-chave: Escola; Família; Território.

1. A “nossa escola”: um retrato das escolas TEIP

A centralidade da dimensão convivial da escola é hoje inegável, como documentam vários trabalhos desenvolvidos no âmbito quer da Sociologia da Educação quer da Sociologia da Juventude (Lopes, 1997; Abrantes, 2003; Pais, 2003). O contexto escolar, até pela sua incontornável omnipresença na vida das crianças e dos jovens, constitui o cenário principal de formação de grupos de amigos e das dinâmicas de sociabilidade juvenis

Indo de encontro às conclusões destes estudos, os alunos dos Agrupamentos educativos TEIP atribuem uma importância acrescida aos espaços-tempos de convivialidade discente. A avaliar pelo discurso dos jovens, a escola é percebida, essencialmente, como um espaço de confraternização com os colegas – “Torna mais

¹ Projecto financiado pela FCT: Observatório dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – FSE/ CED/83553/2008 coordenado por João Teixeira Lopes.

² Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto, Portugal.

³ Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto, Portugal.

alegre vir para a escola, em vez de pensarmos que vimos para aqui só para estudar é bom saber que vamos ter com eles” –, confirmando a centralidade assumida pela “(...) valorização do capital de sociabilidade dos agentes estudantis face ao tradicional capital escolar ligado à credenciação que a escola exerce (...)” (Lopes, 1997: 132). Uma das queixas dos alunos prende-se, precisamente, com o facto de os intervalos serem demasiado curtos para a socialização interpares: “Mas não temos muito tempo porque os intervalos são de 15 minutos mas há sempre fila para o bar, papelaria, acabamos por não ter muito tempo para fazer nada” (aluna escola de Matosinhos).

A vertente humana que caracteriza a escola, nomeadamente no âmbito da relação entre alunos e técnicos TEIP, é também salientada pelos entrevistados de todos os estabelecimentos de ensino, comprovando que a escola é concebida por alunos e pais não só como um local de ensino-aprendizagem, mas também – e essencialmente – como um espaço de construção de afectos e de formação de uma identidade social. Daí que o combate ao insucesso e ao abandono – uma das metas estruturadoras dos projectos TEIP – pressuponha a valorização do acompanhamento discente na vertente académica e, simultaneamente, na vertente pessoal (Formosinho, 1988). No âmbito desta dimensão relacional e afectiva entre docentes e discentes, considerada “(...) a base natural da relação educativa de instrução, socialização e de estimulação” (Formosinho, 1988: 130), os pais são unânimes na percepção de que “Há afectividade. Esta escola tem cerca de 400 alunos, grosso modo, podemos dizer que 300 não têm família, 50 não têm pequeno-almoço. Há muitos professores que pagam o pequeno-almoço às crianças, estão referenciadas, e os professores conhecem a realidade destas crianças. Aqui ainda vai existindo aquela solidariedade no bairro e ajudam-se uns aos outros. Estas crianças precisam de carinho, atenção, precisam de conversar. São coisas que em casa não têm.” Se, como diz Estrela (2002), a relação de afectividade é tanto mais necessária para o sucesso educativo quanto mais baixo é o estatuto social das crianças, uma das chaves para a integração escolar destes jovens pode passar por esta dimensão. Também os pais do agrupamento Manuel da Maia enfatizam a questão da proximidade entre a comunidade educativa e do bom ambiente relacional entre alunos, professores e funcionários, considerados verdadeiros conhecedores da comunidade envolvente. Como acrescentam outras mães, os professores são figuras “muito disponíveis para as crianças, sempre que elas querem falar com eles tem toda a disponibilidade. As crianças estabelecem um laço muito próximo com os professores. E eles fomentam muito o convívio, a parte social, em vez de estarem com a *playstation*, jogam, por exemplo ténis de mesa, e fazem campeonatos. Isto cativou muito o meu filho.” (mãe escola de Matosinhos). Comparando a escola TEIP e o antigo colégio frequentado pelo filho, uma outra mãe refere que “os miúdos aqui [na escola TEIP] têm muita protecção, eles estudam e os professores acompanham-nos, têm professores substitutos, os miúdos estão constantemente a ser solicitados para actividades extracurriculares, e acho que não se apercebem disso.” A escola, num processo que Tedesco (2007) apelida de “primarização da socialização secundária”, parece chamar a si “tarefas” que extravasam as que tradicionalmente lhe estavam delegadas, ou seja, as que se prendem com a natureza pedagógica e formativa/instrutiva. Ao invés, a escola

de hoje consolida-se no quotidiano juvenil como uma “segunda casa”, assumindo, não raramente, os papéis parentais, nomeadamente na distribuição de refeições ou na sedimentação de uma relação afectiva próxima com os discentes ou, noutros casos, no desempenho cumulativo das duas funções (de subsistência e de afectividade), como expressa um aluno quando admite gostar de conversar com a técnica do GIG porque “às vezes ela paga-me bolos no bar” (Escola da Apelação).

As aulas parecem constituir a maior fonte de desprazer dos alunos na escola. Ainda que subjacente a esta desmotivação esteja uma panóplia ampla e heterogénea de razões, ela não poderá ser interpretada sem levarmos em linha de conta o hiato entre a cultura escolar e a cultura familiar da maioria destes jovens – crianças sem um habitus de classe em osmose com a cultura escolar (Bourdieu, 2001) e, portanto, desprovidas dos diferentes capitais e dos códigos linguísticos (Bernstein, 1975) requeridos pelo campo escolar, bem como por uma persistente dissociação face à multiplicação de esferas de vida que sustentam os quotidianos juvenis e a pluralidade de papéis sociais desempenhados pelos jovens contemporâneos, base, afinal, de uma intensificação do conflito entre agentes de socialização (Lopes, 2010).

A desorganização escolar e a fraca qualidade das infra-estruturas e dos serviços prestados pela escola são outra fonte de descontentamento. As queixas discentes reenviam-nos para alguns dos traços que caracterizam, segundo Ayed (2009), os espaços escolares desqualificados onde se concentram desigualdades – caso, por exemplo, da “(...) degradação dos equipamentos escolares, professores jovens e pouco experientes, *turn over* das equipas pedagógicas, perturbação das condições de escolarização e da ordem escolares”. Daí que uma das sugestões de melhoria da escola – partilhada tanto pelos alunos como pelos pais – se prenda, efectivamente, com uma maior atenção aos equipamentos escolares, uma vez que, como exemplifica uma aluna, “em todas as salas há retroprojectores mas nunca têm tudo o que é necessário para o ligar”, “as salas fazem muito eco. Perde-se muito tempo para tirar senhas, devia ser através dos cartões electrónicos” (aluna escola de Miragaia). Os discentes lisboetas identificam também nas condições infra-estruturais as principais carências escolares que, no seu entender, exigem uma remodelação urgente. Como exemplificam os alunos da escola Manuel da Maia, há “vários espaços da escola que deviam ser melhorados como os balneários, o recreio”, “Eu acho boa [a escola] mas devia ser melhorada em termos de condições. Deviam ser melhoradas as salas de aulas”, “Balneários, o ginásio três, a parte lá atrás no recreio que tem as grades, as salas de EVT, a papelaria devia ser maior porque às vezes está lá muita gente e não cabem todos e as casas-de-banho”.

Parecendo não ignorar que a permanência num local degradado influencia o modo como os alunos vivem no espaço e dele se apropriam, uma mãe aponta como um dos factores prioritários de melhoria da escola a qualidade do espaço: “Nas outras escolas os espaços não são adequados, há escolas que são em prédios de habitação, escolas sem recreios, paredes limpas sem manchas de humidade. A escola não é atractiva para os meninos. Leva também a que as crianças não respeitem os espaços.” Ainda a propósito da inadequação das instalações, a mesma mãe refere: “Outra das queixas que fizemos

foi por os nossos filhos terem aulas no sótão! Claro que não tinha condições, nem enquanto sala porque era em forma de L, portanto não tinham boa visibilidade para o quadro, tinham que estar demasiado juntos, e não tinha condições de arejamento.” (Escola de Miragaia)

Um outro factor de desagrado pela escola, expresso por dois alunos, é o receio sentido quando, “Por exemplo, para carregar o cartão, para comprar os almoços” são obrigados a “estar à espera em determinados sítios” (aluna escola Manuel da Maia), que adivinhamos situados fora das regiões de fachada da escola e, portanto, mais propícios a dinâmicas de violência interpares. Menos sujeitos à vigilância dos adultos, os recreios são, na verdade, os locais onde ocorrem as principais e mais gravosas dinâmicas de agressividade discente (Caeiro *et al.*, 2009), que os Relatórios Oficiais de violência escolar tendem, no entanto, a subcontabilizar por razões que se prenderão com a sua maior invisibilidade ou com a menor importância que, do ponto de vista simbólico-social, assumem no quotidiano escolar. Atenta a esta questão parece estar a direcção da escola de Matosinhos, a avaliar pelos depoimentos duma mãe: “Não posso deixar de comentar, mas o meu filho teve um problema de *bullying*, esta escola teve todos os procedimentos e mais alguns, até porque o miúdo já foi ouvido pelo Tribunal de Menores, ou seja, num curto espaço de tempo, desde eu vir à escola e ser ouvida pela Directora de turma, esta ir ao Conselho Pedagógico, chamar os outros 2 alunos que faziam a chantagem ao miúdo, vir aqui a Polícia e conversar com o miúdo, e ele foi extremamente bem acompanhado e protegido. Não sei se o caso está encerrado mas para o miúdo está e não está afectado psicologicamente. Foram muito rápidos a agir, e isto não se ensina.” Definido por Laslett (Ramirez, 2001) como um conjunto de ataques reiterados, essencialmente de cariz físico, infligidos em grupo por alunos mais velhos e do sexo masculino a alunos mais débeis física e psicologicamente (Bean, 2006), o *bullying* exige uma intervenção rápida, sob pena de ter implicações na estruturação psico-emotiva e social dos agredidos (absentismo escolar, depressão, consumo de substâncias aditivas) – acção imediata de que esta escola deu prova, mostrando-nos a sua capacidade organizacional na resolução dos conflitos e dos problemas relacionais quotidianos.

Os pais de classe média identificam ainda como factor de melhoria escolar a elevação do grau de exigência cognitiva dos professores face aos alunos. Como nos dizem Dubet e Duru-Bellat, “Os contextos de trabalho difíceis obrigam os professores a múltiplas adaptações. Eles modulam os seus objectivos em função do nível dos alunos, o que os conduz por vezes a reduzir as suas exigências” (Dubet & Duru-Bellat, 2000: 154). A braços com a obrigatoriedade de se desfocarem da sua missão instrutiva para dar resposta aos constantes desvios às regras da sala de aula e acalentando poucas expectativas nestes alunos, os professores são levados a privilegiar a dimensão pedagógica sobre a matéria a ensinar (Barrère, 2002), baixando a fasquia em termos da aquisição dos conhecimentos: “Quando estava no conselho pedagógico, há uns 3 anos, a nota de Matemática, 70% era comportamental, portanto somente 30% era cognitivo. Portanto se chegar à sala e não insultar o professor, souber estar sossegado na aula e souber escrever o nome, já tem um excelente. A Português, se disser ‘bom

dia' com uma boa dicção, escrever o nome correctamente... estão passados!” (mãe escola de Miragaia).

Outras medidas de promoção do sucesso que, na opinião dos pais, deveriam ser tomadas pela escola prendem-se com a maior estabilidade do corpo docente, com a redução do número de alunos por turma – política de acção que combate, no entender de Formosinho (1988), a impessoalidade das interacções pedagógicas – e com um maior investimento na segurança escolar, nomeadamente no que diz respeito ao controlo de entradas e saídas dos alunos. O “Portão da escola” é, aliás, o tema de um estudo recente de Leandro (2009) sobre o significado simbólico desta marca física que delimita o espaço escolar do espaço público, encarado pela comunidade educativa – nomeadamente pelos pais – como um lugar de insegurança e de risco. Como documenta a mesma investigadora, “Quem atravessa a fronteira pela primeira vez participa de todo um processo de identificação e mapeamento social actualizados pelos funcionários que estão na entrada” – um controlo que, na opinião dos encarregados de educação, se revela insuficiente. A ansiedade destes pais exige uma monitorização e vigilância mais apertadas: “Mas esta escola tem um problema que é a falta de controlo de entrada por cartão magnético, é uma questão de segurança em termos das entradas mas também para controlar melhor as entradas e saídas das crianças.” (pai escola de Matosinhos). Porque o espaço público integra a “geografia dos medos parentais” (Ponte, 2007: 49), a escola deverá manter-se, para usar a terminologia de Foucault, uma cerca – “um local fechado em si mesmo” (Foucault, 2002: 122) e isolado do exterior. As grades – com tendência a serem cada vez mais altas –, a figura do segurança que controla entradas e saídas, o cartão magnético a garantir que elementos estranhos não penetram no interior das instalações, constituiriam elementos fundamentais para assegurar essa almejada impermeabilidade do espaço escolar às ameaças externas – que, no caso concreto da escola de Matosinhos, parecem minoradas pelo facto de ela estar “bem servida em termos de vigilantes, no horário inteiro” e dispor de “ligação com as autoridades.” (pai escola de Matosinhos). Mostrando-se indiferentes à questão de este isolamento do exterior e desta protecção policial – de que a Escola Segura é representativa –, criarem as condições para que a escola se transforme num espaço de aprendizagem da “cidadania desconfiada” e da “cidadania policiada” (Sebastião, 2003), os pais pedem maior reforço da segurança no espaço escolar.

A relação escola-família, que Silva (2003) diz estar na “ordem do dia”, também integra as preocupações parentais. Um maior envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar das crianças e uma maior participação na comunidade educativa, nomeadamente nas actividades dinamizadas pela escola (como os corta-matos), foram apontados, igualmente, como factores vitais para a melhoria do ambiente escolar e do aproveitamento dos alunos:

“Pai: Participamos também nos corta-matos. Nos outros são mais actividades deles.

Mãe: o clube de hóquei, a mãe acompanha muito porque precisam de transporte. Mas é bom porque estimulam muito os miúdos.” (pais escola de Matosinhos)

Ainda que a grande maioria dos entrevistados – alunos e pais – tenha afirmado participar regularmente nas iniciativas promovidas pela escola, não podemos deixar de lembrar que o estatuto associativo dos entrevistados (responsáveis pelas Associações de estudantes e de pais) não nos autoriza a generalizar os níveis de integração parental e discente na vida extra-escolar das instituições de ensino, razão pela qual entendemos dever validar a percepção dos entrevistados relativamente ao fraco nível de adesão dos encarregados de educação a estas actividades.

2. Dentro e fora dos muros da escola: olhares cruzados, olhares estereotipados

Outro dos principais problemas diagnosticados nestas escolas – referenciado tanto pelos alunos como pelos pais – prende-se com a convivência, no mesmo espaço, com os discentes dos cursos CEF, directamente responsabilizados pela indisciplina, violência e mal-estar escolar. Uma das alunas chega a colocar no centro dos problemas da escola a existência destes cursos, referindo que “este ano parece que vai ser melhor porque não se vêem aqueles alunos dos CEFs. Estes é que têm um comportamento pior e estão sempre a arranjar problemas com os alunos mais novos.”

Podemos ler no pronome “aqueles” a nota de demarcação simbólica entre um “nós” civilizado e um “outro” conotado depreciativamente. Uma mãe vai a ponto de dizer: “Se eu mandasse não haveria os cursos CEF. (...) Os grandes problemas que existem têm muito a ver com estes cursos. Alguma violência que possa existir tem mais a ver com estes cursos”. A existência destes cursos só é percebida como positiva quando e na medida em que permite externalizar os “agentes” de perturbação da ordem escolar e os problemas daí decorrentes. Como salienta uma aluna, aludindo às melhorias de comportamento sentidas no interior da sua turma, “Havia dois ou três alunos que se comportavam mal e os outros iam atrás, mas depois foram para os cursos CEF e então tudo melhorou.” A formação de “turmas especiais” que funcionam como “depósito” dos alunos com maior potencial de desadaptação às regras da sala de aula e com maiores dificuldades de aquisição de conhecimentos constitui uma das soluções encontradas, no interior das escolas (mesmo das já conotadas como “problemáticas”), para assegurar a existência das condições mínimas necessárias para a aprendizagem dos restantes alunos. Cria-se, assim, uma espécie de apartheid intra-escolar dentro de um espaço que já constitui, ele próprio, um exemplo de um apartheid inter-escolar, como é o caso das escolas TEIP, cujo território e população escolar são alvo de estigmatização social por parte do “nós”, alunos das escolas ditas “normais”, que se demarcam do “eles TEIP”, alunos das escolas ditas “marginais”. Sendo as cidades territórios estilhaçados em cujo espaço físico se inscreve a diferenciação social (Guerra, 2003) e localizando-se estas escolas de “intervenção prioritária” em zonas socialmente desqualificadas, o seu público escolar tende a ser imediatamente “etiquetado” social e culturalmente e, numa lógica de homogeneização abusiva, conotado com a conflitualidade, a insegurança e o medo. Talvez numa tentativa de se

demarcarem desta “população escolar estigmatizada” e de contrariarem a tal tendência homogeneizadora de que se sentem vítimas, os entrevistados “desviam o descrédito” (Paugam, 1991: 201) para os que estão ainda mais abaixo do que eles na hierarquia escolar: os alunos CEF, que eles identificam como os responsáveis pelo mal-estar escolar e de quem se distanciam, numa estratégia de “evitamento” (Paugam, 1991: 194) que acreditam poder elevar-lhes o estatuto. Os “segregados” convertem-se, assim, em “segregadores” e aprisionados pela mesma lógica estigmatizadora e pela mesma falácia homogeneizadora que os vitimiza, não se escusam a produzir discursos acalorados, num tom de alarmismo social: “o maior crime que se comete nesta escola é terem os cursos CEF no mesmo horário que o ensino recorrente. Uma escola que não atinge os objectivos de escola não devia ser permitido ter estes cursos. É um crime ter alunos com 16, 17, 18 anos, juntos com crianças de 9 ou 10 anos a verem os comportamentos que esses alunos têm na escola.” Mas, como conclui, ainda “mais grave que isso são os cursos dos adultos, à noite, as Novas Oportunidades. Não sei como são agora as casas de banho, mas já partilharam as casas de banho! Nos dias que correm acho inadmissível, não percebo.”

Num dos agrupamentos de Lisboa, uma das mães entrevistadas queixa-se ainda de um outro segmento da população socialmente estigmatizado: os filhos dos beneficiários do Rendimento Mínimo, responsabilizados pela degradação do clima escolar. Num discurso que nos reenvia para a “(...) ideologia neoliberal vigente que acentua a tónica explicativa dos factores de vulnerabilização nos indivíduos, mais do que nas estruturas e que associa os sujeitos mais frágeis da sociedade à insegurança, ao perigo e à desestruturação” (Rodrigues, 2010: 249), uma mãe diz-nos: “Neste momento há muitas crianças que vêm à escola para os pais não perderem o rendimento. Tudo isso se vai revelando no comportamento, na indisciplina dos resultados académicos”. O ressentimento contra as comunidades de imigrantes, ainda que atenuado pelo uso de um eufemismo e de um diminutivo, é também perceptível na intervenção de uma mãe que toma por alvo, curiosamente, a comunidade estrangeira que menos se sente estigmatizada e mais se sente respeitada pelos portugueses, pese embora a percepção de que os nacionais “mostram simpatia mas não se misturam” (Lages, 2002) – os brasileiros: “Há outra vez um bocadinho de instabilidade na escola por causa dos brasileiros”. Assim, ainda que, segundo o Eurobarómetro de 1997, os Portugueses sejam os cidadãos europeus que se autopercepcionaram como menos racistas, parece justificar-se prudência na conclusão de que os nacionais não são, de facto, influenciados por ideais xenófobos (Vala, 1999). Com efeito, se a afirmação desta mãe não é expressão do “racismo flagrante” de que fala Meertens e Pettigrew (1999), ela encaixa-se no conceito de “racismo subtil”: este caracterizado por ser “frio, distante e indirecto” (Meertens e Pettigrew, 1999: 11) e “escondido”, por medo da censura social; aquele identificado pelo facto de ser “quente, próximo e directo” (*ibidem*) e por, não sofrendo de inibições sociais, ousar assumir-se frontal e publicamente.

A má reputação que a escola tem no exterior – e de que são “responsáveis”, no entender dos agentes educativos, os discentes vítimas de desqualificação social, sejam alunos dos CEF, filhos dos beneficiários do Rendimento Mínimo ou jovens

pertencentes às comunidades imigrantes – é vivenciada com intensidade pelos pais das crianças, que vêem nela não apenas um entrave para uma eventual mudança de estabelecimento de ensino, mas também para a afirmação de uma hetero-imagem académica positiva dos alunos que a frequentam. Devido ao impregnado estereótipo de “escola TEIP”, nem os bons alunos destas escolas escapam à estigmatização. As altas classificações são olhadas com desconfiança e desvalorizadas no pressuposto discriminatório de que não reflectem o nível real da aquisição de conhecimentos mas, tão-somente, os baixos patamares de exigência e a elevada indulgência dos professores dos TEIP. Marcados pelo rótulo de “alunos problemáticos”, vêm-se ainda confinados, pela dificuldade de aceitação em estabelecimentos de ensino mais exigentes, a realizar toda a sua trajectória em universos escolares ditos “marginais”. Caso a família conte com uma “almofada financeira”, a solução pode ser recorrer aos estabelecimentos de ensino privado – não, certamente, aos colégios de excelência, a cuja triagem também não passará despercebida a proveniência escolar dos alunos, mas provavelmente aos “colégios de substituição” (Ballion, 1980), caracterizados pela sua reduzida selectividade escolar e procurados por uma classe média em busca de um enquadramento institucional mais securizante: “Acho que o pior erro que fiz foi colocar os meus filhos na Bandeirinha porque, apesar de ser perto do emprego, agora tenho que os colocar num colégio privado para os conseguir tirar daqui. O estigma funciona nas outras escolas! A tal nota de Matemática, os professores dizem que não querem porque saem daqui com um 5 que não equivale a um 1. Então colocam entraves à entrada de alunos de Miragaia.” (mãe escola de Miragaia)

Comprovando a internalização e a difusão, pelos próprios membros da comunidade da comunidade escolar, da imagem depreciativa da escola, uma mãe, cujo capital económico se adivinha mais elevado pelo facto de já ter tido o seu filho no ensino privado, conta, indignada: “Quando vim para aqui, um encarregado de educação que pertence à associação de pais perguntou-me o que me deu na cabeça para matricular o meu filho aqui! Isto é grave.”

“O boato já está impregnado. Não há como desmentir que há muitas expulsões, más notas, não há transporte. Miragaia está transformado num reformatório, mas pior que ser reformatório é não ter as regras de reformatório! É um reformatório com regras de escola.”, diz-nos uma outra mãe, fazendo-se porta-voz dos estereótipos e juízos de valor que chegam a estar presentes em avaliações oficiais destes territórios, nas quais se “(...) misturam dados de facto (“insucesso elevado”) com apreciações inteiramente subjectivas (“falta de civismo”), moralismos de mau gosto (“paternidades não assumidas”) e preconceitos raciais (“heterogeneidade étnico cultural”)” (Canário *et al.*, 2001: 59). Os principais responsáveis por esta imagem depreciativa e pelo estigma social destes estabelecimentos são também, no entender dos pais, os próprios professores e, inclusivamente, os directores das escolas: “A antiga presidente do conselho executivo, deu uma entrevista num jornal em que diz que estes alunos são filhos de toxicodependentes, mães solteiras e pais incógnitos, e ninguém fez nada! isto sim, causa estigma.” Talvez numa tentativa de defesa institucional de críticas pelos maus resultados que poderiam ser remetidas à sua acção e à da sua equipa docente, a

directora imputa o insucesso do seu estabelecimento de ensino a causas de natureza social, negando, numa lógica algo determinista, qualquer “margem de acção” da escola (Dubet *et al.*, 1989: 236) na produção de mudança e contribuindo, desse modo, para a difusão e reforço do preconceito sobre os públicos escolares das escolas TEIP.

3. Projecto TEIP: representações sociais

Embora reconhecendo que a medida governativa foi positiva em termos da melhoria das infraestruturas da escola (essencialmente dos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo), alguns pais de classe média tecem severas críticas à constituição dos TEIP no que diz respeito, essencialmente, ao reforço e consolidação de uma imagem negativa destes territórios escolares, mas também ao enfoque excessivo nas questões administrativas e burocráticas – limitação igualmente identificada por Canário (2005) na sua reflexão sobre o projecto TEIP. Na opinião do autor, este programa ministerial elege, como principal meta, a administração escolar em rede – através da constituição de “agrupamentos verticais” –, secundarizando a sua dimensão social, nomeadamente a interligação entre escola e comunidade. Descomplexificado e reduzido à sua dimensão meramente escolar, o conceito de “território educativo” é encarado numa acepção puramente pedagógica e administrativa, como documenta o diálogo entre dois pais da escola de Miragaia:

“Mãe: Vai haver alterações mas em termos de gestão. (...) E a Secretaria vai passar a uma só. Provavelmente o chefe vai mudar...mas isso em todos os trabalhos há mudanças. É necessário mudar o regulamento interno? Andamos anos e anos que ninguém o conhecia!

Pai: nesse aspecto não é mais que a passagem da Presidente do Conselho executivo para a Direcção, também que se teve que fazer uma equipa de mudança. Não vamos pegar nesta escola e colar à outra. Esta vai continuar aqui, as crianças vão continuar aqui.

Mãe: acho que vai haver departamentos, por exemplo, de ciências exactas que vai ficar enorme. Portanto as reuniões vão ser maiores. Há pouco saiu no Diário da República como se devem fazer estas reuniões, as actas...”

O cariz lúdico de inúmeras actividades de complemento curricular postas em prática nestas escolas constitui, igualmente, uma das críticas dos pais de classe média às escolas TEIP. Confirmando as representações mais tradicionais da escola e a maior valorização da sua dimensão instrutiva por parte das classes menos capitalizadas (Diogo, 1998), estes pais privilegiam sobre a função de socialização e de estimulação a transmissão de saberes, onde vêem, provavelmente, o veículo da sonhada mobilidade social para os filhos: “Neste momento, em relação a sermos TEIP, acho que um dos problemas deste programa é que acaba por ser muito lúdico. Dizem que é para motivar as crianças, mas a escola é um local de trabalho. Claro que é necessário boas condições, comodidade, computadores, livros. Mas brincar é nos recreios.” (mãe escola

de Miragaia). Sensível ao perigo da ausência de demarcação espacial entre espaço de lazer e espaço de trabalho dificultar a disciplinarização dos corpos e das mentes requeridas pela socialização escolar, a mesma mãe observa: “As crianças não sabem estar sentados e calados na sala de aula e verifiquei que isso piorou bastante com as actividades de enriquecimento curricular. Com as AECs as crianças passaram não distinguir os tempos lúdicos porque as actividades são desenvolvidas na sala de aula. Estas actividades deviam ser desenvolvidas em espaços diferentes e os professores não são professores”.

Indo de encontro às críticas apontadas por Canário (2001) aos TEIP – essencialmente no que diz respeito ao seu pendor centralista e à ausência de elaboração de diagnósticos credíveis que não se cinjam à enunciação dos problemas “territoriais” –, estes pais acreditam que uma intervenção individualizada junto dos alunos e uma análise mais fina e de maior proximidade com a realidade envolvente poderiam constituir chaves para a melhoria da acção do Programa TEIP: “Devia haver análise, que é os meninos que se portam de forma indesejável, e fazer uma caracterização dessas crianças para, a partir daí saber onde se deve intervir, se é a nível familiar, escolar, saúde, alimentação, acompanhamento de estudos... e depois pegar nestes recursos e rentabilizá-los. Vamos pegar nesses alunos, e fazer uma turma ou duas e trabalhamos esses. E conforme vão atingindo os objectivos seriam integrados noutras turmas e vice-versa.” A adopção de “receitas” estandardizadas, como é o caso da uniformização das reuniões escolares ou da colocação de dois professores na mesma sala, em simultâneo, entram no amplo leque de “acções” “centralistas” e não territorializadas que os entrevistados entendem não responder aos problemas específicos das escolas e dos alunos: “Relativamente ao TEIP, já vimos que não atingimos os resultados em termos académicos, acho um erro pegar num professor extra e colocar juntamente com o professor da turma na mesma hora! Ou seja, o professor precisava era que dividisse a turma.” (Mãe escola de Miragaia). Outra crítica incide sobre o carácter “precipitado” do lançamento de políticas públicas sem que estejam reunidas as condições para a sua efectiva implementação. Falam, a este propósito, do projecto ministerial “Escola a tempo inteiro” que consideram ter sido posto em prática antes de as escolas estarem apetrechadas quer com as infra-estruturas que permitissem o desenvolvimento de tempo lectivos simultâneos, quer com os recursos humanos que garantissem aos alunos um enquadramento pedagógico de qualidade: “(...) correu sempre tudo muito bem até colocarem o horário a tempo inteiro. As crianças têm menos aproveitamento. Deviam ter feito ao contrário, primeiro criavam infra-estruturas e depois mudavam o horário. Acho muito bem que tentem dar apoio às famílias necessitadas mas o apoio que dão, é as 07.30h tem uma auxiliar que recebe as crianças e que lhes dá uma sandes. Não tenho nada contra a auxiliar mas devia ser alguém habilitado para cuidar das crianças.” (Pai escola de Miragaia). Uma mãe de um discente da mesma escola acrescenta ainda: A “escola da Bandeirinha em si, em termos de infra-estruturas são péssimas, e pioraram imenso desde que o horário passou a ser de tempo inteiro (dantes havia desdobramento de horários). Tem poucas casas de banho para todos os alunos, já eram insuficientes mas agora que não há desdobramento de horário ficou

pior porque são muitos alunos que frequentam aquela escola no mesmo horário. A cantina passou a ser numa sala que não está preparada para ser uma cantina, há falta de funcionários.” (Mãe escola de Miragaia).

4. Apoios escolares para promoção da integração e do sucesso discente: a realidade das escolas TEIP

A realidade TEIP trouxe ainda uma nova profissionalidade para a escola, patente numa ampla mobilização de mediadores, no sentido em que exercem funções de intermediação entre os alunos e a instituição. Na maior parte dos casos, funcionam em equipas interdisciplinares onde predomina, todavia, a intervenção psicológica. A esta vertente junta-se, na tradição das medidas de educação compensatória, a alocação de recursos materiais e a melhoria das infraestruturas.

Equipas de psicólogos, de assistentes sociais, de mediadores e de animadores culturais conjugam esforços e articulam estratégias com os professores e com os auxiliares de educação educativa no sentido de uma socialização escolar que integre não apenas a aquisição de conhecimentos mas também a internalização de regras de convivência e civilidade dentro e fora da sala de aula. É neste quadro de prevenção, correcção e mediação de conflitos de natureza disciplinar que se insere a criação do Gabinete de Apoio ao Aluno, destinado, por exemplo, a receber os alunos expulsos da aula, a «chamá-los à razão» e a acompanhá-los na realização das tarefas de que foram incumbidos na sequência da ordem de saída da sala:

A sua eficácia em termos da diminuição das faltas disciplinares e dos comportamentos desadequados na sala de aula não merece consensualidade entre os entrevistados:

“Não diminui as expulsões mas é bom que haja este espaço porque obriga-nos a reflectir sobre o que aconteceu.” (aluna da escola de Miragaia)

“Acho que o comportamento tem melhorado muito, tem havido muito menos expulsões.” (aluna da escola de Matosinhos)

“Eu acho que diminui, reflectimos sobre o que fizemos e não o voltamos a fazer.” (aluno da Escola de Miragaia)

No entanto, como documentam as palavras dos entrevistados, estes Gabinetes parecem ter um papel enquanto espaço propiciador de auto-reflexividade discente sobre os actos cometidos e enquanto veículo de comunicação entre a escola e os Encarregados de Educação.

Sensível aos processos de etiquetagem social, uma aluna chama a atenção para o facto de a acção dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e de Mediação de conflitos ter como consequência a rotulagem negativa dos alunos que, nas palavras de uma entrevistada da escola de Miragaia, “acabam por se sentirem diferentes”.

Uma das medidas mais gravosas de punição aos comportamentos discentes desadequados às regras da sala de aula ou às normas de convivência na escola é,

na maioria dos estabelecimentos de ensino, a suspensão. Nas escolas estudadas esta forma de castigo foi substituída, contudo, pela obrigatoriedade de prestação de serviço à comunidade escolar (trabalho na cantina da escola, limpeza das instalações sanitárias...) – alteração punitiva que merece a aprovação dos pais:

“Quando as crianças são castigadas, têm que ir por exemplo trabalhar para a cozinha, limpar as casas de banho. Em vez de ficarem em casa suspensos, trabalham. Tem sido muito agradável, claro que tem que ter o consentimento dos pais. Houve uma criança que adorou trabalhar na cozinha e decidiu seguir essa área. Limpeza dos jardins, do cão (o Jardel)” (Pai escola de Matosinhos).

Já os alunos preferem destacar, como factores potenciadores da integração escolar, não as medidas punitivas, mas antes o papel dos animadores de recreio e a dinamização de actividades extra-escolares. Como nos dizem as alunas da escola de Matosinhos a propósito da importância da figura dos “animadores”, “(...) ainda a semana passada tivemos o baile de finalista, organizado por eles.”, “Mas eles também se preocupam muito com os alunos, conversam muito connosco. Dão-se muito bem”. As actividades extracurriculares disponibilizadas pela escola, como é o caso dos clubes (de rádio, de malabarismo, de ténis, de ciência) são igualmente valorizadas pelos discentes enquanto espaços-tempos alternativos à lógica escolar e momentos de convivialidade promotores do desenvolvimento pessoal dos alunos e estimuladoras da sua integração escolar (Gerber, 1996). Nas palavras destes jovens, “fazemos muitas actividades divertidas (...) ajudam os alunos a gostarem mais da escola.” (aluna, escola de Matosinhos), “gosto das actividades. Envolve sempre muita gente da escola. É uma forma de aprendermos mais e sair da rotina das aulas.” (aluna da escola de Miragaia), “também gosto, dá para variar um pouco.” (aluno da escola de Miragaia). A dimensão convivial inerente a este tipo de iniciativas é salientada essencialmente pelos alunos lisboetas, que nelas identificam uma oportunidade de alargar as suas redes sociais – “assim vou arranjanho mais amigos com quem conviver e assim não fico na escola sozinha” (escola Manuel da Maia) – e também de maximizar as horas de estudo e de aprendizagem. Como nos diz outra discente do mesmo estabelecimento de ensino, “Podemos ficar [no Gabinete de Apoio ao Aluno] enquanto os nossos pais ainda estão a trabalhar e também nos ajuda a estudar.”

5. Motivações subjacentes à escolha do estabelecimento de ensino e a relação escola-família

A proximidade geográfica da residência constitui a principal – e quase única – motivação apontada pelos pais para colocar os filhos nas escolas TEIP, cujas condições materiais e humanas parecem não dar resposta às necessidades e expectativas parentais. Referindo-se à escola do 1º ciclo do filho, uma mãe lembra que a IPSS localizada nas imediações do estabelecimento escolar é a “retaguarda dos pais que trabalham e têm os filhos numa escola, porque pela escola da Bandeirinha em si, em termos de infra-

estruturas são péssimas”. As carências ao nível das infra-estruturas e a dificuldade de acessos ao bairro onde se localiza o estabelecimento de ensino levam muitos dos pais a optar por colocar as crianças noutra escola assim que eles terminam o primeiro ciclo. Como nos diz a mesma mãe, o facto de a escola se situar “num fundo” e de os bairros circundantes serem “marcados por tráfico de droga” torna perigoso o trajecto escola-casa para quem não habita no bairro e, logo, não está protegido pelas redes de vizinhança. Os elevados níveis de violência e indisciplina escolar constituem uma outra motivação para os pais optarem por mudar de estabelecimento de ensino. Até porque, como observa uma mãe, este problema acarreta um excessivo centramento escolar na questão da disciplina e a consequente relegação para segundo plano das aprendizagens académicas que, no seu entender, ficam reduzidas aos “saberes mínimos”, como demos conta anteriormente.

Face aos problemas que caracterizam estes contextos escolares, os pais entrevistados adoptam uma postura interventiva. Assim, a maioria deles diz deslocar-se à escola não só para as reuniões de turma mas também para contactar pessoalmente com o director de turma, habitualmente uma vez por período: “Costumo vir todos os períodos falar com o director de turma, ver como estão as notas. Apesar de a acompanhar em casa, claro, estou atento.” (Pai escola de Matosinhos); “vim para tratar da situação do *bullying*, e venho às reuniões em todos os períodos para falar com o director de turma, ver como iam as notas. Acho que é suficiente.” (Mãe, escola de Matosinhos); “Mesmo quando não me chamam tento vir pelo menos uma vez por período falar com a directora de turma para ver as coisas.” (Mãe da escola Manuel da Maia). Um outro encarregado de educação deste estabelecimento de ensino salienta mesmo a importância do contacto escola-família para uma mais eficaz intervenção enquanto pai: “[Os professores] sempre estiveram bem coordenados e quando os encontro (...) dão-me sempre aqueles incentivos e louvores porque às vezes as crianças falham mas se depois nos explicarem tomamos medidas e depois a criança melhora (...) A minha filha na escola onde ela andava – é uma criança que de vez em quando arranjava problemas, brigava com os colegas e coisas assim – mas isso foi melhorando”.

A comunicação de sentido inverso também funciona bem e com celeridade, a avaliar pela percepção de alguns pais, como os da escola de Matosinhos. No entender dum encarregado de educação, no caso de qualquer ocorrência anormal na vida escolar dos filhos, seja ela relativa a problemas académicos, disciplinares ou de violência interpares, a escola age rapidamente, informando os pais e tomando as providências necessárias: “Há uma interligação muito grande com os directores de turma. Qualquer coisa que se passe, os encarregados são informados imediatamente. Isto dá-nos segurança. Para as crianças é bom porque sabem que não podem dar um passo em falso que somos logo avisados.”

Já os pais da escola de Miragaia adoptam uma postura mais céptica, acusando a escola de defender a participação parental apenas do ponto de vista discursivo. Reclamando um direito que consideram seu, os encarregados de educação da Associação de Pais participam activamente nas actividades escolares. Um dos pais,

claramente depreciativo do zelo profissional dos docentes e dos funcionários nas tarefas de supervisão dos espaços recreativos refere marcar presença quotidiana no recreio da escola uma vez que, na sua opinião, “alguns professores não querem trabalhar e eu vou para fazer o trabalho deles no recreio! (...) Só estão 3 funcionários, dois a conversar e um a tomar conta do portão da entrada.” Os encarregados de educação desta mesma escola adoptam igualmente uma postura crítica face à direcção escolar. Na sua opinião, os pais não membros da associação são excluídos, por falta de convite, das actividades da escola e mesmo os membros da Associação, nem sempre são chamados para a discussão de assuntos importantes da vida escolar, como seja a elaboração do Projecto Educativo.

Na escola da Apelação a satisfação parental é total. Quando questionados sobre aspectos negativos no funcionamento escolar não conseguem detectar qualquer exemplo. Elogiam, por isso, os professores, os técnicos e a liderança, reconhecendo a forte articulação existente com a comunidade residente no bairro. No entanto, e apesar de se dirigirem com regularidade à escola, contactando quer com o director de turma, quer com o director da escola, quer com os professores, não se recordam das actividades em que os filhos estão envolvidos, denotando uma distância simbólica face ao conteúdos da escola TEIP. A própria designação «TEIP» é-lhes estranha. Uma das mães entrevistadas chega mesmo a referir tratar-se do nome de “um programa de computador”. Também na escola Manuel da Maia duas das três mães entrevistadas não reconhecem a designação TEIP, pese embora a sua forte integração na vida escolar dos seus filhos, documentada pela participação em inúmeras actividades extra-escolares.

Notas Finais

Se os alunos valorizam a «escola-diversão» e o convívio inter-pares, mostram-se particularmente críticos perante a falta de condições materiais e de segurança de que as escolas padecem. Em geral, coincidem com os pais na apreciação altamente positiva do ambiente relacional, referindo a proximidade existente face a professores e técnicos (em certos agrupamentos) ou professores e funcionários (noutros casos).

Chega mesmo a transparecer a existência de uma lógica doméstica patente na imagem da escola como “segunda casa”, espaço-tempo onde a socialização compensatória parece por vezes sobrepor-se à socialização primária de base familiar.

No que respeita aos pais, denotam-se algumas tensões. As mais explícitas residem nas representações de pais de classe média que se pretendem distanciar do «nivelamento por baixo» das escolas TEIP, tidas como pouco exigentes e fazendo uma economia da ascensão escolar. As mais implícitas remetem para uma distância dos pais de classes populares face às aprendizagens escolares. Reconhecendo facilmente a continuidade existente entre escola e bairro, bem como o esforço de directores, docentes, técnicos e funcionários, manifestam, contudo, um forte desconhecimento

da especificidade TEIP, ignorando, amiúde, as actividades em que os filhos estão envolvidos.

Um terceiro tipo de tensões divide as próprias classes populares entre percursos legítimos e percursos CEF, detentores e não detentores do rendimento social de inserção e nacionais *versus* imigrantes.

O “estigma TEIP”, entretanto, parece existir muito mais por parte dos pais de classe média, receosos dos efeitos de desclassificação simbólica que a pertença dos seus filhos a estas escolas pode acarretar nas dinâmicas de percurso. As classes populares, por seu lado, encaram com agrado o alargamento das funções escolares, bem como o enquadramento amplo que estas escolas fornecem aos seus filhos, possibilitando-lhes uma oferta escolar e extra-escolar que, de outro modo, lhes estaria vedada.

No fio destas tensões tece-se o quotidiano TEIP, ressaltando uma pluralidade de modos de relação com a escola.

Referências Bibliográficas

- ABRANTES, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola*, Oeiras, Celta Editora.
- BARRÈRE, Anne (2002), *Les enseignants au travail. Routines incertaines*, Paris, L’Harmattan.
- BEANE, Allan L. (2006), *A sala de aula sem bullying*, Porto, Porto Editora.
- BERNSTEIN, Basil (1975), *Langage et classes sociales*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Razões práticas*, 2.ª ed., Oeiras, Celta Editora.
- CANÁRIO, Rui (2005), *O que é a escola?*, Porto, Porto Editora.
- CANÁRIO, Rui [et. al.] (2001), *Escola e exclusão social*, Lisboa, Educa.
- DIOGO, Ana Matias (1998), *Famílias e escolaridade*, Lisboa, Edições Colibri.
- DUBET, François e DURU-BELLAT, Marie (2000), *L’hypocrisie scolaire*, Paris, Éditions du Seuil.
- ESTRELA, Maria Teresa (2002), *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*, 4.ª ed., Porto, Porto Editora.
- FORMOSINHO, João (1988), “Organizar a escola para o sucesso educativo”, in AAVV, *Medidas que promovam o sucesso educativo*, Lisboa, Edição do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.
- FOUCAULT, Michel (2002), *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Editora Vozes.
- LOPES, João Teixeira (1997), *Tristes Escolas*, Porto, Afrontamento.
- MEERTENS, Roel e PETTIGREW, Thomas F. (1999), “Será o racismo subtil mesmo racismo?”, in Jorge Vala (org.), *Novos racismos*, Oeiras, Celta Editora, pp. 11-29.
- PAIS, José Machado (2003), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PAUGAM, Serge (1991), *La disqualification sociale*, Paris, Presses Universitaires de France.
- PONTE, Cristina (2007), “Notícias sobre crianças, risco e ansiedade social”, in Maria Manuel Vieira (org.), *Escola, jovens e media*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 25-66.
- RAMÍREZ, Fuensanta Cerezo (2001), *Condutas agressivas na idade escolar*, Amadora, McGraw-Hill.
- RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010), *Escassos caminhos: os processos de imobilização social dos beneficiários do rendimento social de inserção*, Porto, Edições Afrontamento.

SEBASTIÃO, João (2003), “Cidades e cidadanias: que papel para a escola?”, in José Alberto Correia e Manuel Matos, *Violência e violências da e na escola*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 49-53.

SILVA, Pedro (2003), *Escola-Família, Uma Relação Armadilhada. Interculturalidade e Relações de Poder*, Porto, Afrontamento.

TEDESCO, Juan Carlos (2007), *O novo pacto educativo*, Gaia, Fundação Manuel Leão.

VALA, Jorge (1999), “Introdução”, in Jorge Vala (org.), *Novos racismos*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-8.

Artigos de publicação em série:

AYED, Choukri Ben (2009), “La mixité sociale dans l’espace scolaire: une non-politique publique”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 180, 11-23.

BALLION, Robert (1980), “L’enseignement privé, une ‘école sur mesure’ ”, in *Revue Française de Sociologie*, 21-2, 203-231.

DUBET, François [et al.] (1989), “Mobilisation des établissements et performances scolaires. Le cas des collèges”, in *Revue Française de Sociologie*, XXX, 235-256.

GERBER, Susan (1996), “Extracurricular activities and academic achievement”, in *Journal of research and development in education*, Vol. 30, n.º 1, 42-50.

GUERRA, Paula (2003), “A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para uma abordagem de um objecto complexo”, in *Sociologia*, 13, 69-119.

LOPES, João Teixeira (2010), “Do politeísmo cultural contemporâneo ao trabalho escolar de eliminação da dissonância”, in *Sociologia*, nº 20.

Actas de congressos:

CAEIRO, Tiago [et al.] (2009), “Violência e agressividade: questionamentos teóricos e empíricos”, *Actas do I Encontro da Secção de Sociologia da Educação da Associação Portuguesa de Sociologia “Contextos Educativos na Sociedade Contemporânea”*, Lisboa, 23 e 24 de Janeiro de 2009.

LEANDRO, Alexandra (2009), “Estreitando a Entrada: Medos e Interditos na Escola”, *Actas do I Encontro da Secção de Sociologia da Educação da Associação Portuguesa de Sociologia “Contextos Educativos na Sociedade Contemporânea”*, Lisboa, 23 e 24 de Janeiro de 2009.

Artigo disponível online:

LAGES, Mário F. e POLICARPO, Verónica (2002), *Análise preliminar de duas sondagens sobre os imigrantes em Portugal*. Disponível em: <http://www.oi.acime.gov.pt/docs/pdf/Sondagem%20Imigrantes.pdf>

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

Based on the results of a recent study on the Educational Territories of Priority Intervention carried out in four groupings of schools (two in Lisbon Metropolitan area and another two in Porto), we will discuss cross-representations of parents and students about this school reality, evidencing satisfaction factors and dimensions of rejection, often crystallised around stereotypes resulting from a number of projects and modes of relationship with the school. There is strong visibility of convivial and fun appropriations of school spacetimes by pupils, as well of the growing importance of affective dimension of learning and teaching, increasingly

supported by professionals of mediation. At the same time, one noticed notorious social and symbolic divisions through parents attitudes and opinions.

Keywords: School; Family; Territory.

Résumé:

En partant des résultats d'une étude récente sur les Territoires Éducatifs d'Intervention Prioritaire effectuée dans quatre regroupements d'écoles (de deux dans le Secteur Métropolitain de Lisbonne et autres deux dans de Porto), se discutent les représentations de parents et élèves sur cette réalité scolaire, en démontrant des facteurs de satisfaction et des dimensions de rejet, souvent cristallisées autour de stéréotypes résultant d'une pluralité de projets et de modes de relation avec l'école. Gagne visibilité une appropriation conviviale et amusante des espaces-temps scolaires de la part des élèves, la croissante importance de la dimension affective de l'apprentissage et de la relation pédagogique, de plus en plus supporté par des professionnels de la médiation, aussi que de notoires clivages sociaux et symboliques dans les attitudes et les opinions des parents.

Mots-clés: École; Famille; Territoire.

Contributos para a compreensão do «Efeito Professor TEIP»: proposta de um programa de pesquisa

M. Benedita Portugal Melo¹

Resumo:

A partir de questões analisadas em investigações anteriores (Melo, 2009 e Melo, 2010), o presente artigo apresenta uma proposta de programa de pesquisa que possibilite detectar «efeitos professor» que traduzam boas práticas organizacionais e pedagógicas nos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). Sugerem-se, assim, três linhas de investigação: i) análise da relação ensino-aprendizagem nos TEIP e variáveis que caracterizam os «bons professores»; ii) identificação do tipo de cultura organizacional, modelos de liderança e gestão; iii) estudo das representações dos alunos face às estratégias pedagógicas dos seus professores. Por fim, indica-se uma estratégia metodológica mista adequada à obtenção de resultados passíveis de virem a ser generalizados ao universo das escolas TEIP.

Palavras-chave: Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP); «Efeito professor»; Relação ensino-aprendizagem.

Introdução

A questão da igualdade de oportunidades relativamente ao sucesso escolar no conjunto do sistema de ensino português e nos TEIP em particular não é um desígnio que já se tenha cumprido. Com efeito, apesar da evolução positiva registada na última década relativamente ao panorama de frequência do sistema escolar obrigatório, não deixam de ser significativas as percentagens de jovens que ainda não terminam o 9º ano de escolaridade: em 1991, 54,1% dos indivíduos dos 18 aos 24 anos abandonaram a escola antes de completar o 9º ano. Em 2001, estas saídas antecipadas do sistema de ensino ainda englobaram 24,6% de jovens (Ministério da Educação, 2002). No que respeita ao ensino secundário, em 1991, dos alunos com idades entre os 18 e os 24 anos, 63,7% deixaram a escola antes de completar aquele nível de ensino.

¹ Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Endereço electrónico: mbmelo@ie.ul.pt

Em 2001, a percentagem dos que não terminavam o ensino secundário era ainda de 44,8% (Ministério da Educação, 2002). Por outro lado, relativamente aos estudantes que frequentam o ensino superior, os dados mais recentes mostram que apenas 40% dos estudantes que atingem este nível de ensino provêm das classes desfavorecidas (empregados executantes, operários industriais, assalariados agrícolas, trabalhadores independentes não qualificados) (Costa e Lopes, 2010).

No que respeita concretamente aos TEIP, o insucesso escolar constitui, inclusivamente, um dos principais problemas com que estas instituições se debatem, a par do absentismo, abandono e violência escolar (cf. informação constante em <http://sitio.dgide.min-edu.pt/TEIP/Paginas/default.aspx>.)

Complexas, as causas do (in)sucesso escolar (analisadas pela Sociologia da Educação, desde os anos sessenta do século XX) estão relacionadas com diversos factores: a pertença a um meio familiar detentor de elevados volumes de capitais culturais – Bourdieu e Passeron (1964; 1970) – e a posse de códigos linguísticos elaborados – Bernstein (1975; 1986) – constituem, por exemplo, variáveis que condicionam bastante a adaptação dos estudantes à cultura e normas escolares e a consequente obtenção de boas classificações. Para além da relevância dos factores socioculturais no processo de aprendizagem – também demonstrada pelo Relatório Coleman, 1966 e pelo Relatório Plowden, 1987 –, pesquisas mais recentes têm vindo a chamar a atenção para a importância das relações que são desenvolvidas no interior das famílias relativamente ao sistema educativo e do contacto que os pais estabelecem com a escola (Montandon e Perrenoud, 2001). O trabalho realizado pelos próprios alunos na escola e em casa (Barrère, s.d.) e o sentido que atribuem às tarefas escolares (Perrenoud, 1995), por outro lado, não só influenciam o modo como os estudantes procuram atingir bons resultados, como se interpõem nos julgamentos classificatórios que os professores produzem a seu respeito. A forma como as escolas se configuram enquanto organizações passíveis de ser geridas com eficácia e as actividades pedagógicas que os docentes desenvolvem têm sido, igualmente, alvo de diversas investigações que procuram compreender o seu efeito nas aprendizagens dos alunos sendo apontados como factores que têm influência nos rendimentos escolares (Brunet, 1992; Bressoux, 1994; Laderrière, 1996; Cousin, 1998; OECD, 2005; Hayes, *et al.*, 2006). De facto, se muitos professores tendem a imputar a total responsabilidade dos resultados escolares à família/meio sociocultural e económico dos alunos (Correia & Matos, 2001; Melo, 2009), muitos outros reconhecem que “a qualidade dos professores tem influência nos resultados escolares dos alunos, independentemente do seu nível socioeconómico e cultural” (Melo, 2009: 350).

É justamente na acção dos professores que situamos uma das linhas do programa de pesquisa que apresentamos. De acordo com um relatório recente da OECD, a vasta pesquisa que tem sido efectuada sobre os factores determinantes da aprendizagem permite concluir “que, embora as maiores variações de resultados decorram da origem socioeconómica e das aptidões dos alunos, o factor mais importante é o ensino e, em particular, a qualidade dos professores” (OECD, 2005: 26). Tendo em conta que “muitas pesquisas que estudam o «efeito escola» não associam suficientemente os

aspectos da gestão escolar aos aspectos pedagógicos, isto é, àquilo que se passa na sala de aula, à experiência de aprendizagem e às aquisições dos alunos” (Laderrière, 1996: 58), parece-nos fundamental que se estude a “gestão da aprendizagem”, isto é, o modo como se processa a relação ensino-aprendizagem, com o propósito de compreender que variáveis caracterizam um “bom professor”.

1. O que define um «bom professor» em contextos como os TEIP?

Os conceitos sobre o que constitui um «bom professor» têm variado ao longo da História, de acordo com as exigências político-institucionais (Nóvoa, 1991; Resende, 2003; Pintassilgo, 1999, 2002, 2005).

No actual contexto político, perante a nova ideologia de prestação de contas e avaliação dos resultados da eficácia da acção docente sob a forma de *rankings* escolares e publicação de Relatórios de Avaliação Externa, muitos professores têm vindo a treinar sobretudo as capacidades cognitivas dos alunos em detrimento das componentes socioculturais e emocionais (Melo, 2009), adoptando, assim, um modelo de ensino com características marcadamente “técnico-profissionais” (Connell, 2010).

Se este modelo poderá ser adequado aos estudantes sociocultural e economicamente privilegiados, que correspondem ao modelo do aluno “bem sucedido”, isto é, do que tem bons resultados nos testes, não é compatível com alunos oriundos de contextos sociais desfavorecidos, com uma proveniência étnica muito diversificada, que frequentam escolas com fortes índices de vulnerabilidade social e de exclusão social. Tal é o caso dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

Em Portugal, o Programa TEIP foi influenciado fortemente pelas «zones d’éducation prioritaires» (ZEP) criadas em França, em 1988, (tendo estas sido, por sua vez, influenciadas pelas «zones prioritaires» constituídas originalmente em 1981). Instituído em 1996 pelo Despacho nº 147-B/ME/96, de 1 de Agosto, e complementado posteriormente pelo Despacho Conjunto 73/SEAE/SEEI/96, o Programa TEIP foi reeditado em 2006/07, através do Despacho Normativo nº 55/2008, de 23 de Outubro de 2008, com a designação de TEIP2.

Desde então, passou por fases e tempos de implementação diferentes. Na 1ª fase – iniciada em Março de 2007 e terminada em Junho de 2010, uma vez que os Agrupamentos da 1ª fase viram o seu contrato prorrogado até à assinatura de um novo, com base num projecto reformulado – abrangeu 35 Agrupamentos da Área Metropolitana de Lisboa e do Porto. Na 2ª fase – que decorreu entre Junho de 2009 e Junho de 2010 – foi alargado a mais 24 Agrupamentos, desta vez já abrangendo

todo o território nacional. Na 3ª fase – desenvolvida entre Outubro de 2009 e Junho de 2010 – passou a englobar mais 46 agrupamentos de escolas. Assim, no ano 2010-2011, o Programa TEIP está a ser desenvolvido em 105 Agrupamentos, distribuídos pelas 5 Direcções Regionais de Educação: 38 no Norte, 9 no Centro, 43 em Lisboa e Vale do Tejo, 9 no Alentejo e 6 no Algarve (cf. informação constante em <http://sitio.dgidec.min-edu.pt/TEIP/Paginas/default.aspx>).

Fortemente implementadas nas áreas metropolitanas de Lisboa e de Porto, os TEIP têm-se orientado i) para uma acção compensatória, baseada no princípio de que o sistema pode e deve compensar a desigualdade através de uma prioridade em termos de meios – *dar mais a quem tem menos* – e de atenção (projectos, formação, avaliação); ii) para o reforço da dialéctica «recentragem sobre a escola/abertura através de parcerias» e de contacto activo com o território envolvente, os seus recursos, instituições e populações – o que se traduz numa certa territorialização das políticas educativas e na própria ideia de «projecto educativo» –; iii) criação de infraestruturas (pavilhões desportivos, refeitórios, bibliotecas escolares); iv) integração dos ciclos de ensino – já que as descontinuidades acentuam as fragilidades do sistema –; v) combate ao absentismo, abandono, insucesso e indisciplina escolares (Lopes, 2010).

É nestes contextos particularmente difíceis que os professores poderão experimentar mais acentuadamente “um sentimento de incerteza relativa à definição do seu trabalho” (Resende, 2010: 85) e ver-se confrontados com o que alguns designam como “uma missão impossível” (Correia & Matos, 2001: 92). Ao abrigo do Programa de Autonomia que regulamenta os TEIP, os directores destes estabelecimentos de ensino podem recrutar o seu próprio corpo docente. O que motiva alguns docentes a concorrerem a estas escolas? Que características possuem? Que modelo de profissionalismo adoptam? Que estratégias de ensino-aprendizagem desenvolvem para promover o sucesso escolar dos seus alunos? Estes professores alteraram os seus processos de trabalho pelo facto de leccionarem em escolas TEIP? Em que medida e com que efeitos? De facto, nada se sabe sobre os critérios que presidem à selecção dos docentes e sobre o que motiva alguns docentes a concorrerem a estas escolas. Os poucos estudos realizados sobre os TEIP em Portugal pouco nos dizem também sobre as estratégias de ensino-aprendizagem desenvolvidas pelos professores para promoverem o sucesso escolar².

Porém, várias pesquisas salientam que muito do êxito dos alunos resulta dos esforços conjuntos de um grupo de professores, dos próprios alunos, dos “novos profissionais da mediação” e da actuação da instituição em que se encontram (Connel, 1985; Torres & Palhares, 2009; Lopes, 2010).

O «bom ensino», é, portanto, em grande medida, um trabalho colectivo e de gestão. Não nos referimos, assim, a um modelo do “bom professor” no singular, mas

² Para além das análises de Canário, 1999 e 2004; Canário, Alves & Rolo, 2000 e 2001; Oliveira, 2000; Sarmiento *et al.*, 2000; Mineiro, 2001; Figueira, 2002; Barbieri, 2003, salientam-se os trabalhos mais recentes de Paulus e Pires, 2009; Álvares, 2010 e, por fim, Lopes, 2010.

a modelos de “bons professores” no plural e do “bom ensino” no sentido colectivo, a que poderão corresponder “bons modelos de gestão” diversificados. Importaria, por isso, também saber que perfis de liderança são desenvolvidos nestas escolas, que implicações têm no exercício do trabalho docente e de que forma os estilos de gestão e liderança (organizacional e pedagógica) destas escolas condicionam os perfis de desempenho dos professores.

2. O papel das emoções no trabalho escolar – o ponto de vista dos alunos

Tendo em conta o importante papel que as novas instituições e agentes especializados desempenham na formação das novas gerações (Vieira e Dionísio, 2010) Guerreiro *et al.*, (2010) salientam a importância de os estudantes terem, actualmente, de ser seduzidos e conquistados por fontes diversificadas de conhecimento e por processos que vão para além da estimulação de capacidades de ordem estritamente cognitiva.

Para além disso, a grande dose de empenho no plano emocional que o ensino implica (Connell, 1985; Carvalho, 1999; Hebson *et al.*, 2007; Connell, 2010) e o “halo afectivo” – componente essencial de uma das dimensões subjectivas do trabalho escolar – (Barrère, s.d.) que se estabelece entre docentes e discentes e entre discentes e outros profissionais da educação que com eles trabalham (Melo, 2010), parece ser um factor muito importante para que os estudantes atribuam sentido ao trabalho escolar, dele retirem satisfação e construam sobre si próprios uma imagem positiva (Barrère, s.d).

No caso dos alunos dos TEIP, a questão emocional e relacional parece ser particularmente relevante para a sua adaptação à cultura e normas escolares (Lopes, 2010). Paradoxalmente, é o envolvimento emocional com os alunos, a par das crescentes exigências efectuadas pela sociedade aos professores (Melo, 2009; Resende, 2010) que contribui para o seu enorme desgaste físico e emocional (Gasparini *et al.*, 2005) e para um crescente mal-estar e insatisfação face à profissão.

Falta saber de que modo os docentes dos TEIP gerem as emoções que atravessam o trabalho na sala de aula e as tornam produtivas para a aprendizagem sem, simultaneamente, porem em causa a sua própria sobrevivência. Como também falta conhecer que modelos de ensino-aprendizagem são desenvolvidos pelos docentes para cativarem os alunos e, ao mesmo tempo, atingirem as metas quantitativas que aferem a avaliação do seu desempenho e dos seus discentes.

Por outro lado, vários estudos têm também demonstrado que os próprios alunos justificam muitas vezes os seus percursos escolares – positivos ou negativos – através da dimensão pedagógica, salientando a relevância ou ausência da inovação no processo de ensino-aprendizagem, o (não) desenvolvimento de estratégias de cativação e o tipo de relacionamento e afectividade que (não) se estabelece entre eles e os professores (Guerreiro *et al.*, 2010; Palos, 2007; Abrantes, 2003; Lopes, 1996).

Importa, por isso, saber como os alunos dos TEIP caracterizam os professores que “fazem a diferença”; que modos de relacionamento consideram ser mais proveitosos para o seu sucesso e para a sua integração escolar (situações que nem sempre andam a par); que tipo de práticas pedagógicas preferem e entendem ser mais úteis para o seu rendimento escolar; como avaliam a forma como os docentes negociam as regras de sala de aula e gerem as situações de conflito que aí surgem; em que disciplinas atingem melhores classificações escolares e como justificam a obtenção desses resultados; que classificações têm nas disciplinas leccionadas pelos seus professores predilectos.

3. Princípios metodológicos e operacionalização da pesquisa

A complexidade do fenómeno educativo em estudo só seria apreendida através da adopção de uma metodologia mista. Propomos, assim, que se partisse de oito estudos de caso correspondentes a quatro escolas TEIP da Área Metropolitana do Porto e outras quatro TEIP da Área Metropolitana de Lisboa, em cada caso, duas das escolas situadas no concelho sede da metrópole, outras duas na periferia. Numa primeira fase da pesquisa, somente a abordagem qualitativa nos permitiria analisar em densidade e profundidade os oito estudos de caso. Assim, importaria realizar entrevistas individuais aos directores e professores e *focus group* aos alunos, bem como observação etnográfica a um conjunto de aulas. Os resultados obtidos com estas técnicas qualitativas permitiriam a construção de um inquérito por questionário destinado a ser aplicado a uma amostra representativa das 106 escolas TEIP que existem em Portugal, de modo a efectuar-se uma comparação das atitudes e representações dos docentes das escolas TEIP e elaborar-se perfis dos seus modelos de profissionalidade.

Muito concretamente, as entrevistas semi-directivas individuais aos directores dos TEIP seleccionados visariam a obtenção de informação que possibilitasse a) caracterizar a cultura organizacional e os estilos de liderança e gestão por eles promovidos; b) saber quem são e o que qualifica, na opinião destes directores, os “bons professores”; c) saber quem são os docentes que conseguem que os seus alunos obtenham os melhores resultados escolares e que justificação é atribuída pelos directores a este facto; d) aferir se há alguma correspondência entre os docentes qualificados como “bons professores” e os que atingem os melhores resultados escolares; e) recolher-se informação sobre os alunos para que estes fossem integrados em amostras representativas. Em cada escola TEIP, deveriam ser constituídas três amostras de alunos que frequentam o 7º, 10º e 12º anos, pois são estes anos de transição de ciclos de ensino que apresentam, em regra, maiores índices de insucesso escolar. Para garantirmos a apreensão de um conjunto de representações alusivas a experiências escolares contrastantes e representações culturais diversificadas, deveriam fazer parte destas amostras os alunos que obtiveram os melhores e piores resultados escolares no primeiro período lectivo de 2012 de cada um destes anos de escolaridade e, para além disso, fossem provenientes de diferentes etnias.

Uma vez que a experiência tem demonstrado que os estudantes em situação de inquirição individual tendem a ser pouco eloquentes, sugere-se a realização de entrevistas grupais (*focus group*) de carácter exploratório aos alunos, a fim de se apreender quem são os seus professores predilectos e que motivos estão na origem dessa preferência, quer no que respeita às características desses docentes e às estratégias pedagógicas por eles utilizadas, quer ao modo como gerem as regras e as situações de conflito que surgem na sala de aula. Importaria ainda saber a que principais factores os estudantes atribuem o seu sucesso escolar e em que medida consideram os professores por ele responsáveis. Por fim, seria necessário obter informação relativa a) às disciplinas em que estes alunos atingem melhores classificações escolares e ao modo como justificam a obtenção desses resultados; b) às classificações por eles obtidas nas disciplinas leccionadas pelos seus professores predilectos e à sua justificação desses resultados.

Após uma análise de conteúdo destas entrevistas, deveria ser elaborado um segundo guião de entrevista a ser aplicado a uma amostra muito mais reduzida de estudantes, composta por aqueles que mais participaram e melhor explanaram os seus pontos de vista nas entrevistas grupais. A realização de entrevistas individuais a uma amostra restrita de alunos, teria o objectivo de esclarecer e/ou aprofundar os seus pontos de vista relativamente às questões abordadas nas entrevistas em grupo.

Importaria ainda que se efectuassem entrevistas individuais a uma amostra de professores dos 7º, 10º e 12º anos de cada escola TEIP. Desta amostra fariam parte os docentes que os directores qualificaram como sendo os «bons professores», os docentes que conseguem que os seus alunos obtenham os melhores resultados e os docentes que os alunos afirmaram preferir.

A recolha de informação junto dos docentes destinar-se-ia a identificar o que os motivou a serem professores; compreender como caracterizam as escolas TEIP e os alunos com quem trabalham; por que razão concorreram a estas escolas; se alteraram os seus processos de trabalho pelo facto de aí leccionarem, em que sentido o fizeram e com que objectivos; que estratégias de ensino-aprendizagem desenvolvem para promover o sucesso escolar dos seus alunos; como qualificam o seu desempenho profissional; que modelo de profissionalismo adoptam; como negociam as regras e gerem as situações de conflito que surgem na sala de aula; que relevância atribuem à componente relacional e emocional do trabalho escolar e como a conseguem gerir no quotidiano escolar; como qualificam o trabalho desenvolvido pelos outros professores, directores e “profissionais do social” nas suas escolas e em que medida consideram que ele influencia a sua própria actividade e os seus resultados.

Esta recolha intensiva de dados deveria ainda ser complementada com i) a observação etnográfica de eventos escolares em que participassem professores, alunos e “os profissionais do social” que trabalham nos TEIP, a fim de se obter informação sobre o tipo de relacionamento que se estabelece entre estes actores em contextos exteriores à sala de aula e com ii) observação de aulas leccionadas por alguns dos professores entrevistados. A selecção das aulas teria em conta as indicações fornecidas pelos alunos e professores entrevistados, bem como a autorização dos docentes em causa.

O conhecimento obtido nesta pesquisa permitiria, por fim, obter informação suficientemente consolidada para serem construídos três modelos de inquérito por questionário a aplicar a uma amostra representativa dos directores, professores e alunos das 105 escolas TEIP que existem em Portugal (no ano lectivo 2010/2011). O desenvolvimento de uma pesquisa de carácter extensivo e macro-analítico, em combinação com o estudo de cariz intensivo, permitir-nos-ia comparar as representações e atitudes dos docentes das escolas TEIP, cruzá-las com as representações dos alunos e directores, elaborar perfis dos seus modelos de profissionalidade e detectar tendências e regularidades nas representações e atitudes dos actores escolares envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos TEIP.

Em síntese, as actuais condições e imposições que regulam o trabalho docente exercido em contextos como os TEIP exigem uma concepção mais elaborada e complexa, mas também exequível, do que é ser um “bom professor”. O desenvolvimento de um programa de pesquisa desta natureza possibilitaria, pelo menos assim o pensamos, a obtenção de resultados que contribuiriam para i) auxiliar os directores dos TEIP no processo de contratação do seu corpo docente ii) ajudar os professores dos TEIP a melhorarem a sua prática profissional, nomeadamente ao nível pedagógico iii) enriquecer os modelos de formação de professores e iv) produzir um acréscimo de reflexividade na aplicação e monitorização das políticas públicas.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola – Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade*, Oeiras, Celta Editora.

ÁLVARES, M. Eugénia (2010), *Ser e Aprender. A Resposta TEIP no Combate às Desigualdades Sociais na Educação*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL. (disponível online).

BARBIERI, H (2003), “Os TEIP, o projecto educativo e a emergência de ‘perfis de território’”, *in Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 20, 43-75.

BARRÉRE, Anne (s.d), *O Trabalho dos Alunos*, Porto, Rés Editora.

BERNSTEIN, Basil (1975), *Language et Classes Sociales – codes socio-linguistiques et contrôle social*, Paris, Les Editions de Minuit.

– (1986), “Estrutura do conhecimento educacional”, *in* A M. Domingos, H. Barradas, H. Rainha e I. P. Neves (org.), *A Teoria de Bernstein em Sociologia da Educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 147-159.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude (1964), *Les Héritiers. Les Étudiants et la Culture*, Paris, Les Éditions de Minuit.

– (1970), *La Reproduction – éléments pour une théorie du système d’enseignement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

BRESSOUX, P. (1994), “Les recherches sur les effets-écoles et les effets-maîtres”, *in Revue Française de Pédagogie*, 98, 91-137.

BRUNET, L (1992), “Clima de trabalho e eficácia de escola”, *in* A. Nóvoa (Coord.), *As*

organizações escolares em análise, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 121-140.

CANÁRIO, R (1999), “Exclusão social e exclusão escolar: a criação dos territórios educativos de intervenção prioritária”, in *Educação e política*, 163-171.

–(2004), “Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica”, in *PERSPECTIVA*, Florianópolis, 22, (01), 47-78.

CANÁRIO, R.; ALVES, N. e ROLO, C. (2000), “Territórios educativos de intervenção prioritária: entre a igualdade de oportunidades e a luta contra a exclusão”, in *Territórios educativos de intervenção prioritária: construção “ecológica” da Acção educativa*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 139-170.

–(2001), *Escola e Exclusão Social: Para uma Análise Crítica da Política TEIP*, Lisboa, EDUCA.

CARVALHO, Marília Pinto de (1999), “Ensino, uma atividade relacional”, in *Revista Brasileira de Educação*, 11, 17-32.

COLEMAN, J. S. [et al.] (1966), *Equality of Educational Opportunity*, Washington U.S., Government Printing Office.

CONNELL, Raewyn (1985), *Teachers’ work*, Sidney, Allen & Unwin.

–(2010), “Bons professores em um terreno perigoso: rumo a uma nova visão da qualidade e do profissionalismo”, in *Educação e Pesquisa*. 36, n.º especial, 165-184.

CORREIA, José Alberto e MATOS, Manuel (2001), *Solidões e solidariedades nos quotidianos dos professores*, Porto, Edições ASA.

COSTA, António Firmino da e LOPES João Teixeira (2010), “Desigualdades de percursos no ensino superior”, in Renato Miguel do Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, 145-152.

COUSIN, O. (1998), *L’efficacité des colleges. Sociologie de l’effet établissement*, Paris, Presses Universitaires de France.

FIGUEIRA, J. (2002), *Territorialização educativa, recursos e intervenção compensatória: estudo de caso num território educativo de intervenção prioritária*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria e ASSUNÇÃO, Ada Ávila (2005), “O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde”, in *Educação e Pesquisa*, 31, (2), 189-199.

GUERREIRO, Maria das Dores; CANTANTE, Frederico e BARROSO, Margarida (2010), “O abandono escolar precoce e suas implicações nos percursos profissionais dos jovens”, in Renato Miguel do Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 153-165.

HAYES, D. [et al.] (2006), *Teachers & schooling making a difference: productive pedagogies, assessment and performance*, Sidney, Allen & Unwin.

HEBSON, G; EARNSHAW, J e MARCHINGTON, L. (2007), “Too emotional to be capable? The changing nature of emotion work in definitions of ‘capable teaching’”, in *Journal of Education Policy*, v. 22, nº 6, 675-694.

LADERRIÈRE, Pierre (1996), “A Investigação Sobre a Escola: Perspectiva Comparada”, in João Barroso (org.), *O Estudo da Escola*, Porto, Porto Editora, pp. 41-60.

LOPES, João Teixeira (1996), *Tristes Escolas – Práticas Culturais Estudantis no Espaço*

Escolar Urbano, Porto, Edições Afrontamento.

LOPES, João Teixeira (coord.) (2010), *Escolas Singulares – Estudos Locais Comparativos*, Porto, Edições Afrontamento (no prelo).

MELO, Maria Benedita Portugal e (2009), *Os Professores do Ensino Secundário e os Rankings Escolares*, V. N. Gaia, Fundação Manuel Leão.

– (2010), “A (des)ordem escolar nos TEIP: o papel dos gabinetes de apoio”, in João Teixeira Lopes (coord), *Escolas Singulares – Estudos Locais Comparativos*, Porto, Edições Afrontamento (no prelo).

MINEIRO, M. (2001), *Territórios educativos de intervenção prioritária; processos e estratégias de mudança: um estudo de caso*, Dissertação de Mestrado em Educação, Lisboa, FCUL.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2002), *Abandono e Insucesso Escolares*. [Consult. a 25 de Março de 2003]. Disponível em: http://www.min-edu.pt/Scripts/ASP/destaque/estudo01/estudo_01.asp.

MONTANDON, Cléopâtre e PERRENOUD, Philippe (2001), *Entre Pais e Professores, Um Diálogo Impossível?*, Oeiras, Celta Editora.

NÓVOA, António (1991), “Os Professores: Quem São? Onde Vêm? Para Onde Vão”, in Stephen R. Stoer (org.), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 59-130.

OLIVEIRA, M. (2000), *A Gestão do TEIP*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) (2005), *Teachers matter: attracting, developing and retaining effective teachers*, Paris, OECD Publishing.

PALOS, Ana Cristina (2007), “Empenhados ou desinteressados? Perspectivas dos jovens acerca do sentido dos seus trajectos e projectos escolares”, in Suzana Nunes Caldeira (coord.), *(Des)Ordem na Escola. Mitos e realidades*, Coimbra, Quarteto, pp. 107-132.

PAULUS, Pascal e PIRES, Isabel Valente (2009), “Projecto de Investigação-Acção no TEIP de Vialonga e de Poceirão”, in *Actas do X Congresso Internacional Galego Português de Psicopedagogia*, Braga, Universidade do Minho, pp. 3344-3359.

PERRENOUD, Philippe (1995), *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*, Porto, Porto Editora

PINTASSILGO, Joaquim (1999), “O Mestre como Artesão/Prático e como Intelectual”, in V. Magalhães & A. Escolano (org.), *Os Professores na História*, Porto, S.P.C.E, pp. 83-97.

– (2002), “Ser Professor do Liceu no ‘Estado Novo’ português: o discurso dos Professores na imprensa pedagógica”, in *História da Educação*, 6, (12), 17-37.

– (2005), “A profissão e a formação no discurso dos professores do ensino liceal”, in L. N. Xavier, M. M. C. Carvalho, A. W. Mendonça e J. L. Cunha (orgs.), *Escola, culturas e saberes*, Rio de Janeiro, Editora FGV / S.B.H.E, pp. 56-73.

PLOWDEN, B (1987), “ ‘Plowden’ Twenty Years On”, in *Oxford Review of Education*, 13, (1), 13-22.

RESENDE, José Manuel (2003), *O Engrandecimento De Uma Profissão: Os Professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo*, Imprensa de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

– (2010), *A Sociedade contra a Escola? A Socialização Política Escolar num Contexto de Incerteza*, Lisboa, Instituto Piaget.

SARMENTO, M; PARENTE, C.; MATOS, P. e SILVA, O. (2000), “A edificação dos TEIP como sistemas de acção educativa concreta”, in *Territórios educativos de intervenção prioritária: construção “ecológica” da Acção educativa*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 105-138.

TORRES, L. e PALHARES, J. (2009), “Perfis de liderança e escola democrática”, in *Revista Lusófona de Educação*, 14, 77-90.

VIEIRA, Maria Manuel e DIONÍSIO, Bruno (2010), “O trabalho e o lugar dos *profissionais do social* em escolas TEIP”, in João Teixeira Lopes (coord), *Escolas Singulares – Estudos Locais Comparativos*, Porto, Edições Afrontamento (no prelo).

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

Based on issues analysed in previous investigations (Melo, 2009 e Melo, 2010), this paper presents a research program proposal enabling the detection of «teacher effects» that may express good organizational and pedagogical practices in Educational Priority Areas (EPA). Accordingly, three lines of investigation are suggested: i) analysis of teaching-learning relationships in EPA and variables that may characterize a «good teachers»; ii) identification of types of organizational culture and models of managing and leadership; iii) study of student's representations toward the pedagogical strategies of their teachers. Finally, an appropriate mixed methodological strategy is pointed out in order to obtain results that may encompass the whole universe of EPA schools.

Keywords: Educational Priority Areas (EPA); «Teacher effect»; Teaching-learning relationships.

Résumé:

Basé sur des questions analysées en des investigations précédentes (Melo, 2009 e Melo, 2010), cet article présente une proposition de programme de recherche qui rendra possible détecter des «effets professeur» traduisant les bonnes pratiques organisationnelles et pédagogiques dans les Territoires Educatives de Intervention Prioritaire (TEIP). Trois lignes d'investigation sont donc sugerées: i) analyse de la relation enseignement-apprentissage dans les TEIP et des variables que caracterisent les «bons professeurs»; ii) identification du type de culture organizatiolle, modèles de liderança et gestion; iii) étude des représentations des élèves face aux stratégies pédagogiques de ses professeurs. Finalement, une stratégie metodologique mixte apropiée à l'obtention des résultats qui pourront etre generalisés au univers des écoles TEIP.

Mots-clés: Territoires Educatives de Intervention Prioritaire (TEIP); «Efect professeur»; Relation enseignement-apprentissage.

No mundo da notícia: os noticiários televisivos do horário nobre da RTP1 e TVI¹

Marta Lima²

Resumo:

A televisão assume-se como um dos principais meios de comunicação social dos nossos dias, tanto na esfera do entretenimento, como na esfera informativa. É, precisamente, sobre esta última que nos debruçaremos ao longo do presente artigo, tendo por base uma investigação fundeada na análise do conteúdo e da estrutura de quarenta e seis emissões de noticiários televisivos do horário nobre de dois operadores da televisão generalista portuguesa – RTP1 e TVI –, através da qual procurámos revelar as principais similitudes e assimetrias existentes entre estes.

Palavras-chave: Comunicação social; Televisão; Informação.

Introdução

Nas sociedades contemporâneas, a televisão assume um papel central, não só enquanto instrumento de entretenimento, mas também como instrumento de informação. De facto, a televisão ocupa um lugar primordial no quotidiano de muitos actores sociais, o que agudiza a necessidade de lançarmos sobre ela um olhar mais atento. A este nível, tal como sublinha Nuno Goulart Brandão (2005), importa considerar o dispositivo televisivo como uma das instituições que domina a vida pública, veículo de inculcação de uma percepção do mundo em que vivemos, através da construção de uma teia de significados e de sentidos sobre diversas esferas sociais.

¹ O presente artigo reproduz parcialmente a Dissertação de Licenciatura em Sociologia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Setembro de 2008. A referida Dissertação, intitulada “*No mundo da notícia: análise comparativa dos noticiários televisivos do horário nobre da RTP1 e TVI*”, foi desenvolvida sob a orientação do Professor Doutor João Teixeira Lopes.

² Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto (ISFLUP) e bolsreira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Endereço electrónico: martalima999@gmail.com

Pese embora o facto de o entretenimento englobar a maior fatia da programação televisiva, mormente devido à forte presença de concursos e de telenovelas na televisão portuguesa, a informação assume um papel extremamente relevante, mormente se tivermos em consideração o facto de a televisão se configurar como o principal veículo informativo de largas franjas da população portuguesa, tal como enfatizam diversos estudos e pesquisas elaboradas nesta área do conhecimento.

1. Enquadramento metodológico

É, precisamente, sobre a esfera da informação televisiva que nos debruçamos no presente artigo, o qual resulta de um trabalho de investigação sobre a estrutura e o conteúdo dos blocos informativos das 20h da RTP1 e da TVI, tendo como pano de fundo a temática *Telejornalismo em Portugal* e a sub-temática *Os noticiários do horário nobre da televisão generalista em Portugal*.

Alicerçando-nos num total de quarenta e seis emissões do *Telejornal* (RTP1) e do *Jornal Nacional* (TVI) transmitidas no decurso do mês de Janeiro de 2008, procurámos descortinar as principais semelhanças e diferenças existentes entre estes dois blocos informativos televisivos. Adoptando uma postura de ecletismo metodológico, procedemos a uma categorização das variáveis relativas ao conteúdo e de algumas variáveis concernentes à estrutura, adaptando-as a uma análise de cariz quantitativo com recurso ao SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Assim sendo, no que diz respeito ao conteúdo, tivemos em consideração nove variáveis, as quais nos pareceram as mais adequadas depois de uma análise de conteúdo de algumas emissões dos noticiários televisivos dos três operadores em investigação na fase exploratória do estudo: categoria temática, intervenientes, duração, imagens, tipo, valência, natureza, forma e âmbito.³

A categoria temática não é mais do que o tema a que se refere cada notícia apresentada, permitindo-nos aferir quais os assuntos dominantes em cada noticiário, por um lado, e no seu cômputo global, por outro. Para além da categoria temática também tivemos em consideração os intervenientes de cada peça noticiosa, ou seja, os actores que são privilegiados pelos três operadores televisivos analisados nos seus espaços informativos.⁴ No que concerne à duração, consideramos primordial ter em linha de conta a duração de cada notícia transmitida em minutos e segundos, de forma a aferir o grau de atenção concedido a um determinado tema em cada um dos operadores televisivos analisados. No entanto, na análise efectuada no SPSS optamos por sintetizar os dados obtidos, englobando-os em seis categorias: menos

³ As categorias contempladas em cada uma destas variáveis encontram-se apresentadas em anexo.

⁴ A definição das categorias abarcadas pelas variáveis *categoria temática* e *intervenientes* alicerçou-se na investigação desenvolvida por Nuno Goulart Brandão, no âmbito da sua Dissertação de Doutoramento, intitulada “Os Telejornais da Televisão Generalista Portuguesa: importantes encontros quotidianos com a actualidade e para a construção social da realidade”.

de um minuto; entre um e dois minutos; entre dois e três minutos; entre três e quatro minutos; entre quatro e cinco minutos; mais do que cinco minutos. Uma outra dimensão analisada ao nível do conteúdo prende-se com a (in)existência de imagens ao longo da apresentação da notícia. Assumindo um papel central no presente trabalho, esta dimensão permitir-nos-á vislumbrar o peso que a imagem tem no universo noticioso televisivo. No tipo de notícia englobámos três categorias: história, *teaser* e *flash*. A primeira categoria – história – diz respeito às peças noticiosas que são transmitidas ao telespectador naquele instante, não o remetendo para uma fase posterior desse bloco informativo para um maior aprofundamento do tema. Nos antípodas desta primeira categoria encontramos o *teaser*, o qual tem como objectivo fidelizar o público, através da apresentação de uma frase curta que encaminha o assunto destacado para uma fase posterior do noticiário. Em terceiro lugar, encontramos a categoria *flash*, a qual se diferencia da categoria história pelo facto de se referir a todas as notícias que são apresentadas pelo *pivot* sem o acompanhamento de uma reportagem previamente produzida por um jornalista, sendo estas complementadas, na maioria dos casos, com imagens que vão sendo emitidas à medida que o *pivot* apresenta a notícia. Optámos por incluir nesta categoria todas as notícias apresentadas única e exclusivamente pelo *pivot*, mesmo nos casos em que a estas notícias se agregam declarações dos visados pela notícia. Geralmente, nesta última categoria as peças noticiosas têm uma duração muito curta, não ultrapassando os 60 segundos. A valência de cada peça noticiosa permite-nos distinguir as notícias negativas, positivas e neutras. Nesta distinção tivemos em linha de conta a categoria temática de determinada notícia, os termos linguísticos utilizados e a própria forma como a peça noticiosa foi elaborada. Ao nível da natureza da notícia, procedemos a uma diferenciação entre notícias *hard*, notícias *soft* e auto-informação. As notícias *hard* não são mais do que os temas do dia, os quais perdem rapidamente a sua actualidade e, por esse motivo, têm de ser noticiados nesse dia e não num outro. No pólo oposto, as notícias *soft* remetem-nos para todas as notícias intemporais, cuja transmissão poderá ser feita em qualquer dia. Em terceiro lugar temos a auto-informação, a qual engloba todas as notícias relativas à actividade do operador televisivo ou, no caso dos operadores privados, do grupo empresarial a que este pertence.

Ainda ao nível do conteúdo, a forma da notícia remete, tal como a designação indica, para a forma como esta é apresentada ao telespectador: em diferido, em directo ou em relato misto. A primeira forma – diferido – abarca todas as peças noticiosas que são elaboradas e gravadas antes dos blocos informativos começarem e que são emitidas posteriormente. Por outro lado, temos as notícias em directo, o que pressupõe uma ligação ao local do acontecimento que está a ser noticiado ou ao estúdio, pelo que também incluiremos nesta categoria todos os comentários feitos neste palco. O relato misto articula as duas formas anteriores, conjugando peças noticiosas previamente construídas com reportagens produzidas na hora em que o noticiário está a decorrer. Por fim, o âmbito da notícia diz respeito ao contexto em que esta é elaborada ou ao perímetro que é englobado por essa peça noticiosa. Neste ponto, procurámos evitar uma dicotomia entre notícias nacionais e notícias internacionais, o nos levou a alargar

as categorias em análise e a contemplar seis âmbitos noticiosos, quatro nacionais – nacional, Lisboa, Porto e resto do país – e dois internacionais – internacional e União Europeia. No que concerne aos contextos nacionais, consideramos de todo o interesse a distinção entre Lisboa, Porto e o resto do país, na medida em que esta diferenciação nos permitiu aferir o grau de importância concedido a cada um destes contextos e constatar se a percepção de uma sobre-representação do mundo urbano nos blocos informativos televisivos se verifica na realidade. Ao nível internacional, a fragmentação entre notícias internacionais e notícias relativas à União Europeia pareceu-nos apropriada, até pelas próprias ilações que daqui poderíamos retirar a respeito da identificação dos portugueses com a Europa, partindo do pressuposto que a televisão espelha os valores e representações sócio-culturais dominantes.

No que concerne à estrutura dos blocos informativos televisivos, julgamos essencial contemplar as seguintes dimensões: notícias de abertura e de encerramento, duração do noticiário e títulos/destaques. Ao passo que as duas primeiras dimensões se sustentaram numa metodologia de cariz quantitativo, com base no SPSS, em estreita relação com as dimensões relativas ao conteúdo, a última alicerçou-se numa análise mais qualitativa. Importa ressaltar que na duração do noticiário contemplaremos a duração global – incluindo intervalos publicitários – e a duração útil – duração do noticiário sem intervalos publicitários.

2. O caso do *Telejornal* (RTP1)

Os vinte e três blocos informativos transmitidos pelo operador público de televisão analisados no decurso da presente investigação tiveram uma duração global de 1.401 minutos, o que equivale a 23 horas e 35 minutos de emissão. Excluindo os 161 minutos ocupados pelos intervalos publicitários, temos uma duração útil de 1.240 minutos, correspondentes a 20 horas e 67 minutos de transmissão de peças noticiosas. Em termos médios, isto significa uma duração global de 61 minutos e uma duração útil de 54 minutos por noticiário. Os intervalos com publicidade ocuparam, em média, 7 minutos.

No que se refere ao conteúdo dos blocos informativos da RTP1 em análise, constatámos que a “*política*” se configura como a categoria temática mais recorrente nos espaços de informação do operador público, contemplando 21% num total de 767 peças noticiosas em estudo. Seguem-se as categorias “*economia e negócios*”, com 10,8%, “*futebol e saúde*”, ambos com 10%.

Apesar de não apresentarem uma percentagem tão expressiva os “*acidentes e catástrofes*” (6,6%), os “*assuntos militares e policiais*” (5,3%), os “*tribunais e justiça*” (4,8%), a “*habitação e obras públicas*” e os “*outros desportos*” (ambos com 4,2%), também assumem uma relevância assinalável nos noticiários em análise. De salientar que as categorias “*agricultura e pescas*” e “*comércio e serviços*” não foram alvo de qualquer notícia. As categorias “*política*” e “*economia e negócios*”

dominam claramente as peças noticiosas apresentadas pelo operador público de televisão, o que nos permite desocultar a importância de alguns critérios jornalísticos no processo de selecção noticiosa, nomeadamente a proximidade, a negatividade, a visibilidade pública, o factor ruptura e o pendor espectacular, os quais assumem um peso considerável na triagem dos acontecimentos a noticiar. No que se refere às notícias sobre política, importa salientar a força que as máquinas de comunicação política detêm na actualidade, captando a atenção dos *media* para as acções desenvolvidas pelos diferentes partidos políticos. Neste ponto, importa realçar a perspectiva de Estrela Serrano (2002) a respeito da vida política nos nossos dias. Para a autora, esta é influenciada pelo *marketing* político, pelos meios de comunicação, pelas sondagens e pelos conselheiros de comunicação, o que nos ajuda a compreender a relevância detida por esta categoria nos noticiários televisivos em análise (Serrano, 2002). A isto acresce a percepção que os jornalistas têm acerca dos temas que se encontram na ordem do dia. Em todo este processo, a necessidade de atrair o público e de ir de encontro aos seus interesses desempenha um papel fundamental, o que justifica a aposta em determinados conteúdos nos blocos informativos televisivos. É, precisamente, neste ponto que poderemos enquadrar as peças noticiosas alusivas ao futebol e à área da saúde, as quais suscitam o interesse dos telespectadores, o que se reflecte nas emissões do *Telejornal* analisadas. Atentando nas quatro categorias temáticas mais destacadas, em conjunto, torna-se evidente a penetração da lógica comercial no universo informativo, nomeadamente ao nível da necessidade de captação de audiências, o que se torna numa questão especialmente relevante se tivermos em linha de conta o facto de estarmos a falar do operador estatal de televisão, com obrigações no domínio do serviço público de televisão.

Entre os 1.431 intervenientes nas peças noticiosas em análise, o “*cidadão comum*” apresenta um claro destaque, estando presente em 20,5% das peças noticiosas, logo seguido pelas peças noticiosas “*sem intervenientes*” (18,6%). Apesar de não apresentarem percentagens tão significativas, importa realçar o peso que os “*ministros e outros membros do Governo*” (5,8%), os “*deputados da Assembleia da República*” (4,3%), os “*dirigentes partidários*” (4%), os “*autarcas*” (3,5%), os “*profissionais ligados ao futebol*” (3,4%) e os “*membros de organismos públicos*” (3,2%) têm nos noticiários do operador público de televisão estudados. Contrariamente, intervenientes como o “*Presidente do Supremo Tribunal de Justiça*”, o “*Provedor de Justiça*” e os “*funcionários públicos*” só apareceram em 0,1% do total das notícias, o que equivale a apenas uma peça noticiosa. O Presidente da Assembleia da República constituiu-se como o único interveniente a não ser contemplado em qualquer peça noticiosa analisada. Tendo em consideração estes dados, constatamos que o cidadão comum se constitui como uma das principais fontes a que os profissionais do campo jornalístico recorrem na elaboração das peças noticiosas, o que poderá decorrer do facto de os telespectadores se identificarem mais prontamente com intervenientes que lhes sejam próximos em termos sociais. Neste ponto, a valorização da opinião pública surge como um elemento fundamental, tal como salienta Jérôme Bourdon (2006). De acordo com o autor, à medida que os dispositivos mediáticos se foram massificando, a opinião pública ganhou

um peso acrescido nos meios de comunicação social, o que se torna especialmente visível no campo informativo onde esta assume uma importância assinalável (Bourdon, 2006). Em segundo lugar, encontramos as peças noticiosas sem intervenientes, o que se configura como um dado interessante, revelador da necessidade de se sintetizar o máximo possível as peças noticiosas a transmitir nos noticiários televisivos, mormente quando estas não têm um grau de importância elevado. O relevo dos ministros e outros membros do Governo, dos deputados da Assembleia da República, dos dirigentes partidários e dos autarcas ao nível das notícias do *Telejornal* parece acompanhar de perto a primazia que a esfera política assume nas emissões estudadas. De facto, em conjunto, estes quatro intervenientes surgem em 17,6% das peças noticiosas, o que os coloca num patamar muito próximo das notícias sem intervenientes e do cidadão comum e ilustra a importância que a política desempenha nos blocos informativos do horário nobre da RTP1 analisados. O mesmo se poderá dizer do futebol, na medida em que os profissionais ligados a este mundo também apresentam uma percentagem assinalável a este nível.

No que se refere à duração, as notícias com menos de três minutos constituem a esmagadora maioria das peças noticiosas, reunindo 93,7% do total. No seio destas, as notícias com menos de um minuto representam 37,5%, as notícias entre um e dois minutos 33,4% e as notícias entre dois e três minutos 22,8%. Nos antípodas encontramos as peças noticiosas entre quatro e cinco minutos, com 0,7% (Quadro 1).

Quadro 1 – Duração das notícias do *Telejornal*

DURAÇÃO	N	%
Menos de 1 minuto	288	37,5
Entre 1 e 2 minutos	256	33,4
Entre 2 e 3 minutos	175	22,8
Entre 3 e 4 minutos	28	3,7
Entre 4 e 5 minutos	5	0,7
Mais de 5 minutos	15	2,0
TOTAL	767	100

Atentando nestes números, nomeadamente se tivermos em linha de conta o facto de as peças noticiosas com menos de um minuto ocuparem o lugar cimeiro no total das notícias das emissões do *Telejornal* analisadas, torna-se evidente a centralidade desempenhada pela rapidez no universo jornalístico, mormente em televisão, onde tudo é feito ao minuto, como realça João Conde Veiga (1992). Esta «pressão de urgência» é, igualmente, frisada por Pierre Bourdieu (1997), Thomas E. Patterson (2002) e Dominique Wolton (1999), os quais reflectem sobre os impactos negativos que a rapidez tem sobre a esfera jornalística.

O *Telejornal* tem nas imagens uma dimensão central, o que se reflecte no recurso a estas em 99,3% do total das peças noticiosas. Em 767 notícias, apenas 5 não contemplaram qualquer tipo de imagens ao longo da sua emissão. Tendo em consideração o facto de já termos reflectido sobre o peso assumido pela vertente visual nos noticiários televisivos analisados e sobre a configuração da imagem como uma das principais mais-valias do dispositivo televisivo, não nos deteremos mais nesta variável.

No que diz respeito ao tipo de notícia, o tipo “história” sobressai claramente, reunindo 56,8% da soma de todas as notícias. Não obstante, a categoria “*flash*” também apresenta uma percentagem significativa – 34,8%. No pólo oposto, a categoria “*teaser*” abarcou 64 notícias num total de 767, o que equivale a uma percentagem de 8,3%. Mais uma vez fica clara a importância de um trabalho prévio à apresentação das notícias nos blocos informativos televisivos, o que se reflecte na preparação de peças noticiosas antes da emissão destes. Não obstante, importa não descurar a importância do tipo “*flash*” nas emissões do *Telejornal* que foram alvo de análise, o que poderá ser articulado com o facto de uma parte relevante das peças noticiosas não irem além do primeiro minuto de emissão.

As notícias neutras constituem-se como as grandes protagonistas no interior da variável valência, abarcando 80,1% do total das peças noticiosas. Apesar de não apresentarem uma percentagem tão expressiva, as notícias negativas englobam cerca de 18,1% da soma de todas as peças noticiosas, o que corresponde a 139 notícias num total de 767. Pelo contrário, as notícias positivas surgem em 1,8% do cômputo global. Face a estes dados, constatámos que o negativismo se sobrepõe claramente à valência positiva, embora as notícias neutras apresentem uma percentagem muito superior às notícias negativas. Neste ponto, a necessidade de ir de encontro a todas as franjas do público e de não suscitar reacções junto deste poderá ser entendida como uma das razões para a primazia das notícias neutras, o que significa que os profissionais da esfera informativa do canal estatal têm procurado ir de encontro à diversidade do público, um dos pilares centrais de um serviço público de televisão.

Relativamente à natureza das peças noticiosas, o peso das notícias “*hard*” é avassalador: 96,7%. Os restantes 3,3% são representados, em conjunto, pelas categorias “*soft*” (2,3%) e “*auto-informação*” (1%). O facto de o *Telejornal* apresentar uma duração inferior, comparativamente com o bloco informativo do horário nobre da TVI, poderá justificar a primazia das notícias do dia em detrimento das peças noticiosas com uma natureza “*soft*”, na medida em que a diversificação dos conteúdos noticiados tende a ser tanto mais notória quanto maior a duração dos blocos informativos televisivos.

No que concerne à forma das notícias, o diferido sobressai claramente, com 94,8% da soma total das peças noticiosas. O relato misto e o directo repartem a percentagem restante, com 2,7% e 2,5%, respectivamente. Pese embora o relevo assumido pelo imediatismo na esfera da informação televisiva, o directo e o relato misto não ultrapassam, em conjunto, os 5,2% nas emissões do *Telejornal* que sustentaram a

presente investigação. Mais uma vez, o facto de este não se prolongar muito para além dos sessenta minutos e de as peças noticiosas serem bastante concisas poderão ser entendidos como dois motivos passíveis de justificarem a sobre-representação das peças noticiosas em diferido. Por outro lado, volta a ser clara a importância que o trabalho prévio assume no campo jornalístico, até porque não seria possível estabelecer directos com todos os contextos noticiados no decurso do noticiário (Quadro 2).

Quadro 2 – Forma das notícias do *Telejornal*

FORMA	N	%
Directo	19	2,5
Diferido	727	94,8
Relato misto	21	2,7
TOTAL	767	100

A última categoria em análise – âmbito – tem nas notícias nacionais a percentagem mais elevada (50,6%). Muito aquém desta percentagem encontramos as peças noticiosas relativas a temas internacionais e as notícias concernentes ao resto do país, com 15,6% e 15,3%, respectivamente. As notícias referentes à capital também apresentam uma percentagem considerável, reunindo 9,4% do total das peças noticiosas em análise, o que corresponde a 72 notícias, seguindo-se a União Europeia com 7,7%. Na retaguarda, o Porto só é contemplado em 1,4% das notícias, o que equivale a 11 peças noticiosas, muito aquém de Lisboa. Contrariamente a um dos elementos-chave da lógica de um serviço público de televisão no domínio da informação, as emissões do *Telejornal* que analisámos não têm como preocupação primordial noticiar aquilo que ocorre nos diversos locais do país, mas sim transmitir aquilo que de mais importante acontece em termos nacionais. O facto de se procurar ir de encontro à diversidade de públicos e a tentativa de encurtamento da duração das notícias e do próprio noticiário poderão ser, aqui, entendidos como dois pilares centrais, passíveis de explicarem a supremacia assumida pelo plano nacional ao nível dos blocos informativos do horário nobre do canal público de televisão. Por outro lado, importa voltar a aludir aos elevados custos inerentes à informação regional e à existência de um programa de informação regional antes do noticiário das 20h na RTP1 – *Portugal em Directo*.

3. O caso do *Jornal Nacional* (TVI)

Analisando os vinte e três noticiários emitidos pela TVI durante o período em análise, chegámos a uma duração global de 1.713 minutos, o que corresponde a 28

horas e 55 minutos. No que diz respeito à duração útil, temos 24 horas e 35 minutos (1.461 minutos) de emissão, na medida em que os intervalos com publicidade ocuparam cerca de 252 minutos da duração global. A duração global do *Jornal Nacional* situou-se, em média, nos 74 minutos, ao passo que a duração útil média ficou-se pelos 64 minutos. Em média, cada intervalo publicitário prolongou-se por 11 minutos.

Reflectindo sobre o conteúdo das emissões do *Jornal Nacional* alvo de análise, constatámos que as categorias “*economia e negócios*” e “*futebol*” se afiguram como as categorias temáticas dominantes, englobando 15,1% e 14,4% num universo de 872 notícias, o que equivale a 131 e 126 peças noticiosas, respectivamente. Seguem-se a “*política*”, com 12,3 pontos percentuais e a “*saúde*”, com 9,9%. A categoria “*comércio e serviços*” foi a única categoria temática que não foi alvo de qualquer peça noticiosa no decurso dos noticiários televisivos estudados. Tendo em linha de conta as duas categorias predominantes nas peças noticiosas das emissões dos noticiários do horário nobre da TVI, verificamos que o «interesse do público» se sobrepõe claramente ao «interesse público» na selecção noticiosa. Desta forma, ao passo que a supremacia da categoria “*economia e negócios*” poderá ser justificada pelas repercussões que os acontecimentos nesta esfera têm sobre o quotidiano dos telespectadores, à semelhança dos campos da “*política*” e da “*saúde*”, o peso do “*futebol*” nas peças noticiosas é análogo à sua importância na própria sociedade. Face a estes elementos torna-se evidente que a necessidade de atrair o público emerge como um pilar fulcral a este nível, o que se torna especialmente notório se tivermos em consideração a importância assumida pelo futebol no seio das peças noticiosas do *Jornal Nacional*.

No que se refere aos intervenientes nas peças noticiosas dos blocos informativos da TVI analisados, é clara a supremacia do “cidadão comum” (23,7%) e das notícias “sem intervenientes” (20,3%). Num total de 1.466 intervenientes destacam-se, ainda, os “profissionais ligados ao futebol” (5,3%), os “ministros e outros membros do Governo” (4%), os “autarcas” (4%) e os “deputados da Assembleia da República” (3,9%). No pólo oposto encontramos o “Procurador-Geral da República”, os “cientistas sociais” e os “elementos da protecção civil”, os quais registam 0,1 pontos percentuais, cada um. O “Presidente da Assembleia da República”, o “Presidente do Supremo Tribunal de Justiça”, o “Provedor de Justiça” e os “enviados especiais/correspondentes” não tiveram qualquer intervenção em nenhuma das notícias estudadas. O “cidadão comum” assume um peso considerável ao nível das peças noticiosas do bloco informativo do horário nobre da TVI, o que nos permite voltar a constatar a importância que a opinião pública detém na esfera informativa televisiva e o relevo do cidadão comum enquanto fonte jornalística. Por seu turno, a primazia das notícias sem intervenientes já seria expectável, na medida em que não é possível auscultar os protagonistas de todos os assuntos noticiados ao longo de um noticiário, a par de tal exercício não se justificar numa fatia considerável das peças noticiosas, tendo em consideração o seu reduzido grau de importância. Os restantes protagonistas das peças noticiosas transmitidas no *Jornal Nacional* permitem-nos estabelecer um paralelismo entre estes e as categorias dominantes, nomeadamente no que se refere às categorias *futebol* e *política*. Não obstante o facto de apresentarem uma percentagem diminuta, importa salientar o papel

dos comentadores residentes ao longo das emissões do *Jornal Nacional* analisadas, nomeadamente às terças e quintas-feiras quando os comentadores da estação privada reflectem sobre os principais temas do dia e da semana.

No que concerne à duração, as peças noticiosas com menos de três minutos englobam 94,8% num total de 872 notícias. Dentro destas, as notícias entre dois e três minutos são as que apresentam a percentagem mais elevada – 43% – seguindo-se as peças noticiosas entre um e dois minutos (26,8%) e com menos de um minuto (25%). Com percentagens muito aquém destas temos as peças noticiosas entre três e quatro minutos (3%) e com mais de cinco minutos (1,4%). Com 0,8 pontos percentuais, as notícias entre quatro e cinco minutos configuram-se como as menos expressivas. Tendo em linha de conta estes dados, constatámos que as questões do imediatismo e da rapidez emergem como vectores fundamentais do trabalho jornalístico, em especial no espectro televisivo, onde tudo é produzido ao minuto. Não obstante, não poderemos deixar de notar uma preocupação acrescida dos profissionais do canal privado em estudo em contextualizarem devidamente os assuntos que estão a noticiar e em darem o maior número de pormenores a respeito dos mesmos. No entanto, tal exercício não poderá deixar de ser visto como um veículo de suscitação do interesse dos telespectadores e de fidelização do público em relação às notícias que estão a ser transmitidas, o que nos volta a remeter para o relevo das condicionantes comerciais na actividade dos operadores televisivos, em especial dos privados.

A esmagadora maioria das peças noticiosas dos blocos informativos em análise são acompanhadas pela transmissão de imagens – 99,1%. Assim sendo, num total de 872 notícias, apenas oito não contemplaram qualquer imagem, o que ilustra a primazia que a dimensão vertente visual assume na esfera da informação televisiva (Quadro 3).

Quadro 3 – Imagens nas notícias do *Jornal Nacional*

IMAGENS	N	%
Sim	864	99,1
Não	8	0,9
TOTAL	872	100

No que diz respeito ao tipo de notícia, a “*história*” apresenta a percentagem mais elevada, agregando 74,1% da soma das peças noticiosas, o que equivale a 646 notícias. A larga distância segue-se o “*teaser*”, com 14,4 pontos percentuais e a “*flash*”, com 11,5%. Tendo em linha de conta estas percentagens, o dado que mais sobressai é o peso desempenhado pelos “*teasers*” no seio das emissões do *Jornal Nacional* analisadas, os quais chegam a sobrepor as notícias apresentadas pelo *pivot* sem a elaboração prévia de uma reportagem. Neste ponto, a necessidade de fidelizar o público parece emergir como a explicação mais plausível, mormente se tivermos em consideração o

facto de estarmos perante um bloco informativo de um operador privado, onde estas dinâmicas desempenham um papel central. De facto, ao deixarem um determinado assunto pendente, os operadores conseguem manter o público atento ao decorrer do noticiário, pelo menos até à emissão da peça noticiosa concernente ao assunto em causa, o que se assume como um pilar fundamental no acréscimo das audiências, as quais, por seu turno, se configuram como um dos objectivos centrais da actividade dos canais privados, tanto na esfera da programação, como na esfera da informação.

As notícias neutras englobam a maior fatia das peças noticiosas emitidas pela TVI, correspondendo a 74,3% do total das notícias. No pólo oposto, a valência positiva é a que apresenta a percentagem mais reduzida – 1,1 pontos percentuais. Isto significa que, num total de 872 notícias, apenas 10 foram positivas. Numa posição intermédia, as notícias negativas contemplam 24,5% da soma total, o que se constitui como um valor assinalável, revelador da importância que o negativismo tem no seio da informação televisiva. De facto, contrariamente às peças noticiosas neutras, as notícias negativas suscitam o interesse dos telespectadores de uma forma mais imediata, o que não passa despercebido aos operadores televisivos, os quais optam por apostar neste tipo de informação sempre que possível, com vista à captação de audiências. Todo este panorama assume um relevo acrescido junto dos canais privados de televisão, o que justifica o facto de mais de 24 notícias num total de 100 se configurarem como notícias negativas.

Atentando na natureza das notícias emitidas pela TVI, nos blocos informativos em análise, constatamos uma supremacia inequívoca das peças noticiosas “*hard*”, as quais representam 90% do total das notícias em estudo. Nos antípodas desta categoria encontramos a “auto-informação”, com 1 ponto percentual. Por seu turno, as notícias “*soft*” englobam os restantes 8,9%, o que equivale a 78 notícias num conjunto de 872, o que fica um pouco aquém das expectativas, na medida em que a duração acrescida dos noticiários do horário nobre da TVI, em comparação com os da RTP1, levar-nos-ia a crer que a percentagem das notícias de cariz intemporal poderia ser superior. No entanto, se tivermos em linha de análise o facto de os blocos informativos terem como finalidade primordial a transmissão de notícias relativas aos acontecimentos mais relevantes do dia, o valor apresentado pelas notícias “*soft*” ao longo das emissões do *Jornal Nacional* é bastante elevado, o que se configura como uma boa ilustração da importância assumida por estas no seio dos noticiários do horário nobre da TVI. Neste ponto, importa aludir ao ponto de vista de Enrique Bustamante (2003), o qual frisa a centralidade que as notícias “*soft*” têm vindo a assumir no espectro informativo televisivo. Na óptica do autor, o facto de os noticiários televisivos estarem crescentemente dependentes da lógica de captação de audiências tem vindo a reflectir-se no alargamento da sua duração e na diversificação dos seus conteúdos, o que agudiza a necessidade de os operadores televisivos apostarem em peças noticiosas intemporais, que ultrapassem a simples apresentação das notícias do dia (Quadro 4).

Quadro 4 – Natureza das notícias do *Jornal Nacional*

NATUREZA	N	%
<i>Hard</i>	785	90,0
<i>Soft</i>	78	8,9
Auto-informação	9	1,0
TOTAL	872	100

O diferido constitui-se como a forma predominante nas peças noticiosas analisadas, abarcando 94 em cada 100 notícias. Muito aquém desta percentagem, o directo representa apenas 4,4% do total das peças noticiosas, ao passo que o relato misto se fica pelos 1,6%. Contrariamente ao expectável, o directo e o relato misto não ultrapassam, em conjunto, os 6 pontos percentuais, o que se constitui como um dado interessante, designadamente se tivermos em consideração a natureza do operador em análise. Com efeito, tendo em linha de conta que as ligações em directo aos locais dos acontecimentos se configuram como um dos elementos-chave na suscitação do interesse dos telespectadores, pelo «efeito de real» inerente a este processo, torna-se interessante verificar que os noticiários de um canal privado não concedem muito espaço a esta forma de transmissão noticiosa. Este facto torna-se ainda mais interessante quando atentamos nas peças noticiosas que foram alvo de directos ao longo das emissões estudadas, no sentido em que, na maior parte dos casos, estas não contemplaram sequer o estabelecimento de uma ligação ao exterior, mas a presença de um comentador residente em estúdio a analisar os temas-chave do dia e da semana. Não obstante, se tivermos em linha de conta os custos, tanto humanos, como financeiros, associados ao recurso a directos nos noticiários televisivos, poderemos entender de forma mais evidente o porquê desta percentagem. Quanto ao relato misto, este abarcou 14 peças noticiosas num total de 872.

As notícias nacionais ocupam o primeiro lugar no interior da variável âmbito. Em 872 peças noticiosas, 451 pertencem a esta categoria, o que equivale a uma percentagem de 51,7%. Apesar de não terem uma expressão tão significativa, as notícias relativas ao resto do país apresentam uma percentagem considerável, englobando 19,6% do total das peças noticiosas analisadas. As notícias internacionais ficam-se pelos 10,2%, ao passo que a União Europeia é notícia em 8,1% das peças emitidas pelo *Jornal Nacional*. No que concerne às principais cidades do país, Lisboa apresenta uma percentagem de 7,8, muito acima dos 2,5 pontos percentuais detidos pelo Porto.

Tendo em linha de conta estes dados, torna-se interessante verificar o reduzido peso das notícias sobre a capital e o maior equilíbrio entre estas e as notícias sobre o Porto. Por outro lado, importa enfatizar o papel desempenhado pelo resto do país nas peças noticiosas dos noticiários do horário nobre da TVI, bem como do plano internacional e da União Europeia, os quais apresentam percentagens muito acima das de Lisboa. De facto, ao visionarmos as emissões do *Jornal Nacional* analisadas,

torna-se evidente o peso das notícias concernentes a estes contextos, apesar de o nacional continuar a assumir-se como o âmbito mais enfatizado no decurso destas, o que poderá ser entendido como uma estratégia para ir de encontro à diversidade de telespectadores, concedendo uma atenção redobrada ao que ocorre nos mais diversos locais do país e do globo, até pelo facto de a TVI se intitular como uma «televisão dos cidadãos». Novamente, a necessidade de captar audiências emerge, aqui, como um factor primordial.

4. Análise comparativa dos noticiários televisivos do horário nobre da RTP1 e da TVI

Apresentados os dados relativos à análise do conteúdo das emissões do *Telejornal* e do *Jornal Nacional* estudadas, importa agora lançar um enfoque sobre as principais similitudes e diferenças existentes entre estes dois blocos informativos televisivos, por via de uma análise comparativa entre ambos.

No que se refere à duração dos noticiários televisivos, o *Jornal Nacional* prolonga-se por mais tempo, em comparação com o *Telejornal*, independentemente do tipo de duração a que nos estamos a referir, o que já seria expectável, na medida em que estamos perante um canal de natureza privada, onde a necessidade de captar o maior volume de audiências possível emerge como uma finalidade primordial. Por outro lado, o facto de a RTP estar obrigada a cumprir o valor do serviço público também poderá ser entendido como um factor-chave a este nível, no sentido em que o encurtamento da duração dos noticiários é concebido como um dos pilares centrais de um serviço público de televisão.

Quadro 5 – Duração das emissões do *Telejornal*

DURAÇÃO	N	(EM MINUTOS)
Duração global		1401
Duração útil		1240
Duração dos intervalos publicitários		161

Quadro 6 – Duração média das emissões do *Telejornal*

DURAÇÃO	N	(EM MINUTOS)
Duração global		61
Duração útil		54
Duração dos intervalos publicitários		7

Assim sendo, ao nível da duração global, os blocos informativos do horário nobre da TVI demoram mais 312 minutos do que os blocos informativos da RTP1, o que, em termos médios, se repercute em 13 minutos acrescidos por cada noticiário. Atentando na duração útil, o *Telejornal* apresenta uma duração inferior à do *Jornal Nacional* em 221 minutos, o que se reflecte numa duração útil média inferior em 10 minutos. Os intervalos na TVI prolongam-se por mais 91 minutos do que os intervalos na RTP1, o que significa que os primeiros têm, em média, mais 4 minutos que estes últimos. Neste ponto, o peso que as receitas com publicidade assumem no seio dos canais de natureza privada faz sentir a sua influência de uma forma muito particular, nomeadamente se tivermos em linha de conta o facto de o horário nobre se configurar como a altura do dia em que os anúncios publicitários são mais caros, o que é capitalizado pelos operadores privados.

Quadro 7 – Duração das emissões do *Jornal Nacional*

DURAÇÃO	N (EM MINUTOS)
Duração global	1713
Duração útil	1461
Duração dos intervalos publicitários	252

Quadro 8 – Duração média das emissões do *Jornal Nacional*

DURAÇÃO	N (EM MINUTOS)
Duração global	74
Duração útil	64
Duração dos intervalos publicitários	11

Atentando na categoria temática das peças noticiosas de um e de outro canal, constatamos que existem diferenças assinaláveis entre o *Telejornal* e o *Jornal Nacional*. Não obstante, importa realçar o facto de estas dissimilaridades não se verificarem ao nível dos assuntos abordados, mas sim ao nível do relevo concedido a cada um destes, tal como já havíamos mencionado. Deste modo, pese embora o facto de a “política”, a “economia e negócios” e o “futebol” serem as temáticas mais noticiadas pelos operadores em análise, o número de peças referentes a cada um destes assuntos apresenta diferenças consideráveis entre um e outro bloco informativo. Assim, ao passo que o *Telejornal* tem na “política” a sua categoria primordial, com 21% do total de peças noticiosas, o *Jornal Nacional* apresenta um valor muito aquém deste – 11,9%. Pelo contrário, a categoria “economia e negócios” regista uma percentagem muito superior no *Jornal Nacional*, em comparação com o *Telejornal*, na medida em que, no primeiro abarca 15% do total de notícias, enquanto que no segundo fica-se

pelos 10,8%. A nosso ver, o facto de a categoria “*economia e negócios*” apresentar uma clara supremacia ao nível das peças noticiosas dos noticiários do horário nobre da TVI, em detrimento da categoria “*política*”, poderá estar relacionada com o facto de a primeira captar mais rapidamente a atenção dos telespectadores, os quais tendem a interessar-se mais por uma notícia sobre a crise económica que o país atravessa, do que por um conflito no outro lado do globo motivado por questões políticas. Paralelamente, o facto de a RTP1 estar obrigada a observar o valor do serviço público de televisão poderá potenciar um maior equilíbrio ao nível das peças noticiosas apresentadas e uma maior aposta em conteúdos que dêem a conhecer ao telespectador os desenvolvimentos ocorridos na esfera política. Por seu turno, o “*futebol*” ocupa o terceiro lugar do pódio em ambos os canais, embora seja um assunto mais destacado pelo bloco informativo do horário nobre da TVI, do que pelo noticiário do operador público de televisão, englobando 10% e 14,4% do total de peças noticiosas, respectivamente. O facto de o futebol ser a terceira categoria mais noticiada nos blocos informativos do horário nobre da RTP1 e da TVI não se constituiu como um dado inesperado, embora o seu peso no seio do operador público de televisão não deixe de se configurar como uma surpresa. No entanto, tendo em consideração o relevo que o futebol assume na sociedade portuguesa e a mediatização que tem sido operada em torno deste, não é de estranhar a posição ocupada por este tema no interior dos noticiários analisados. No que concerne às categorias temáticas menos noticiadas, o *Telejornal* e o *Jornal Nacional* apresentam grandes similitudes, tendo nos “*sindicatos e organizações profissionais*” e no “*comércio e serviços*” os assuntos menos enfatizados no decurso das emissões analisadas.

Atentando nos intervenientes das notícias de um e de outro bloco informativo, verificamos que a RTP1 e a TVI estão em sintonia, na medida em que ambas concedem um destaque considerável às peças noticiosas “sem intervenientes” e ao “cidadão comum”, embora os valores registados pelo *Telejornal* e pelo *Jornal Nacional* apresentem diferenças assinaláveis. Assim, enquanto que, no *Telejornal*, 18,6% do total de notícias não contemplam qualquer interveniente, no *Jornal Nacional* esta percentagem sobe para os 20,3%, o que equivale a 298 peças noticiosas, contra 266. No caso das notícias com intervenção do “cidadão comum”, a percentagem também é superior no bloco informativo do horário nobre da TVI, com 23,7%, o que corresponde a 347 intervenções. Nos noticiários do operador público de televisão, o “cidadão comum” surge 294 vezes ao longo das peças emitidas, o que equivale a uma percentagem de 20,5%. Tendo em linha de conta estes dados, torna-se evidente a maior valorização da opinião pública no seio dos noticiários do horário nobre da TVI, o que poderá decorrer do facto de este canal se intitular como uma «televisão dos cidadãos» e de empreender uma informação muito próxima do público. Não obstante, importa frisar que a supremacia registada pela TVI ao nível do “cidadão comum” e das notícias “sem intervenientes” poderá decorrer do facto de esta ter noticiado cerca de cem peças noticiosas a mais do que a RTP1, o que poderá influenciar estes números, a par de termos mais intervenções no canal privado, comparativamente com a estação pública – 1466 e 1431 intervenções, respectivamente.

Em termos de duração, as peças noticiosas do *Telejornal* e do *Jornal Nacional* não se prolongaram, na sua maioria, por mais de três minutos. Não obstante, existem discrepâncias que importa referir no interior destas notícias, na medida em que a RTP1 aposta mais em peças noticiosas com menos de um minuto, enquanto que a TVI apresenta notícias mais prolongadas. Assim, as notícias com menos de um minuto representam 37,5% do total das peças noticiosas da televisão estatal, muito para além dos 25% registados pelo canal privado em análise. No pólo oposto, as peças noticiosas entre um e dois minutos abarcam 43% das notícias transmitidas pela TVI, mais 9,6 pontos percentuais do que a RTP1, o mesmo acontecendo com as notícias entre dois e três minutos – 26,8% contra 22,8%. Tal como vimos, todo este quadro reflecte-se na própria duração das emissões do *Jornal Nacional*, as quais se prolongam, em termos úteis, por mais 221 minutos do que as emissões do *Telejornal*. Debruçando-nos sobre as restantes categorias da variável duração, verificamos que não existem diferenças a assinalar.

No que diz respeito à vertente visual, os noticiários dos dois canais não poderiam estar mais em sintonia. Analisando as emissões do *Telejornal* e do *Jornal Nacional* facilmente constatámos que a imagem ocupa um lugar central, o que se reflecte no número de peças noticiosas que englobam a existência de imagens – 99,3% e 99,1%, respectivamente. Uma vez mais, constatamos o poder que a imagem assume no espectro informativo televisivo, independentemente da natureza do operador que possamos estar a analisar, o que vai de encontro àquilo que fomos mencionando no decurso do presente capítulo.

Ao nível da variável tipo, as discrepâncias entre os blocos informativos do horário nobre da RTP1 e da TVI são bastante notórias. Ao passo que o tipo “teaser” e o tipo história apresentam um maior destaque no *Jornal Nacional*, em comparação com o *Telejornal*, o tipo “flash” protagoniza a situação oposta. Assim, enquanto que os “teaser” representam 14,4% do total das peças noticiosas emitidas pela TVI, na RTP1 este valor fica-se pelos 8,3%, o que espelha a maior necessidade de fidelizar o público e de captar a sua atenção no decurso dos noticiários do operador privado de televisão em estudo. Situação análoga é protagonizada pelo tipo história, o qual regista um valor de 74,1% no canal privado e 56,8% no operador estatal. Nos antípodas, o tipo “flash” assume uma importância muito maior no *Telejornal* do que no *Jornal Nacional* – 34,8% contra 11,5%. Este relevo acrescido do tipo “flash” no seio dos noticiários do horário nobre da RTP1 poderá justificar a supremacia das peças noticiosas com menos de um minuto no *Telejornal*, na medida em que a maioria destas corresponde, precisamente, a notícias que não contemplam qualquer reportagem previamente elaborada e que são apenas apresentadas pelo *pivot*, geralmente com o acompanhamento de imagens. Este facto repercute-se na própria duração dos blocos informativos em causa, a qual é significativamente inferior no caso do operador público de televisão. Em comum, os dois blocos informativos têm o facto de apostarem no tipo história como o tipo dominante das suas peças noticiosas, o que já seria previsível tendo em linha de conta o peso que as reportagens assumem no campo jornalístico.

Quanto à variável valência, os noticiários televisivos em estudo partilham o facto de terem na valência neutra a maior fatia das suas peças noticiosas, apesar de esta ser mais expressiva no *Telejornal* do que no *Jornal Nacional* – 80,1% e 74,3%, respectivamente. Também a valência positiva apresenta uma percentagem similar nos dois blocos informativos, sendo que na RTP1 esta reúne 1,8% do total das peças noticiosas e na TVI, 1,1%. As maiores diferenças verificam-se ao nível da valência negativa, na medida em que esta representa 24,5% do total das notícias emitidas pela TVI, muito acima dos 18,1% da RTP1. Pese embora o facto de as emissões do *Jornal Nacional* analisadas abarcarem um volume de peças noticiosas superior ao das emissões do *Telejornal* – 872 e 767, respectivamente – o peso das notícias negativas continua a ser bastante considerável, englobando 214 notícias no caso da TVI e 139 no caso da RTP1. Contrariamente ao esperado, este negativismo não se reflecte nas imagens utilizadas no decurso da apresentação das notícias, mas sim ao nível dos termos linguísticos adoptados no decurso dos noticiários televisivos do operador privado, com destaque para expressões como “desesperados”, “pessoas queimadas vivas”, “caos instalado nas urgências”, “estradas mortais”, “cenário negro para 2008”, “terror”, “lei pôs violadores, assassinos e ladrões na rua”, “dia negro”, “bebé morre às portas do hospital”, “tragédia”, entre outras. Em todo este quadro, a necessidade de atrair o público e de captar o maior volume de audiências emerge como um elemento crucial, o que potencia a aposta em notícias e em termos linguísticos de cariz negativo.

No que concerne à natureza das peças noticiosas, o *Telejornal* e o *Jornal Nacional* têm em comum o facto de assentarem a maioria das suas notícias na natureza “hard”, o que já seria de esperar, na medida em que o principal alicerce de qualquer bloco informativo é constituído pelas notícias do dia. Não obstante, as percentagens registadas por um e por outro noticiário apresentam diferenças significativas, sendo que na RTP1 estas representam 96,7% do total das peças noticiosas, enquanto que na TVI ficam-se pelos 90%. A diferença mais acentuada entre o *Telejornal* e o *Jornal Nacional* verifica-se ao nível da natureza “soft”, no sentido em que o operador privado concede uma relevância muito superior a notícias com esta índole do que a televisão estatal – 8,9 contra 2,3%. Esta supremacia deve-se, a nosso ver, à duração acrescida dos noticiários televisivos da TVI, no sentido em que tal cenário potencia uma aposta redobrada em peças noticiosas intemporais, a qual, por seu turno, também se repercute numa duração acrescida dos blocos informativos. Ao nível da natureza “auto-informação”, a RTP1 e a TVI apresentam valores muito semelhantes – 0,9% e 1%, respectivamente.

Na variável forma, as similitudes entre o *Telejornal* e o *Jornal Nacional* sobrepõem-se às diferenças. Desta forma, o diferido engloba a grande parte das peças noticiosas transmitidas por um e por outro bloco informativo – 94,8% na RTP1 e 94% na TVI – o que já seria expectável tendo em linha de conta a centralidade que o tipo história assume no seio do *Telejornal* e do *Jornal Nacional*. A única diferença constatável a este nível prende-se com o maior relevo concedido no bloco informativo do horário nobre da TVI aos directos e o menor enfoque sobre o relato misto, o que se

inverte no caso do *Telejornal*. Assim, enquanto que nos noticiários da RTP1, o directo abarca 4,4% do total de peças noticiosas e o relato misto 1,6%, no bloco informativo do operador público de televisão estes valores passam para 2,5% e 2,7%, respectivamente. À semelhança do que fomos mencionando ao longo do presente capítulo, estes dados revelam uma preocupação acrescida por parte do operador público de televisão em contextualizar as notícias e em conceder o maior número possível de detalhes acerca dos acontecimentos que estão a ser noticiados antes de estabelecer uma ligação em directo com o local onde estes têm lugar, o que se configura como um elemento muito importante na prossecução do valor do serviço público de televisão.

Por fim, no que diz respeito ao âmbito, os noticiários analisados aproximam-se ao nível das notícias de âmbito nacional e de âmbito comunitário. As primeiras registam uma percentagem de 50,6 no *Telejornal* e 51,7 no *Jornal Nacional*, ao passo que a União Europeia é notícia em 7,7% do total das peças noticiosas do bloco informativo do operador público e em 8,1 no caso do privado. Nas restantes categorias da variável, as diferenças são consideráveis, especialmente ao nível do resto do país e do plano internacional. Enquanto que o resto do país assume uma importância mais acentuada no *Jornal Nacional* (19,6%), em comparação com o *Telejornal* (15,3%), as notícias internacionais são alvo de uma maior atenção por parte dos noticiários da RTP1 – 15,6% contra 10,2%. De facto, ao visionarmos as emissões analisadas, torna-se evidente o peso acrescido que o internacional assume nos noticiários do operador público, nomeadamente no campo político, ao passo que as notícias relativas ao resto do país são bem mais visíveis nos noticiários da TVI. No que se refere às categorias Lisboa e Porto, constata-se um dado interessante. Ao passo que o *Telejornal* se debruça com maior frequência sobre a capital (9,4%) em detrimento do Porto (1,4%), o *Jornal Nacional* protagoniza um maior equilíbrio, fazendo recair 7,8% das suas peças noticiosas em Lisboa e 2,5% na cidade Invicta. Tendo em consideração estes dados, poderemos considerar que os noticiários da TVI não apresentam um carácter tão centralizado quanto os da RTP1, na medida em que procuram noticiar com maior frequência aquilo que ocorre no Porto e no resto do país, não se focando tanto nas notícias relativas à capital.

Desta forma, atentando na comparação dos dois blocos informativos em análise, mormente em termos do seu conteúdo, constatamos que o *Telejornal* e o *Jornal Nacional* apresentam similitudes consideráveis em todas as variáveis analisadas, embora se distanciem um do outro ao nível do peso de algumas categorias, com excepção da variável imagens que apresenta uma percentagem avassaladora tanto nos blocos informativos do horário nobre do operador público, como do operador privado, reflectindo a importância que estas assumem no espectro televisivo.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (1997), *Sobre a Televisão*, Oeiras, Celta Editora.

BOURDON, Jérôme (2006), *Introdução aos media*, Porto, Campo das Letras.

BRANDÃO, Nuno Goulart (2005), *Os Telejornais da Televisão Generalista Portuguesa: importantes encontros quotidianos com a actualidade e para a construção social da realidade*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

– (2005), *Prime Time: de que falam as notícias dos telejornais?*, Cruz Quebrada, Casa das Letras.

BUSTAMANTE, Enrique (2003), *A economia da televisão: as estratégias de gestão de um media*, Porto, Campo das Letras.

LIMA, Marta (2008), *No mundo da notícia: análise comparativa dos noticiários televisivos do horário nobre da RTP1 e TVI*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PATTERSON, Thomas E. (2002), “Os media como actores políticos”, in *Media, jornalismo e democracia: comunicações apresentadas ao Seminário Internacional*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 33-43.

SERRANO, Estrela (2002), *As Presidências abertas de Mário Soares*, Coimbra, Minerva.

VEIGA, João Conde (1992), *Introdução ao estudo da comunicação social*, Porto, Fundação Fernando Pessoa.

WOLTON, Dominique (1999), *Pensar a comunicação*, Algés, Difel.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

In the world of news: the news of two Portuguese prime time television channels - RTP1 and TVI

Abstract:

Television is an important media, both in the sphere of entertainment, as in the sphere of information. It is precisely on the latter that we will lean on throughout this paper, based on an investigation anchored in the analysis of the content and structure of forty-six emissions of prime time television news of two Portuguese television channels - RTP1 and TVI – through which we tried reveal the main similarities and asymmetries between them.

Keywords: Communication; Television; Information.

Dans le monde des nouvelles: les nouvelles de “Prime time” en deux chaînes de télévision portugaises – RTP1 et TVI

Résumé:

La télévision est considérée comme une des principaux médias d’aujourd’hui, tant dans le domaine du divertissement, comme dans la sphère informative. C’est précisément sur ce dernier que nous allons tout au long de s’appuyer sur cet article, fondé sur une enquête à l’ancrage dans l’analyse de le contenu et la structure de las émissions de quarante-six programmes d’information de deux chaînes de la télévision généraliste portugaise - RTP1 et TVI - par laquelle nous avons essayé de révéler les principales similitudes et les asymétries entre eux.

Mots-clés: Communication; Télévision; Information.

Anexos

Anexo 1 – Variáveis e categorias contempladas na análise de conteúdo dos noticiários televisivos

Variável	Categorias
<i>Categoria temática</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Política2. Assuntos militares e policiais3. Terrorismo4. Ordem interna5. Problemas sociais6. Tribunais e justiça7. Greves e protestos8. Economia e negócios9. Agricultura e pescas10. Indústria11. Comércio e serviços12. Função pública13. Segurança social14. Sindicatos e organizações profissionais15. População16. Saúde17. Educação18. Artes e cultura19. Cerimónias e festividades20. Religião21. Comunicação22. Ciência e tecnologia23. Transportes e trânsito24. Ambiente25. Energia26. Acidentes e catástrofes27. Habitação e obras públicas28. Tempo29. Futebol30. Outros desportos¹31. Casos diversos

Intervenientes

1. Presidente da República
 2. Presidente da Assembleia da República
 3. Primeiro-Ministro
 4. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
 5. Ministros e outros membros do Governo
 6. Procurador-Geral da República
 7. Provedor de Justiça
 8. Presidentes dos Governos Regionais (Madeira/Açores)
 9. Dirigentes partidários
 10. Deputados da Assembleia da República
 11. Deputados do Parlamento Europeu
 12. Membros da Comissão Europeia
 13. Governador do Banco de Portugal
 14. Autarcas
 15. Outros profissionais ligados à política
 16. Chefes de Estado e ministros estrangeiros
 17. Políticos estrangeiros
 18. Dirigentes de organizações internacionais
 19. Membros de organizações não governamentais
 20. Diplomatas
 21. Bastonários
 22. Membros de organismos públicos
 23. Membros de organismos privados
 24. Membros de associações diversas
 25. Dirigentes sindicais
 26. Comissões de utentes
 27. Candidatos a cargos diversos
 28. Comentadores residentes
 29. Jornalistas
 30. Enviados especiais/correspondentes
 31. Funcionários públicos
 32. Profissionais do sector primário
 33. Profissionais do sector secundário
 34. Profissionais do sector terciário
 35. Directores escolares/universitários
 36. Professores
 37. Estudantes
 38. Profissionais do campo da saúde
 39. Cientistas
 40. Cientistas sociais
 41. Especialistas vários
 42. Advogados
 43. Militares
 44. Polícias
 45. Elementos da protecção civil
 46. Bombeiros
 47. Ambientalistas
 48. Empresários
 49. Profissionais ligados ao mundo da música
 50. Profissionais ligados ao mundo do cinema
 51. Profissionais ligados ao mundo da televisão
 52. Outros profissionais ligados às artes
 53. Personalidades religiosas
 54. Dirigentes desportivos
 55. Profissionais ligados ao futebol
 56. Profissionais ligados a outros desportos
 57. Cidadão comum
-

<i>Duração</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Menos de um minuto2. Entre um e dois minutos3. Entre dois e três minutos4. Entre três e quatro minutos5. Entre quatro e cinco minutos6. Mais do que cinco minutos
-----------------------	---

<i>Imagens</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Sim2. Não
-----------------------	---

<i>Tipo</i>	<ol style="list-style-type: none">1. História2. <i>Teaser</i>3. <i>Flash</i>
--------------------	--

<i>Valência</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Negativa2. Positiva3. Neutra
------------------------	---

<i>Natureza</i>	<ol style="list-style-type: none">1. <i>Hard</i>2. <i>Soft</i>3. Auto-informação
------------------------	--

<i>Forma</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Directo2. Diferido3. Relato misto
---------------------	--

<i>Âmbito</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Nacional2. Lisboa3. Porto4. Resto do país5. Internacional6. União Europeia
----------------------	--

¹ De salientar o facto de termos dividido a categoria desporto em dois blocos: *futebol e outros desportos*. Tendo em linha de conta a aparente supremacia do futebol nos blocos informativos televisivos, independentemente do operador em análise, entendemos essencial proceder a esta distinção, de forma a aferir se essa hegemonia existia ou não na realidade.

Rupturas entre o Presente e o Passado: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt

José D'Assunção Barros¹

Resumo:

Este artigo tem por objetivo desenvolver uma análise das recentes reflexões acerca das sensações contemporâneas de ruptura entre Presente e Passado, examinando, em particular, o pensamento de dois autores – Reinhart Koselleck e Hannah Arendt – sobre as relações entre Presente, Passado e Futuro. O ponto de partida da análise refere-se ao ensaio Futuro Passado, escrito por Koselleck – um ensaio no qual este historiador desenvolve suas principais considerações sobre as três instâncias da temporalidade, utilizando os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Em seguida, é estabelecida uma comparação entre a posição de Koselleck e o pensamento de Hannah Arendt em torno destas questões, desenvolvido por esta filósofa com base em um insight de Franz Kafka.

Palavras-chave: Presente, Passado, Koselleck, Hannah Arendt.

A enigmática relação entre as três instâncias da temporalidade – “Passado”, “Presente” e “Futuro” – tem sido desde há muito tempo objeto de reflexão de filósofos, historiadores e cientistas sociais. Já na Antiguidade Greco-Romana, Santo Agostinho e Aristóteles dedicaram ao “tempo” reflexões importantes que até os anos mais recentes têm servido como patamares para diálogos entre filósofos contemporâneos, tais como Heidegger (1927) e Paul Ricoeur (1983-85). O enigma do Tempo e de sua adequação à história humana, uma questão que não poderá ser aprofundada aqui em todas as suas implicações, tem de fato atravessado os séculos, acompanhando a história da filosofia e a história da historiografia. Todavia, talvez poucos autores como Reinhart

¹ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Brasil), nos Cursos de Mestrado e Graduação em História. Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil). Brasil. Entre suas publicações mais recentes, destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007), *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009) e *Teoria da História* (Petrópolis: Vozes, 2011).

Koselleck (1923-2006) tenham fornecido um instrumental teórico tão apropriado para compreender esta questão na Historiografia, do ponto de vista de uma correlação entre as três instâncias da temporalidade (passado, presente, futuro). Nosso objetivo neste artigo será o de examinar as considerações sobre as três temporalidades não apenas de Koselleck (1979), mas também reflexões anteriores de Hannah Arendt (1954) sobre o mesmo tema, examinando neste caso as ponderações desta autora sobre um notável *insight* de Franz Kafka sobre a questão (1945, post.). A questão sobre a qual recairá nossa análise mais específica será a da “quebra entre o passado e o presente”, um fenômeno de sensibilidade do homem moderno perante o Tempo que foi apontado tanto por Koselleck como por Hannah Arendt, entre outros autores, mas cada qual situando esta “quebra” em um momento diferenciado da contemporaneidade.

Começaremos por lembrar que Reinhart Koselleck, em sua célebre obra *Futuro Passado* (1979), desenvolveu uma singular perspectiva de que cada Presente não apenas reconstrói o Passado a partir de problematizações geradas na sua atualidade – tal como já propunham os *Annales* e outras correntes historiográficas do século XX – mas também de que cada Presente *ressignifica* tanto o Passado (referido na conceituação de Koselleck como “campo da experiência”) como o Futuro (referido conceitualmente como “horizonte de expectativas”). Mais ainda, para Koselleck, em cada Presente expressa-se também a possibilidade de se conceber de uma nova maneira (ou mais) a *relação* entre Futuro e Passado, ou seja, a assimetria entre estas duas instâncias da temporalidade. Não foi por acaso que o título de sua mais conhecida coletânea de ensaios sobre estes aspectos tenha sido *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos* (1979).

Certamente que, antes e depois de Koselleck, autores vários abordaram com especial interesse, e produzindo contribuições extremamente significativas, as relações entre as instâncias temporais, discorrendo sobre o fato de que estas e o tempo propriamente dito devem ser sempre compreendidos como construções sócio-culturais, historicamente consideradas. O economista francês Jacques Attali², apenas três anos depois da publicação de *Futuro Passado*, de Koselleck, publicou uma interessante *História do Tempo* (1982). Norbert Elias, cuja sociologia histórica foi tão importante para os historiadores, a começar pela sua primeira obra – *O Processo Civilizador* (1939) – também publicaria pouco depois dos livros de Koselleck e Attali seu estudo *Sobre o Tempo* (1984), desenvolvendo importantes considerações e pesquisas sobre a correlação entre tempo e sociedade. No âmbito mais específico da historiografia, e neste caso já doze anos antes do livro Koselleck, podemos citar o importante artigo no qual E. P. Thompson para a revista *Past and Present* (1967), no qual o historiador inglês

² Jacques Attali, economista por formação, escreveu obras que se referem a variados campos de saber, para além de suas contribuições à Economia. Da Ciência Política à Biografia de personagens como Marx, Pascal, Ghandi e Warburg, passando pela historiografia e pela filosofia, Attali também escreveu sete romances e duas peças de teatro. Com relação ao ensaio sobre a *História do Tempo* (1982), Attali desenvolve uma rica reflexão sobre o que é pensar o tempo, considerando, sobretudo, como este é ressignificado e apropriado pelas práticas sociais. Reconhecemos a importância deste ensaio, de todo modo posterior ao de Koselleck, embora não o tenhamos trazido para a discussão proposta por este artigo.

já discorria sobre a necessidade incontornável de pensar o tempo e suas codificações sempre no quadro das relações sociais que os produzem e deles se apropriam³.

Isto posto, e reconhecendo a importância, para a temática, de inúmeros outros autores na história e nas ciências sociais, vamos nos concentrar neste artigo no sistema conceitual proposto por Koselleck, e em sua perspectiva sobre as relações entre Passado, Presente e Futuro, particularmente referenciando as pesquisas do historiador alemão sobre a modernidade. No que se refere a estes aspectos, constitui a contribuição mais notável de Koselleck, para a Teoria da História, a apurada percepção desta tensão que sempre se estabelece entre o ‘espaço de experiência’ e o ‘horizonte de expectativas’ – uma tensão que é própria da elaboração do conhecimento historiográfico e mesmo das múltiplas leituras sobre o fenômeno da temporalidade que vão surgindo em cada época, inclusive ao nível das pessoas comuns que vivenciam os padrões disponíveis de sensibilidade diante do tempo que lhes são oferecidos no momento em que vivem. Vamos rediscutir esta base conceitual, pois apenas a partir dela poderemos recolocar nas devidas proporções as reflexões de Koselleck acerca da “ruptura entre presente e Passado” nos tempos contemporâneos.

A “experiência” e a “expectativa” são apresentadas por Koselleck como duas categorias históricas (duas categorias para uso da Teoria da História, melhor dizendo) que “entrelaçam passado e futuro” (Koselleck, 2006: 308). É oportuno salientar que tem sido considerada uma das mais importantes contribuições historiográficas recentes este esclarecimento koselleckiano, através das categorias da *experiência* e da *expectativa*, de que cada uma das temporalidades – o Passado, o Presente e o Futuro – pode imaginariamente se alterar, contrair ou se expandir conforme cada época ou sociedade, modificando-se também a maneira como são pensadas e sentidas as relações entre eles⁴.

Vamos entender, antes de mais nada, o próprio sistema conceitual proposto por Koselleck para lidar com as três temporalidades (Passado, Presente, Futuro). Porque um “espaço de experiência”; e porque um “horizonte de expectativas”? A *experiência* pertence ao Passado que se concretiza no Presente, de múltiplas maneiras: através da memória, dos vestígios, das permanências e, para os historiadores, das fontes históricas. Talvez não haja definição mais precisa do que aquela que é trazida pelo próprio Koselleck:

“A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada

³ Entre outras referências importantes, podemos ainda lembrar *L'Ordre du Temps*, de Krzysztof Pomian (1984), publicado na mesma época do ensaio de Norbert Elias sobre o tempo, e a triade de ensaios publicada sob o título de *Tempo e Narrativa* por Paul Ricoeur (1982-1985), que por sinal também desenvolve críticas importantes sobre Koselleck.

⁴ “O tempo histórico não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa” (Koselleck, 2006: 309).

uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias” (Koselleck, 2006: 309-310).

Já as *expectativas* – que visam o Futuro – correspondem a todo um universo de sensações e antecipações que se referem ao que ainda virá. Nossos medos e esperanças, nossas ansiedades e desejos, nossas apatias e certezas, nossas inquietude e confianças – tudo o que aponta para o futuro, todas as nossas expectativas, fazem parte deste “horizonte de expectativas”. As expectativas, além disto, não apenas são constituídas pelas formas de sensibilidade com relação ao futuro que se aproxima, mas também pela curiosidade a seu respeito e pela análise racional que o visa. A expectativa, enfim, é tudo aquilo que hoje (ou em um determinado Presente) visa o Futuro, crivando-o das sensações as mais diversas. É por isto que Koselleck lembra que, tal como a *experiência* (esta herança do passado) realiza-se no Presente, “também a *expectativa* se realiza no hoje”, constituindo-se, portanto, em um *futuro presente*.

Embora a *experiência* associe-se comumente ao Passado Presente, e a *expectativa* ao Futuro Presente, é importante atentar para a já mencionada afirmação de Koselleck de que estas duas categorias “entrelaçam o Futuro e o Passado”. Elas não se opõem uma à outra, como em uma dicotomia qualquer; e de fato “experiência” e “expectativa” estão sempre prontas a repercutir uma sobre a outra. São categorias complementares, visto que a experiência abre espaços para um certo horizonte de expectativas. Mais ainda, uma experiência ou o ‘registro de uma experiência’ referido a um passado remoto pode produzir, em outra época, expectativas relacionadas ao futuro. Koselleck, em um de seus textos mais elucidativos acerca deste sistema conceitual, fornece um exemplo extraído da própria história conhecida. O exemplo é auto-esclarecedor:

“Podemos citar um exemplo simples: a experiência da execução de Carlos I abriu, mais de um século depois, o horizonte de expectativas de Turgot, quando ele insistiu com Luís XVI que realizassem as reformas que o haveriam de preservar de um destino semelhante. O alerta de Turgot ao rei não encontrou eco. Mas entre a Revolução Inglesa Passada e a Revolução Francesa futura foi possível descobrir e experimentar uma relação temporal que ia além da mera cronologia. A história concreta amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas” (Koselleck, 2006: 308-309)⁵.

⁵ Ideias análogas são remarcadas por Walter Benjamin em diversas passagens das *Teses sobre o Conceito de História* (1940), mas associando estas proposições ao sistema conceitual do Materialismo Histórico. Neste célebre texto, o filósofo fornece vários exemplos de práxis revolucionárias que se valeram da rememoração como uma força explosiva apta a unir dois pontos na história. Na tese n°14, Benjamin lembra que “a Antiga Roma era, para Robespierre, um passado carregado de ‘agoras’, que ele fazia explodir no continuum da história”, e que “a Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta” (Benjamin, tese n° 14, 2008: 230). Na tese n°12, ele mostra como cada última classe oprimida em luta vê-se como herdeira de uma história milenar de lutas e resistências, e evoca o exemplo da liga *Spartakus*, fundada na Alemanha de 1919 por Rosa Luxemburgo e Liebknecht sob o emblema da milenar rebelião de escravos romanos que se vê ressignificada à luz insurreição operária do início do século XX. Para um estudo sobre as teses de Walter Benjamin, cf. Lowi, 2005, p. 129.

Outro aspecto particularmente interessante da terminologia utilizada por Koselleck relaciona-se aos dois conceitos que se antepõem, em cada caso, às idéias de “experiência” e “expectativa”. Tentemos compreender porque um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativas”. A partir dos conceitos fundamentais de Koselleck, vamos construir uma possibilidade de explicação e entendimento de como funcionam as imagens do “espaço” e do “horizonte” nestas duas noções criadas por Koselleck para favorecer uma compreensão mais complexa acerca das temporalidades.



O “Passado Presente” pode melhor ser representado como um *espaço* porque concentra um enorme conjunto de coisas já conhecidas. Pensemos na figura acima como uma possibilidade de representação. Ela é composta de uma linha horizontal, que representará o horizonte de expectativas, e de um semicírculo colado a esta, que representará o campo de experiências. Existe uma infinita região do Passado que não é conhecida, e que, na verdade, jamais será conhecida. Podemos entender este Passado incognoscível, do qual jamais saberemos nada a respeito, como estando fora do semicírculo. Aquilo que não deixou memória, ou cujas memórias já pereceram; aquilo que não deixou vestígios, nem fontes para os historiadores; aquilo que não está materializado no presente a partir das permanências, das continuidades, da língua, dos rituais ainda praticados, dos hábitos adquiridos, tudo isto faz parte de uma experiência perdida, que se situa fora do semicírculo. O que está dentro do semicírculo, contudo, corresponde ao “espaço de experiência”. Tudo o que ficou do que um dia foi vivido, e que se projeta hoje no presente de alguma maneira, está concentrado neste espaço que é fundamental para a vida, e particularmente vital para os historiadores – pois estes só podem acessar o que foi um dia vivido através deste espaço de experiências que se aglomeram sob formas diversas, e dos quais eles, historiadores, extraem as suas fontes históricas. Tal como esclarece Koselleck, a experiência elabora acontecimentos passados e tem o poder de torná-los presentes, e neste sentido está “saturada de realidade” (Koselleck, 2006: 312)⁶.

⁶ Reinhart Koselleck assim justifica sua escolha da metáfora espacial para o campo da “experiência”: “Tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois” (Koselleck, 2006: 311).

Pode-se pensar ainda na transferência de elementos do “campo de experiência” para aquele espaço indefinido do passado que já se mostra inacessível à memória e aos historiadores. Memórias podem se perder, fontes podem se deteriorar e se tornar ilegíveis, arquivos podem se incendiar, rituais podem deixar de serem praticados, e tradições podem passar a não mais serem cultivadas. Quando morre um indivíduo, certamente o mundo perde para este espaço exterior algo do que poderia ser conhecido, do que estava efemeramente situado dentro do semicírculo e que jamais poderá ser recuperado. A História Oral, uma modalidade mais recente das ciências históricas, apresenta, aliás, uma conquista extremamente importante para a historiografia, e mesmo para a humanidade. Através desta abordagem histórica, é possível fixar o que um dia irá perder, pois as memórias podem ser registradas em depoimentos, gravados ou anotados, e as visões e percepções de mundo de indivíduos que um dia irão perecer também podem encontrar o seu registro. É possível imaginar que algo do que também parecia estar condenado ao espaço exterior também venha a ser deslocado um dia para dentro do semicírculo, nos momentos em que os historiadores descobrem novas fontes, ou mesmo novas técnicas para extrair de fontes já conhecidas elementos que antes não pareciam fazer parte do “espaço de experiência”.

Qualquer Passado, qualquer coisa que hoje está no interior deste semicírculo que é o “espaço de experiência” ou o “Passado Presente”, assim como ainda aquilo o que se perdeu para fora dele mas que um dia também foi vivido, já correspondeu outrora a um Presente. Nosso presente, cada instante que vivenciamos, logo se tornará um passado, e o mesmo ocorrerá com o futuro que ainda não conhecemos. Por isto mesmo, a cada segundo, a cada novo presente, o *espaço de experiência* se transforma. O que podemos acessar de um vivido e de uma experiência que nos chega do passado revolve-se constantemente, rerepresentando-se a cada vez de uma nova maneira⁷. As próprias experiências já adquiridas podem se modificar com o tempo, e Koselleck dá-nos o exemplo dos acontecimentos relacionados à ascensão do Nazismo, em 1933, entre os quais o incêndio criminoso do Parlamento Alemão. “Os eventos de 1933 aconteceram de uma vez por todas, mas as experiências baseadas neles podem mudar com o correr do tempo; as experiências se superpõem, impregnam-se umas das outras” (Koselleck, 2006: 312-313)⁸.

Quanto ao “Futuro Presente” (este Futuro que ainda não ocorreu, mas cuja proximidade ou distância repercute no Presente sob a forma das mais diversas expectativas), este é representável por uma linha. Na verdade, é representado por uma linha porque é efetivamente o que está para além desta linha, correspondendo àquilo que ainda não é conhecido. Temos apenas uma “expectativa” sobre o futuro,

⁷ Em *Futuro Passado* (1979), no ensaio em que discute os conceitos de “*espaço de experiência*” e “*horizonte de expectativas*”, Koselleck toma emprestada uma imagem de Christian Metz: “o olho mágico de uma máquina de lavar, atrás do qual de vez em quando aparece esta ou aquela peça colorida de toda a roupa que está contida na cuba” (Koselleck, 2006: 311).

⁸ Koselleck ainda acrescenta: “E mais: novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas. Eis a estrutura temporal da experiência, que não pode ser reunida sem uma expectativa retroativa” (2006: 313).

mas efetivamente não podemos dizer como ele será. Por isso a metáfora do horizonte – o extremo limite que se oferece à visão, e para além do qual sabemos que há algo, mas não sabemos exatamente o que é. Sempre que nos aproximamos do horizonte, ele recua, de modo que nunca deixará de persistir como uma linha além da qual paira o desconhecido, que logo se tornará conhecido porque se converterá em presente. Conforme as próprias palavras de Koselleck, “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, depara-se com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada” (Koselleck, 2006: 311).

Entre estas duas imagens se comprime o Presente: um fugidio momento de difícil de representação visual que parece se comprimir entre o espaço concentrado que representa o Passado (e ao qual logo se incorporará o próprio presente) e a linha fugidia que representa o Futuro – esta linha eternamente móvel (pois rapidamente o que ele traz, tão logo se torne conhecido, transforma-se por um segundo em Presente e logo depois passa a ser englobado pelo interior do semicírculo que corresponde ao “espaço de experiência” (quando não se perde no Passado incognoscível situado fora do semicírculo).

É importante ressaltar ainda que o “Passado Presente” e o “Futuro Presente”, ou o “campo de experiências” e o “horizonte de expectativas”, não constituem conceitos simétricos – ou “imagens especulares recíprocas” tal como alerta Koselleck (2006: 310). Imaginariamente, o campo de experiência, o Presente, e o horizonte de expectativas podem produzir as relações mais diversas, e assim ocorre no decorrer da própria história. Há épocas em que o tempo parece, à maior parte dos seus contemporâneos, desenrolar-se lentamente, e há outras em o tempo que parece estar acelerado, em função da rapidez das transformações políticas ou tecnológicas⁹. Existem períodos da história, crivados de movimentos revolucionários, nos quais os agentes que deles participam desenvolvem a sensação de que o futuro é aqui agora, tendo se fundido ao presente. Em outros, inclusive, o futuro parece permanecer “atrelado ao passado”, tal como naqueles em que as expectativas do futuro não se referem a este mundo, mas sim a um outro que será escatologicamente trazido pela redenção dos tempos¹⁰. As

⁹ “O que antes marchava passo a passo, agora vai a galope”, dizia o escritor nacionalista e poeta Ernst Moritz Arndt (1769-1860) em 1807 (Koselleck, 2006: 289). De igual maneira, inúmeros autores do século XIX, investigados por Koselleck, parecem se manifestar acerca desta nova sensação de aceleração temporal que é típica da modernidade, tal como o poeta e historiador Alphonse de Lamartine (1790-1869), na seguinte passagem de *História da Restauração* (1851): “Não há mais história contemporânea; os dias de ontem já parecem estar sepultados bem fundo nas sombras do passado” (Lamartine, 1851: 1). É também este o caso do historiador alemão Georg Gottfried Gervinus (1805-1871), que em sua *Introdução à História do século XIX* (1853: 174) observava que os movimentos do século XIX “sucodem-se no tempo quase em progressão geométrica”. Sobre isto, ver outro ensaio de Koselleck, intitulado “Modernidade”, incluído em *Futuro Passado* (2006: 267-303).

¹⁰ Koselleck dá o exemplo de um dos períodos da história europeia, anterior à segunda metade do século XVII, no qual “a doutrina cristã dos últimos dias impunha limites intransponíveis ao horizonte de expectativa”. Neste caso, continuar o historiador alemão, “a revelação bíblica, gerenciada pela igreja, envolvia de tal forma a tensão entre experiência e expectativa que elas não podiam separar-se” (Koselleck, 2006: 315).

fusões e clivagens que se estabelecem imaginariamente entre as três temporalidades – Passado, Presente e Futuro – podem aparecer ao ambiente mental predominante em cada época, e às consciências daqueles que vivem nestas várias épocas, de maneiras bem diferenciadas.

Para Koselleck, o tempo histórico é ditado, de forma sempre diferente, pela tensão entre expectativas e experiência (Koselleck, 2006: 313). Há por exemplo ações e práticas humanas que são constituídas precisamente por esta tensão, tal como ocorre com a elaboração de “prognósticos”, que sempre exprimem uma expectativa a partir de um certo campo de experiências (portanto, a partir de um “diagnóstico”). Diz-nos também o historiador alemão que “o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro”, o que se pode dar de múltiplas maneiras, conforme a relação estabelecida entre as duas instâncias (2006: 313). Como se disse, em cada época pode haver uma tendência distinta a reavaliar a tensão entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas* (ou entre o Passado e o Futuro, através da mediação do Presente). Apenas para ilustrar este aspecto com uma das hipóteses de Koselleck, na modernidade “as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (2006: 314); em contrapartida, em todo o ambiente mental predominante no ocidente até meados do século XVII, o futuro parecia permanecer fortemente atrelado ao próprio passado (2006: 315)¹¹. Poderíamos mesmo pensar em duas representações para os dois momentos da história das sensibilidades europeias em relação ao Tempo, já que, no período propriamente moderno, “o espaço de experiência deixa de estar limitado pelo horizonte de expectativa; os limites de um e de outro se separam” (Koselleck, 2006: 318)¹²:



Figura: Duas representações: as relações entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” antes e depois de 1750

¹¹ Isso não quer dizer, obviamente, que não haja diferenças entre os grupos sociais e ambientes diversos com relação aos modos de perceber o tempo e de vivenciar as relações entre o “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas”. Koselleck admite que “esta constatação, de uma transição quase perfeita das experiências passadas para as expectativas vindouras, não pode ser aplicada de igual maneira a todas as camadas sociais” (Koselleck, 2006: 315).

¹² Koselleck procura traçar o esboço histórico dos elementos que presidem esta mudança nas relações entre “espaço de experiências” e “campo de expectativas”, que começa a se explicitar na segunda metade do século XVII e se acentua no decorrer do século XVIII. Três dos principais elementos aqui presentes serão a nova noção de Progresso, a ocorrência de inovações tecnológicas em ritmo mais rápido, e a conseqüente sensação de “aceleração do ritmo temporal”. Sobre o desenvolvimento do conceito de Progresso. Koselleck procura mostrar como se torna cada vez mais recorrente a idéia de que “o futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor”. A produção intelectual de filósofos como Kant (1784) estará

O fenômeno de cesura potencial entre a contemporaneidade e a tradição – culminando com a sensação coletiva de uma “cisão entre o Presente e o Passado” que se atualiza a cada novo instante – já vinha sendo objeto de reflexão filosófica e de estudo mesmo antes de Koselleck, embora tenha sido este historiador um dos que trouxeram uma forma conceitual mais bem acabada a este fenômeno tipicamente contemporâneo. Um dos mais notáveis exemplos da discussão anterior sobre a cesura entre Presente e Passado é o texto de Hannah Arendt (1906-1975), que traz o significativo título de *A Quebra entre o Passado e o Futuro* (1954), no qual poderemos encontrar passagens como esta:

“O problema, contudo, é que, ao que parece, não parecemos estar nem equipados nem preparados para esta atividade de pensar, de instalar-se na lacuna entre o passado e o futuro. Por longos períodos em nossa história, na verdade no transcurso dos milênios que se seguiram à fundação de Roma e que foram determinados por conceitos romanos, esta lacuna foi transposta por aquilo que, desde os romanos, chamamos de tradição. Não é segredo para ninguém o fato de essa tradição ter-se esgarçado cada vez mais à medida que a época moderna progrediu. Quando afinal, rompeu-se o fio da tradição, a lacuna entre o passado e o futuro deixou de ser uma condição peculiar unicamente à atividade do pensamento e adstrita, enquanto campo de experiência, aos poucos eleitos que fizeram do pensar sua ocupação primordial. Ela tornou-se realidade tangível e perplexidade para todos, isto é, um fato de importância política” (Arendt, 2009: 40)¹³

Hannah Arendt, neste pequeno ensaio filosófico no qual antecipa intuitivamente algumas das proposições de Koselleck para a compreensão da complexa relação entre as três temporalidades, também indica outro autor que, talvez pioneiramente, já havia antecipado as mesmas questões em plena década de 1920. Uma pequena e enigmática narrativa do escritor tcheco Franz Kafka (1883-1924), incluída na série

a partir daí a serviço desta nova idéia de um futuro melhor, e que não pode ser previsto apenas “olhando para o passado” com base na idéia de que o mesmo sempre retorna, tal como ocorria com a velha idéia de uma História “mestra da vida” em Maquiavel (1512). “O ‘progresso’ é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa” (Koselleck, 2006: 320).

¹³ Hannah Arendt (1906-1975) – filósofa e teórica política alemã, cuja condição de judia torna-se fundamental para a determinação de sua identidade teórica – apresenta entre as ‘notas de influência’ de seu acorde teórico a de Karl Jaspers e a de Martin Heidegger. Com este último teria não apenas um envolvimento intelectual, como também passional, o que traz tensões inesperadas à sua biografia, já que Heidegger aderiu ao Nazismo em um determinado período de sua vida, ao mesmo tempo em que Hannah Arendt seria perseguida pelas autoridades nazistas por ser judia. No exílio francês, conheceu mais de perto o crítico literário e filósofo marxista Walter Benjamin, uma amizade que também deixará as suas marcas na sua identidade teórica. Quando recuamos aos textos de juventude de Hannah Arendt, podemos perceber, desde aquela época, a sua admiração por autores como Soren Kierkegaard e o próprio Franz Kafka, aos quais dedicou textos que depois seriam incluídos em *Compreender: formação, exílio e totalitarismo* (1932; 1944). Sua obra-prima, *As Origens do Totalitarismo* (1951) é produto de uma profunda reflexão política e filosófica e de tudo o que viveu, até o segundo pós-guerra, tanto intelectualmente como na experiência concreta da vida difícil que lhe foi imposta pela perseguição nazista. Nesta obra, Hannah Arendt aproxima de forma pioneira o Nazismo e a versão Stalinista do Comunismo. Depois publicará *A Condição Humana* (1958) e *Da Revolução* (1963), outra obra ímpar na história da Teoria Política.

“Notas do ano 1920”¹⁴, descreve um sonho no qual um indivíduo (chamado no conto de “ele”) defronta-se em um caminho linear com dois adversários que representam, respectivamente, as forças do passado e do futuro. Um empurra-o para a frente, ajudando-o a enfrentar o “Passado”. O outro lhe bloqueia o caminho e, na verdade, ajuda-o na luta contra o “Passado”. Arendt assim descreve a extraordinária percepção kafkiana desta situação complexa, que é exposta sob a forma de um enigma:

“Há, portanto, duas ou mesmo três lutas transcorrendo simultaneamente: a luta de ‘seus’ adversários entre si, e a luta do homem com cada um deles. Contudo, o fato de chegar a haver alguma luta parece dever-se exclusivamente à presença do homem, sem o qual – suspeita-se – há muito as forças do passado e do futuro ter-se-iam neutralizado ou destruído mutuamente” (Arendt, 2009: 36)¹⁵

Esta extraordinária percepção kafkiana do tempo, antecipando em décadas a sistematização koselleckiana em torno dos conceitos de ‘espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativas’, consegue sintetizar sob a forma do sonho e do enigma a chave de certo setor da historiografia recente para enfrentar os desafios e dilemas do tempo. Esta historiografia recente logrou perceber, depois de uma longa estrada de certezas e incertezas que fora trilhada pelas reflexões historicistas, que as ‘relações entre temporalidades’ a serem enfrentadas não apenas pelos historiadores, mas também pelas pessoas comuns de uma determinada época, envolvem sempre uma complexa relação em três âmbitos distintos: do Presente com o Passado (e sua recíproca), do Presente com o Futuro, e, por fim, uma relação entre Futuro e Passado. É no interior deste enigma que o historiador constrói o seu território.

Mais ainda, o enigma das temporalidades – proposto conceitualmente por Koselleck, intuído por Arendt, e poetizado por Kafka – revela uma tensão criadora entre este tempo complexo do vivido e uma certa imagem do tempo, já impressa de longa data na sensibilidade temporal de um homem ocidental que aprendeu a imaginar o tempo como um fluxo retilíneo e contínuo:

¹⁴ A série foi publicada, postumamente, em 1945. No Brasil, uma tradução das *Narrativas do Espólio de Kafka*, produzidas entre 1914 e 1924, foi publicada há alguns anos (2002). Com relação à vida de Kafka, é imprescindível citar a Biografia elaborada por seu amigo Max Brod (1945), traduzida para o francês neste mesmo ano, lembrando que Max Brod também foi o grande responsável pela publicação e divulgação das obras de Kafka.

¹⁵ Hannah Arendt acrescenta esta passagem a seus comentários sobre o ‘enigma da temporalidade’ apresentado por Kafka: “Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impede de volta ao passado. Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido, ao meio, no ponto onde ‘ele’ está; e a posição ‘dele’ não é o presente, na sua aceção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças às ‘sua’ luta constante, à ‘sua’ tomada de posição contra o passado e o futuro” (Arendt, 2009: 37). / Ainda sobre a questão da temporalidade em Kafka, ver os comentários de Günther Anders no ensaio *Kafka: Pro e Contra* (p. 39), no qual o autor procura sintetizar todas as ambigüidades do pensamento de Kafka ante o enigma da temporalidade: “Todas as situações dos romances de Kafka são, de fato, imagens paralisadas. Na verdade, o ponteiro de segundos do desespero corre incessante e em alta velocidade no seu relógio, mas o dos minutos está quebrado e o das horas está parado”.

“Kafka descreve como a inserção do homem quebra o fluxo unidirecional do tempo, mas, o que é bem estranho, não altera a imagem tradicional conforme a qual pensamos o tempo movendo-se em linha reta. Visto Kafka conservar a metáfora tradicional de um movimento temporal e retilinear, ‘ele’ [o homem que se situa na lacuna de tempo enfrentando o Passado e o Futuro] mal tem espaço bastante para se manter, e sempre que ‘ele’ pensa em fugir por conta própria, cai no sonho de uma região além e acima da linha de combate [...]” (Arendt, 2009: 37).

Às dificuldades de pensar o tempo humano, *complexamente*, no interior de uma simples imaginação linear e unidirecional, Hannah Arendt (2009) irá contrapor a interessante possibilidade de imaginar que a presença do homem vivente e pensante, ao contrário de se inserir passivamente em uma estrutura linear rígida, já a “deforma”, produzindo não apenas movimentos para a frente e para traz, mas também um encontro de temporalidades em “ângulo”¹⁶. Ao invés de:



Essa outra imagem do tempo:



Não estamos distantes, com estas intuições filosóficas de Hannah Arendt a respeito da dinâmica das temporalidades, das proposições elaboradas por Reinhart Koselleck com vistas a compreender a interação entre as três temporalidades, ao lado da interação destas com o próprio homem de cada época. Trata-se, evidentemente, apenas de uma representação, destinada a clarificar a complexa interação entre estas três forças envolvidas no confronto das temporalidades: aquela que vem do Passado (e ao mesmo tempo aponta para o “espaço de experiências”); aquela que parece vir do Futuro (e ao mesmo tempo antecipa o “horizonte de expectativas”); e, por fim, o

¹⁶ “O que há de errado com a estória de Kafka, com toda a sua grandeza, é que dificilmente pode ser retida a noção de um movimento temporal e retilíneo quando o fluxo unidirecional deste é partido em forças antagônicas, dirigidas para o homem e atuando sobre ele. A inserção do homem, interrompendo o contínuo, não pode senão fazer com que as forças se desviem, por mais ligeiramente que seja, da sua posição original, e, caso assim fosse, elas não mais se entrecociariam face a face, mas se interceptariam em ângulo. Em outras palavras, a lacuna onde ‘ele’ se posta não é, pelo menos potencialmente, um intervalo simples, assemelhando-se antes ao que os físicos chamam de um paralelogramo de forças” (Arendt, 2009: 38).

próprio “Homem”, instaurado com sua práxis e seu pensar nesta enigmática lacuna do tempo que é o Presente, e que se autoproduz como força que interage com estas duas instâncias.

Podemos nos perguntar por que, somente no século XX, teriam finalmente amadurecido as condições para se lançar um olhar mais complexo sobre as temporalidades: primeiro intuitivamente através de imaginações poéticas e oníricas como a de Franz Kafka, depois através da reflexão de filósofos como Hannah Arendt, e, por fim, através da cuidadosa sistematização conceitual elaborada por historiadores como Reinhart Koselleck. A percepção crescente do avivamento das contradições entre Passado, Presente e Futuro – não mais apenas em pensadores perspicazes, mas mesmo por parte das pessoas comuns – talvez tenha se intensificado extraordinariamente com o advento dos totalitarismos no século XX, que trouxeram perplexidades inéditas a todos aqueles que viveram (mesmo que através da memória e da História) os períodos das guerras mundiais e também a instalação posterior de novos totalitarismos¹⁷.

Com a contemporaneidade – aqui entendida como este “breve século XX” (para utilizar a expressão de Hobsbawm) – ter-se-ia iniciado um novo viver coletivo para o qual Hannah Arendt acredita identificar um inédito modelo de sensibilidades que se acha crivado de perplexidades, e que já define uma nova época, cuja característica mais saliente está na sua diuturnamente reeditada “impermanência”. A grande característica de nossa contemporaneidade seria precisamente esta “perda de fundamento do mundo” da qual nos fala Hannah Arendt em seu ensaio *O que é a Autoridade* (1958):

“[o mundo], com efeito, começou desde então a mudar, a se modificar e transformar com rapidez sempre crescente de uma forma para outra, como se estivéssemos vivendo e lutando com um universo protéico, onde todas as coisas, a qualquer momento, podem se tornar praticamente qualquer outra coisa” (Arendt, 2009: 132).

Recuando mais além, por outro lado – e à parte o fato de que somente na segunda metade do século XX iria amadurecer uma sistematização das novas sensibilidades

¹⁷ Esta é a opinião de Hannah Arendt (um pouco distinta da de Koselleck). Para ela, conforme o seu ensaio *A Tradição e a Época Moderna* (1956), “nem as conseqüências no século XX nem a rebelião do século XIX contra a tradição [Marx, Nietzsche e Kierkegaard] provocaram efetivamente a quebra em nossa história. Esta brotou de um caos de perplexidades de massa no palco político e de opiniões de massa na esfera espiritual que os movimentos totalitários, através do terror e da ideologia, cristalizaram em uma nova forma de governo e dominação. A dominação totalitária como um fato estabelecido, que, em seu ineditismo, não pode ser compreendida mediante as categorias usuais do pensamento político, e cujos ‘crimes’ não podem ser julgados por padrões morais tradicionais ou punidos dentro do quadro de referência legal de nossa civilização, quebrou a continuidade da História ocidental. A ruptura em nossa tradição agora é um fato acabado. Não é o resultado da escolha deliberada de ninguém, nem sujeita a decisão ulterior” (Arendt, 2009: 54). Mais adiante, Arendt também aproximará o século XIX do período anterior e o contrastará, como um período mais amplo, a esta nova era que será o século XX, e que surge de uma ruptura catastrófica e irreversível: “Em si mesmo, o evento assinala a divisão entre a época moderna – que surge com as Ciências Naturais no século XVII, atinge seu clímax político nas revoluções do século XVIII e desenrola suas implicações gerais após a Revolução Industrial do século XIX – e o mundo do século XX, que veio à existência através de uma cadeia de catástrofes deflagrada pela Primeira Guerra Mundial” (Arendt, 2009: 54).

perante o tempo – pode-se dizer que a sensação de que “tudo de novo é possível” remonta à própria Revolução Francesa, às portas do século XIX e, portanto, daquilo que Koselleck chamou de “segunda modernidade”¹⁸. Não é senão por isso que Tocqueville (1805-1859), perplexo como tantos outros de seus contemporâneos, pronuncia outra enigmática frase, na qual afirma: “Desde que o passado deixou de lançar a sua luz sobre o futuro, a mente dos homens vagueia nas trevas” (Tocqueville, 1945: 331)¹⁹. Desta maneira, Koselleck apresenta como uma de suas descobertas historiográficas mais surpreendentes a percepção de que a grande ruptura dá-se efetivamente na curva do século XVIII para o século XIX, e não propriamente com as incontornáveis catástrofes e a nova aceleração tecnológica do século XX, ainda que estas tenham intensificado extraordinariamente o ritmo de mudanças históricas que fazem com que uma geração não se reconheça mais na que lhe precedeu, ou que dão a impressão de que cada década introduz uma nova época totalmente distinta da anterior.

Koselleck, de fato, tem dois méritos importantes na história desta reflexão historiográfica e filosófica que tem procurado trazer alguma ordem a esta perplexidade humana diante das intrincadas relações entre as temporalidades. Antes de mais nada, ele deu a perceber que o fenômeno que atualmente inscreve em todos os indivíduos modernos esta brutal “consciência do novo” não foi apanágio do século XX, mas que o mesmo remonta ao século XIX – período que, mostrando neste aspecto uma identidade com o próprio século XX, já pode ser denominado como uma “segunda modernidade” (distinta da “primeira modernidade” que seria a que se inaugura com o século XVI)²⁰. Em segundo lugar, poucos historiadores conseguiram fornecer um

¹⁸ Para uma leitura atualizada sobre a Revolução Francesa, ver Ozouf, 1989.

¹⁹ No caso, Tocqueville refere-se à perda de uma confiança na tradição e na idéia de retorno das experiências humanas – esta idéia que, um dia, permitira mesmo conceber a história como “Mestra da Vida”, no sentido de que se pensava que o tempo sempre oferecia o retorno de situações análogas às que um dia já haviam acontecido. Além disto, Tocqueville certamente se refere, com igual angústia, a esse fenômeno que marcará a cultura ocidental na “curva do século XVIII”, e sobre o qual o Michel Foucault de *As Palavras e as Coisas* (1966) falou nos termos de um “desvanecimento do solo do pensamento clássico” (Foucault, 2002: 536).

²⁰ Neste ponto, Arendt diverge de Koselleck, uma vez que ainda percebe as mentalidades e sensibilidades do século XIX como fortemente ligadas à Tradição, sem ter ocorrido ainda o rompimento entre o Presente e o Passado. Hannah Arendt traz neste caso, para o centro de sua análise, o Romantismo, com sua “exaltada glorificação e consciência da Tradição” (Arendt, 2009: 53), e apenas situa como experiências relativamente isoladas as rebeliões contra a tradição que foram empreendidas por Marx, Nietzsche e Kierkegaard. Ela dirá que estes três autores “*situam-se no fim de uma tradição, exatamente antes de sobrevir a ruptura*” (Arendt, 2009: 55). Desta maneira, estes três autores, para Hannah Arendt, situam-se em um limiar, mas ainda imersos na era anterior: “Kierkegaard, Marx e Nietzsche são para nós como marcos indicativos de um passado que perdeu sua autoridade. Foram eles os primeiros a pensar sem a orientação de nenhuma autoridade, de qualquer espécie que fosse; não obstante, bem o mal, foram ainda influenciados pelo quadro de referência categórico da grande tradição” (Arendt, 2009: 56) / À parte a riqueza da análise de Hannah Arendt, podemos acompanhar a percepção koselleckiana – amplamente amparada em pesquisa de fontes de época – de que a ruptura dá-se na verdade no século XIX, e de que o setor do Romantismo que recupera tradições anteriores seria não mais que uma reação ao choque da Modernidade, uma melodia de contraponto, em nossa linguagem. O Historicismo também é favorecido por esse intenso interesse romântico pela história, e é de fato um movimento ambíguo, que bebe nas duas fontes (a da Modernidade e a da reação romântica à Modernidade). / O Michel Foucault de *As Palavras e as Coisas* (1966) também percebe o mesmo corte que Koselleck; mas, de uma maneira bem original, interpreta o surgimento do intenso interesse oitocentista pela história como uma maneira de reagir à inédita “fragmentação do espaço onde antes se estendia continuamente o saber clássico”. A nova historiografia teria sido inventada por esse homem do início do século XIX que “achou-se vazio de história”, mas que já se entregava à tarefa de reencontrá-la (Foucault, 1999: 510-511). É

quadro conceitual tão eficaz para pensar, no âmbito historiográfico, esta nova ordem de problemas.

Podemos nos perguntar, e buscar uma tentativa de resposta a título experimental, se haveria alguma possibilidade de conciliarmos a percepção koselleckiana de ruptura temporal à altura da “segunda modernidade” (na curva do século XVIII para o XIX), e a percepção kafkiana de Hannah Arendt, para quem a ruptura dá-se, na verdade, com as catástrofes que iniciam o “breve século XX”. Não poderia a Música auxiliar a História?

Poderemos desenvolver um novo padrão de leitura do devir histórico se considerarmos que a realidade é ‘polifônica’, isto é, que ela não avança em blocos unificados, produzindo rupturas de tipo arqueológico (em camadas que se sucedem). Ao contrário, poderíamos entender que o devir histórico (ou a sensibilidade humana diante deste devir) apresenta na verdade uma natureza musical, impulsionando-se a partir de melodias que se entrelaçam e que se contraponteam, umas convergindo com outras, outras em relação de divergência. Vamos enfatizar apenas o caso da História das Idéias. A ‘melodia do Progresso’ começa a ressoar no século XVIII e atravessa triunfante o século XIX, apenas assistindo a eventuais críticas divergentes que partem de filósofos como Nietzsche e Kierkegaard; somente no século XX surgem as incertezas mais consistentes, no âmbito da produção intelectual e também ao nível da coletividade, diante desta frase melódica triunfal, e poderíamos de fato nos encontrar com Hannah Arendt (1954) – mas também com Walter Benjamin (1940), Theodor Adorno (1966) e tantos outros – na percepção de que se estabelece de fato uma ruptura com as catástrofes introduzidas pelas guerras mundiais e pela emergência de totalitarismos que traz como ponto culminante de perplexidades os absurdos concretizados em *Auschwitz*²¹. A “melodia do Progresso”, desde então – se não desaparece de fato, sobretudo por causa das sempre incessantes descobertas tecnológicas que prosseguem aceleradamente com o século XX – ao menos passa a ter de conviver com a sua nova co-irmã, a ‘perda de confiança no Progresso’. Começa a ficar mais claro, cada vez para mais pessoas, que o “progresso tecnológico” e o “progresso social, político, espiritual ou moral” são coisas bem distintas.

Esta quebra – coligada a outras quebras atinentes aos âmbitos Social, Político e Demográfico – foi o que permitiu a Eric Hobsbawm expressar-se nos termos de um “breve século XX”, anunciador de uma *Era dos Extremos* (1994)²². Hannah Arendt,

neste momento também, sustentará Foucault, que o “homem” – essa “invenção recente” – adentra o campo dos saberes (p. XXI). A sua “arqueologia” identifica, aqui, uma ruptura.

²¹ “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. Justificá-la teria algo de monstruoso em vista de toda a monstruosidade ocorrida. Mas a pouca consciência existente em relação a essa exigência e às questões que ela levanta provam que a monstruosidade não calou fundo nas pessoas, sintoma da persistência da possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência ou de inconsciência das pessoas” (Adorno, 1995: 104).

²² Eric Hobsbawm, em seu brilhante ensaio sobre *A Era dos Extremos* (1994), irá perceber esta nova frase musical – na verdade uma orquestração de algumas frases musicais distintas, já que seu campo de interesses não é apenas a História das Idéias e a História Cultural, mas também a História Social e a História Política – como uma frase melódica em três

ao escrever na primeira metade dos anos 1950 os seus ensaios sobre a “Quebra entre o Passado e o Futuro”, está ainda muito próxima à primeira fase (e justamente a mais catastrófica) desta inquietante frase melódica trazida pelo breve século XX e dada a ler por Eric Hobsbawm no fim do segundo milênio (1994). Por isso é brutal a percepção de Hannah Arendt acerca de uma quebra da tradição que teria lançado o mundo no território sempre por construir do “imprevisível”, e talvez no próprio redemoinho do Absurdo, tal como fora brutal a percepção de Walter Benjamin sobre a inexistência real de Progresso, em meio às ondas mais revoltas do vendaval nazista (1940).

A melodia da ‘sensibilidade diante do Progresso’, todavia, desenvolve-se paralelamente à melodia da ‘sensibilidade em relação ao Antigo e ao Novo’. Esta segunda melodia, que nos fala ou canta sobre a sensibilidade humana diante da tradição e do novo, nos oferece, de fato, uma ‘quebra de ligadura’ à altura da curva do século XVIII para o XIX: uma cesura que parece encerrar uma frase musical e iniciar uma outra que será assinalada pela coligação entre a “Revolução Francesa” e a “Revolução Industrial”, como tão bem nos mostrou Koselleck (1971) em uma sistemática pesquisa que recolheu um grande número de indícios de um novo modo de sensibilidade perante as transformações no tempo desde os inícios do século XIX. Na História das Idéias do século XIX, começam a surgir tantos registros de percepções e depoimentos perplexos relacionados à sensação de que o tempo se acelerou e de que o novo é trazido a cada instante (não mais o retorno do “mesmo” sob novas formas, mas literalmente o “novo”), que se torna muito pertinente a análise de Koselleck de que existe um corte que, de fato, permite falar em uma “segunda modernidade” para o período que se introduz com o século XIX e que adentra o século XX.

Entendemos que Hannah Arendt, nas suas análises sobre a “Quebra entre o Passado e o Futuro” (1954-1958), deixa que se confundam as cesuras melódicas que se referem à “quebra da tradição” (a nova sensibilidade perante a ‘aceleração do tempo’ que foi identificada por Koselleck para o início da “segunda modernidade”, no século XIX), e a “quebra na confiança em relação ao Progresso”, a mesma que encontra uma afirmação eloqüente na obra de Walter Benjamin, em especial as suas *Teses sobre o Conceito de História* (1940). Arendt deixou que se confundissem, na sua análise, as ‘mudanças de sensibilidade em relação ao tempo’ e as ‘mudanças de sensibilidade

partes. Mas, ao invés da metáfora musical que estamos empregando, utiliza a metáfora iconográfica do “tríptico” e a metáfora culinária do “sanduíche”: “Nesse livro, a estrutura do Breve século XX parece uma espécie de tríptico ou sanduíche histórico. A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. A última parte do século foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise – e, com efeito, para grandes áreas do mundo, como a África, a ex-URSS e as partes anteriormente socialistas da Europa, de catástrofe. À medida que a década de 1980 dava lugar à de 1990, o estado de espírito dos que refletiam sobre o passado e o futuro do século era de crescente melancolia de fin-de-siècle. Visto do privilegiado ponto de vista da década de 1990, o Breve século XX passou de uma curta Era de Ouro, entre uma crise e outra, e entrou num futuro desconhecido e problemático, mas não necessariamente apocalíptico” (Hobsbawm, 2001: 15-16).

em relação à evolução espiritual da humanidade'. Koselleck fala-nos do primeiro aspecto, e por isso o seu corte situa-se na instituição de uma “segunda modernidade” no início do século XIX. O fascínio da maior parte dos pensadores e da sociedade diante dos avanços tecnológicos é ainda uma terceira coisa, que em determinado momento parece se entrelaçar com a sensação de “progresso social” (século XIX), mas que mais adiante começa a se defasar da mesma, sobretudo quando as guerras mundiais começam a mostrar que a tecnologia pode ser utilizada como instrumento para a destruição em massa, ou seja, como instrumento para a Barbárie. O descrédito em relação a todos os valores, que é ainda uma outra coisa que não a mera ruptura em relação à tradição clássica, constitui talvez uma nova melodia.

As inúmeras melodias do devir histórico não se encerram, contudo, neste contraponto entre a ‘melodia dos modos de sentir o Antigo e o Novo’ e a ‘melodia da sensibilidade humana diante das noções de Progresso e Decadência’. Se quisermos examinar o mundo da criação artística, talvez não possamos encontrar senão na curva do século XIX para o XX o sentimento inédito do “Modernismo”, um pouco com os Impressionistas e, sobretudo, com os fauvistas, cubistas, expressionistas, e todos os movimentos que começam a mudar a face da História da Arte em torno da passagem entre os dois séculos que, sob a perspectiva koselleckiana, constituem a “segunda modernidade”. A História da Arte, enfim, tem seus próprios ritmos. O “novo artístico” para a Música, para a Pintura, para a Arquitetura, para a Literatura, propõe outra frase melódica, que não é nem regida pela ‘melodia da Tradição e do Progresso’, nem pela melodia dos padrões de ‘sensibilidade perante o Tempo’. Este é apenas um pequeno exemplo, porque na verdade seria necessário pensar o devir histórico a partir de inúmeras melodias que se entrelaçam polifonicamente. Vivemos no fluxo de uma interminável polifonia, uma metáfora que poderia ser proposta para compreender o fluir histórico e também a diversidade das percepções historiográficas. Uma análise polifônica como esta também obrigaria a que se fizesse uma distinção entre as sensibilidades que afloram predominantemente na produção intelectual de uma época, e as sensibilidades que se tornam coletivas, isto é, fenômenos de massa. Esta é uma outra perspectiva a ser considerada, sobretudo quando deixamos de nos restringir apenas à História Intelectual, e passamos a considerar a História Social e a História Cultural.

Para finalizar, e para retornar à nossa análise sobre a contribuição de Koselleck, podemos extrair algumas implicações derradeiras acerca do fato de que os dois conceitos de koselleckianos que estruturam a sua percepção da temporalidade – o Passado que se concretiza no Presente visto como “espaço de experiência”, e o “Futuro Presente” visto como “horizonte de expectativa” – tornaram-se de fato extremamente importantes para a historiografia recente. Hoje podemos, a partir destas noções, pensar melhor nas temporalidades: uma relação certamente mutável de acordo com as várias épocas, com as várias culturas, e com os vários posicionamentos historiográficos. Como bem disse Koselleck, há épocas em que o “espaço de experiência” parece se fundir com o Presente, ou dele se destacar; e há outras épocas que concebem o presente como uma linha grossa ou como uma linha fina que precede o futuro, e há ainda

outras cujo “horizonte de expectativas” é tão agitado, e vivido com tanta intensidade, que se chega a pensar que já se está vivendo o futuro.

As perdas de sensação de historicidade em certos momentos ou no interior de certas visões de mundo que surgem na história, tal como se diz que teria ocorrido com o pós-modernismo, podem encontrar uma explicação plausível a partir de conceitos como estes. De igual maneira, a partir da reflexão e das pesquisas de Koselleck, passou-se a explicar-se melhor o enigmático fenômeno da “aceleração do tempo”²³. Esta crescente impressão de que as mudanças vão se dando cada vez mais rapidamente – uma percepção que começa a despontar desde os últimos anos do século XVIII e que, cada vez com maior intensidade, torna-se um traço mesmo da segunda modernidade – pode ser hoje entendida com maior clareza, precisamente em função do aparato conceitual desenvolvido por Koselleck²⁴. Este mesmo aparato conceitual, enfim, permite também que hoje os historiadores possam refletir com maior propriedade sobre as mudanças históricas nos modos de sentir as três temporalidades – Passado, Presente e Futuro.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. (1995 [1966]), “Educação Após-Auschwitz”, in *Palavras e Sinais*, Petrópolis, Vozes, pp. 104-123.

AGOSTINHO, Santo (2005 [398 d.C.]), “Elevações sobre os Mistérios”, in *Confissões*, Livro XI, Petrópolis, Vozes.

ANDERS, Günther (1969), *Kafka: Pró e Contra*, São Paulo, Perspectiva.

ARENDT, Hannah (2008 [1944]), “Franz Kafka: uma reavaliação”, in *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 97-108.

– (2009a [1954]), “A Quebra entre o Passado e o Futuro”, in *Entre o Passado e o Futuro*, São Paulo, Perspectiva, pp. 28-42.

– (2009b [1957]), “O Conceito de História – antigo e moderno”, in *Entre o Passado e o Futuro*, São Paulo, Perspectiva, pp. 69-126.

– (2009c [1956]), “A Tradição e a Época Moderna”, in *Entre o Passado e o Futuro*, São Paulo, Perspectiva, pp. 43-68.

ARISTÓTELES (1993), *Poética*, São Paulo, Ars Poética.

²³ Para uma outra leitura acerca da *Aceleração do Tempo*, ver Rosa, 2010. Para uma reflexão sobre *O Tempo na Literatura*, ver Meyerhoff, 1976 e Pouillon, 1974.

²⁴ A percepção do radicalmente “novo” a partir do século XIX, dando a impressão de que começavam a ocorrer coisas até então nunca vistas, começa a ser recorrente em diversos autores oitocentistas que foram amplamente examinados por Koselleck, alguns dos quais citados em nota anterior. Uma passagem de *Democracia na América* (1835), de Tocqueville, ilustra bem a perturbação causada em muitos intelectuais pelos novos tempos extremamente acelerados: “Embora a revolução que está se processando na condição social, nas leis, nas opiniões e nos sentimentos dos homens esteja ainda bem longe de se achar concluída, seus resultados, contudo, já não admitem comparação com nada que o mundo tenha antes testemunhado. Remonto-me, de época a época, até a mais remota antiguidade, porém não encontro paralelo para o que ocorre diante dos meus olhos; a partir do momento em que o passado cessou de lançar sua luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia na obscuridade” (Tocqueville, 1945: 331).

ARNDT, Ernst Moritz (1877 [1807]), *Geist der Zeit* [Espírito do Tempo], Altona, Hammerich.

ATTALI, Jacques (1982), *Histoire du Temps*, Paris, French & Europe Pubns.

BENJAMIN, Walter (2008 [1940]), “Teses sobre o conceito o História”, in *Walter Benjamin: obras escolhidas – magia e técnica; arte e política*, São Paulo, Brasiliense, pp. 222-231.

BROD, Max (1945), *Franz Kafka*, Paris, Gallimard.

ELIAS, Norbert (1998 [1984]), *Sobre o Tempo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FOUCAULT, Michel (1999 [1966]), *As Palavras e as Coisas*, São Paulo, Martins Fontes.

GERVINUS, Georg Gottfried (1853), *Einleitung in die Geschichte des neunzehnten Jahrhunderts* [Introdução à História do século XIX], Leipzig, Erler.

HEIDEGGER, Martin (1997 [1927]), *O Ser e o Tempo*, Petrópolis, Vozes.

HOBBSAWM, Eric (2006 [1994]), *A Era dos Extremos – breve século XX*, São Paulo, Companhia das Letras.

KAFKA, Franz (1945), *The Great Wall of China: stories and reflections*, New York, Willa & Edwin Muir.

– (2002), *Narrativas do Espólio*, São Paulo, Companhia das Letras.

KOSELLECK, Reinhart (2006a), “Modernidade”, in *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, pp. 267-303.

– (2006b [1979]), “Espaço de experiência e horizonte de expectativas”, in *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, pp. 311-337.

LAMARTINE, Alphonse de (1851), *Histoire de La Restauration*, Paris, Pagnerre, Lecou, Furne e co.

MEYERHOFF, Hans (1976), *O Tempo na Literatura*, São Paulo, McGraw-Hill do Brasil.

OZOUF, Mona (1989), *L'homme régénéré. Essais sur la Révolution française*, Paris, Gallimard, 1989.

POMIAN, Krysztof (1984), *L'ordre du temps*, Paris, Gallimard.

POUILLON, Jean (1974), *O Tempo no Romance*, São Paulo, Cultrix.

RICOEUR, Paul (1994 [1983/1985]), *Tempo e Narrativa*, São Paulo, Papirus.

ROSA, Hartmut (2010), *Accélération. Une critique sociale du temps*, Paris, La Découverte.

THOMPSON, E. P (1967), “Time, work-discipline, and industrial capitalism”, *Past and Present*, 38 – 1, 56-97.

TOCQUEVILLE, Alexis (1945 [1835]), *Democracy in America*, New York, Vintage Books.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

This article aims to develop an analysis of the recent reflections about contemporaries sensations of rupture between Present and Past, examining in particular the thought of two authors – Reinhart Koselleck and Hannah Arendt – about the relations between Present, Past and Future. The initial point of the analysis referees to the essay *Future Past*, written by Koselleck – an essay in witch one this historian develop his principal considerations about the three instances of temporality, using the concepts of “experience space” and “expectative horizon”. In the sequence, it is made a comparison between the position of Koselleck and the thought of Hannah Arendt around these questions, developed by this philosopher on basis in an insight of Franz Kafka.

Keywords: Present, Past, Koselleck, Hannah Arendt.

Résumé:

Cet article vise à développer une analyse des récentes réflexions sur le sentiment contemporain de rupture entre le passé et le présent, en examinant en particulier la pensée de deux auteurs – Reinhart Koselleck et Hannah Arendt – in particulier sur les relations entre le présent, passé et futur. Le point de départ de l’analyse se réfère à l’œuvre *Futur Passé*, écrit par Koselleck - un livre dans lequel cet historien développe des importants considérations sur les trois dimensions de la temporalité, en utilisant les concepts d’«espace d’expérience» et «horizon d’attentes». Ensuite, une comparaison est établie entre la position de Koselleck et la pensée de Hannah Arendt sur ces questions, dans ce dernier cas en ligne avec une idée originale de Franz Kafka.

Mots-clés: Présent; Passé; Koselleck; Hannah Arendt.

A confiança em questão. Raias de confiança, confiança das raias nas sociedades modernas

Maria Engrácia Leandro¹

Ana Sofia Leandro²

Fernanda Nogueira³

Resumo:

A confiança, este sentimento que faz com confiemos em nós mesmos e nos outros, surge com a vida, com a membrana que separa a (in)segurança e a vida individual e social. É quem garante o compromisso mais ou menos arriscado no jogo das permutas inter-individuais e sociais. Este artigo propõe uma perspectiva histórica do pensamento de clássicos da filosofia e da sociologia a este respeito. O apelo ao pensamento de G. Simmel, em particular, em correlação com o segredo, destaca o impacto social da confiança em termos de coesão social. Por fim, a nossa análise estruturando-se em torno de acontecimentos marcantes da actualidade, estuda os meandros da confiança nas sociedades ultramodernas.

Palavras-chave: Confiança; Coesão social; Segredo; Segurança.

“A confiança cria uma ponte para que as relações sociais sejam possíveis e o segredo preserva a individualidade, ao mesmo tempo que favorece a constituição de círculos sociais.”

George Simmel

“Todas as actividades humanas são condicionadas pelo facto dos homens viverem em sociedade, mas a acção só por si é inimaginável fora da sociedade dos homens.”

Hannah Arendt

Introdução

Os sociólogos que estudam as questões da confiança sabem quanto são devedores a George Simmel, a partir de quem a sociologia tem em conta a confiança numa constelação de noções ligadas entre si sem serem equivalentes: o segredo, a

¹ Investigadora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, CIES. Portugal.

² Técnica Superior de Serviço Social, SONAE. Portugal.

³ Directora do Departamento de Economia e Sociologia da UTAD. Portugal.

incerteza, a fidelidade e o risco, citando apenas as mais importantes. No todo, numa perspectiva simultaneamente relacional, psicossocial e moral, na esteira de Patrick Watier (1996), podemos dizer que se trata do estudo das acções recíprocas, da maneira como os humanos se relacionam entre si, implicando o estudo das disposições que os indivíduos manifestam em relação uns aos outros, sem que se possa falar de regras ou de normas adoptadas. Exercem-se, antes, num clima de benevolência ou numa atmosfera de confiança que sustenta as relações sociais, decerto o que as torna possíveis, paralelamente aos sistemas de pensamento mais ou menos articulados com crenças e valores religiosos ou morais. Deste modo, podem actualizar os *a priori*, que, sem serem objecto de doutrinas explícitas e estritamente codificadas, ou mentalmente consciencializados pelos indivíduos, são mais objecto de uma consciência de carácter prático e menos discursivo, tornando-se indispensáveis ao funcionamento das sociedades. O sentimento de confiança faz precisamente parte dos sentimentos psicossociais e ilustra o que George Simmel designa de categoria afectiva, ocupando um lugar central, ainda que não reflectido no dia-a-dia ao nível das relações sociais. Sem confiança, as sociedades correm o risco de se desintegrarem.

Sendo assim, a influência deste sentimento é primordial para a construção e solidificação da coesão social. Contudo, na prática, não será necessário fazer da confiança um absoluto, como se de uma fé religiosa se tratasse, sob pena de advir uma mistificação. A confiança em alguém, por vezes até num próximo, não é uma crença religiosa a que nos abandonemos sem medida. Se na religião a alma se abandona totalmente, nas relações sociais a confiança, ainda que retirando da religião muitas das suas singularidades, situa-se na charneira do saber e do não saber. Aliás, o aforismo popular sugere o seguinte: “Não confies se não naquele com quem já comeste um moio de sal”. Está aqui um apelo à sabedoria e à prudência. Confiança, fé, fidelidade, mas também mentira, dissimulação, segredo... fazem-nos entrar no domínio dos *a priori* que tornam a vida social possível e que são um dos temas importantes da sociologia de George Simmel.

Outro tanto se diga do segredo, limitando o conhecimento recíproco. No entanto, está omnipresente nas relações sociais, ainda que diferenciado em dois grandes grupos: o velado e o disfarçado. O primeiro é da ordem do não dito, o que valoriza o poder de saber calar, ou seja, o silêncio; o segundo é do domínio da mentira, dando azo ao engano, simulacro, à calúnia, hipocrisia, dissimulação, duplicidade, falsidade, comédia, máscara festiva, entre outros aspectos. Daí que estas noções reenviem simultaneamente ao que preexiste à relação e às possibilidades de manipulação de cada um dos indivíduos comprometidos na relação. De resto, com a segmentação das nossas relações, assistimos a uma fragmentação das nossas confianças: se há dissociação da personalidade em várias facetas, cada uma relacionada com um círculo social particular, pode haver segmentação da confiança que será atribuída a certas facetas de tal ou tal actor social.

Neste trabalho e num outro correlativo, falamos também de duas noções associadas à de confiança: a incerteza e o risco. Antes de mais, importa dizer que não há confiança sem incerteza, sabendo que a incerteza do espaço “natural”, inclusive

no contexto da ciência, ou... se cruzam com incertezas interpretativas de cada um dos actores em presença. Todavia, a incerteza não poderá ser considerada unicamente como algo nefasto. É também o que nos permite manter ou desenvolver zonas de autonomia.

Procurando compreender a ligação entre confiança, risco e incerteza, importa frisar que a confiança não se constrói sem capacidade de apreciar os riscos e as incertezas, comportando uma aposta que não está isenta de cálculo, podendo limitar as permutas e seguir o desenrolar dos acontecimentos adaptando-se. Não há confiança sem risco. Mas a confiança não é uma operação de puro risco, um jogo de sorte de “pile ou face”. Dois mecanismos intervêm para limitar os riscos associados à confiança. Em primeiro lugar seleccionamos os campos da confiança. E a partir daqui limitamos ou fragmentamos os riscos que tomamos; o segundo mecanismo assenta nas garantias e sanções sociais previstas para limitar o recurso a posturas negativas de reversibilidade (Watier, 1996). A confiança varia de intensidade, segundo o nível de informação e a experiência de vida, tanto daquele que confia como daquele que é objecto de confiança, podendo convocar várias figuras: (des)confiança, desafio e crença. Mas a confiança nunca poderá ser adquirida de uma vez por todas: trair, renegar, dissimular, romper, abandonar são realidades de antanho e de hoje. Inscreeve-se, assim, na natureza das incertezas e das inseguranças. A confiança também não pode ser reduzida a uma mercadoria que se negocia, compra e vende ao sabor das circunstâncias e das conveniências, ainda que muitas das suas expressões se façam em termos económicos. Porém, a confiança não é inalienável e não se pode viver como muito bem alguém lhe apetece. Também não pode ser reduzida a uma dádiva. Não se dá nem se outorga. Vive-se e exprime-se através de compromissos recíprocos implícitos, responsabilidades recíprocas, coordenação entre pessoas, algo que permite enquadrar socialmente a tomada de riscos que constitui a confiança. Mas esta relação assimétrica comporta evidentemente o duplo risco de se enganar e ser enganado, pelo que pode conter erros e abusos de confiança (Karpik, 1989).

Neste trabalho a partir desta problemática, num primeiro tempo, em traços gerais, estudamos a sedimentação destas noções em sociologia. Seguidamente, e de algum modo de maneira articulada tendo presente as dimensões teórica e empírica, analisamos os mecanismos da confiança nas sociedades ultramodernas⁴.

⁴ As sociedades modernas, designadamente a partir dos anos 1960, enveredaram por processos de modernidade mais profundos dos que os anteriormente vividos, mas não em ruptura com os mesmos e os valores que caracterizam a modernidade desde os seus alvares. Só que são agora vividos de modo muito mais intenso dado a profundidade e extensão das dinâmicas de emancipação, autonomia e de movimento pelo movimento. Daí que, em nosso entender, não vivamos num processo de pós-modernidade como o definiu François Lyotard (1981) como se estivéssemos perante um antes e um pós, mas antes um processo de ultramodernidade ou hipermodernidade, inscrevendo-se igualmente em expressões que outros e nós também designam de “modernidade inacabada”, “avançada”, “tardia” ou “reflexiva”, sugerindo que esta etapa não está em ruptura com a primeira mas que a prolonga e aprofunda. Caracteriza-se ainda pelo declínio das formas tradicionais de pertença, o reexame e reinterpretção dos sistemas normativos ou das práticas sociais e o questionamento dos papéis sociais, mormente no quadro da família e das relações de género.

1. Os fundamentos sociológicos da noção de confiança

André Petitat (1998) considerando que a confiança se aplica a uma enorme quantidade de situações heterogêneas, afirma que, à partida, ela é algo que sustenta o compromisso mais ou menos arriscado no jogo das permutas. Estando já presente nas sociedades elementares, é inerente à vida humana e social e manifesta-se em todas as suas facetas. Só os mitos nostálgicos falam do paraíso, cujo fim coincidiu com o da nossa inocência. Jean Jacques Rousseau (1971), na sua alegoria da “caça ao veado e à lebre”, já sublinhava a fragilidade das nossas convenções ao nível mais elementar.

Na prática, pode dizer-se que há dois tipos de confiança: a “confiança-laço” e a “confiança-interpretação” (Petitat, 1998). No tocante à primeira, o laço e o conhecimento intuitivo do outro têm a primazia acima de qualquer outra consideração. Basta pensar na criança que põe a mão na dos pais ou que se lhe abraça ao pescoço confiadamente. Lê-se nos seus olhos que acredita neles: tem confiança. Com o crescimento e a conquista da mentira, ela deve, necessariamente, conviver com uma outra consciência: a da incerteza, o que também acontece frequentemente em todas as dimensões da vida.

Veja-se, por exemplo, o que se pode passar quando vem a ter lugar a (des)ilusão acerca do Pai Natal que traz as prendas no saco, do Menino Jesus que desce pela chaminé para colocar as prendas no sapatinho ou que os bebés vêm no bico da cegonha... Frequentemente, pelo menos no primeiro embate, quando as crianças descobrem, por si mesmas ou em contacto com os outros, que tudo isso não passa de uma história mágica ou mais concretamente de uma farsa, podem vir a abalar a sua confiança nos pais ou outros actores que intervêm na sua educação e convivialidade, como nos têm vindo a revelar muitos pais. Outro tanto se diga quando as crianças necessitam ir ao médico ou serem encaminhados para os cuidados de outros profissionais de saúde, sobretudo quando têm que levar injeções, fazer análises ou ir ao dentista. Apesar de toda a pedagogia utilizada que há para lidar com situações desta natureza, se as crianças se sentem enganadas pelos pais que, antes, não foram sinceros com elas ou não as prepararam para o efeito, em situações posteriores estes agentes podem aparecer aos seus olhos como aqueles que lhes provocam sofrimento ou lhe provocaram sofrimento, ainda que seja com objectivos terapêuticos, mas que escapam à compreensão da criança.

Desenvolve-se, doravante, uma confiança interpretativa e estratégica que se torna mais aguda com as suas capacidades meta-representativas e se combina com a confiança ingénua, de modo evolutivo. Este tipo de confiança inocente persiste na idade adulta e, muitas vezes e em certas condições, pode ser objecto de uma valorização admirativa algo colorida, talvez de uma certa nostalgia do abandono ao outro de “olhos fechados” ou de “alma e coração”. Os períodos amorosos são propícios a este tipo de confiança. Pensemos, tão só, na festa de S. Valentino, celebrada a 14 de Fevereiro e até no dia da mãe. Como afirma André Petitat, nesses dias, muitas pessoas, independentemente do estado civil, deixam extravasar manifestações e expressões amorosas, em actos e palavras, diante dos seres amados. Estas mensagens expressam, de algum modo uma

“confiança infantil”. Neste estado de “ligeireza”, dos mais agradáveis que a cultura portuguesa tem vindo a adoptar, todo o cálculo será iconoclasta, contrário à fusão e ao amor. Claro que os amorosos, os apaixonados, os filhos e as mães não se amam como crianças, mas, em certas circunstâncias, agem como se elas se assemelhassem. Quantas vezes actuamos apenas em função da pressão social, da aparência e dos costumes que se vão incorporando e não por plena convicção?

Ao invés da “confiança-laço” ou “confiança-afeição”, a mais elementar ao nível da mobilização dos recursos cognitivos, encontramos uma confiança que faz apelo a todas as faculdades interpretativas e a todas as informações que possa recolher. Menos inocente e menos íntegra do que este tipo de confiança, a “confiança interpretativa” mantém a abertura às permutas e informações possíveis, com uma apreciação mais ou menos precisa dos riscos associados às situações e às pessoas. Este tipo de confiança é semelhante a uma aposta não isenta de cálculo, a uma atitude, à partida, possivelmente limitada por uma série de permutas que alargam ou encurtam a margem de confiança, segundo o desenvolvimento das relações e dos acontecimentos ulteriores (Petitat, 1998).

A confiança, como o refere Nicolas Luhman (1979), implica uma espécie de salto para lá da incerteza. Íntegra, assim, uma racionalidade limitada. Simultaneamente, inclui um sentimento de segurança, tanto maior quanto o pulo é limitado e tanto menor quanto o risco é importante. Além disso, aumenta ou diminui com o capital de experiência que se vai adquirindo a seu respeito, consoante os comportamentos daqueles em que depositamos confiança: se se revelam fiéis, a confiança tem todas as probabilidades de vir a aumentar e vir a solidificar os comportamentos e, ao invés, se acontece o oposto.

Parafraseando George Simmel (1996), afirmamos que a confiança que uma pessoa deposita na outra é um valor moral muito elevado, pelo que implica não decepcionar quem confia em nós. É um valor tanto maior quanto é livre e merecido. Logo que alguém confia em nós, somos quase envolvidos por uma apreciação antecipada a nosso respeito. Ao contrário, não ser digno desta confiança exprime, praticamente, uma má índole, pois decepcionamos quem confiou em nós e se o fez é porque no mínimo esperaria que o não fizéssemos e traíssemos. Porém, a realidade das relações está repleta de decepções e traições desta natureza, por vezes até, porque nos recusámos a aceitar ou enveredar por esquemas perniciosos mais ou menos semelhantes. Todavia, a confiança, numa sociedade de mercado, sendo gratuita, nunca poderá ser solicitada, como também não se pode exigir, embora por vezes bem o quiséssemos, que ninguém nos decepcione, dado que foi concedida.

Trata-se, então, de uma relação de natureza assimétrica num contexto relacional profundamente marcado pela dissemelhança de relações, em função dos estatutos sociais, dos conhecimentos, das expectativas, do capital social e... No essencial, como afirma A. Petitat (1998), a confiança íntegra três elementos fundamentais: a crença nas apela à reatualização do laço e à fidelidade relativa aos compromissos assumidos anteriormente.

Não obstante, contrariamente à “confiança-laço”, a “confiança-interpretação” alimenta a consciência do risco. Toma-se uma atitude que implica ter os olhos bem abertos, integrando também todas as informações possíveis sobre a(s) pessoa(s) e os contextos envolvidos. Segundo G. Simmel, “Todas as relações entre os homens se baseiam naquilo que eles sabem uns dos outros”, ainda que actualmente se firmem contractos olhando apenas nos olhos e apertando a mão (Simmel, 1991: 7). Mas em situações desta natureza a confiança não está menos subjacente, ainda que venha depois a degenerar em desconfiança como as trajectórias de vida nos ensinam e, frequentemente, em relação àqueles em que muito confiávamos e até demos muito. Como já muito bem o advertia Nietzsche (1922-1929), são frequentemente aqueles a quem fizemos muito bem que se tornam nos nossos piores inimigos. Em contrapartida, quanta confiança, alegria, gratidão, generosidade, saber se pode partilhar com muitas outras pessoas que se cruzam na nossa trajectória e com quem fomos fazendo caminhada, quaisquer que sejam os carreiros das suas bifurcações.

Frise-se, ainda, que na prática, com a segmentação das relações sociais, denota-se, uma segmentação dos níveis e dos actores em quem confiamos. Normalmente, há uma dissociação entre as várias facetas da confiança de acordo com a nossa personalidade e as nossas experiências quotidianas (Dubet, 1994). Logo, posso fazer confiança nesta ou naquela pessoa, no quadro da vida profissional sem, no entanto, ir ao ponto de lhe confiar todos os elementos da minha existência inerentes a outros quadros sociais. O mesmo se diga da confiança entre profissionais de saúde e os utentes, designadamente os médicos. Interessa, contudo, frisar que cada vez mais os médicos, na informação que tem em conta a saúde e a doença dos utentes, se interessem também em saber algo sobre os seus modos de vida, factores decisivos, logo que se trata da saúde e da doença e a necessária confiança entre estes actores (Machado, 2003).

Há, assim, elementos que se confiam a esta ou àquela pessoa, que neste ou naquele aspecto tem mais afinidades connosco e vice-versa. Os princípios segundo os quais a confiança é abonatória e o grau dessa confiança podem variar, mediante o tipo de associação que fazemos entre tal ou tal pessoa e a experiência acerca dos seus comportamentos, mostrando-se ou não digna da nossa confiança, são fundamentais neste tipo de relação. Mas a forma de confiança vai depender da dimensão do grupo ou dos agentes especializados no tratamento de problemas particulares.

Compreende-se, de resto, que neste quadro, duas noções estejam associadas à de confiança: a incerteza e o risco. Ademais, não há confiança sem incerteza, sabendo que a incerteza do espaço “natural” (o contexto social ou a ciência, ou a consulta médica ou...) se cruza com a incerteza interpretativa de cada um dos actores em presença. Todavia, a incerteza não se poderá conceber, tão só, como um resíduo negativo. É também o que nos permite manter e desenvolver zonas de autonomia. Para George Simmel (1996), na medida em que a confiança é uma hipótese sobre a conduta futura, bastante segura para que se fundamente nela uma acção prática, é também um estado intermédio entre o saber e o não saber. Por sua vez, André Petitat define-a “(...) como ‘um estado de abertura afectiva e cognitiva ao jogo das permutas’,

jogo que integra sempre uma parte de incerteza, mesmo nas situações relativamente simples, estáveis e cooperativas” (Petitat, 1998: 205). Nesta perspectiva, a confiança associa as incertezas e os riscos, sabendo que não há confiança sem risco. Daí a necessidade de precaução em matéria de confiança, ainda que a vida social não se possa desenvolver sem confiança: em si mesmo e nos outros. De contrário, nunca sairíamos da cama, de casa ou de outro espaço que se julga imensamente protegido. E, contudo, nós vivemos, movimenta-nos e relacionamo-nos uns com os outros nas várias facetas da vida quotidiana e em acontecimentos mais pontuais.

Fazendo apelo às noções de “confiança-laço” e à “confiança-interpretação” acima evocadas, o que podemos dizer é que, na prática, estes dois tipos de confiança podem combinar-se. No que se refere à confiança depositada entre os membros da família e no médico ou noutro profissional de saúde pode ter lugar esta articulação, ou então, predominar mais um tipo de confiança do que o outro (Petitat, 1998). Normalmente, começa-se por actuar através da confiança laço, isto é, quando surge uma questão de mal-estar ou de doença, na maioria das situações é a um membro da família próxima que nos dirigimos, quase sempre a mãe ou a esposa ou o marido para os cônjuges (Leandro *et al.*, 2006). Só depois acabamos por consultar o médico que merece a nossa confiança ou outro que o mesmo nos aconselhar, em caso de necessidade, mas apenas se o consideramos digno da nossa confiança.

De qualquer modo, nesta forma de confiança, o laço e o conhecimento intuitivo que se tem do outro impõem-se, acima de toda a reflexão e consideração. A relação é, assim, capaz de ir tão longe quanto é capaz de coabitar com a confiança, ou ainda mais com a possibilidade de atribuir ao outro a possibilidade de mentir ou de enganar, numa lógica do ser e do parecer. Uma das ideias bastantes fecundas de Erving Goffman (1973), ainda que não a formule tão claramente, consiste na capacidade dos indivíduos poderem estabelecer uma relação dupla entre o ser e o parecer e um espaço de jogo interaccional que exclui, simultaneamente, a autenticidade e a falsidade. Para merecer a confiança de alguém, não se podem apreciar, ao mesmo tempo, a flexibilidade e as flutuações neste espaço de manobra, analisando os casos de ruptura e de definição, os seus porquês e os seus efeitos.

Mas, E. Goffman não introduziu na sua investigação esta última via. Está, antes, mais preocupado com as cadências do dia-a-dia ritualizado, pelo *modus vivendi*, através do seu estudo da regulação interpessoal, exigindo inter-conhecimento, através das rupturas e das ameaças de ruptura. Nesta perspectiva o maior risco do actor é ser apanhado em pleno flagrante, delito da sua representação ou da dos outros a seu respeito, considerada inadequada e fraudulenta. Quem pratica actos desta natureza corre o risco da vergonha, suscitando a rejeição e as desconfianças do público. Porém, pode acontecer como diz o aforismo: “Quem sempre mente, vergonha não sente”. Mesmo assim sujeita-se a viver uma experiência traumatizante que o incitará a ser testemunha da sua incapacidade de criar confiança, quiçá da sua desgraça e quiçá a tornar-se, deste modo, mais prudente, evitando, designadamente as distâncias muito arriscadas que decorrem do ser e do parecer (Petitat, 1998). “A ideia essencial, aqui, de um ponto de vista sociológico, é simplesmente dizer que as impressões dadas nas

representações quotidianas ficam expostas a rupturas” (Goffman, 1973: 67). Esta tensão reguladora, baliza o espaço da oferta que se cria entre o ser e o parecer.

Cabe lembrar, também, que a dinâmica das representações, símbolos e a crença no outro, em termos de (des)confiança e de (des)ilusão, denuncia as suas próprias incoerências recíprocas, as contradições entre o dizer e o fazer, as intenções e a realidade, prestando-se a intenções camufladas, a cálculos egoístas ou mal intencionados. Por vezes até, há pessoas que enveredam por um jogo que se traduz pela estratégia do outro não ver o que ele vê, podendo estragar o jogo. Todavia, na vida quotidiana, em muitas situações, os protagonistas deixam transparecer, sem o dizerem explicitamente, que jogam o jogo e sabem que os outros o conhecem. Dizê-lo, formalmente, equivale a dizer que conhecem o jogo, a menos que se encontrem num registo lúdico. Por exemplo, quando as crianças, jogando, procuram imitar as relações intrafamiliares, em termos de papéis, é muito frequente uma criança interromper a outra para lhe sugerir faz ou diz isto ou aquilo, consoante se faz de pai, de mãe ou de filho. Outro tanto acontece quando imitam o que viram num filme de cowboys ou do que viveram e observaram na consulta com o pediatra ou outro médico.

À luz desta perspectiva, pode dizer-se que a fascinação do jogo do parecer e do ser é tão antiga quanto a organização das sociedades. Machiavel aconselha ao príncipe a situar-se fora do comum, em posição de reversibilidade total, capaz de violar, se for preciso, as convenções e regras mais sagradas para atingir os seus objectivos. Um comportamento desta natureza assenta essencialmente na ambição desmedida e na vontade de afirmação pessoal, sem qualquer preocupação ética e social. Mas há outros que se orientam por uma linha de conduta de características inversas, correndo o risco de se colocarem, frequentemente, na fronteira dos nossos espaços relacionais e da vida social em geral. É que na realidade, a normatividade convencional nem sempre é (in)contornável.

Dante Alighieri (1996) colocou os trastes no último círculo do inferno. Os judas manifestam a mais insuportável das reversibilidades. Lembram-nos que o repouso feliz e absoluto na confiança comunica e convive com o seu oposto de maneira tão destabilizante quanto inesperada. A traição tem suscitado vários termos, cuja delação é também vender, dar, entregar, enganar, abandonar, ser infiel, pérfido, desleal, traste, venenoso, maquiavélico, maligno, falacioso, hipócrita, dissimulado. ...

Por sua vez, Jean Jacques Rousseau (1971), no seu trabalho “Discours sur les origines et les fondements de l’inégalité parmi les hommes”, propõe-nos o exemplo da abordagem genética, em que o homem é naturalmente bom. Foi com o desenvolvimento das desigualdades sociais e os respectivos processos de socialização, que se forja a concorrência dos desejos das ambições desmedidas e, com elas, um deplorável estado de mentira e de hipocrisia. Estas asserções são de uma actualidade extrema. Basta observar como as mesmas estão extremamente presentes e são tão ferozes a todos os níveis das relações individuais, familiares, escolares, profissionais, políticas e sociais e da própria confiança entre os cidadãos. Em qualquer destes patamares, constata-se cada vez mais do que se poderia esperar, que não se olha aos meios para atingir os fins. Pouca importa se o(s) outro(s) saem lesados ou não, ainda que muito injustamente.

O importante é que EU ou os do MEU grupo, possam alcançar os seus objectivos, sejam de que índole forem, não se importando espezinhar, amarfanhar, quiçá, destruir o outro, por vezes até os que são próximos e de quem recebem muito.

Como afirma Louis-Vincent Thomas (1989), uma longa carreira não conhece apenas triunfos. Engloba, também, erros práticos e abusos com consequências que podem ser mais ou menos funestas. É ainda atravessada por insucessos, erros, decepções, desilusões e até traições. Um que nós ajudámos até a sair da fossa, pode mesmo deixar de nos falar porque não conseguiu o sucesso que tinha almejado. Um tal outro que ajudámos a promover que nos esquece e nos ignora, pensando que só o seu valor pesou para o efeito ou ainda é capaz de nos odiar ou difamar.

Actualmente, a gratidão e a sinceridade que devemos aos outros, são valores cada vez mais esquecidos e ignorados. No entanto, entendemos que o sentido de gratidão não significa, de modo algum sujeição ou ficar prisioneiro de outrem, mas antes civismo, delicadeza de sentimentos e capacidade de reconhecimento do que recebemos e do que damos, ainda que de maneira diferenciada. Não se trata apenas do “dom e do contra dom” (Mauss, 1950), mas antes de uma atitude nobre que, não sendo exigida por quem dá, envolve a vida social e enaltece quem a pratica. De contrário, podem correr-se vários riscos que podem afectar as relações e a confiança sociais.

Pense-se, por exemplo, numa família onde nada faz prever qualquer ruptura. Todavia, a um dado momento, um dos cônjuges impõe o divórcio ou a separação ao outro, que é assim apanhado de surpresa. Constata-se, deste modo, que este pode entrar em período de grande sofrimento, podendo até correr riscos para a sua saúde, sem que o que propõe ou impõe esta decisão se preocupe com a situação daquele(a) que se encontrava desprevenido a este propósito. Como se foram instalando e triunfando os interesses próprios ainda que acompanhados de “desamor” (Torres, 1996), procuram-se novas oportunidades para encontrar novos amores apaixonados, quer daí advenham consequências para aqueles com quem se partilhou um determinado tempo e espaço de vida, quer não. Daí que a confiança inabalável, mesmo no interior da família, de resto desde tempos de antanho, esteja cada vez mais envolvida pelas incertezas e pelos riscos devido aos imponderáveis da vida sentimental, como o acentua N. Luhmann (1990). A este respeito, a realidade também nos vai ensinando que o capital de experiência é muito significativo.

2. A confiança enquanto fenómeno social

Todo o esforço reflexivo sobre a confiança e a sua complexidade nas sociedades ultramodernas acaba por nos levar a uma reapreciação desta própria situação. Na esteira de George Simmel (1996), podemos dizer que o homem primitivo, vivendo num círculo restrito, satisfazendo as suas necessidades graças à sua produção pessoal e familiar ou cooperando com os seus semelhantes, limitando o seu interesse intelectual à sua própria experiência ou à sua tradição, escolhe e controla os meios da sua existência de modo mais fácil do que os pertencentes a uma civilização mais

desenvolvida. Os inúmeros erros e superstições que comportam a vida do homem primitivo podiam prejudicá-lo, mas muito menos do que fariam em outras épocas os mais desenvolvidos. A prática da sua vida era essencialmente orientada para um pequeno número de factos e de relações, cujo ângulo de visão lhes permitia ter uma visão justa da sua realidade.

Em contrapartida, nas culturas e sociedades mais desenvolvidas, a vida assenta em muitas condições preliminares que o indivíduo não pode de modo algum perscrutar nos seus fundamentos, mas que terá que aceitar com confiança. A nossa existência moderna – desde a economia que tende a ser cada vez mais uma economia de crédito, até às actividades científicas, em que a maioria dos investigadores terá que aplicar uma enorme quantidade de resultados obtidos por outros absolutamente inverificáveis – requer, muito mais que habitualmente se reconhece, a crença na honestidade dos outros. As nossas decisões mais importantes fundamentam-se num vasto complexo de representações que supõem a esperança de não vir a ser enganado.

É até devido a estas atitudes que na vida moderna a mentira acarreta muito mais prejuízos, porque exactamente mina os fundamentos da nossa existência social, o que tinha muito menos amplitude num passado anterior a uma vida social mais ampla e mais complexa⁵, porque exactamente tecida de muitos enredos nem sempre fáceis de compreender. George Simmel considera que a vida moderna é uma “economia de crédito” muito para lá do estritamente económico. Deste modo, quando as pessoas que nos são próximas nos mentem a vida torna-se insuportável. Refira-se, porém, que em certas circunstâncias a mentira advém uma banalidade, pois mostra que as partes da mentira e de verdade são compatíveis com a manutenção das relações e constituem uma escala, sobre a qual se pode ler o grau de intensidade das relações. Por outro lado, a mentira que consegue impor-se, isto é, a que não chega a ser descoberta, é sem dúvida um meio dos perniciosos ostentarem a sua superioridade intelectual sobre os subalternos, ainda que se trate de uma estratégia brutal, que até pode acabar por trazer consequências funestas. Em contrapartida, quando tal tática vem a ser descoberta, dá azo ao agudizar da consciência acerca da imoralidade de tais atitudes (Simmel, 1996).

Haverá ainda lugar para dizer que na nossa relação com terceiros, quando são mais afastados, sobretudo dos nossos valores e das nossas relações mais imediatas, ainda somos capazes de aceitar a sua falta de sinceridade e de honestidade. Ao invés, se tal acontece quando as pessoas que nos são próximas nos mentem a nossa confiança risca de ficar profundamente abalada e dar azo a consequências funestas. A actualidade está repleta de situações desta natureza expressas, por exemplo, em vários tipos de corrupção que tantos embustes têm trazido para os humanos. A sabedoria popular através de vários aforismos alerta para estas situações ao proclamar: “Não te fies em quem uma vez te enganou”; “Quem sempre mente, vergonha não sente”; “Uma mentira descobre outra”. Em contrapartida, “Nada suplanta uma consciência tranquila”.

⁵ De qualquer modo desde tempos de antanho que a mentira é considerada pecado, tanto pelos Patriarcas do Antigo Testamento, como pelos deuses gregos e os povos insulares dos mares do Sul.

Normalmente a nível das relações, seja de que ordem for, as que se fundamentam na sinceridade e na honestidade são as mais adequadas e as que conseguem criar um capital de confiança inestimável, o que parece andar frequentemente arredado dos comportamentos de muita gente nos dias que correm, o que muito contribui para minar os vários ambientes onde as pessoas constroem os seus espaços de vida. Não obstante, as formas de organização mais ou menos estáveis, para que procuram tender as sociedades, também implicam sempre alguma perturbação, instabilidade, forças irregulares, individualismo e egoísmos, para que sejam permanentemente dinâmicas (Simmel, 1996).

3. A confiança nos meios de trabalho

Garantir a plausibilidade desta interpretação implica que nos detenhamos ainda sobre os espaços de vida evocados, designadamente no atinente aos ambientes de trabalho de que tanta gente se queixa. Numa época em que tanto se valoriza o emprego, até para lá da reforma, não apenas como meio de subsistência mas igualmente como espaço de auto-realização e de convivialidade social, se procura vir a usufruir de uma reforma que permita viver uma fase da vida pós-laboral com qualidade e dignidade, não deixa de ser significativo o crescimento das reformas antecipadas e, simultaneamente, o aumento das depressões. Decerto que associado a este fenómeno, existe também o falhanço do que podemos considerar por excelência as forças quotidianas de socialização: o entendimento, a compreensão, a honestidade, a harmonia, a acção comum entre as pessoas. Mas não. Tudo indica que nas lógicas carreiristas e concorrenciais como aquelas com que frequentemente nos deparamos, a solidariedade dos estatutos profissionais tende a ser a “concorrência entre iguais”, sem a mínima preocupação com os critérios que aí podem levar. O que importa é que EU triunfe sobre o outro, mesmo que não reúna todos os requisitos para o efeito. Em vez dos membros de uma categoria se unirem em torno de objectivos comuns que beneficiem o conjunto do grupo, cada um quer enaltecer-se por si, por vezes até, fazendo uma auto-avaliação sem limites e sem os devidos fundamentos.

Mas o que por vezes é mais extraordinário, é cada um considerar-se superior ao outro apenas porque quer promover-se custe o que custar, ainda que apenas baseado em auto-critérios de avaliação, frequentemente pouco conformes às regras que integram os regulamentos para este ou aquele lugar, ou nem sempre isentos de algumas ou mesmo muitas doses de megalomania, tão difundida na actualidade. Hoje, em que tanto se faz apelo à qualidade, esta não passa apenas pelos imperativos da concorrência, da produção económica ou de qualquer outro tipo de rentabilidade material ou mesmo intelectual, mas também pelas relações que se tecem entre pares, quiçá pelas negociatas, o que é lesivo a um clima de confiança recíproca entre colegas de trabalho. Pode, assim, correr-se o perigo de fazer emergir ressentimentos, má vontade, desconfianças acentuadas cujas razões até podem não ser racionais, mas que se querem fazer prevalecer a todo o custo.

Em Portugal, parece vivermos cada vez mais na instalação duma certa cultura da desconfiança, tendo sobretudo presente a falta de honestidade e lealdade que teimam em aumentar e intensificar-se em vários patamares da vida económica, profissional, social e relacional. Basta estar atento às notícias que circulam todos os dias nos media ou à realidade que nos circunda. Aponta-se como um dos principais factores da crise em que vivemos mergulhados a falta de confiança no conjunto dos sistemas sociais e culturais.

Este fenómeno tem atingido tais proporções que acontece frequentemente, desconfiar-se de toda a gente, inclusive daqueles que pela sua conduta de honestidade se mostram dignos de confiança. Ora, “Um bom julgador por si se julga” como diz o aforismo. Até parece que não se consegue fazer a distinção, como muitos actores sociais o têm vindo a demonstrar. Tais situações tendem a acontecer tanto mais quanto as pessoas se confrontam com a não realização das suas aspirações demasiado elevadas, até, talvez, devido a uma certa falta de realismo e a imagens altamente autovalorizadas, comparativamente com o que a realidade indica. Como diz Jean-Michel Berthelot (1996), como nos é difícil decifrar um fenómeno natural, nós somos um enigma para nós mesmos. O outro e sobretudo quando não se ajusta às expectativas que temos acerca dele ou até à realização de objectivos que dele esperávamos, seja em que circunstância for, tanto para o melhor como para o menos bom ou para o pior, aparece-nos como um mistério, ainda que sempre tenha tornado claros os seus critérios, aliás que até podem ser e estar superiormente definidos, as suas intenções e até as suas perplexidades.

Os trabalhos da psicologia social sobre as atribuições interessam-se pelas condutas próprias e pelas dos outros, o que nos permite compreender a verdade/erro e o mascarado/desmascarado. A intensidade do trabalho de atribuição de intenções, como nos diz H. H. Kelley (1967), cresce com a incerteza, o insucesso e a irrupção de acontecimentos inesperados. Por comparação, o actor tal como um investigador, normalmente põe-se três questões. Será o comportamento de X em circunstâncias idênticas, igual ou diferente do comportamento dos outros, isto é, é objecto de (des)consenso? Em circunstâncias diferentes o comportamento de X é semelhante ou difere do dos outros, ou seja, é objecto de distinção? O comportamento de X é igual a si mesmo ou varia em favor das circunstâncias? Neste último caso, trata-se do que é constante e não muda como um cata-vento ao sabor das situações ou das conveniências. Na prática, estas questões sugerem que ao nível do que é expectante acerca dos outros, podemos depararmo-nos com situações de consenso, do faz de conta e da constância. Neste último caso, o actor não muda como um cata-vento ao sabor das situações ou das conveniências, o que em muito contribui para solidificar a confiança entre os actores sociais.

Podemos, porém, fazer uma análise e interpretação diferente do que aqui parece convergir entre actores e observadores. Tomemos, por exemplo, o caso de um aluno que continua a não obter bons resultados ao fim da frequência do 2º ano de sociologia. Após ter avaliado as suas possibilidades internas e externas pode então colocar-se também três questões: não sou dotado para sociologia; estudei pouco; as aulas de

tal(is) ou tal(is) professores não são interessantes. Normalmente, se os seus próximos não são favoráveis a que faça esta formação, o aluno acabará rapidamente por desistir deste curso e opta por frequentar um outro. Em contrapartida, se esses próximos lhe fizerem sentir que não estudou, é provável que estude mais para poder fazer inverter a situação. Na terceira hipótese poderá procurar fazer outras opções desde que não se trate de disciplinas obrigatórias. De qualquer modo, como insiste André Petitat (1998), o engano de atribuições atitudes e comportamentos visa, tanto para o melhor como para o pior, destabilizar e desmotivar o actor ou inversamente.

4. Confiança e segredo

Interessa anotar que, a diferenciação social requer a confiança e mais particularmente nos sistemas abstractos dos especialistas. Nos nossos dias, esta confiança, apesar dos riscos que comporta, tornou-se mais necessária na medida em que ninguém pode aceder ao conjunto da informação relativa a uma actividade particular, apesar do acesso mais fácil a muitos conhecimentos que, até muito recentemente, nos eram vedados. O aumento da escolarização, a Internet e um maior impacto dos sistemas de informação facilitam esta tarefa. Mesmo assim, os aforismos sociais de que “O segredo é a alma do negócio” ou “Chora à boca fechada e não dê contas a quem não te dá nada”, continuam a ser de uma grande actualidade.

A este propósito, George Simmel (1996), o primeiro sociólogo a estudar a importância do segredo e da confiança na vida social, lembra que se a sociedade, é condicionada pelo facto de falar e de comunicar, também é modelada pela capacidade de se calar. Está-se, aqui, perante uma consequência expressiva desta dialéctica social, ou seja, uma tendência para revelar e, ao mesmo tempo, “(...) para esconder e mascarar, uma defesa quase agressiva contra terceiros, que se chama o segredo propriamente dito. Neste sentido, isto é, como acção de dissimular as realidades através de meios negativos ou positivos, é uma das maiores conquistas da humanidade; comparado ao estado de infância, em que toda a representação é rapidamente exprimida e toda a acção é clara aos olhos de todos, o segredo permite um extraordinário alargamento da vida, porque a publicidade total impede muitos conteúdos existenciais de se manifestarem. O segredo oferece, de algum modo, a possibilidade de um outro mundo ao lado de um mundo visível, e este é fortemente influenciado por aquele” (Simmel, 1996: 39-40).

É sabido que o segredo está omnipresente nas relações sociais e define-se como a limitação do conhecimento recíproco. Pode, então, diferenciar-se através de duas singularidades: o escondido e o mascarado. O escondido é da ordem do não-dito. Daí a importância do silêncio. O mascarado é do domínio da mentira (o engano, a calúnia, a hipocrisia, mas também o disfarce festivo), podendo considerar-se a mentira como uma forma social grosseira que substitui de maneira mais refinada e adaptada o segredo e a dissimulação. De algum modo, o segredo é uma espécie de mundo paralelo ao mundo aparente e real, favorecendo uma vida mais extensa. Daí que respeitar o segredo do outro exija agir com tacto, descrição e reserva, o que George Simmel mostrava ser

importante na vida da cidade. Estando o segredo mais associado à individualização, tudo se passa como se os acontecimentos públicos se dessem mais a ver, ao passo que no atinente ao indivíduo tudo se quer mais secreto.

Segundo André Petitat, “Esta classificação aplica-se a todos os tópicos do segredo, díadicos, triangulares ou ainda mais complexos. A partir do momento em que deixamos a diade, a conveniência e a confiança entre os que partilham o segredo emergem como realidades dinâmicas fundamentais. Todo o segredo implica uma tenção entre o interno e o externo, tensão que se traduz por fugas involuntárias, desconfianças, traições mascaradas ou revelações fracassadas” (Petit, 1998: 17). Situações desta natureza tem-se manifestado muito em Portugal no domínio público no atinente à justiça, à política, aos negócios e à ânsia dos media em serem os primeiros a revelar o desconhecido, talvez o que pode provocar espanto, desconfiança ou até escândalo no seio das populações e, por conseguinte, vai, decerto, aumentar as audiências e as vendas. Se em certas situações, também podem contribuir para o alertar da opinião pública e o apuramento da verdade noutras podem criar muitas especulações e alarmismos. Outro tanto se diga ao nível das relações pessoais.

Recorre-se, igualmente, ao segredo no domínio da saúde. Ademais a profissão médica obriga ao segredo profissional o que, à partida, favorece a confiança do paciente, para além da competência que espera deste técnico de saúde. Está aqui presente a base da interacção que se estabelece entre o médico ou outros profissionais de saúde e o paciente e sua família. Na relação terapêutica, as atitudes de revelar ou esconder não deixam de estar envoltas em vários riscos. As opiniões dividem-se a este respeito, mesmo entre os profissionais de saúde, os indivíduos e os familiares, sobretudo quando confrontados com casos de doença grave, mas que se querem ocultar ao doente ou este o quer fazer à sua família. Podemos, no entanto, interrogar-nos sob um ponto de vista terapêutico e mesmo ético se estes comportamentos são os mais benéficos para o doente e os seus familiares? Não será melhor que lhe seja revelada a sua situação para que assim o doente possa vir a agir em conformidade? A questão é muito complexa. Além de outros aspectos, o segredo, tendo por base a confiança depositada entre aqueles que o partilham, pode fazer correr o risco de abalar essa confiança, sobretudo quando deixa de o ser entre alguém daqueles que se tinham comprometido a não o revelar.

A este propósito, saliente-se que em certas situações o segredo é obrigatório ou recomendável. “A cortesia, o pudor, a modéstia, a discrição, os interditos de diversa ordem impõem restrições nas informações, colocando um freio à entropia, que ameaça as interacções não regulamentadas pelas montagens hereditárias. Ao lado destes ‘não-ditos rituais’, encontramos o grupo dos ‘não-ditos estratégicos’. Não dizer é mais fácil do que dissimular a realidade. Esta inércia é também menos arriscada do que a mentira, que deverá contar sempre com a plausibilidade e a suspeita. Esta forma passiva do segredo oferece também a vantagem de não entrar em conflito flagrante com as normas estabelecidas. A desculpa da omissão voluntária pode servir-lhe de cobertura” (Petit, 1998: 16).

Mais do que procurar induzir qualquer tomada de posição a este respeito, o que nos parece importante é, por um lado, que as noções de segredo, confiança, (in)certeza reenviam ao que pré-existe à relação e às possibilidades de manipulação de cada indivíduo comprometido numa relação e, pelo outro, que os riscos relativos, por exemplo, à saúde integram também o que se esconde e o que se revela. Frequentemente, tanto os indivíduos, como as respectivas famílias não têm em conta certas advertências. Pense-se, por exemplo, nos efeitos do tabaco sobre o cancro, da alimentação sobre a obesidade e as doenças que lhe podem estar associadas, do mau ambiente familiar sobre o stress e muitas doenças do foro cardiológico que pode acabar por trazer consequências funestas., da condução na estrada sobre os efeitos do álcool de que resultam muitos acidentes onde muitos perdem a vida, podem ficar estropeados ou sofrer outros efeitos nefastos, inclusive para a família. Porém, na prática continua-se a agir como se desconhecêssem tais factos.

Não menos preocupante são as consequências do alcoolismo no interior da família, quer a nível das doenças físicas, quer psíquicas e maus-tratos familiares. Mas quantas destas situações permanecem no segredo em nome de medos e da boa conduta social, embora as situações tenham vindo a mudar em termos sociais e jurídicos. Num âmbito mais alargado, também não podemos menosprezar o que se esconde a nível planetário no que se refere à destruição da camada de ozono, dos efeitos de estufa, do nuclear, da tecnologia, das matérias poluentes... A esta escala, basta pensar que o saber dos especialistas é bem diferente do dos profanos e suscita novas exigências democráticas, permitindo criar relações de maior confiança entre as partes envolvidas nestes fenómenos. Por sua vez, muitas pessoas com grandes responsabilidades colectivas, em nome do não alarmismo ou do secretismo político ou outro e, talvez, de menor preocupação com os riscos que daí podem advir (veja-se o caso da Junta Militar na Birmânia ou do presidente Kadhafi na Líbia), continuam a agir como se nada soubessem acerca dos efeitos que daí podem advir para a sobrevivência e saúde dos povos. Daí que a estratégia do segredo também possa ter muitos efeitos perversos. Também não é menos verdade que na vida do dia-a-dia se apreciam as pessoas que sabem guardar segredo, o que as vai tornando mais dignas da confiança daqueles que lho revelam. Ao contrário, quando o segredo procura encobrir ou mascarar algo que pode ter efeitos infaustos para alguém para quem se tem relações de proximidade e confiança pode, também, ser encarado como uma traição.

George Simmel (1999) considera que, apesar de todos os riscos, há necessidade de fazer confiança em alguém com quem se possa partilhar algo na vida, para que o mundo seja mais suportável e para que uma sociedade crie laços de maior coesão entre os indivíduos que a formam, sobretudo a partir das díades e das tríades, do próximo e do “estrangeiro”, do grupo de interesses e de outros círculos sociais, do indivíduo e da família e das diferentes gerações genealógicas.

Ora, a confiança também comporta riscos dado que supõe também a falta de conhecimento total sobre o outro, pois, como diz George Simmel, “Aquele que sabe tudo não tem necessidade de ‘fazer confiança’, o que não sabe nada, razoavelmente, nem sequer pode fazer confiança” (Simmel, 1996: 22). Até porque nesta abordagem,

confiança e risco estão associados. Mas a confiança absoluta e imprevidente, à partida, pode ser perigosa, dada a incerteza e a imprevisão dos comportamentos humanos. “Na desconfiança é que está a segurança”, diz o ditado.

No mesmo sentido, há lugar para perguntar se todos os segredos do indivíduo e da família, mais relacionados com o que pode afectar a saúde e dar azo à doença e respectivas práticas, não permanecem segredos para o médico, com todos os riscos que daqui possam advir? Por exemplo, se a pessoa anda a ser tratada por razões de stress agudo ou mesmo hipertensão decorrentes de situações relacionais com familiares, colegas de trabalho, patrão ou empregado, ou outras similares, com certeza que a orientação médica e respectivos tratamentos podem ser muito mais adequados se estas situações forem do conhecimento do médico. Mas não. Muitas vezes, por vergonha, dissimulação da imagem, pudor, discrição ou muitas outras razões, situações desta natureza ou análogas são objecto de grande segredo. E, particularmente, no que toca à família e à respectiva imagem. Aliás, o provérbio diz que “A roupa suja lava-se em casa”. Contudo, convém não esquecer que, numa situação terapêutica, o segredo oscila entre a permissão e a obrigação. Há aspectos que se podem esconder como, por exemplo o cansaço e o amor e há outros que são interditos, como brincar num funeral. Daí a importância de saber discernir quando é que é importante ou não revelar um segredo ou tomar esta ou aquela atitude.

Esta situação é muito frequente nas adolescentes quando necessitam de recorrer ao médico de família por razões da sua vida sexual activa ou não. Há muitas que, até, fogem das consultas no Centro de Saúde, tendo em conta dois aspectos. Um tem que ver com o facto do mesmo médico ser o médico de toda a família. Instaura-se, então, a dúvida e a desconfiança, receando que este possa transmitir um segredo aos pais. O segundo tem que ver com a existência da consulta de planeamento familiar de que podem usufruir em outros espaços de identificação mais discreta. Deste modo, poderão “estar seguras” de escaparem às malhas que se possam tecer entre os outros familiares e o respectivo médico ou os conhecidos que observam as suas deslocações nos espaços dos Centros de Saúde? A situação é complexa.

O facto de se dirigirem a este serviço específico, num espaço colectivo aonde é fácil controlar quem entra, quem vai onde e quem sai de onde, há sempre o risco e o receio de ser visto por este ou por aquele do seu meio e este pode não ser capaz de guardar segredo em relação aos pais. Até, pelo contrário, pode vir a conjurar situações que podem não existir. Em tais condições, preferem escolher um espaço mais neutro, como o Hospital ou outros serviços de acompanhamento e ajuda aos jovens onde possa existir entre várias valências um apoio em termos de saúde, como acontece frequentemente nos Centros da Juventude (Lemos, 2002).

Em boa verdade, saber guardar e respeitar o segredo do outro é uma qualidade. Poder e ser capaz de acreditar em alguém idóneo não é menos importante para que se estabeleça a reciprocidade da confiança. A contenção, a reserva e a discrição marcam o respeito pelo que toca o universo íntimo de uma pessoa, do seu território interno, do seu jardim secreto onde é proibido penetrar, mesmo quando, por vezes, o outro, sob o efeito de uma intensa emoção, do álcool, do desespero, se confia em excesso,

se desnuda numa maneira que convinha mais a um psiquiatra ou um a um confessor, esta espécie de “túmulos profissionais” (Petitat, 1998).

A transparência total também é constrangedora, na medida em que apela à reciprocidade, o que nem sempre se quer que aconteça, particularmente, quando não impera a confiança recíproca ou se quer guardar segredo absoluto deste ou daquele aspecto da vida, tendo em conta o provérbio: “Segredo de dois, segredo de todos”.

Frise-se que numerosos aforismos portugueses revelam a importância do privado e do íntimo contra a intrusão de terceiros: “Ninguém se meta no que não sabe”; “Quem boa festa faz em sua casa está em paz”; “Cada um varra diante da sua porta”. Inversamente, quanto à reserva absoluta do segredo: “Segredo muito encoberto é sempre descoberto”; “Segredo de dois, segredo de Deus, segredo de três, o Diabo o fez”. Estamos aqui perante um conjunto de expressões retiradas da sabedoria popular convidando a ser previdente e prudente para não vir a sofrer dissabores. Compreende-se, então, que quando os actores sociais não querem, deliberadamente, fornecer todas as informações que possam ser úteis, inclusive numa relação terapêutica, se veja aparecer “(...) esta tendência para esconder e mascarar, esta defesa quase agressiva contra terceiros (...)” (Simmel, 1996: 39). Tal pode mesmo acontecer quando as pessoas são incitadas a estabelecerem relações de profunda confiança, como aquela, por exemplo, a que está associada à revelação íntima que pode ter que ver com a desnudação do corpo e do espírito.

Por este conjunto de razões, podemos afirmar que a confiança, estando na base das relações humanas, é perpassada por um conjunto de dimensões, exigindo várias ponderações. Em termos de relação terapêutica, a experiência podendo fazer aumentar ou diminuir o capital de confiança e tendo em conta os aspectos aqui invocados, normalmente permite ir criando um sentimento de síntese que torna as situações, com todos os elementos que a compõem, mais carregadas de sentido e com mais probabilidades de diminuir alguns riscos para a saúde.

Referências Bibliográficas

- ALIGHIERI, Dante (1996), *La divine comédie*, Paris, D. de Selliers.
- ARENDT, Hannah (1983 [1961]), *Condition de l’homme moderne*, Paris, Calmann-Lévy.
- BERTHELOT, Jean-Michel (1996), *Les vertus de l’incertitude*, Paris, PUF.
- DUBET, François (1994), *La sociologie de l’expérience*, Paris, Seuil.
- GOFFMAN, Erving (1973), *La mise en scène de la vie quotidienne*, Paris, Minuit.
- KARPIK, Lucien (1989), “L’économie de la qualité », in *Revue Française de Sociologie*, Vol. XXX, pp. 141-157.
- KELLEY, H. Hady (1967), “Attribution theory in social psychology”, in D. Lenine (ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (vol. 12), Lincoln, University of Nebraska Press, pp. 106-122.
- LEANDRO, M^a Engrácia; RODRIGUES, V. e LEANDRO, Ana Sofia (2006), “Família. Um actor informal de saúde”, in M. S. Costa e M. E. Leandro (orgs.), *Participação, Saúde e Solidariedade. Riscos e desafios*, Braga, ICS, pp.183-198.

LEMOS, Armanda (2002), “Sexualidade e gravidez na adolescência – Um estudo de caso”, *Cadernos do Noroeste*, Vol. 17 (1-2), 213-232.

LUHMANN, Nicolas (1979), *Trust and power*, New York, John Wiley & Sons.

– (1990), *Amour comme passion. De la codification de l'intimité*, Paris, Aubier.

LYOTARD, François (1981), *La Condition post-moderne*, Paris, Les Ed. de Minuit.

MACHADO, Hélder (2003), *Ciência & Humanismo*, Coimbra, Almedina.

NIETZSCHE, Friedrich (1922-1929), *Musarion Ausgabe*, Nurnich, Schopenhauer.

PETITAT, André (1998), *Secret et formes sociales*, Paris, PUF (Coll. «Sociologie d'aujourd'hui»).

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1971), *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, Paris, Garnier-Flammarion.

SIMMEL, George (1999 [1908]), *Sociologie. Études sur les formes de la socialisation*, Paris, PUF (Coll. “Sociologies”).

THOMAS, Louis-Vincent (1989), “Auto-portrait ou faux semblant?”, in *Une Galaxie Anthropologique, Hommage à Louis-Vincent Thomas*, Montplier, Quel Corps?, pp. 7-13.

TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal. Ditos e interditos*, Oeiras, Celta.

WATIER, Patrick (1996), “Simmel et le secret”, in S. Muller, *George Simmel. Secret et sociétés secrètes*, Circé/Poche, pp. 113-120.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

The trust, a feeling that comes with life, with the membrane that separates the security and insecurity and individual and social life, is what ensures the commitment more or less risky in the game of exchanges between individuals and society. This article begins by proposing a socio-historical thinking of the classics of philosophy and sociology in this regard. The appeal to the thinking of G. Simmel, in particular, in correlation with his theory about the secret, highlights the impact of trust in terms of social cohesion. Finally, our analysis is structured around key events of today, studying the intricacies of trust in ultramodern societies where the mechanisms of trust seems to be rather fragile.

Keywords: Trust; Security; Secret; Social cohesion.

Résumé:

La confiance, ce sentiment qui fait qu'on se fie à soi même et aux autres, surgit avec la vie, avec la membrane qui sépare l'(in)sécurité et la vie individuelle et sociale. C'est elle qui soutient l'engagement plus au moins risqué dans le jeu des échanges inter-individuels et sociaux. Cet article propose d'abord un survol historique sur la pensée des classiques de la philosophie et de la sociologie à ce propos. En particulier, le rappel de la pensée de G. Simmel, en rapport avec le secret, met en relief son impact par rapport à la cohésion sociale. Enfin, notre analyse, se structurant principalement autour des événements marquants de l'actualité, étudie les enjeux dont la confiance est objet dans les sociétés ultramodernes où les mécanismes de la confiance s'avèrent de plus en plus fragilisés.

Mots-clés: Confiance; Cohésion sociale; Secret; Sécurité.

A empresarialização da sociedade sob a influência da racionalidade da gestão

Ricardo Fabrício Rodrigues¹

Resumo:

Fruto da hegemonia da esfera económica e do poder simbólico da actividade empresarial na contemporaneidade, decorre o fenómeno da empresarialização, com a sociedade a pensar-se cada vez mais como uma empresa e com diversas funções sociais a resvalarem para a tutela privada, sob os desígnios teóricos e ideológicos da gestão e das suas ferramentas. Este texto reflecte sociologicamente sobre as características da gestão, como disciplina, e da reengenharia, como ferramenta da gestão, tendo em vista expor os limites da racionalidade que ambas expressam nas acções que empreendem, bem como os mecanismos ideológicos que orientam as representações empresariais contemporâneas.

Palavras-chave: Empresarialização; Sociedade; Gestão; Reengenharia; Ideologia.

Introdução

A actividade empresarial preenche uma parte substancial da actividade humana e serve de inspiração à organização das sociedades contemporâneas, que são pensadas cada vez mais em termos empresariais, fazendo com que várias funções – sociais e até agora asseguradas noutros moldes – resvalam para uma modalidade de serviço económico a prestar. A gestão privada de hospitais, de escolas, de serviços sociais e de entidades culturais, entre outras, revela-nos um sentido coincidente com a criação de novos espaços (empresariais) privados, cujo florescimento decorre da dinâmica de uma geometria variável, que regula a relação economia-estado-sociedade (Castells, 2002) e o próprio progresso da vida moderna, cada vez mais individualizado, ou seja, desregulado e privatizado (Bauman, 2001). Como refere Swedberg (2002), estamos perante as manifestações da dimensão alcançada pela esfera económica na contemporaneidade², que desde os anos oitenta da década passada está associada à

¹ CCCS/Universidade da Madeira e SOCIUS/Universidade Técnica de Lisboa.

² A referência ao contemporâneo ou à contemporaneidade que nos acompanhará neste texto, representa a nossa opção terminológica para garantir uma maior isenção face à discussão (sociológica e filosófica) a propósito da modernidade, pós-modernidade (Lipovetsky, 1989; Bauman, 1998, 1999, 2001) e hipermodernidade (Aubert, 2005). Face aos nossos

ascensão e à consolidação do culto da empresa (Chanlat, 2000) nas práticas de muitas sociedades ocidentais.

Sendo a empresa uma organização (Segrestin, 1992) – visto resultar do propósito de desenvolver uma ou mais actividades económicas, no âmbito das quais emergem tentativas de coordenação dos meios disponíveis, tendo em vista a obtenção de diversos fins – acaba por incorporar no seu interior uma coexistência (inter)relacionável de elementos formais e informais, bem como de mecanismos (idológicos) de auto-produção. Segundo alguns autores, a empresa situa-se “num ambiente exterior que se encontra ele mesmo integrado num sistema eco-organizado ou eco-sistema” (Morin, 2005: 116), onde decorre a interacção dos sistemas sociais (Rosa, 1992) e subsiste “a complexidade das relações humanas de produção” (Sainsaulieu, 2001: 9).

No meio de um turbilhão relacional, onde se ergue a sociedade contemporânea, a empresa e a área de conhecimento que lhe está adstrita – a gestão – ocupam como que um meta-espço, que importa tratar numa perspectiva sociológica, visto estarmos afinal perante produções humanas, nem sempre questionadas, embora inscritas e responsáveis por complexos processos de construção social da realidade (Berger e Luckman, [1966] 2004).

A actividade empresarial não é algo que se possa dissociar do contexto social geral, sendo antes de mais uma actividade incrustada (Grannovetter, [1985] 2003), numa paisagem socioeconómica vigente, ainda que dotada de um pensamento e um léxico particular, que se encontra como que dissimulado entre os que a constroem; e um dos traços caracterizadores da actividade empresarial contemporânea decorre da articulação que esta mantém com o contexto social que a envolve (Mannheim, 1968), sem que no entanto tal invalide a existência de uma forma característica de pensamento na actividade empresarial (Rodrigues, 2008).

Efectivamente, podemos encontrar várias particularidades das sociedades contemporâneas reflectidas na actividade empresarial: mecanismos reificantes (Berger & Luckman ([1966] 2004), prevalência do vazio conceptual (Lipovetsky, 1989), liquidificação e ambivalência representativa (Bauman, 1999), entre outras. Assim, é objectivo central deste texto apresentar e discutir a racionalidade e a ideologia subjacente à actividade das empresas (ou empresarial) e à acção da gestão.

1. Empresarialização da sociedade e gestão

A concepção da actividade social em função do modelo característico da actividade empresarial é um fenómeno em curso e corresponderá a uma tendência: a

interesses declarados pelos actores empresariais contemporâneos, julgamos ser importante uma abordagem que valorize mais os traços caracterizadores das épocas do que propriamente as eventuais tentativas (e discussões) sobre os aspectos que podem diferenciar e delimitar a modernidade, a pós-modernidade e a hiper-modernidade. Deste modo, é nosso entendimento que as designações contemporâneo(a)/contemporaneidade adequam-se com menor celeuma ao tratamento das concepções de tempo presente ou actual, em que decorre a actividade dos actores empresariais, sem que no entanto tal opção implique termos de abdicar dos inúmeros elementos sociológicos resultantes, das discussões ensaísticas sobre as fases da modernidade.

empresarialização da sociedade, a concepção do funcionamento global da sociedade que tem por referência, ou modelo, o funcionamento das empresas (privadas). Richard Déry (2000) refere, a propósito da relação entre gestão e sociedade: “Já não há mais escolas, hospitais, teatros, mas sim organizações a gerir. Não há mais estudantes, doentes ou espectadores, mas antes clientes a satisfazer (...) Vivendo numa sociedade de organizações onde predomina a gestão, os nossos problemas de sociedade são, portanto, cada vez mais problemas de gestão” (Déry, 2000: 3-30). Exemplos desta leitura aportada na empresarialização crescente da sociedade até nem faltam, mas como refere Ulrich Beck (2001) talvez seja a ideia do auto-empresário iludido com as possibilidades da autonomia ilimitada que prevalece; e perante tal efeito sedutor (Lipovetski, [1979] 1989), “Sem sombra de dúvida, o gestor transformou-se numa das figuras centrais da sociedade contemporânea.” (Chanlat, 2000: 17).

Num contexto de grande atracção social pela actividade empresarial de iniciativa privada, a actividade das empresas, dos actores empresariais³ e da própria gestão integram a maquinação que as torna em referenciais sociais úteis. Proliferam as abordagens reificantes (Berger e Luckman, [1966] 2004), que não questionam os processos dogmáticos de sacralização (da competitividade, da inovação ou da eficiência, entre outros) da actividade empresarial e que se encontram agregados ao fenómeno da empresarialização, sem os quais não seria possível obter um poder/valor simbólico (Bourdieu, 1994) tão elevado para a praxis idolatrada. Refira-se ainda a este propósito que a suposta superioridade (em termos de eficiência organizacional) da denominada actividade privada, que sustenta a razoabilidade de uma eventual equivalência linear entre problemas sociais e respostas empresariais, permanece fortemente dogmatizada e isenta de contraditório. Certo é, porém, que no meio do emaranhado relacional – entre sociedade e actividade empresarial – impõe-se o vigor das representações ideológicas entre economia e sociedade (Gaulejac, 2005) que patrocinam a empresarialização da sociedade e o primado da gestão na organização do social.

2. A gestão

Mais do que a uma ciência ou técnica, sabemos que a gestão corresponde a uma arte de dispor (Goff, 1997), de combinar habilmente um conjunto de actividades relativas à organização (Segrestin, 1992) e à regulação da actividade produtiva (Reed, 1997), ou seja, a gestão ocupa-se das capacidades e das possibilidades relativas ao exercício do controlo sobre os fenómenos organizacionais, quer no plano dos recursos, quer ao nível das situações. Esta leitura tem correspondência num pensamento tipicamente accionista (Touraine, 1973), de acordo com o qual a organização é

³ A utilização da trílogia sociológica ‘actor-papel-interacção’ na compreensão de qualquer configuração social -quer seja “de ordem doméstica, industrial ou comercial” (Goffman [1959] 1993: 9) - é uma herança que não rejeitamos e que se encontra subjacente à formulação que adoptámos de ‘actores empresariais’.

sobretudo o conjunto dos meios que colocam em relação os objectivos e os recursos técnicos. À gestão corresponderá fundamentalmente um conjunto de princípios pragmáticos e sistematizados – uma prática – tendo em vista a boa organização das organizações (Rodrigues, 1998).

A gestão cobre as práticas de direcção das empresas, mas também os discursos sobre os métodos e as técnicas de organização e produção, sem excluir a leitura que faz da sua própria existência, situando-se deste modo numa posição (cada vez mais ambígua) entre o capital e o trabalho (Gaulejac, 2005). Contudo, o mecanismo operativo da gestão não é translúcido, logo, importa ao esforço sociológico desvendar os expedientes que por vezes permitem a operacionalização desta prática.

A disponibilização e a utilização de múltiplos modelos, técnicas e ideias⁴ por parte da gestão é recorrente e visa agir/intervir sobre os contextos organizacionais/ empresariais (Rodrigues, 1998). Perante uma panóplia de fenómenos complexos, como o da mudança organizacional, a acção/intervenção da gestão pauta-se por um comprometimento com a acção, que em termos taxonómicos tem correspondência na denominada ‘gestão da mudança’. É através desta sub-disciplina que a gestão oferece fórmulas de acção sobre a mudança organizacional. Se por um lado é a orientação para a acção que é reiterada com esta abordagem técnica e especializada, por outro lado é a recusa da desordem (Boudon, 1990) que também se materializa por parte da gestão, permitindo na óptica sociológica que se questione se a recusa à desordem não será um reflexo do laço conceptual que se estabelece com uma visão naturalista da vida organizacional, onde a transformação sendo natural, tornou-se objecto de intervenção; e como tal, uma matéria propícia à manipulação e à ideologização (Rodrigues, 2008).

Alguns exemplos sobre a orientação-tipo da gestão, no que concerne à “gestão da mudança”, suportarão melhor uma tentativa de caracterização. Kotter (1995) enuncia os erros cometidos na liderança da mudança e define uma *check list* generalista para transformar qualquer organização. Depreende-se deste tipo de raciocínio uma grande vocação para a simplificação. Collins e Porras (1996) quase que resumem o sucesso empresarial à criação de uma visão partilhada, fixando-a como desígnio organizacional universal. Por esclarecer ficam apenas os moldes em que a partilha rima com sucesso e mudança. Duck (1993) confina os desafios da mudança a um entendimento meramente sensorial, que alerta para a necessidade de se fixarem equilíbrios, como se a actividade fosse apenas o resultado destes. No caso específico da mudança organizacional, verificamos que é representada pela gestão como uma consequência desanexada do contexto interaccionista em que surge e é representada. De acordo com esta interpretação, Mike Reed (1997) identifica nas estruturas e nos

⁴ Tais como o *benchmarking* (comparação das performances da concorrência), o *downsizing* (redução dos níveis hierárquicos), o *empowerment* (delegação de poder e descentralização do processo de tomada de decisão), a *excelência* (performance empresarial acima da média), o *just-in-time* (racionalização do processo produtivo), a *lean production* (melhoria contínua dos processos de trabalho), o *outsourcing* (exteriorização da força de trabalho), *reengenharia* (redesenho radical dos processos de negócio) ou a *TQM* - qualidade total dos processos (Rodrigues, 1998).

processos da gestão uma racionalidade instrumental, responsável pela simplificação ficcionada da realidade entretanto construída.

De facto, os modelos, as técnicas e as ideias da gestão mantêm correspondência com uma lógica instrumental, típica da utilização que se dá a uma mera ferramenta, ou seja, a que se recorre conforme a situação e posteriormente se deposita novamente na respectiva caixa (de ferramentas). Porém, para além desta evidência, é o tratamento ideológico dado à eficácia da acção em detrimento da pertinência das ideias (Gaulejac, 2005) que não pode deixar de ser levado em consideração sociológica.

3. A caixa de ferramentas da gestão

As diferentes perspectivas sociológicas sobre as mudanças e as organizações traduzem um encadeamento teórico, que em última instância facultam uma oposição teórica de diferentes paradigmas, constituídos por “um certo tipo de relação lógica extremamente forte entre as noções básicas, noções chave, princípios chave” (Morin, 2005: 79). No caso das ferramentas da gestão, pelo contrário, tudo parece decorrer de uma simplicidade instrumental, funcional e, conseqüentemente, teórica. Assim, “(...) o universo da empresa é o lugar onde a racionalidade técnica ou instrumental triunfou.” (Chanlat, 2000: 76), aparentemente sem necessitar de correlações substanciais com a particularidade dos contextos ou de se questionar sobre a sua própria validade instrumental face a fenómenos sociais complexos.

Se for nosso objectivo identificar ou documentar a instrumentalidade – das práticas e das ferramentas da gestão – um artigo publicado numa revista como a *The Economist* poderá constituir um ponto de partida. Se o artigo em referência der conta das ferramentas em moda na gestão, anunciando-as com o título “As actuais ferramentas favoritas da gestão”⁵, melhor ainda; e se esse artigo em jeito de versão *digest*, incidir sobre os utensílios empresariais em voga, dirigindo-se a estes como “A caixa de ferramentas dos executivos de topo” e, posteriormente, identificá-los como sendo o *strategic planning*, o *customer relationship management*, o *benchmarking*, o *outsourcing* ou *business process re-engineering*, então, poderemos estar seguros da validade do nosso objectivo: discutir criticamente a instrumentalidade das práticas e das ferramentas da gestão e o caso da reengenharia (*business process re-engineering*) em particular.

Efectivamente, das perspectivas da gestão emana uma simplicidade funcional, dirigida para os que se movem em ambientes pautados pela instabilidade permanente, tão associada à contemporaneidade. Por outro lado, o historial das perspectivas sociológicas sobre o funcionamento socioeconómico traduz a existência de uma herança teórica e de um considerável relativismo operacional, que dá conta dum amplo leque de aspectos em interacção. Estamos, pois, perante dois enfoques disciplinares

⁵ *The Economist*, 7 de Abril de 2005, p. 51.

distintos (sociologia/gestão), ficando por saber se absolutamente divergentes ou casuisticamente coincidentes.

Podemos verificar que os conteúdos implícitos nas ferramentas da gestão dão pouca atenção às relações entre organização e meio, mas também entre relações formais e informais, às disfunções organizacionais, aos sistemas de aliança e de oposições. No fundo, é como se as soluções para os problemas obedecessem a uma única receita, cuja validade perdura independente das inúmeras variáveis que fazem o contexto do paciente. É neste sentido que as assumimos, sobretudo, como perspectivas deterministas que perduram, suportadas num suposto primado científico ou tecnológico. Para além de expressarem como a gestão tem dificuldades em extravasar os limites da sua lógica instrumental – ainda que através desta (re)cria ordem no caos (Reed, 1997) – as ferramentas da gestão são expressões da validade dos darwinismos sociais e dos racionalismos funcionalistas (Bowles, 1997), face aos quais a latência de diversos fundamentos ideológicos (Gaulejac, 2005) não pode ser rejeitada ou desconsiderada.

Assim, o *modus operandi* das ferramentas da gestão pode muito bem manter ligações com a exploração dos fenómenos de moda (Abrahamson, 1991, 1996; Sturdy, 2004), com tudo o que as modas podem implicar: visibilidade, modernidade, deslumbramento, efemeridade, instantaneidade, eventos e produtos de síntese (Clark & Greatbatch, 2004), que convergem para a apologia do momento – como parece lembrar a Vodafone nos seus comerciais⁶ – em aparente sintonia com os traços caracterizadores do pulsar social contemporâneo (Bauman, 2001; Lipovetski, [1979] 1989).

De facto, a gestão inscreve-se no seu tempo e as suas práticas (re)produzem-no de forma contínua, evidenciando um entrosamento com este, que torna por vezes difícil discernir as várias implicações das relações que se estabelecem entre ambas (gestão e contemporaneidade).

Porém, pode-se verificar como a existência e a preservação duma caixa de ferramentas na gestão corresponde mais a um negócio, do que propriamente a um projecto de conhecimento que expõe as condições em que se produziu, passíveis de crítica e, simultaneamente, de enriquecimento ao longo do tempo. Sobre esta matéria em concreto, a reengenharia é uma ferramenta que nos permite explorar os mecanismos operativos na construção da realidade por parte gestão.

4. A reengenharia como ferramenta da gestão

A ideia de reengenharia como ferramenta da gestão surgiu no início da década de 90 e encontra-se associada à publicação do artigo “Re-Engineering Work: Don’t Automate, Obliterate” de Michael Hammer (1990). Entretanto, o termo ganhou outros impulsionadores (Davenport & Short, 1990; Davenport, 1994; Manganelli & Klein, 1994; Hammer & Santon, 1995; Champy, 1995; Alves, 1995) e rapidamente

⁶ Basta ter presente a frase promocional “Viva o momento. Now. Vodafone”.

se transformou numa moda empresarial, exibida na fluência verbal dos responsáveis empresariais, mas também nas capas das revistas de gestão e negócios, nas conferências dos gurus e, não menos importante, na edição de livros especialmente fabricados e predestinados para o estatuto de *best sellers* ou nas milagrosas acções de consultoria.

O artigo publicado no início do Verão de 1990 por Michael Hammer destacava as potencialidades das novas tecnologias para o mundo empresarial, embora a definição e o pensamento básico relativo à reengenharia viesse somente a surgir posteriormente, com o lançamento de *Reengineering the Corporation – a manifesto for business revolution* (Hammer & Champy, 1994)⁷.

A reengenharia era apresentada como a técnica vocacionada para repensar de forma fundamental e reestruturar radicalmente os processos empresariais, tendo em vista a obtenção de melhorias drásticas em termos de qualidade, atendimento e velocidade (Hammer e Champy, 1994). Nos primeiros anos da década de 90, a reengenharia preconizou mudanças revolucionárias e novos hábitos de trabalho grupal/processual, através dum discurso centrado em torno de quatro palavras-chave – fundamental, radical, drásticos e processos.

Contudo, como ferramenta que é e dotada duma instrumentalidade simplista, à reengenharia viria a faltar um certo relativismo perante as especificidades dos contextos com que se deparava (Holtham, 1996) e, segundo outras perspectivas (Coulson-Thomas, 1996) acabaria por promover o aumento das distâncias entre os aspectos teóricos e os aspectos práticos.

A reengenharia traduzia o sentido duma ferramenta de intervenção organizacional pautada pelos excessos, obcecada pelo tudo ou nada organizacional, mas repleta de problemas inerentes a quem estabelece como metodologia, o acto de (re)começar com a folha de papel em branco (Hammer, 1996).

Existem ainda outros aspectos nesta ferramenta que convém ter em conta, pois, poderão revelar-se significativos em relação ao objectivo (sempre latente) de se querer identificar ou documentar a instrumentalidade das práticas e das ferramentas da gestão.

As referências da reengenharia a determinadas ideias, como processo ou trabalho grupal indiciam um *modus operandi* que faz tábua rasa de todo o edifício teórico-conceptual que lhe pode estar a montante. Para uma ferramenta da gestão, como é o caso da reengenharia (da última década do Século XX), é como se a autoridade, a dominação e a administração racional de Weber ou os precursores da racionalização do trabalho (Taylor e Fayol) nunca tivessem existido; tal como o meio e a interdependência entre factores técnicos e humanos, que tanto caracterizou as perspectivas organizacionais da década de 30 (do Séc. XX); isto para não referir a concepção de organização como um sistema sociotécnico, ao abrigo do qual se estabeleceu a noção de equipas de trabalho, fruto das perspectivas das décadas de 40, 50 e 60.

⁷ *Reengenharia. Revolucionando a empresa* (Hammer e Champy, 1994) na versão da Editora Campus (Brasil).

Na verdade, de forma aparentemente enigmática, as referências da reengenharia em relação ao sistema de pensamento que a antecede são praticamente inexistentes, constituindo honrosa excepção a referência de Thomas Davenport (1994) sobre o legado sociotécnico, de que a reengenharia supostamente se presumiria herdeira.

A moda e o negócio da caixa de ferramentas da gestão é mais do que uma imagem, que se depara quando se explora o método de lançamento ou a promoção de uma ideia, como é o caso da reengenharia. O vazio teórico preenche-se surpreendentemente de manobras comerciais.

Como revelou uma investigação jornalística da revista *Business Week* (Stern, 1995a, 1995b, 1995c)⁸, o processo de produção dum *best-seller* com mais de dois milhões de exemplares vendidos, como *Reengineering the Corporation – a manifesto for business revolution*, pode contar com expedientes particulares ao longo do seu trajecto rumo à consagração. A ideia central da obra é secundária no plano de *marketing* editorial (Crainer, 1998). Integrar as listas de preferências dos jornais e das revistas mais importantes parece exigir muito mais do que conhecimento ou capacidade de redacção.

Segundo a *Business Week*, a aquisição de livros de gestão em grandes lotes, com o propósito de manipular as tabelas de vendas e criar um fenómeno editorial, traduz uma prática vigente que influencia a projecção de alguma literatura consumida na actividade empresarial sob a influência da gestão.

A investigação da *Business Week* apurou que a CSC Index – empresa de consultadoria de Michael Hammer e James Champy – comprou cerca de 25.000 exemplares de *Reengineering the Corporation – a manifesto for business revolution*; e que dois anos mais tarde, a mesma empresa voltou a utilizar técnicas de manipulação idênticas para promover uma nova moda. Desta feita, em 1995, comprou numa primeira fase 10.000 cópias de *The Discipline of Market Leaders* de Michael Treacy e Fred Wiersema, tendo posteriormente adquirido mais 40.000 cópias da mesma obra, através de diferentes livrarias dos Estados Unidos.

A razão para este procedimento é simples: empresas de consultadoria com consultores-autores *best-sellers* são um excelente negócio, cujo retorno está muito para além da venda dos livros. “CSC, com receitas de cerca de 250 milhões de dólares e 300 consultores, emergiu como uma das empresas de consultadoria de crescimento rápido da nação – pelo menos em parte por causa do sucesso difundido por Reengenharia da Corporação. Ansiosa para provar que não era fruto de um único sucesso, a CSC começou por apoiar a abordagem valor-disciplina de Treacy e Wiersema. Um livro muito vendido pode facultar a aceitação massiva pela ideia e permite à CSC ganhar dez milhões de dólares em honorários de consultoria.” (Stern, 1995a).

⁸ A investigação da *Business Week* pode ser consultada nos seguintes endereços:
http://www.businessweek.com/archives/1995/b343648.arc.htm?campaign_id=search
http://www.businessweek.com/archives/1995/b343742.arc.htm?campaign_id=search
http://www.businessweek.com/archives/1995/b34387.arc.htm?campaign_id=search

Boltanski e Chiapello (1999) abordam a literatura de gestão na qualidade de uma normativa do capitalismo, em clara alusão ao papel socializante exercido por esta e destacam a sua extraordinária eficácia e capacidade de penetração num conjunto de representações mentais, que ligam o modelo capitalista e os actos dos actores empresariais.

Na verdade, alguma literatura afecta à área da gestão acaba por ser o resultado dum processo editorial prescritivo e demonstrativo, que visa o negócio. É um processo multi-editorial, composto por pacotes de variados produtos e serviços, com base em revistas e livros que geram vídeos e CD-ROM's de formação, jogos, apresentações, discursos, *merchandising*, entre outros (Crainer, 1998). Para Willy Stern (2005c), a produção dum *best-seller* pode conter elementos que evidenciam como se faz a moda e o negócio, nomeadamente, quando revela a existência de escritores-fantasma⁹ ou a assiduidade enigmática dos mesmos consultores editoriais em obras de diferentes autores¹⁰. Segundo Stuart Crainer (1998), o autor de *The Age of Heretics* – Art Kleiner – é mencionado na qualidade de consultor editor em outros *best-seller*, tais como *The Fifth Discipline* de Peter Senge, *The Art of the Long View* de Peter Schwartz, *Control your destiny* de Noel Tichy, *The Last Word on Power* de Tracy Goss ou *The Living Company* de Arie de Geus. Ken Shelton – para além de editor da Executive Excellence – é identificado como sendo o *escritor-fantasma* de algumas obras emblemáticas na área de influência da gestão, tais como, *The Seven Habits of Highly Effective People* (de Stephan R. Corey), *21st Century Leadership* (de Larry Senn & Lynn MacFarasaskjh) ou *Managing People is like herding cats* (de Warren Bennis).

Se tudo isto não fosse suficiente para suportar o argumento sobre a instrumentalidade e o negócio que rodeia alguma literatura e algumas ferramentas da gestão, que dizer das confissões de Tom Peters – co-autor de uma das obras mais populares da gestão e geradora do movimento da excelência – que passados 20 anos após a edição de *Na senda da excelência* (Peters e Waterman, [1982] 1995) escreveu: “Não tinha ideia do que estava a fazer quando escrevi ‘Em busca da excelência’. Não tinha elaborado cuidadosamente um plano de trabalho. Eu não tinha de provar teoria alguma” (Peters, 2001).

É óbvio que nem toda a produção ou todas as ferramentas da gestão são fraudes científicas ou resultado de meras manobras comerciais. No entanto, quando se trata de tentar compreender o vigor de certos fenómenos, como o da empresarialização, há que considerar determinadas construções, até porque estas revelam não só a instrumentalidade das práticas que lhe estão subjacentes, como também o furor ideológico que orienta a construção da realidade económico-empresarial contemporânea, nomeadamente, por parte dos actores empresariais.

⁹ Os *escritores-fantasma* – escritores que escrevem a obra, mas que cedem a autoria desta a outros – sempre foram utilizados, no mundo do espectáculo e do desporto, tendo-se aparentemente instalado na literatura sob a influência da gestão.

5. Actores empresariais: categorias e representações

Fazer referência a um determinado conjunto de actores empresariais, implica ter presente particularidades, como por exemplo, a dimensão e a especificidade geográfica e económica do território em que operam, a ordem de grandeza demográfica em que se inscrevem, entre outros aspectos indissociáveis da dinâmica das suas actividades, que de algum modo podem enformar a existência de um pensamento empresarial local diferenciável de outros congéneres instalados noutras paragens. Não obstante as ressalvas, algumas dúvidas prevalecem: de que falam os actores empresariais? Que relação mantêm com as linhas de força do pensamento empresarial global contemporâneo, decorrente do sistema económico dominante?

Pensamos que das representações dos actores empresariais, só em plano secundário, surge o pensamento individual diferenciado, embora este possa ser absolutamente fulcral para demonstrar a latência dos mecanismos ideológicos que os orientam. O discurso dos actores empresariais não nos afasta da representação schumpeteriana do empresário (Schumpeter, [1912] 1982) ou não estivessem estes também imbuídos do culto da urgência e da instantaneidade (Aubert, 2005) e vocacionados para a acção, nomeadamente, face à pressão que advém dos clientes e à ameaça sempre latente que constituem os concorrentes.

Refira-se, no entanto, que o material em que sustentamos posição, resulta de um grupo de 30 actores empresariais regionais (da Madeira)¹¹ que auscultámos, em regime de entrevista semi-estruturada, cujo resultado posteriormente transcrevemos, tendo em vista submeter os respectivos discursos a uma análise de conteúdo (Bardin, [1977] 2004; Vala, 1990; Guerra, 2006), baseada na verificação de palavras-chave ou ideias-chave nas unidades de análise. A análise de conteúdo foi levada a efeito por recurso ao software NVivo7/8 que permitiu, numa fase final, estabelecer um sistema de 60 categorias, como resultado dos discursos registados.

Com os entrevistados e as entrevistas a denotarem comportamentos diferenciáveis, o sistema de categorias que se obtém revela-nos a existência de categorias com frequências distintas, quer por entrevista (E?), quer por entrevistado (E!)¹².

¹⁰ Hammer e Champy (1994) dão conta “das extraordinárias habilidades editoriais” de algumas pessoas –entre as quais, Donna Sammons Carpenter da WordWorks, Inc.- que “ajudaram a transformar uma massa disforme em uma narrativa coerente”; Hammer e Stanton (1995) agradecem os préstimos de vários colaboradores da Wordworks, Inc. “pela assistência editorial na melhoria da coerência e legibilidade do manuscrito, durante todo o seu desenvolvimento”; pela preparação do seu livro, Champy (1995) agradece aos “talentosos pesquisadores da WordWorks, Inc.”. A WordWorks apresenta-se na actualidade como sendo uma organização educacional e literária sem fins lucrativos. O seu site é <http://www.wordworksdsc.com/>.

¹¹ Detentores de tores funcionais com correspondência em níveis de responsabilidade de índole superior (empresários, administradores, gestores, directores, gerentes, entre outros).

¹² “Cases” corresponde ao número total de entrevistados que produziram conteúdos (segmentos de texto) para uma determinada categoria e “sources” corresponde ao número total de entrevistas em que uma determinada categoria foi aludida.

Tabela 1 – Frequência das categorias por entrevista e entrevistado

Categoria	E?1	E?2	E?3	E?4	E?5	E?6	E?7	E?8	Cases	Sources
China na globalização	0	0	3	0	0	0	0	0	3	1
Concorrência do Estado	3	0	0	2	0	0	0	0	5	2
Consequências da concorrência	1	2	3	1	0	0	0	0	7	4
Consequências da mudança	3	0	0	2	0	0	1	0	6	3
Crescimento empresarial	0	0	1	1	3	0	0	0	5	3
Cultura empresarial	0	1	0	2	1	0	1	0	5	4
Definição de inovação	0	3	3	4	0	3	1	2	16	6
Desafios das empresas	3	3	4	1	3	2	1	3	20	8
Diferenciação de mercados	3	2	2	1	0	1	1	0	10	6
Diferenciação entre inovação e invenção	0	0	4	2	0	0	0	3	9	3
Efeitos da intervenção do Estado	1	1	0	0	0	0	0	0	2	2
Empresas e marcas globais	0	0	2	0	0	0	0	0	2	1
Estratégia empresarial	0	1	0	0	2	0	1	2	6	4
Estratégias de gestão da tecnologia	2	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Exemplos de inovação	2	1	1	1	4	0	1	1	11	7
Exemplos sobre empresários e actividade empresarial	3	1	2	0	3	2	0	0	11	5
Experiências com clientes	1	0	0	0	0	2	0	0	3	2
Factores de competitividade	0	4	2	0	0	2	2	0	10	4
Fenómenos de moda empresarial	1	3	0	2	1	0	1	2	10	6
Função do Estado	0	0	2	0	0	0	1	0	3	2
Gestão	0	1	0	0	0	0	0	1	2	2
Ideias, técnicas e conceitos de Gestão	0	1	0	0	0	0	0	2	3	2
Justificação para a mudança	2	1	0	1	0	0	2	1	7	5
Legislação do Estado	2	1	0	3	0	1	0	0	7	4
Marketing	1	0	1	0	3	0	0	0	5	3
Modalidades de inovação	2	2	2	1	1	0	2	1	11	7
Modalidades de mudança	3	0	2	1	0	2	1	1	10	6
Mudanças forçadas	2	0	4	0	2	0	0	0	8	3
Outsourcing	0	2	0	0	0	0	0	1	3	2
Paradoxos da competitividade	1	1	1	0	0	0	0	0	3	3
Paradoxos da inovação	0	0	3	1	2	2	0	0	8	4
Paradoxos do sucesso	2	1	0	0	0	0	0	0	3	2

Parcerias e a cooperação no mercado	2	3	0	2	1	0	0	0	8	4
Participação das pessoas	4	3	0	0	2	3	2	0	14	5
Personalidades da Gestão	0	2	1	0	1	0	1	1	6	5
Política de inovação	0	0	2	0	0	0	1	0	3	2
Preço(s)	0	1	2	1	0	0	0	2	6	4
Problemas com que as empresas se deparam	3	2	1	4	2	1	2	2	17	8
Problemas e barreiras à inovação	3	4	0	3	4	2	3	1	20	7
Problemas que afectam a competitividade	2	2	0	2	1	0	0	0	7	4
Produtividade	1	0	0	2	0	0	0	0	3	2
Reforma do Estado	0	0	0	1	0	0	1	0	2	2
Rentabilidade	0	4	1	0	0	3	1	0	9	4
Responsabilidade das empresas	2	0	0	0	2	0	0	0	4	2
Valor para o cliente	1	2	0	0	1	0	0	0	4	3
Visão sobre a actividade empresarial	4	4	4	4	4	3	4	3	30	8
Visão sobre a competitividade	2	4	2	1	3	3	2	2	19	8
Visão sobre a concorrência	2	1	2	1	1	2	2	1	12	8
Visão sobre a gestão da qualidade	3	3	1	0	0	1	2	1	11	6
Visão sobre a globalização	0	0	3	2	0	0	0	1	6	3
Visão sobre a inovação	4	4	4	4	4	3	4	3	30	8
Visão sobre a liderança	0	1	0	1	0	0	2	1	5	4
Visão sobre a mudança	3	4	4	4	4	3	4	3	29	8
Visão sobre a tecnologia	3	3	3	1	1	2	0	1	14	7
Visão sobre as pessoas	4	3	3	4	4	3	4	3	28	8
Visão sobre o cliente	4	3	1	3	1	3	1	3	19	8
Visão sobre o Estado	3	1	1	1	1	2	4	1	14	8
Visão sobre o mercado	4	2	4	2	4	3	4	2	25	8
Visão sobre o sucesso empresarial	2	4	4	4	3	3	3	3	26	8
Visão sobre Portugal	2	1	0	3	1	1	3	2	13	7

A diversidade de categorias que é possível estabelecer no discurso dos actores empresariais é um dado relevante, nomeadamente, se considerarmos como a existência de sessenta categorias podem corresponder a um número inferior de (onze) macro-representações. Possivelmente ninguém esperaria que sessenta categorias correspondessem a número idêntico de representações, mas quando essa correspondência nem significa uma dúzia de representações, poder-se-á questionar: donde advém afinal

toda a atractividade que a actividade empresarial exerce na sociedade contemporânea, sendo certo que não será na complexidade das ideias ou num número assinalável de representações que assentará a denominada empresarialização?

Verificámos, pois, como o discurso fácil e que tende a preencher todo o espaço disponível, acaba por entroncar numa porção temática representativa de dimensões reduzidas, apesar da exuberância das ramificações que à primeira vista nos pode transmitir.

Tabela 2

CATEGORIAS		Cat.	%	%
		Acum.	%	Acum.
Dominantes	21	21	35,0%	35,0%
Complementares	27	48	45,0%	80,0%
Derivadas	9	57	15,0%	95,0%
Residuais	3	60	5,0%	100,0%
	60		100,0%	

Praticamente sem extensões profundas (categorias residuais) e com poucas ramificações intermédias (categorias derivadas), o discurso dos actores empresariais assemelha-se a uma árvore em que do tronco saem apenas alguns galhos principais (categorias dominantes) e secundários (categorias complementares), embora estes se encontrem praticamente desprovidos de folhagem e frutos que lhe possam conferir um porte ou uma silhueta assinalável.

Tabela 3

CATEGORIAS DOMINANTES	Cases	Sources
Visão sobre a actividade empresarial	30	8
Visão sobre a inovação	30	8
Visão sobre a mudança	29	8
Visão sobre as pessoas	28	8
Visão sobre o sucesso empresarial	26	8
Visão sobre o mercado	25	8
Desafios das empresas	20	8
Problemas e barreiras à inovação	20	7
Visão sobre a competitividade	19	8
Visão sobre o cliente	19	8
Problemas com que as empresas se deparam	17	8
Visão sobre o Estado	14	8
Visão sobre a tecnologia	14	7
Participação das pessoas	14	5
Visão sobre Portugal	13	7
Visão sobre a concorrência	12	8
Visão sobre a gestão da qualidade	11	6
Diferenciação de mercados	10	6
Personalidades da Gestão	6	5
Visão sobre a globalização	6	3
Visão sobre a liderança	5	4

Tabela 4

CATEGORIAS DOMINANTES	Cases	Sources
Definição de inovação	16	6
Exemplos sobre empresários e act. empresarial	11	5
Modalidades de inovação	11	7
Exemplos de inovação	11	7
Fenómenos de moda empresarial	10	6
Modalidades de mudança	10	6
Factores de competitividade	10	4
Rentabilidade	9	4
Parecerias e a coop. no mercado	8	4
Justificação para a mudança	7	5
Consequências da concorrência	7	4
Problemas que afectam a competitividade	7	4
Legislação do Estado	7	4
Estratégia empresarial	6	4
Cultura empresarial	5	4
Crescimento empresarial	5	3
Valor para o cliente	4	3
Responsabilidades das empresas	4	2
Paradoxos da competitividade	3	3
Ideias, técnicas e conceitos da Gestão	3	2
Experiências com clientes	3	2
Paradoxos do sucesso	3	2
Função do Estado	3	2
Produtividade	3	2
China na globalização	3	1
Estratégias de gestão da tecnologia	2	1
Empresas e marcas globais	2	1

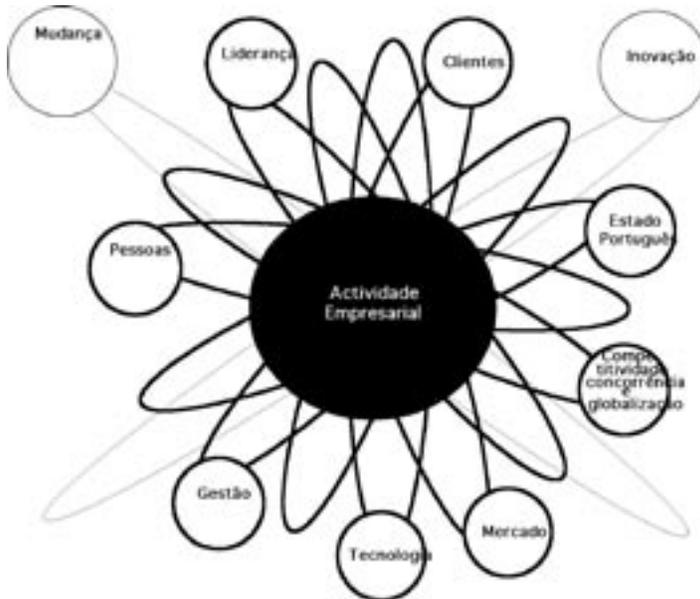
Tabela 5

CATEGORIAS DERIVADAS	Cases	Sources
Diferenciação entre inovação e invenção	9	3
Paradoxos da inovação	8	4
Mudanças forçadas	8	3
Preço(s)	6	4
Consequências da mudança	6	3
Marketing	5	3
Outsourcing	3	2
Efeitos da intervenção do Estado	2	2
Gestão	2	2

Digamos que é a simplicidade o que melhor caracteriza a imagem utilizada, mas com a particularidade de tal propriedade permitir-nos compreender como pode uma árvore tão espartana ocupar um lugar tão destacado numa paisagem tão austera. O discurso dos actores empresariais é uma árvore que se preocupa mais com a manutenção do seu tronco, do que com a fertilidade dos seus ramos¹³.

O discurso dos actores empresariais (que entrevistámos na região da Madeira) resulta em onze representações, dotadas de múltiplas intercepções entre si, que expressam os contornos dum sistema de pensamento partilhado, bem como os moldes da dependência ideológica que lhe dá sustentação. Os actores empresariais expressam-se por referência a uma grande actividade – representação actividade empresarial – que constitui a parte mais significativa do universo representativo que expressam, no qual co-existem outras representações alinhadas em órbitas mutuamente circulares, sinal que a força da influência gravitacional da representação central e a atractividade da sua massa referencial é significativa.

Imagem 1
Representações dos actores empresariais



¹³ O critério utilizado para a apresentação das representações dos actores empresariais foi o da ordenação destas em função das categorias que detinham com maior universalidade, ou seja, com maior número de contributos (entrevistados/cases). Nos casos em que as representações detinham categorias com o mesmo grau de universalidade, utilizamos o número total de categorias de cada representação como factor de desempate.

Neste universo de representações dos actores empresariais, a mudança e a inovação ocupam espaços de destaque no sistema global alcançado, visto que constituem representações significativas a ter em linha de conta após a representação central (actividade empresarial).

As sessenta categorias que nos permitiram alcançar as onze grandes representações dos actores empresariais da região da Madeira – actividade empresarial, inovação, mudança, pessoas, mercado, competitividade (concorrência e globalização), Estado Português, gestão, cliente, tecnologia e liderança – e que revelam uma forma característica de pensamento na actividade empresarial, reflectem a articulação entre a forma de pensar que vigora na actividade empresarial e o contexto social que a envolve (Mannheim, 1968). Este é um traço caracterizador e elementar da própria actividade empresarial contemporânea, passível de inferência na Madeira, que se pode conectar a representações empresariais emitidas noutras paragens.

6. Circum-ideologização

Após se estabelecer sessenta categorias e onze grandes representações dos actores empresariais insulares, tornou-se necessário confrontá-las com outros dados. Tendo em vista este propósito, a nossa opção recaiu na análise do perfil temático da revista de gestão e negócios nova-iorquina *Fast Company*¹⁴ (FC), com o intuito de avaliar até que ponto um projecto editorial de referência e com projecção global poderia – ou não – manter alguma relação com as representações dos actores empresariais insulares (ou vice versa).

¹⁴ A *Fast Company* (FC) é um projecto editorial com sede na Lexington Avenue – New York, responsável por duas frentes editoriais: uma edição impressa de uma revista e uma edição electrónica de um site, ambos sob a designação *Fast Company*, que são detidas em termos patrimoniais pela *holding* Mansueto Venture LLC. Enquanto a revista e o seu suporte físico estático pouco se distancia dos cânones tradicionais das publicações impressas em papel, o site segue o diapasão igualmente dominante nos projectos editoriais electrónicos. Para além dos melhores pensamentos, práticas, técnicas, ferramentas e táticas de gestão, publicados mensalmente na revista, o site www.fastcompany.com fácula todos os índices e os conteúdos publicados até ao momento na revista, permitindo ainda o acesso a um centro de recursos (onde são tratados temas como a liderança, a inovação, o marketing, o *networking*, a tecnologia, entre outros), a vários microsites (*Fast50*, *Tools you can use*, *The Corporate Shring*, *Top Jobs*, etc.), a *newsletters*, bem como a um conjunto de guias *online* sobre uma miscelânea de assuntos organizacionais, que podem variar da contratação, desenvolvimento, retenção e despedimento de empregados às lições de liderança, estratégia, inovação ou de mudança organizacional, com Internet, tecnologia, marketing e carreiras à mistura. Um dos primeiros factos que se apura no contacto com a *Fast Company* revela-nos a existência concreta de um entreposto de representações empresariais, que se assemelha a uma super caixa de ferramentas, repleta de utensílios à discrição do utilizador sensível ou disponível para as propostas instrumentais directivas. Os objectivos editoriais da FC são públicos e objecto de diversas reiteraões: “(...) enquanto outras revistas tentam mover mercados, a *Fast Company* move mentes. A *Fast Company* vai para além do perfil típico para fornecer as ferramentas, as lições de estratégia e as ideias que ajudam as pessoas a trabalhar de forma mais inteligente.” (*in Fact sheet Fast Company*). “A *Fast Company* tem como objectivo ser o manual da revolução dos negócios. Vamos reportar as mudanças em curso através das quais as empresas criam e competem, dar destaque às novas práticas que determinam como o trabalho é feito, mostrar os casos das equipas que estão a inventar o futuro e a reinventar os negócios. Acima de tudo, vamos equipar as pessoas que exploram este território inexplorado com ferramentas, técnicas, modelos e as atitudes adequadas que elas necessitam. É na *Fast Company* onde os melhores praticantes encontram as melhores ideias; os novos talentos encontram as ferramentas inovadoras; a emergente comunidade dos negócios encontra a conversação emergente sobre o futuro dos negócios.” (The Founding Editors, 1995).

Na verdade, as representações expressas por actores empresariais situados num contexto insular, atlântico, ultraperiférico e distante dos grandes centros de decisão empresariais – como foi o caso daqueles que auscultámos – revelam-nos a existência de um encaixe apurado das suas representações (insulares) no perfil temático de uma publicação norte-americana de projecção global.

Imagem 2



O que se observa deste cruzamento é a emergência duma realidade oculta, entre representações diferenciáveis e distantes geograficamente umas das outras (Madeira/Nova-Iorque), com ambas a denotarem uma obediência notável perante o guião ideológico vigente no sistema económico dominante (Swedberg, 2005), para além duma extraordinária correspondência representativa entre si. E nem os editores da *Fast Company* vieram à Madeira falar com os actores empresariais (que ouvimos) para fazerem as capas e os artigos que fizeram entre 1995 e 2005¹⁵, nem os actores empresariais da Madeira viram ou leram os conteúdos da *Fast Company*, situação que torna ainda mais assinalável as coincidências representativas que identificámos.

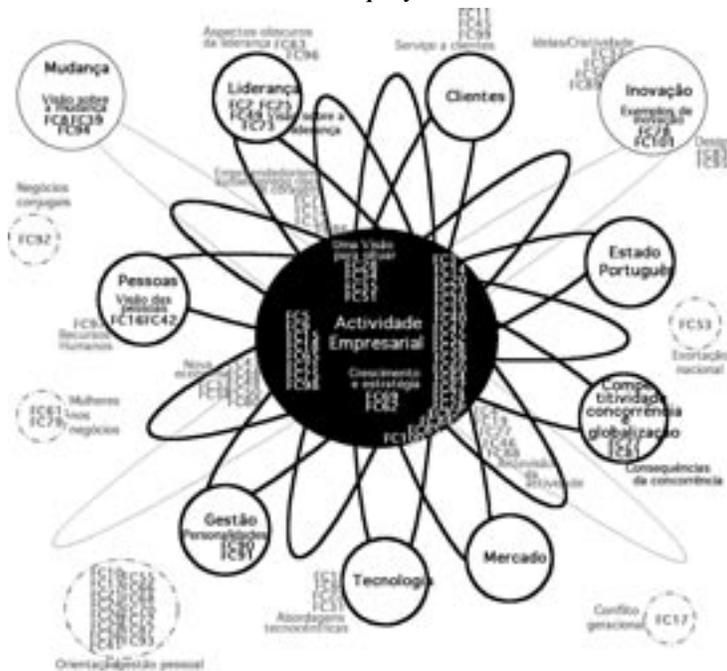
As representações dos actores empresariais da Madeira conseguem enquadrar-se em 81 das 101 capas da *Fast Company*, ficando somente de fora (deste encaixe a 80%) as capas relativas a temas como a orientação/gestão pessoal, o conflito geracional, os negócios conjugais, as mulheres nos negócios e a exortação nacional, ainda que neste último caso a proximidade face à representação do Estado Português não seja menosprezável. É certo que a correspondência dessas oitenta e uma capas da *Fast Company* com as representações dos actores empresariais não ocorre sempre da mesma forma, visto que existem situações em que a correspondência é de proximidade temática e não propriamente categorial. No entanto, a leitura que se obtém do cruzamento é esclarecedora sobre o grau de convergência entre representações insulares e globais.

A grande representação *actividade empresarial* expressa pelos actores empresariais acolhe (tendo em consideração as categorias que lhe dão corpo), um

¹⁵ Analisamos as edições da FC publicadas no período compreendido entre 1995 e 2005, num total de 101 edições.

total de 34 edições da publicação em referência. Todas as capas da *FC* relativas aos exemplos fornecidos para inspirar e aplicar por parte dos actores (*FC*3, 14, 20, 23, 30, 33, 40, 47, 52, 58, 59, 60, 64, 67, 74, 76, 82, 84, 85 e 100), mais não são do que um conjunto de conteúdos representativos com equivalência na categoria *Exemplos sobre empresários e a actividade empresarial*. Do mesmo modo, as edições que tratam os (*in*)sucessos (*FC*5, 9, 15, 18, 65, 71, 75 e 98) ou que fornecem *uma visão para situar* (*FC*28, 34, 35 e 51) ou que aludem ao *crescimento* e à *estratégia* (*FC*62 e 69), obtêm nas categorias *visão sobre o sucesso empresarial/paradoxos do sucesso, visão sobre a actividade empresarial, visão sobre o crescimento empresarial e estratégia empresarial*, respectivamente, autênticos homólogos categoriais lineares.

Imagem 3
Cruzamento das representações dos actores empresariais e o perfil editorial da *Fast Company*¹⁶



¹⁶ O círculo maior preenchido a negro e os outros círculos a traço negro contínuo (fino ou grosso) correspondem às representações dos actores empresariais da região da Madeira, que estabelecemos a partir da análise das entrevistas. Os círculos a traço verde descontinuo correspondem às representações que estabelecemos a partir da análise do perfil temático das capas da revista *Fast Company* e dos respectivos artigos, mas que não encontram equivalência nas representações dos actores empresariais da região da Madeira. Todas as designações *FC* a cor preta (por exemplo, *FC*8, *FC*39 e *FC*94) ou branca (por exemplo, *FC*28, *FC*24, *FC*35 e *FC*51), localizados no interior das representações dos actores empresariais (círculos a traço negro contínuo) têm equivalência em categorias que integram as representações dos actores empresariais. Todas as designações *FC* a cor vermelha (por exemplo, *FC*1, *FC*6, *FC*22 e *FC*36), localizadas junto ao perímetro exterior das representações dos actores empresariais da região da Madeira (círculos a traço negro contínuo) correspondem a temas das capas da revista *Fast Company*, que embora não tendo uma equivalência categorial no âmbito das representações, nomeadamente, nos moldes referidos na alínea anterior, são tematicamente próximas da representação junto à qual se localizam.

Este fenómeno de convergência torna-se a verificar no âmbito das representações *mudança* (FC8, 39 e 94), *inovação* (FC78 e 101), *competitividade*, *concorrência e globalização* (FC 77 e 81), *Gestão* (FC 90 e 91), *peçoas* (FC 16 e 42) e *liderança* (FC2, 25, 49 e 73), traduzindo uma intensa e permanente linearidade entre as representações dos actores empresariais e (est)as (15) capas da FC.

Deste modo, o somatório das convergências ou correspondências lineares até aqui mencionadas, significam que cerca de 50% das capas da *Fast Company* encontram fácil acolhimento em categorias das representações dos actores empresariais. É notável o poder de encaixe verificável entre representações com origens tão distintas (insular vs. global).

Vimos que do cruzamento entre as representações dos actores e o perfil temático da FC resulta uma espécie de grau de convergência total ou bruta de 80%, do qual acabámos de obter – por refinamento interpretativo – um grau de convergência de intensidade máxima de aproximadamente 50%. Resta, pois, verificar de que tipo é a convergência (das restantes 32 revistas) que ainda se encontra por interpretar e da qual não fazem parte as edições referentes aos *traços orientação/gestão pessoal*, *conflito geracional*, *exortação nacional*, *mulheres nos negócios* e *negócios conjugais*, que como já tivemos oportunidade de referir, não são passíveis de encaixe nas categorias e representações dos actores empresariais.

Portanto, facilmente se percebe que o tipo de convergência ainda por interpretar é de proximidade ou contiguidade, ou seja, não têm propriamente equivalência nas categorias dos actores, mas roça-as. Vejamos: as edições da FC que traduzem *abordagens tecnológicas* (FC1, 6, 22 e 31), não obtêm qualquer categoria equivalente, mas convergem claramente para o âmbito da representação *tecnologia*. Do mesmo modo, os *Recursos Humanos* (FC97) gravitam nas proximidades da representação *peçoas*; tal como os *aspectos obscuros da liderança* – tratados pelas FC 63 e 96 – na da representação *liderança*; ou o *serviço a clientes* (FC11, 45 e 99) na da representação *cliente*. Sem esquecer as menções ao *design* (FC83 e 95), às *ideias* e à *criatividade* (FC37, 54, 56 e 89) que se situam na zona de influência representativa da *inovação*, para além das alusões ao *empreendedorismo*, *auto-emprego*, *risco e coragem* (FC7, 12, 57 e 86) ou às *antevisões da actividade* (FC4, 19, 27, 46 e 48) ou à *nova economia* (FC32, 38, 43, 44, 48, 50 e 80) que gravitam em órbitas próximas da representação dominante *actividade empresarial*.

Efectivamente, as representações na (e da) actividade empresarial são fundamentalmente fruto de movimentos giratórios circulares, pouco variáveis ou expansivos, privados de órbitas livres ou próprias, aliás, incompatíveis com uma gravidade circum-ideológica que lhes descreve e condiciona a trajectória, tal como a dos actores que nela se movimentam e actuam.

Considerações finais

A actividade e a mudança sócio-organizacional surgem na encruzilhada de

diferentes perspectivas disciplinares, pelo que o confronto acaba por se tornar numa tarefa inevitável; mas como já observaram Kovács e Casaca (2000), a convergência por vezes em termos de discursos e objectos de estudo entre perspectivas distintas (sociologia/gestão, neste caso) é limitada, sendo os eventuais pontos de contacto apenas ao nível terminológico. Assim, uma pretensa paridade teórica e técnica entre disciplinas está desprovida denexo.

Todavia, do confronto entre as perspectivas sociológicas – mecânico – burocráticas, sistémicas, sociotécnicas ou interaccionistas – e as ferramentas da gestão através dos seus modelos, técnicas e ideias – sobressaem as propriedades de uma prática (gestão) que maneja uma racionalidade instrumental, face à qual, as respectivas aptidões para servir de exemplo ao funcionamento complexo da sociedade são no mínimo questionáveis. Sabemos ainda que as propostas que referem a actividade empresarial (privada) como sendo o paladino da eficiência, mas que também a sugerem como sendo uma via de sentido inevitável, como se a boa organização fosse uma questão de domínios de pertença (pública ou privada), não consideram ou explicam cabalmente em que contextos ou circunstâncias essas propostas são efectivamente adequadas ou válidas.

As propostas de empresarialização da sociedade, tal como as ferramentas da gestão ou a essência dos discursos dos actores empresariais encontram-se inscritas no alinhamento ideológico da gestão e do sistema económico dominante – o capitalismo (Swedber, 2005), que advoga a supremacia dos sistemas de produção, a procura do lucro, a apologia do comércio livre ou o protecționismo como pecado (Luttwak, 2000), bem como a transacção incessante de produtos, serviços, informação e trabalho (Greif, 2005).

Efectivamente, os fundamentos ideológicos de suporte à acção, que se usam (por vezes sem se saber) e que se reproduzem e fortalecem (sem querer), somente, pela mera utilização, preenchem a actividade empresarial contemporânea e são tanto inevitáveis como necessários, num tempo marcado pelo individualismo, o curto prazo, o contraditório, os princípios de urgência, a instantaneidade ou a ambivalência em que decorre o sistema económico dominante. Não é certo, porém, que constituam uma opção social única ou universal.

Referências Bibliográficas

ABRAHAMSON, E. (1991), “Managerial fads and fashions: the diffusion and rejection of innovations”, in *Academy of Management Review*, 16, 586-612.

— (1996), “Management fashion”, in *Academy of Management Review*, 21, 254-285.

ALVES, M. L. (1995), *A reengenharia dos processos de negócio*, Lisboa, Texto Editora.

AUBERT, N. (2005), *L'individu hypermoderne*, Ramonville Saint-Agne, Éditions Érès.

BARDIN, L. [1977 (2004)], *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

BAUMAN, Z. (1998), *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

— (1999), *Modernidade e ambivalência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

- (2001), *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BECK, U. (2001), *La société du risque*, Paris, Flammarion.
- BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. [1966 (2004)], *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BOUDON, R. (1990), *O lugar da desordem*, Lisboa, Gradiva.
- BOURDIEU, P. (1994), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOWLES, M. (1997), “The myth of management: direction and failure in contemporary organizations”, in *Human Relations*, 50 (7), 779-803.
- CASTELLS, M. (2002), *A sociedade em rede – Vol. I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHAMPY, J. (1995), *Reengenharia da gerência*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- CHANLAT, J. F. (2000), *Ciências sociais e management*, São Paulo, Atlas.
- CLARK, T.; GREATBATCH, D. (2004), “Management fashion as image-spectacle”, in *Management Communication Quarterly*, 17 (3), 396-424.
- COLLINS, J. C.; PORRAS, J. I. (1996), “Building your company’s vision”, in *Harvard Business Review*, September-October.
- COULSON-THOMAS, C. (1996), *Reengenharia dos processos empresariais*, Rio de Janeiro, Record.
- CRAINER, S. (1998), “In search of the real author”, in *Management Today*, May.
- DAVENPORT, T. H. (1994), *Reengenharia de processos*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- DAVENPORT, T. H.; SHORT, J. E. (1990), “The new industrial engineering: information technology and business process redesign”, in *Sloan Management Review*, Summer, 11-27.
- DÉRY, R. (2000), “Homo administrativus et son double en quête de savoir” in Marcel Côté e Taïeb Hafsi (dir.), *Le management aujourd’hui – Une perspective nord-américaine*, Québec/Paris, Les Presses de l’université Laval et Economica, pp. 3-30.
- DUCK, J. D. (1993), “Managing change. The art of balancing”, in *Harvard Business Review*, November-December.
- GAULEJAC, V. (2005), *La société malade de la gestion. Idéologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social*, Paris, Éditions du Seuil.
- GOFF, J.P. L. (1997), *As ilusões da gestão*, Lisboa, Difusão Cultural.
- GOFFMAN, E. [1959 (1993)], *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio d’Água.
- GRANOVETTER, M. [1985 (2003)], “Acção económica e estrutura social: o problema da incrustação”, in J. Peixoto; R. Marques (Eds.), *A Nova Sociologia Económica*, Oeiras, Celta, pp. 69-102.
- GREIF, A. (2005), “Institutions, markets and games”, in V. Nee e R. Swedberg, (ed.), *The Economic Sociology of Capitalism*, Princeton & Oxford, Princeton University Press, pp. ix-xxxii.
- GUERRA, I. C. (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*, Estoril, Principia.
- HAMMER, M. (1990), “Engineering Work: don’t automate, obliterate”, in *Harvard Business Review*, July/August, 104-112.

- (1996), “E depois da reengenharia?”, in *Executive Digest*, 33, Agosto, 56-60.
- HAMMER, M.; CHAMPY, J. (1994), *Reengenharia. Revolucionando a empresa*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- HAMMER, M.; SANTON, S. (1995), *A Revolução da Reengenharia*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- HOLTHAM, C. (1996), “Reengenharia dos processos empresariais: verdades e mentiras”, in C. Coulson-Thomas (ed.), *Reengenharia dos Processos Empresariais. Mito e realidade*, Rio de Janeiro, Record, pp. 75-92. Disponível em:
<http://www.fastcompany.com/magazine/53/peters.html>
- KOTTER, J. P. (1995), “Leading change: why transforming efforts fail”, in *Business Harvard Review*, March-April.
- KOVÁCS, I.; CASACA, S. F. (2000), “Evolução dos temas em Gestão e SIOT: modas, rivalidades e influências”, in *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra.
- LIPOVETSKY, G. ([1979] 1989), *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio d’Água.
- LUTTWAK, E. (2000), *Turbocapitalismo*, Lisboa, Temas e Debates.
- MANGANELLI, R.; KLEIN, M. (1994), *The Reengineering Handbook. A step by step to business transformation*, New York-London, Amacom.
- MANNHEIM, K. (1968), *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- MORIN, E. (2005), *Introduction à la pense complexe*, Paris, Seuil.
- PETERS, T.; WATERMAN, B. (1995), *Na senda da excelência*, Lisboa, Dom Quixote [1982].
- PETERS, T. (2001), “Tom Peter’s true confessions”, in *Fast Company* (53). Disponível em:
<http://www.fastcompany.com/magazine/53/peters.html>
- REED, M. (1997), *Sociologia da Gestão*, Oeiras, Celta.
- RODRIGUES, R. F. (1998), *Organizações, mudança e capacidade de gestão*, S. João do Estoril, Principia.
- (2008), *Mudança: representações dos actores empresariais na região da Madeira*, Tese de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, ISEG-UTL.
- ROSA, L. (1992), *Sociologia de empresa*, Lisboa, Presença.
- SAINSAULIEU, R. (2001), *Sociologia da empresa. Organização, cultura e desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Piaget.
- SCHUMPETER, J. A. [1912 (1982)], *Teoria do desenvolvimento económico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo económico*, São Paulo, Abril.
- SEGRESTIN, D. (1992), *Sociologie de l’entreprise*, Paris, A. Colin.
- STERN, W. (1995a), “Did dirty tricks create a best-seller?”, in *BusinessWeek*, 7/August.
- (1995b), “The unmasking of a best seller: Chapter 2”, in *BusinessWeek*, 14/August.
- (1995c), “Reengineering the best-seller list”, in *BusinessWeek*, 21/August.
- STURDY, A. (2004), “The adoption of management ideas and practices. Theoretical perspectives and possibilities”, in *Management Learning*, 35, 155-179.
- SWEDBERG, R. (2002), *Entrepreneurship. The social science view*, Oxford, Oxford University Press.

— (2005), “The economic sociology of capitalism: an introduction and agenda”, in V. Nee; R. Swedberg, *The economic sociology of capitalism*, Princeton & Oxford, Princeton University Press, pp. 3-40.

THE ECONOMIST (2005), “Today’s favourite management tools”, April 7th.

THE FOUNDING EDITORS, (1995), “Handbook of the business revolution – Manifesto”, in *Fast Company* (1). Disponível em: <http://www.fastcompany.com/magazine/01/edpage.html>

TOURAINÉ, A. (1973), *Production de la société*, Paris, Seuil.

VALA, J. (1990), “A análise de conteúdo”, in A. S. Silva; J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 101-128.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract:

Following the symbolic and economic hegemony of firm’s activity, there’s the phenomenon of corporatization. Society is increasingly regarded as a firm with diverse social functions transferred to the private tutelage, under the theoretical and ideological intentions of management and its tools. This paper reflects on the sociological characteristics of the management and reengineering, in order to expose the limits of rationality that both express, as well as the ideological representations that guide business nowadays.

Keywords: Corporatization; Society; Management; Reengineering; Ideology.

Résumé:

En raison de l’hégémonie économique et symbolique de l’activité des entreprises, il ya le phénomène de la corporatisation. La société est de plus en plus considérée comme une entreprise, avec diverses fonctions sociales transférées à la tutelle privée, dans le cadre des intentions théoriques et idéologiques de la gestion et de ses outils. Cet article se penche sur les caractéristiques sociologiques de la gestion et de la réingénierie, afin d’exposer les limites de la rationalité qui expriment tous deux, ainsi que les représentations idéologiques qui dirigent aujourd’hui des entreprises.

Mots-clés: Corporatisation; Société; Gestion; Réingénierie; Idéologie.

ENTREVISTA

Judith Butler

Realizada por Charlotte Hess e Valentin Schaepelynck ao microfone da Rádio Libertaire e traduzida por Pascoal Carvalho e Ana Filipa Rodrigues

Performance e pensamento crítico. Entrevista com Judith Butler¹

Por Charlotte Hess² e Valentin Schaepelynck³

Tradução: Ana Roseira Rodrigues⁴ e Pascoal Carvalho⁵

Introdução

A tradução de obras de Judith Butler, ao longo dos últimos anos em França, permitiu tomar contacto com o seu trabalho que incide na pluralidade dos feminismos americanos. Durante muito tempo, os defensores da ordem republicana em França quiseram apenas ver neste pensamento o ponto de partida para reivindicações identitárias ou comunitárias.

Triste contra-senso: este trabalho, no cruzamento do feminismo com o movimento *gay* e lésbico, nunca deixou de criticar radicalmente qualquer essencialismo, qualquer diferencialismo, e de rejeitar antecipadamente qualquer identidade acabada e qualquer postura moralista, mesmo que vestida de aparências subversivas. Podemos constantemente destituir, contornar, devolver, subverter o que nos é imposto e destinado.

Para além do seu carácter por vezes exigente e filosófico, os textos de Judith Butler convidam-nos, portanto, a exigências mais concretas, como são as da produção de espaços de cooperação para trabalhar e afastar as normas que nos constituem, para produzir outras figuras de vida e de pensamento.

Não é, certamente, indiferente para nós receber hoje Judith Butler em França. Falamos a partir de um contexto específico, de uma cólera muito saudável que se faz

¹ Esta entrevista resulta de uma emissão de *Zones d'attraction*, transmitida no dia 29 de Outubro de 2010 pela Radio *Libertaire*, uma rádio francesa livre. Disponível em: <http://www.zonesdatraction.org/>

² Collectif Zones d'attraction, France.

³ Université Paris 8, Laboratoire Experice / Collectif Zones d'attraction, France.

⁴ Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁵ Doutorando em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ouvir e se confronta perante as *flash-balls* e bastões, em lugares tão diversos como refinarias, transportes e escolas. Esse diálogo só poderá ser colocado sob o signo de uma solidariedade de princípio com a greve dos últimos dias e da esperança do seu prolongamento.

Charlotte Hess (CH) – Para começar, o que é o género e porque é ele considerado em termos binários? Qual é o interesse em levantar a questão da diferença dos sexos em termos de género, ao invés da relação entre os sexos ou de diferença sexual?

Judith Butler (JB) – *Eu penso que a palavra “género” permite-nos pensar como certas normas sociais constroem a maneira como olhamos as pessoas no espaço social. Por exemplo, nós assumimos que vemos dois géneros, um género masculino e um género feminino mas, na verdade, quando fazemos essa suposição, corremos o risco de cometer um erro.*

Penso que há muitas pessoas que não se enquadram num sistema de dois géneros. E se apenas dizemos “sexo” ou “relação entre os sexos”, assumimos que há dois sexos. Mantemos essa suposição mas sabemos que há pessoas que são intersexuais, que são queer, que são transgénero e transexuais, que não se enquadram nesta ideia de “sexo binário”. Assim, se queremos construir um mundo onde as vidas das minorias sexuais e de género sejam reconhecíveis, perceptíveis, precisamos de outro vocabulário.

CH – Então, o que pode significar uma “performatividade do género” porque, naturalmente, não é suficiente afirmar “Eu sou um homem” para desafiar tais relações. Por outras palavras, não nos libertamos de determinações sociais por decreto...

JB – *Eu compreendo que essa interpretação seja muito popular em França. É muito importante distinguir entre uma teoria da performatividade, que é voluntária, absolutamente voluntária, e uma outra teoria. Eu diria que nós estamos sempre a lutar. A performatividade é uma luta com normas adquiridas. Não podemos simplesmente fazer normas ex nihilo, a partir de nada. Nós somos interpelados e formados de certas maneiras através de normas de género e ainda assim elas não nos formam numa maneira determinista, numa situação colectiva ou através de um conflito cultural. Nós podemos intervir na reprodução das normas.*

CH – De facto, o seu exemplo do *drag* não foi bem entendido durante bastante tempo. Contribuições posteriores ajudaram a dissipar esse mal entendido, mostrando o que realmente estava em jogo. Corresponder totalmente à norma não existe. Nunca poderemos ser completamente “homem” ou “mulher”. De certa forma, mostra como falhamos sempre ao ir de encontro ao modelo, ao estereótipo, e realmente é esta correspondência falhada e este insucesso que são interessantes.

JB – *Sim, mas eu diria que mesmo a mulher mais normal e típica, ou o homem mais normal e típico, nunca correspondem completamente à norma. É por isso que*

se esforçam tanto todos os dias. Se vocês correspondessem à norma, não havia trabalho a fazer, não haveria esforço, certo? Corresponder a uma norma é uma tarefa difícil e eu penso que talvez aqueles que têm realmente o género como vocação, e a moda tem o género como vocação, têm de trabalhar todos os dias, todo o dia. Você está a trabalhar quando está a dormir e a pôr as suas loções. Você trabalha infinitamente. E ninguém atinge a norma. Assim, podemos dizer que um drag queen corresponde tão absolutamente à norma que não há subversão, mas na verdade não estou certa de que alguém corresponda realmente. Penso que é um erro imaginar que poderíamos dar um exemplo: “Oh, este drag queen é subversivo” e “Este drag queen é normalizado”, certo? E poderíamos fazer uma lista e um modo de avaliação pelo qual nós julgássemos e distinguíssemos o subversivo do normal. Não é este o objectivo. Isso também coloca o teórico numa posição autoritária de “Oh, eu vou julgar quem é subversivo e quem não é”. Na verdade, o que acho mais importante é abrir um espaço experimental de modo a que o género possa ser vivido de modo a que participe da norma, de modo a que se desvie da norma e ainda de modo a produzir convenções ou produzir novas possibilidades de vida. Mas, de certa maneira, tem de ser imprevisível. Ele não pode ser totalmente calculado antecipadamente nem pode ser conhecido com antecedência, pois o objectivo é abrir o espaço daquilo que conta para que uma vida possa ser vivida.

CH – Parece-me ser uma ideia muito forte que convida também a conceber a crítica como uma actividade inexoravelmente aberta, direccionando o seu olhar sobre o devir, o inacabado, sobre os processos de produção em vez do resultado.

JB – *Sim, é um processo aberto. Mas há pessoas que me dizem “Ah, mas a minha identidade de género é realmente fixa. Isto é o que eu sou e não quero que mude” e outras pessoas dizem mesmo “Eu gosto do sistema do género binário. Não me levem isso.”. Por isso eu digo, “Claro! Eu não estou a tirá-lo. Eu não estou a dizer ‘você deve transcender o género binário’”, mas uma coisa é insistir que vivemos dentro de uma estrutura binária do género e outra, bem diferente, é insistir que toda a gente vive nessa estrutura. Assim, o que eu quero dizer é que nós não podemos ser prescritivos nestas matérias. Na verdade, nós vivemos presentemente num mundo com muitas prescrições violentas ao nível do género e eu tento lutar contra essas prescrições violentas.*

Valentin Schaepelynck (VS) – Alguns quiseram ver, através do seu discurso, a negação da materialidade, da objectividade do corpo. E respondeu a estas objecções, nomeadamente num livro intitulado *Bodies that Matter*, traduzido para o francês como *Ces corps qui compte*. Parece insistir em afirmar que o corpo está sempre, de alguma forma, recapturado ou prescrito pelo discurso. Por outras palavras, parece que para si, até mesmo ciências como a Biologia devem ser entendidas no contexto de uma genealogia política.

JB – *Eu diria que as ciências naturais têm uma história complexa e têm uma*

história particularmente complexa no que toca ao sexo, à reprodução, à raça, e essas categorias são articuladas e reproduzidas através vários mecanismos de poder. Eu entendo que a articulação do discurso do género ou a articulação discursiva do sexo, e mesmo da raça, da qual podemos falar, não é completamente analógica e há conexões muito importantes a fazer no que diz respeito ao sexo. Esse discurso faz parte de uma genealogia política desses conceitos. Em parte, eles funcionam através dessa construção discursiva. Se eu bem entendi, você parece fazer uma distinção entre uma construção discursiva e uma genealogia política e, no meu ponto de vista, a construção discursiva é um instrumento através do qual uma genealogia política afecta o campo dos corpos.

CH – A fim de reflectirmos o que pode ser a *performance* hoje, poderia distinguir o que entende por *performance* e performatividade?

JB – *Bem, é difícil. É verdade que os dois conceitos estão entrelaçados mas é necessário distingui-los também. Eu penso que quando as pessoas falam de performance, elas estão, na maior parte das vezes, a imaginar de que forma um corpo se mostra, se manifesta, que significação tem em público ou num campo político. As pessoas assumem a visibilidade e a legibilidade do corpo. E isso é verdade! Nós fazemos, refazemos o género na forma como actuamos ou damos estilo aos nossos corpos. Porém, quando são aprovadas novas leis, ou formuladas regras médicas que procuram regular como os corpos podem aparecer em público – como, por exemplo, a lei contra a burka ou novas regras que limitam quem pode reproduzir e quem não pode reproduzir, ou quem pode casar ou quem não pode casar, quem tem direitos de imigração e que não tem direitos de imigração – nós vemos categorias de género, raça, cidadania serem performativamente reproduzidas a esse nível. Nós podemos falar da performatividade da lei e pensar sobre que categorias do cidadão são reproduzidas, intervencionadas, como elas se formam ao longo do tempo. Nós podemos pensar sobre as categorias que regulam a actividade médica ou psiquiátrica, como a ideia de homossexual ou a ideia de uma mulher que pode reproduzir. Estas categorias são discursos poderosos que repetem e implantam categorias tidas como naturais. Elas afectam absolutamente o corpo! Mas a trajectória da performatividade e a performance do corpo não são bem a mesma coisa. Há uma performatividade do discurso e do poder, que é distinta da performatividade do corpo. As duas cruzam-se invariavelmente mas não se correspondem exactamente.*

CH – Para esclarecer um pouco este ponto, para si, a performatividade deve ser sempre pensada enquanto uma atribuição?

JB – *Uma criança nasce, o sexo é imediatamente atribuído, mesmo quando não é claro qual dos sexos deveria ser; que é o caso dos intersexuais. E depois há outras formas de atribuição ou interpelação que acontecem a toda a hora assim que nos formamos como criaturas de género, como cidadãos e não-cidadãos, como minorias raciais ou minorias religiosas. Mas o meu ponto de vista é o de que essas repetições*

podem ser intervencionadas, podem ser interrompidas, podem ser invertidas e podem ser combatidas e o problema é, claro, se a formação real, se o sentido real de self está ligado a um certo tipo de atribuição ao mesmo tempo que essa mesma atribuição é forma de subjugação. Você tem de arriscar a sua própria inteligibilidade social para lutar contra a sua própria subjugação. Eu não sei se isto é claro. É difícil mas é muito importante. “Quem sou eu depois disto?” É uma questão.

CH – Sendo assim, será possível para si conceber a *performance* de outra forma que não sob a do afastamento?

JB – *Sim, podemos dizer que há desafios na vida quotidiana. Por exemplo, eu tenho amigos que sempre que têm de ir à casa de banho de um lugar público não sabem se devem ir à dos “homens” ou à das “mulheres”. É uma crise. Se eles forem à dos homens, alguém lhes vai dizer “Tu não pertences aí” e expulsa-os. Se eles forem à das mulheres, elas vão chamar a polícia. Por isso, é um problema muito baseado no corpo. Para onde é que eles vão? Às vezes, eles esperam longos períodos de tempo até encontrarem o lugar certo. Isto é uma piada sobre a vida quotidiana, mas e se a polícia vem e vos tira da casa de banho das mulheres uma vez, cinco vezes, dez vezes? E quando eles vêm, tiram-vos, abanam-vos, deixam-vos toda a noite encostados à parede, algemados, com as câmaras desligadas para que não haja registo da forma como eles vos trataram. Começam a gritar-vos insultos, insultos homofóbicos e transfóbicos e, finalmente, dão-vos uma intimação devido a intrusão ou algum crime arranjado, porque vocês eram uma ameaça à segurança pública. Em seguida, vocês passam seis meses em tribunal a gastar todo o vosso dinheiro a defender-vos. Parece-me que aí, o que parecia uma espécie de exemplo cómico, na verdade, transforma-se em algo mais sério. É uma questão de assédio por parte da polícia. Por exemplo, na Penn Station em Nova Iorque, a polícia pode tirar pessoas transgénero da casa de banho, mas também podem tirar sem-abrigo do chão porque os sem-abrigo não têm um lugar para dormir. E todos eles (prostitutas, trabalhadores do sexo, transexuais, sem-abrigo) acabam em celas sem advogados, frequentemente algemados, encostados à parede e bombardeados com insultos. Então, há uma questão sobre as consequências políticas de aparecer em público e elas podem ser violentas. Eu penso que a teoria da performance/performatividade talvez precise de ser associada ao direito de aparecer em público. Hannah Arendt disse que não poderia haver democracia sem o direito de aparecer em público. E se pensarmos sobre este direito, ele sustenta as manifestações mas também protegeria os direitos das mulheres que usam burka para aparecer em público. Ou protegeria os direitos das pessoas transgénero ou transexuais para aparecer em público nos países em que não lhes é permitido aparecer em público. Nós poderíamos pensar sobre o direito de aparecer como algo que pertence a uma minoria sexual, minoria de género mas também minorias raciais e isso seria uma forma diferente de pensarmos o campo político contemporâneo. Eu fiquei chocada quando estive na Turquia e fiz parte de uma manifestação onde trabalhadoras do sexo, feministas, anti-militaristas e transexuais estavam na rua. Nós estávamos em Ancara, onde um transgénero pode*

receber uma multa, uma pena, ser preso ou ser fisicamente assediado pela polícia ou qualquer outra pessoa, mas porque éramos um colectivo, conseguimos aparecer em público naquele dia. No dia seguinte, as pessoas poderiam ser agredidas, mas naquele dia conseguimos. E depois disso, chocou-me chegar a França e perceber que a grande maioria dos franceses são a favor da perseguição aos romenos ou da perseguição das mulheres que vestem a burka, usando para isso o poder policial do Estado! Contra as minorias? Com o objectivo de as expulsar? Para prendê-las ou encontrá-las? Nesse momento pensei: “Qual destes países é o mais progressista? Quem é que aqui é progressista? E quem é que aqui é regressivo?”. O que quero dizer é que, ao menos, na Turquia a união era forte. Eu não vi a mesma união aqui em França sobre este assunto em particular, mas disse a mim própria que ambas as vias estão absolutamente erradas. Ambas as maneiras de limpar o espaço público são absolutamente erradas e talvez o direito de aparecer em público tenha de ser entendido como fundamental para as democracias.

CH – É aqui que se coloca a questão do espaço público como lugar do político. Podemos ainda esperar uma voz política quando somos apagados do espaço público?

JB – *Se eu bem entendi, está-me a perguntar sobre o lugar do discurso e se ele está fora do espaço público, mas sabe, se pensarmos sobre os media, ou sobre a escrita/impressão, filmes, documentários, conferências até, estes são meios em que a palavra entra no espaço público de uma maneira ou de outra. Muitas vezes, a palavra entra no espaço público com a imagem. Mesmo quando é virtual, não há corpos a ver. E, por isso, eu não sei exactamente o que me está a perguntar. Se eu entendo a performatividade exclusivamente como discursiva? Não, não é esse o meu ponto de vista. Existe sempre a questão de mostrar, de aparecer, o que talvez tenha mais a ver com a ideia de aparência. Às vezes, há uma ideia de intervenção que implica colocar alguém na frente, e também há a questão de introduzir um novo vocabulário ou novas formas de falar, não porque o discurso seja um fim em si próprio, mas porque, às vezes, novas formas de falar e novas formas institucionais, e novas formas anti-institucionais, dão mais possibilidades de viver a vida. Assim sendo, eu não acredito que o discurso seja tudo. Penso que precisamos de intervir ao nível do discurso, onde também estão contempladas as instituições, espaço público, leis, formações do Estado, de forma a produzir mais possibilidades de viver a vida.*

CH – Também diz que devemos revisitare o que significa a crítica. Isso não implica, necessariamente, considerar positivamente os jogos de linguagem? Por outras palavras, poderíamos conceber as diferenças produzidas pelas palavras sem ser pela busca dos seus segredos, ou pelo método desconstrucionista da escavação infinita da metáfora? Será que uma figura política não é mais do que esta capacidade enunciativa que reconfigura a ligação do visível e do dizível, a relação entre palavras, entre corpos...

JB – Bem, deixem-me dizer-vos que é sempre um pouco difícil em França, mas também noutros países, pois existe uma *décalage* inevitável entre o meu trabalho anterior; os meus primeiros trabalhos, agora com vinte anos, e o que faço agora. É verdade que a performance/performatividade foram muito importantes para o meu trabalho inicial. Eu não o rejeito, mas prossegui para novas direcções. E penso que, quando era mais nova, estava muito interessada em defender um pós-estruturalismo muito centrado nas questões da linguagem ou discurso e, claro que as pessoas perguntavam-me “Existe realidade para além do discurso?”, ou “Depois da análise de discurso, que tipo de política pode ocorrer?”. Acho que, nos últimos anos, estou menos interessada em travar esse tipo de batalhas académicas. Ainda penso sobre a noção de Crítica e o que significa para mim, ou como posso usá-la. Em parte, sinto-me em dívida com o pensamento marxista. Se recuarmos aos seus escritos iniciais, ele tem um belo texto chamado “For the ruthless critique of everything existing”. Não sei como se traduz. Interessa-me como a ideia de pessoa é reproduzida na família, fora da família, no mercado, numa sociedade mais alargada. Na Ideologia Alemã, Marx foi muito claro ao dizer que, se pensarmos sobre a esfera da produção, temos de pensar como a pessoa é reproduzida. Quem é pessoa? Quem nos qualifica como pessoas? E isto, para mim, é uma intervenção crítica. De certa maneira, quando eu pergunto quem conta como sujeito isso emerge dessa tradição, mas de maneira diferente. Eu considero que a regulação legal e social e as normas fazem parte da questão “Quem nos qualifica como sujeito?” e isto faz parte de um movimento crítico. Há alguns desvios relativamente a um modelo marxista clássico, mas eu sinto que ainda há afinidades entre o meu projecto e um projecto marxista. Deste modo, por exemplo, quando Foucault escreveu o seu ensaio, ou deu a sua Lição sobre a Crítica – *Qu’est que est la critique?* – ele fala de como a realidade inteligível é estabelecida e a Crítica lança as seguintes questões: “O que deve ser excluído para a que a realidade inteligível seja estabelecida?”, “Como é que demonstramos a contradição, sobretudo numa sociedade que se reclama universalista, quando temos de excluir certas populações para manter esse universalismo?”. A Crítica faz parte da demonstração dessa contradição, mas também da intervenção, ao trazer para o espaço público aqueles que são considerados desqualificados enquanto sujeitos, aqueles que têm sido privados de direitos, aqueles que já não são vistos como um sujeito inteligível, ao recuperá-los com as suas causas políticas e questionar quem é incluído e quem é excluído. Por isso, a Crítica funciona como uma forma de demonstrar como é que os esquemas de inteligibilidade são estabelecidos e também como intervir sobre eles, de demonstrar as suas contradições e desmontar o seu poder.

CH – Num contexto de capitalismo global, que utiliza constantemente os números, há pessoas que contam e outras que não contam. Os números são uma forma de reduzir as nossas vidas a uma dimensão contabilística, estabelecendo definitivamente esta ideia de que a política seria reduzida à gestão das pessoas? A política não será precisamente o que perturba a lógica de gestão de uma população, identificada à custa das suas facções e dos seus interesses? E no que respeita ao que

é contabilizado e ao que não é, o que é que pensa sobre o conceito de “consenso”, que regulamenta nos dias de hoje a política nas nossas sociedades ditas “ocidentais”? Não será precisamente uma tentativa de eliminar a política?

JB – *Sim, estou de acordo. Eu penso que é muito interessante saber que pessoas são consideradas cidadãos e quem se mantém como populações. As populações são apenas massas de pessoas que não são consideradas necessariamente como cidadãos ou como participantes num processo de consenso. Especialmente dentro de Europa e dos Estados Unidos, estes modelos de consenso são construídos a partir de fundamentos violentos. Só através de uma exclusão violenta de populações massivas é que se chega a um consenso. E, claro, a piada de mau gosto é a de que “Oh, nós devemos agir pelo consenso porque é um modo de não violento de agir”. Mas só alguns sujeitos podem participar no consenso e populações inteiras são excluídas e aí, a exclusão violenta é pré-condição do consenso. Por isso, o consenso mascara a sua violência em nome da não-violência. E é por isso que a maior parte destas teorias de participação democrática são modos de naturalizar a violência, de normalizar a violência, apesar de se reclamarem não-violentas. É por isso que a maior parte destas teorias de participação democrática são modos de naturalização da violência, normalização da violência, apesar de se reclamarem como modos de operar não-violentos. Eu não sei se isto faz sentido, pode ser muito abstracto da maneira que eu formulei. Por exemplo, se vocês pensarem na Palestina, ninguém é cidadão, ou melhor, existem cidadãos de Israel palestinianos com direitos limitados, mas aqueles em Gaza ou aqueles na Cisjordânia não são cidadãos. Eles não estão protegidos pelas leis internacionais, não há um Estado a que pertençam e, neste sentido, quando falamos sobre os bombardeamentos destas populações, não falamos sobre as populações que têm direito a resistir à subjugação colonial, direitos contra certos tipos de ataques militares. Quando a lei internacional tenta dignificar estas populações enquanto sujeitos com direitos, há uma enorme luta. Assim, vemos como funciona, continuamente, este tipo de exclusão, ou de “des-ratificação”, que é violento, penso eu.*

VS – Este consenso, contrariamente ao que diz de si mesmo, é de uma extrema violência. Opera uma divisão – como referiu particularmente no que respeita à guerra no Iraque ou ao conflito israelo-palestiniano – entre “vidas que seriam dignas de serem lamentadas e, assim, dignas de solidariedade, de compaixão, de identificação, e de outras que não o seriam.” Perante isto, não devemos opor a esse consenso, e a essa divisão, uma certa afirmação igualitária, uma certa ideia de igualdade? Esta é uma pergunta um pouco complexa, mas, na sua opinião, como é que devemos entender “afirmação igualitária” ou “igualdade”?

CH – Isso seria, então, a confirmação do poder do movimento igualitário, que criaria horizontes históricos ou projectos de sociedade, em vez de um horizonte criado por uma postura voluntarista, que consistiria na retracção de movimentos ou partidos revolucionários ou progressistas.

JB – *Eu não sei se isto responde à sua questão directamente, mas claro que, nos Estados Unidos, o Governo sempre disse “Sim claro [irónico], quando os iraquianos estiverem preparados para se governarem, nós saímos”, e depois parece assim “Nós retirámo-nos mas ainda estamos lá”. De facto, “Nós retirámo-nos mas estamos lá permanentemente”, não é? Depois é: “Nós estamos lá através das empresas, através de consultores jurídicos, através de ministros e do governo, porque o que estamos a tentar fazer enquanto Governo é produzir um conjunto de actores políticos que funcionarão dentro dos modelos da democracia participativa que nós prescrevemos”. Por isso, é uma questão de cultivar indivíduos que vão estar conforme certos modelos de democracia participativa e de fazer entender que o mercado livre e a indústria petrolífera são uma forma de preservar a liberdade. Portanto, mercado livre e democracia participativa trabalham juntos e se existirem formações políticas que o rejeitem, o Governo dos Estados Unidos diz: “Ah, esta população não está pronta para se governar a si própria”. Então, na verdade, o que vemos é a imposição de uma determinada noção de liberdade económica e política, que mina qualquer reivindicação que o povo iraquiano possa fazer, porque ser igual é ser um parceiro de mercado e estar numa aliança política. E nós repetimos isso na Palestina. O discurso é este: “Oh, não há parceiro para a paz. Não há ninguém com quem negociar realmente”. E porque é que não há ninguém? Porque não há ninguém que cumpra as regras que fazem um sujeito que possa entrar numa negociação. E esse alguém deveria aceitar a política israelita, aceitar a dominação do Estados Unidos e desistir de terras que foram usurpadas desde 1948. Há pré-condições políticas para se converter num sujeito igual. Por isso, neste sentido, temos de ser críticos com estes tipos de reivindicações. Não sei se respondi à sua questão directamente mas é a resposta que eu tenho.*

CH – Como se situa em relação à questão da desobediência? Efectivamente, o surgimento de novas maneiras de acção política não resultará sempre de uma dissensão? E a elaboração de novos métodos, de novas práticas políticas ou de novos modos de subjectivação, não deveriam, também, ter em conta todos os fenómenos de desobediência contra a ordem estabelecida?

JB – *Eu acho que devemos pensar em todas as formas de desobediência e é importante distingui-las, porque existem algumas formas de desobediência com que o Estado se congratula. Se ele tolera a desobediência, o Estado chega a dizer: “Eu sou um Estado tolerante-liberal. Vêem! Nós somos uma democracia”. E essas formas de desobediência podem ser muito limitadas – “Eu falo contra” ou “Eu recuso participar”. É importante, mas pode ser apropriado pelo Estado que quer mostrar “Ah, nós vivemos em democracia. As pessoas aqui podem desobedecer. Vocês têm muita sorte, vocês não vivem no Irão, onde eles vos colocariam na prisão”. Porém, há formas de desobediência que podem expor a violência da lei, e eu penso que é mais importante persistir em formas de desobediência que expõem o que chamaríamos de “violência com a lei” e “violência contra a lei”. Assim, por exemplo, quando alguém*

na Turquia, ou em Israel, recusa-se a entrar no exército, eles podem dizer: “Eu recuso-me a entrar no exército devido a problemas pessoais, devido à minha consciência moral”. É um problema de consciência individual, mas isso continua a ser dentro de uma certa estrutura liberal. É bom, estou satisfeita mas não é suficiente, porque se é um assunto moral e individual, a pessoa que faz isso é um herói, é autónomo, pensa por ela própria e nós chegámos à celebração do sujeito liberal. Eu penso que, quando alguém entra num movimento anti-militarista, é um procedimento colectivo que critica os militares e a lei, e recusa os militares e a lei ao fazer parte desse movimento. Ai, parece-me que há uma democracia radical contra uma instituição violenta. E há mais exemplos poderosos que sublinham a demos e o poder do povo para se insurgir. E esse poder é muito diferente do poder de um indivíduo que age de acordo com a sua consciência moral.

VS – Por outras palavras, para que haja política, seria necessário, antes de mais, que formas de solidariedade e de comunidade se constituíssem, e em segundo lugar, que estas formas de solidariedade e de comunidade não fossem redutíveis ao Governo e ao Estado. Para que houvesse política, seria necessário qualquer outra coisa além do Governo...

JB – *Eu estou absolutamente de acordo, mas quando falamos de solidariedade há um paradoxo. Por exemplo, estamos numa luta pelos imigrantes e queremos que as pessoas obtenham papéis, que as pessoas sejam emancipadas por lei, reconhecidas pela lei. Temos de trabalhar com o Estado, ao mesmo tempo que queremos resistir à ideia de que o Estado, sozinho, nos dá a noção de comunidade, de solidariedade. Ou que o Estado, sozinho, regule o processo que nos torna sujeitos. Então, como é que nós fazemos uso do Estado? Para certos tipos de protecção, que são necessários para proteger as pessoas contra a expulsão ou a detenção, ou outras formas de privação de direitos⁶, produzimos um sentido de sociabilidade que não é mediado pelo Estado. Isto é crucial. Mas a solidariedade que acontece ao nível de um movimento radical, que tem esta relação ambivalente para com o Estado, tem de ser uma solidariedade que inclua antagonismos, na minha perspectiva. Nós não somos todos unânimes, nós não concordamos em tudo. Pensando nalgumas minorias sexuais e minorias religiosas, às vezes, esses dois grupos cruzam-se e as suas comunidades, por instantes, passam a ser de trans-migrantes ou de gay-migrantes. Outras vezes são comunidades adversárias. Se elas trabalhassem em solidariedade, teriam de concordar em trabalhar juntas com algumas tensões intactas. Por outras palavras, eu não acho que tenhamos de resolver todas as diferenças para trabalharmos juntos solidariamente, se compreendermos que essa violência do Estado é o problema... mas nós esquecemo-nos! Mesmo quando a violência da lei é um problema, nós começamos a lutar entre nós usando formas que paralisam o movimento social. Para mim, é da maior importância que a Esquerda*

⁶ “Disenfranchisement” no original. N. dos T.

não se foque em questões de identidade, mas sim em questões de empoderamento e de aprendizagem sobre como lutar com diferenças internas, sem as resolver totalmente, e como manter o enfoque em formas de violência legal, militar, económicas que afectam todo o tipo de populações. Esta é a minha opinião e, penso que quando as pessoas esquecem qual é o objectivo de uma solidariedade de Esquerda, elas caem numa fragmentação e luta azeda porque perderam o sentido das suas intenções.

VS – Talvez pudéssemos abordar agora uma questão que é bastante importante, até mesmo central no seu trabalho, que é o lugar que concede à psicanálise. Sabemos que a posição de muitos psicanalistas, por exemplo, em relação à homoparentalidade, à adopção, é, muitas vezes, bastante reaccionária. Contudo, continua a considerar que a psicanálise é, talvez, a melhor teoria disponível, segundo diz, para abordar o psiquismo humano e a sua complexidade. E alguns psicanalistas, como Laplanche ou Monique David-Ménard, interessaram-se pelos seus trabalhos do ponto de vista psicanalítico. Porque é que dá tanta importância à psicanálise?

CH – Da sua leitura de Freud, pode desenvolver um pouco mais o que entende por “melancolia do género”?

JB – *A primeira coisa que eu tenho a dizer é que a vida cultural da psicanálise em França é muito diferente da dos Estados Unidos. E, nos Estados Unidos, eu venho da escola do Woody Allen. Por outras palavras, eu tenho uma relação irónica com a psicanálise. Mas é muito difícil encontrar psicanalistas em França com um sentido de ironia. Desculpem dizê-lo, mas é verdade. E nós sabemos que, em França, há posições muito doutrinárias. “Esta escola não fala com aquela escola”. Há cismas; eles falam em nome da verdade. Eles são estruturas autoritárias dentro das escolas. É muito difícil. Os poucos psicanalistas com quem falo em França, como Monique David-Ménard ou o Michel Tort, são independentes. Eles não pertencem a escolas e estão dispostos a pensar abertamente comigo sobre muitos assuntos culturais, sobre a sexualidade e género, e não estamos sempre de acordo. Deixem-me dizer uma coisa. É extremamente importante criticar a psicanálise como uma ciência regulamentar ou como uma prática regulamentar. E, muito frequentemente, os psicanalistas em França estabelecem normas relativas à saúde, ao desenvolvimento sexual, aos modos apropriados de se ser sexuado. E, como resultado, entram numa patologização dos que seriam considerados não-normativos. Por isso, eu tenho que me opor à trajetória patologizante da maior parte dos psicanalistas franceses. Ok, então é possível que haja uma utilização da psicanálise em que a psicanálise não seja um tipo de polícia? Você diz-me que os polícias agem como os psicanalistas na identificação e na captura de pessoas loucas na rua. Certamente que podemos perguntar se os psicanalistas estão sempre a actuar como a polícia ao dizer quem tem uma identidade de género correcta, quem vive uma sexualidade correcta, quem tem um comportamento civilizado ou não civilizado, quem é adaptado às normas sociais, quem é inadaptado, tudo isso... Eu interessei-me teoricamente na psicanálise ao pensar sobre a melancolia e porque me ocorreu que, durante os anos 80 e 90, quando muitos homens gay estavam a morrer;*

era muito difícil encontrar formas de reconhecimento público dessa perda, de fazer o luto dessa perda, de insistir na aplicação de fundos do governo na investigação da SIDA, insistindo em cerimónias públicas, funerais. Muitas vezes, durante os primeiros anos da crise de incidência de SIDA nos Estados Unidos, um homem ficaria doente, morreria e seria considerado uma espécie de vergonha. Ele era enterrado em segredo, ninguém falava sobre a doença e a comunidade também sentia vergonha. Por isso, tornou-se extremamente importante, politicamente, admitir a perda, reconhecer a perda, dar um lugar público a essa perda. E havia um activismo que era dedicado a tornar possível o luto em público, à indignação pública devido à insuficiência de financiamento, insuficiência de medicamentos, e havia uma cultura de vergonha que cobria o problema de estar doente com VIH ou de ter morrido com SIDA.

Para Freud, melancolia é definida como a incapacidade de fazer um luto e, quando ele formula a sua definição de melancolia, ele age como se isso fosse um problema individual – “Eu não consigo chorar. Eu perdi algo mas eu não consigo chorar. Eu perdi algo mas eu não sei o que perdi”. E a melancolia é um tipo de sofrimento que aparece quando eu não consigo nomear, nem saber o que perdi. Segundo o meu entendimento de Freud, quero dizer que vivemos num mundo no qual existem interdições ao luto de certas pessoas. Certas mortes não são dignas de serem choradas. Não podemos reconhecê-las no discurso público, porque elas não são vidas que valham a pena. Elas nunca existiram. Estavam já mortas, mesmo quando eram vivas. Por isso, o problema que acontecia com a SIDA era o de que a sociedade não chorava, não facultava meios para chorar abertamente essas vidas, porque elas não tinham valor. E isso também acontece na guerra. É sobre isso que tenho tentado escrever nos últimos anos. Há uma certa melancolia assumida porque nós sabemos, nos Estados Unidos, que matámos populações, mas não sabemos quem são e não lhe é dada voz. Elas não têm estatuto na nossa cultura. Então, tornam-se impossíveis de chorar. Por isso, quando alguém passa da melancolia para um luto aberto, insiste em dar nome ao que se perdeu, insiste em objectivar a destruição que está a ocorrer. Eu penso que muitas pessoas agarram-se ao seu género de forma muito forte ou agarram-se à sua sexualidade muito fortemente – “Eu sou um homem, eu não sou uma mulher.” ou “Eu sou um heterossexual, não um homossexual” e parece-me que agarrar-se tão firmemente à identidade é sugerir que “Há a possibilidade em mim, mas eu recuso essa possibilidade e essa recusa é essencial para aquilo que sou”, como se alguém tivesse um tipo de formação defensiva. Agora é possível dizer: “Bem, acontece que eu sou homossexual”, “Acontece que eu sou uma mulher mas não é impossível para mim imaginar uma vida diferente, simplesmente não é a vida que eu estou a viver”. Mas, se eu disser “É impensável ou impossível”, talvez eu esteja a excluir uma possibilidade e a produzir um tipo de posição defensiva sobre o género ou uma posição defensiva sobre a sexualidade. Por exemplo, nos desportos americanos, cada homem é obrigado a declarar “Eu nunca fui homossexual”, “Eu nunca ameí outro homem” e “Nem tão-pouco perdi um outro homem porque eu nunca ameí um outro homem”, mas e se houve amor, mesmo que não tenha sido um amor

consumado? E se houve amor e se ele foi perdido porque era inaceitável socialmente? Como é que designamos isso? Parece que a psicanálise ajuda-nos a dar um nome a isso, a essa melancolia, esse luto não reconhecido e ajuda-nos a criticar a norma que o torna inominável. Então, isso seria um exemplo em que a psicanálise não actua como a polícia, mas contra a polícia.

CH – Diz, por vezes, que se situa numa teologia da ausência e é isso que a transporta para o campo da melancolia, do luto. Além disso, parece também estar muito preocupada com a questão da sobrevivência. No entanto, a sobrevivência está longe de ser uma afirmação. Então, para si, o facto de se centrar na perda do objecto, no luto impossível, na melancolia, nos afastamentos (*retournement, du déplacement, des écarts*) a produzir, necessárias para transformar a melancolia em força positiva?

JB – *Eu sei que há muitas pessoas que pensam a melancolia como uma força positiva. Isso interessa-me muito, mas admito que estou mais interessada nas consequências políticas de um luto publicamente aberto. Se pensarmos nas Mães da Praça de Maio, na Argentina, o que é que significa chegar à Praça de Maio todas as semanas, onde estão representadas, e recusar que os assassinatos de tantas pessoas sejam esquecidos? É uma mobilização importante que tem produzido tipos semelhantes de oposição pública à guerra, através de um luto aberto e contra as políticas do Estado, que continuam a suprimir ou a negar certas formas de destruição. Por exemplo, na Argentina ainda se concede amnistia a muitas pessoas que fizeram parte da ditadura e, mesmo em Espanha, ainda se concede amnistia a pessoas que participaram nas brutalidades do regime do General Franco. Por isso, eu não acho que a melancolia seja um estado básico; não penso que seja uma crença; não penso que seja um tipo de resistência individual. Eu creio que, quando certas perdas são cobertas ou recusadas, a melancolia torna-se numa forma de sofrimento que só pode ser aliviada através de uma nova configuração no espaço público, em que certos tipos de assassinatos, destruições, perdas possam ser abertamente reconhecidas e consideradas. Eu vejo o luto em público como parte de um movimento anti-militarista, como parte de uma oposição à violência estatal e aos vários meios pelos quais o Estado tenta encobrir sua própria violência. O luto em público é uma manifestação pública, mas é igualmente uma reivindicação da justiça. É por isso que escrevi um livro sobre a tragédia “Antígona”. É muito importante para mim, pois ainda vivemos um tempo em que certas vidas não são consideradas como tal. São consideradas como socialmente mortas, ou já mortas, ou sem valor. Chorá-las é dizer que esta vida foi uma vida e que devia ter sido vivida, e que precisamos permanecer firmes rumo a um futuro em que as vidas possam ser vividas. Por isso, para mim é também uma questão fundamental de justiça.*

CH – Em relação à Antígona...

JB – *Antígona viola a lei do Estado para enterrar o seu irmão e ela insiste num conjunto de alianças que não foram ratificadas pelo Estado. Ela infringe a lei do*

Estado, arrisca-se à prisão e morte com o intuito de enterrar o seu irmão. Por isso, ela insiste num conjunto de direito que o Estado não reconhece. Algumas pessoas dizem que esses direitos são direitos naturais, mas ela não diz isso. Ela não diz que é um direito natural, mas um tipo de direito que emerge através de certas alianças e através de determinadas relações humanas, que é o direito de dizer não ao Estado e o de atribuir valor a uma vida. Claro que ela não é um modelo, porque morre mas, mesmo assim, podemos questionar “Como é que a política seria se Antígona pudesse ter vivido?”. É uma forma de desobediência política, na minha opinião.

VS – Faz referências a este conceito de “vida”, em que demonstra que ela pode ser reapropriada por movimentos de emancipação e não apenas pelas correntes reaccionárias, que se apoiam, por exemplo, no direito à vida, contra o aborto, etc. Através do exemplo de Antígona, apercebemo-nos de que a vida é baseada em alianças, e voltamos novamente à questão da comunidade. Como dar um carácter político a esta noção de “vida”?

JB – *Sabem, nos Estados Unidos, quando tivemos debates sobre o aborto, a direita classificou o direito à vida como pertencente ao feto e a resposta feminista tem sido muito importante pois pergunta “Uma vida de que tipo?”, “Temos de pensar nas condições de vida da mãe, nas condições de vida da criança?”, “Como é que pensamos sobre o que é que importa para uma vida ser vivida?”. Então, não é o direito à vida em si próprio que está na base da resposta feminista. E como é que nós fazemos um mundo em que se você escolhe ter uma criança, ela vem a um mundo que a pode suportar. A partir daí, o que quero dizer é que qualquer vida requer apoio. Nenhuma vida individual tem uma persistência monadária de si mesma. Todos nós nascemos inseridos em redes de dependência, que às vezes nos falham e às vezes não nos falham. Por isso, para mim, para a Esquerda, para reclamar este discurso sobre a vida, temos que colocar a questão sobre quais as interdependências necessárias para que uma vida possa ser vivida, e isso conduz-nos a questões mais abrangentes: “Como é que a comida é distribuída?”, “Como é que o trabalho é distribuído?”, “Como é que a economia estabelece o trabalho e a capacidade de viver e satisfazer as necessidades básicas da vida?”. Se se perguntarem “As necessidades materiais de uma vida serão atendidas pelos activistas anti-aborto?”, eles não querem saber! Acho que não existe uma única vida sem uma rede de interdependências e o que precisamos é de lutar para chegar a uma igualdade fundamental ao nível das necessidades materiais e isso significa, de facto, a reorganização da vida social e económica, para que uma vida que possa ser efectivamente vivida se torne um direito para todos.*

NORMAS

Normas

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, 2011, pág. 271-274

REVISTA SOCIOLOGIA – NORMAS

1. Os artigos propostos para publicação na revista *Sociologia* são submetidos a avaliação de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do Conselho de Redacção.
2. Os textos devem ser redigidos em páginas A4, a espaço e meio (norma também válida para as notas e a bibliografia), tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato Word for Windows, PDF e HTML. No caso de serem enviados por correio, os artigos devem ainda ser impressos em duplicado e virem acompanhados de um CD com o ficheiro de texto, nos formatos supracitados.
3. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres (cerca de 20 páginas), incluindo espaços, notas, bibliografia, quadros, gráficos e figuras. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo com um máximo de 650 caracteres/10 linhas, traduzido em Inglês, Francês e Espanhol. A seguir ao resumo devem ser acrescentadas 3 ou 4 palavras-chave.
4. *Outros textos*, tais como projectos, materiais sociográficos, documentos, opiniões e recensões, devem observar os seguintes limites de páginas:
 - a) notícias, 1-2 páginas;
 - b) outros, 5 páginas.
5. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, *dois níveis de titulação, com numeração árabe*.
6. As *transcrições* deverão abrir e encerrar com aspas. Os *vocábulos noutras línguas* que não a portuguesa devem ser formatados em itálico.
7. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em *quadros, gráficos e figuras*, identificados com numeração árabe contínua e respectivo título para cada um destes tipos de elementos.
8. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.

9. A norma de citação adoptada deverá ser a *anglo-saxónica (autor-data)*.

10. No caso de haver bibliografia, esta deverá obedecer às seguintes orientações:

- a) Livro: Apelido, Nome próprio (ano), *Título do Livro*, Local de edição, Editor (ev. ref. da primeira edição);
- b) Artigo em publicação periódica: Apelido, Nome próprio (ano), “Título do texto”, *in Nome da Revista*, volume, número, páginas;
- c) Textos em colectâneas/Contribuições em monografias: Apelido, Nome próprio (ano), “Título do texto”, *in* Nome próprio, Apelido (org.), *Título da Colectânea*, Local de edição, Editor, páginas (ev. ref. da publicação original da contribuição).

11. Todos os *originais* entregues ao Conselho de Redacção devem:

- a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;
- b) quando incluírem materiais gráficos ou icónicos, fazer-se acompanhar dos respectivos originais em bom estado - sempre que possível em CD - com indicação dos locais no texto onde devem ser inseridos (o Conselho de Redacção reserva-se o direito de não aceitar figuras ou gráficos cuja realização acarrete excessivas dificuldades);
- c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;
- d) vir acompanhados de:
 - um título abreviado (no máximo 4 palavras), destinado à capa e aos cabeçalhos para além do título completo do artigo;
 - a indicação da formação e/ou situação profissional do(s) autor(es), bem como das instituições ou organizações em que desenvolve(m) actividade;
 - elementos de contacto: endereço, telefone, telex, fax, email.

12. Os artigos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

13. Os originais podem ser enviados por e-mail para revistasociologia@letras.up.pt ou para revsociologiaflup@gmail.com ou por correio para a seguinte morada:

Direcção da revista *Sociologia*
Departamento de Sociologia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto
Portugal